

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ANGELIQUE JOHANNA WILLEMIEN MARIA VAN ZEELAND

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
UM ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE CATADORAS E CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Porto Alegre

2016

ANGELIQUE JOHANNA WILLEMEN MARIA VAN ZEELAND

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
UM ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE CATADORAS E CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Zeeland, Angélique Johanna Willemien Maria van
Economia solidária e desenvolvimento humano: um
estudo da sustentabilidade de empreendimentos
econômicos solidários e das condições de vida de
catadoras e catadores de materiais recicláveis /
Angélique Johanna Willemien Maria van Zeeland. --
2016. . .
240 f.

Orientador: Flávio Vasconcellos Comim.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2016.

1. Desenvolvimento humano. 2. Economia solidária.
3. Indicadores de sustentabilidade. I. Comim, Flávio
Vasconcellos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANGELIQUE JOHANNA WILLEMEN MARIA VAN ZEELAND

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
UM ESTUDO DA SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE CATADORAS E CATADORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em: Porto Alegre, 16 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Flávio Vasconcellos Comim – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt

UFRGS

Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin

PUCRS

Prof. Dr. Marcelo Milan

UFRGS

*Dedico esta tese às minhas fontes inesgotáveis
de inspiração e amor: Walter e Gabriel.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Arnold e Nicola, por sempre ter me estimulado a estudar e ter me ensinado a acreditar nos meus ideais.

Agradeço ao meu esposo, Walter, pelo apoio, confiança, compreensão, ideias e inspiração, e ao meu filho, Gabriel, pela compreensão, paciência e inspiração.

Agradeço ao meu professor e orientador Flávio Comim, por todo o crescimento acadêmico, pela confiança e pela disposição.

Sou grata às minhas professoras e aos meus professores, por todos os ensinamentos.

Meus agradecimentos também são para toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo apoio e disposição.

Agradeço à equipe da Fundação Luterana de Diaconia, especialmente à coordenação e a todas as pessoas que se envolveram diretamente com o levantamento e os registros dos dados, e à diretoria, por todo o apoio, a colaboração, a compreensão, a confiança e a solidariedade.

Agradeço ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, especialmente a todas as catadoras e a todos os catadores de materiais recicláveis dos empreendimentos econômicos solidários pela disponibilidade e pela aprendizagem.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo examinar elementos que determinam a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis, e analisar a contribuição destes para as condições de vida das catadoras e dos catadores e para o desenvolvimento humano. Para alcançá-lo, completou-se a realização de uma pesquisa, baseada nas abordagens do desenvolvimento humano e da economia solidária. Na discussão teórica, consideram-se os empreendimentos econômicos solidários como espaços de formulação de valores compartilhados e meios para perseguir objetivos comuns, bem como espaços de formação de capacitações coletivas e de autonomia coordenada. A partir da teoria e da análise do contexto da economia solidária e da gestão integrada de resíduos sólidos no Brasil, elaboraram-se indicadores de sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. Realizou-se um estudo empírico junto a vinte empreendimentos econômicos solidários e 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis, oriundos de dezessete municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Foram avaliados o grau de democratização, o grau de participação externa, o grau de controle da cadeia produtiva, as condições econômicas dos empreendimentos, bem como as condições de vida das catadoras e dos catadores. O estudo aponta como fatores limitantes a dependência dos empreendimentos do mercado, o reduzido poder de negociação frente às indústrias, bem como sua alta vulnerabilidade em situações de crise econômica. Como potencialidades são apontados o exercício da gestão democrática como um processo de aprendizagem, a atuação em rede dos empreendimentos para compartilhar experiências, conhecimentos e equipamentos, potencializando as negociações com o poder público, a importância dos contratos de prestação de serviços para a viabilidade econômica e o aumento na renda, e a ação coletiva e a participação em fóruns e conselhos para incidir em políticas públicas. Os resultados evidenciam que os empreendimentos favorecem a equidade em relação à remuneração das catadoras e dos catadores. Os empreendimentos econômicos solidários têm o potencial de se constituir em espaços de formação da agência coletiva e podem contribuir para a superação da pobreza, principalmente para as mulheres catadoras, para a transformação de estruturas injustas, para a melhoria das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis e para o desenvolvimento humano.

Palavras-chaves: Desenvolvimento humano. Economia solidária. Indicadores de sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários. Catadoras e catadores de materiais recicláveis. Gestão democrática.

ABSTRACT

This thesis examines the factors that determine the sustainability of the solidarity economy enterprises of waste pickers, as well as analysing the contribution of the enterprises to the living conditions of the waste pickers and to their human development. To achieve this aim, the research was conducted based on the human development approach and the solidarity economy approach. In the theoretical discussion solidarity economy enterprises are considered as spaces of formulation of shared values and means to pursue common objectives, as well as spaces of formation of collective agency, coordinated autonomy and collective capabilities. From the theory and the analysis of the context, regarding solidarity economy and integrated solid waste management in Brazil, indicators of sustainability of solidarity economy enterprises were elaborated. An empirical study was carried out with twenty solidarity economy enterprises and 438 waste pickers, from seventeen cities in the state of Rio Grande do Sul. The degree of democratization is analysed, along with the degree of political participation, the degree of control over the production chain, and the economic conditions of the enterprises. Also, the living conditions of waste pickers are analysed. The study points out as limiting factors the dependence of the solidarity economy enterprises on the market, the disadvantage of solidarity economy enterprises, and the reduced bargaining power vis-à-vis the industries, and the high vulnerability of the enterprises during economic crises. The study points out as potentialities the exercise of democratic managements as a learning process and a means of formation of collective agency, networking to share experiences, knowledge and equipment, enhancing the negotiations with the municipalities, the importance of service contracts with the municipality for economic viability and an increase in income for the waste pickers, along with collective action and political participation. The results show that solidarity economy enterprises favor gender equity in remuneration of waste pickers. These enterprises constitute a strategy of overcoming poverty especially regarding women. Despite the limiting factors identified, the opportunities show that solidarity economy enterprises have the potential to constitute spaces for formation of collective agency and can contribute to overcome poverty and to transform unjust structures, along with improvement of living conditions of the waste pickers and the human development.

Keywords: Human development. Solidarity Economy. Indicators of sustainability of solidarity economy enterprises. Waste pickers. Democratic management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho da pesquisa.....	28
Figura 2 – Elementos e indicadores de sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários e de desenvolvimento.....	111
Figura 3 – Mapa da localização dos empreendimentos econômicos solidários (EES) de catadoras e catadores de materiais recicláveis nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, 2014-2015.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários por regiões no Brasil, 2009-2013	80
Gráfico 2 – Formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, 2009-2013.....	81
Gráfico 3 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários segundo categoria profissional das sócias e dos sócios, 2009-2013.....	83
Gráfico 4 – Tempo de existência dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul, 2014-2015	146
Gráfico 5 – Número de associadas/os nos empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul, 2014-2015.....	147
Gráfico 6 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de materiais recicláveis por etapa da cadeia produtiva executada, Rio Grande do Sul, 2014-2015	148
Gráfico 7 – Resultados econômicos dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es no Rio Grande do Sul, 2014-2015	149
Gráfico 8 – Ocupações funcionais por gênero nos empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul, 2014-2015.....	151
Gráfico 9 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de acordo com a motivação para organização de catadoras/es, Rio Grande do Sul, 2014-2015.....	151
Gráfico 10 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de acordo com os principais resultados mencionados, Rio Grande do Sul, 2014-2015.....	152
Gráfico 11 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de acordo com os principais desafios mencionados, Rio Grande do Sul, 2014-2015.....	153
Gráfico 12 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de acordo com os elementos de sustentabilidade mencionados, Rio Grande do Sul, 2014-2015.....	154
Gráfico 14 – Cor/raça das/os catadoras/es de materiais recicláveis, 2014-2015.....	194
Gráfico 15 – Catadoras/es de materiais recicláveis por faixa etária, 2014-2015	194
Gráfico 16 – Escolarização de catadoras/es de materiais recicláveis, 2014-2015.....	195
Gráfico 17 – Renda média mensal de catadoras/es de materiais recicláveis, 2014-2015	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relações entre Desenvolvimento Humano e Economia Solidária	75
Quadro 2 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva	117
Quadro 3 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública	121
Quadro 4 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva	123
Quadro 5 – Indicadores econômicos	127
Quadro 6 – Indicadores das condições de vida de catadoras/es de materiais recicláveis.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipo de atividade econômica dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil e na Região Sul, 2009-2013	82
Tabela 2 – Melhoria no volume coletado e na taxa de rejeito depois da implementação da CSS	94
Tabela 3 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – participação e formação – dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade	158
Tabela 4 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – participação e formação – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade.....	160
Tabela 5 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – participação e formação – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade.....	162
Tabela 6 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – participação e formação – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade	162
Tabela 7 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – trabalho e renda – dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade.....	163
Tabela 8 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – trabalho e renda – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade	164
Tabela 9 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – trabalho e renda – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade	166
Tabela 10 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – trabalho e renda – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade.....	167
Tabela 11 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – segurança e condições de trabalho – dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade	168
Tabela 12 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – segurança e condições de trabalho – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade.....	168
Tabela 13 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – segurança e condições de trabalho – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade.....	170
Tabela 14 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – segurança e condições de trabalho – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade	171
Tabela 15 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade	173

Tabela 16 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade.....	175
Tabela 17 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade.....	175
Tabela 18 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade	176
Tabela 19 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade.....	178
Tabela 20 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade	179
Tabela 21 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade	180
Tabela 22 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade.....	181
Tabela 23 – Indicadores econômicos – infraestrutura, crédito e renda – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade.....	182
Tabela 24 – Indicadores econômicos – infraestrutura, crédito e renda – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade.....	184
Tabela 25 – Indicadores econômicos – infraestrutura, crédito e renda – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade	185
Tabela 26 – Indicadores econômicos – produtividade e eficiência econômica – dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade.....	186
Tabela 27 – Indicadores econômicos – produtividade e eficiência econômica – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade	187
Tabela 28 – Indicadores econômicos – produtividade e eficiência econômica – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade	187
Tabela 29 – Indicadores econômicos – produtividade e eficiência econômica – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade.....	188
Tabela 30 – Sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis.....	190
Tabela 31 – Condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis.....	197
Tabela 32 – Comparação da faixa de idade entre catadoras/es de materiais recicláveis no RS, trabalhadoras/es da economia solidária e trabalhadoras/es do Brasil.....	200

Tabela 33 – Comparação da escolarização entre catadoras/es de materiais recicláveis no RS, trabalhadoras/es da economia solidária e trabalhadoras/es do Brasil.....	201
Tabela 34 – Comparação do rendimento médio do trabalho entre catadoras/es no RS, trabalhadoras/es da economia solidária e trabalhadoras/es do Brasil, com escolaridade máxima do ensino fundamental, por sexo e cor	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CESOL	Conselho Estadual de Economia Solidária do Estado do Rio Grande do Sul
CIISC	Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CSS	Coleta Seletiva Solidária
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
FRON	Fronteira Oeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNU	Movimento Negro Unificado
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ORIS	Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PRONAREP	Programa Nacional de Investimentos na Reciclagem Popular
RILESS	Rede de Pesquisadores Latino-americanos de Economia Social e Solidária
RIPESS	Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UN TFSSE	United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy (Grupo de Trabalho Inter-Agências das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária)
UNRISD	United Nations Research Institute for Social Development (Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento Social das Nações Unidas)
VGVS	Vale do Gravataí e Vale do Rio dos Sinos
VRP	Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	30
2.1	DESENVOLVIMENTO HUMANO	30
2.1.1	O papel central da autonomia e da agência no desenvolvimento humano	34
2.1.2	A importância dos arranjos sociais e das estruturas coletivas no desenvolvimento humano	40
2.2	ECONOMIA SOLIDÁRIA	48
2.2.1	Conceito de economia social	49
2.2.2	Conceito de economia solidária	51
2.2.3	Conceito de economia social e solidária	59
2.2.4	O papel central da gestão democrática	61
2.2.5	A importância dos arranjos institucionais inovadores	65
2.3	AS RELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	69
2.3.1	Gestão democrática e agência coletiva.....	71
2.3.2	A importância da argumentação pública e da participação em espaços deliberativos	73
3	CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE.....	78
3.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	78
3.1.1	Contexto e políticas públicas de economia solidária no Brasil	78
3.1.2	Características dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil	80
3.1.3	Desafios para a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários ...	85
3.2	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL.....	86
3.2.1	Contexto de catadoras e catadores de materiais recicláveis e suas organizações no Rio Grande do Sul e no Brasil	86
3.2.2	Gestão integrada de resíduos sólidos e inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis.....	89

3.2.3	Coleta Seletiva Solidária: Tecnologia social alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	91
3.2.4	Reciclagem Popular	95
3.2.5	Desafios para a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis	96
3.3	ELEMENTOS E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	98
3.3.1	Processos de avaliação na perspectiva de abordagem do desenvolvimento humano	98
3.3.2	Elementos da sustentabilidade da economia solidária	100
3.3.3	Indicadores de sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis	107
4	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	133
4.1	METODOLOGIA.....	133
4.1.1	Metodologia do estudo empírico junto aos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores	135
4.1.2	Metodologia do estudo empírico junto às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis.....	143
4.2	CARACTERÍSTICAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORAS E CATADORES NO RIO GRANDE DO SUL	146
4.3	ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORAS E CATADORES	155
4.3.1	Grau de democratização dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores.....	156
4.3.2	Grau de participação externa dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores.....	171
4.3.3	Grau de controle da cadeia produtiva pelos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores	176
4.3.4	Condições econômicas dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores	181

4.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORAS E CATADORES	189
4.5	CARACTERÍSTICAS DAS CATADORAS E DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO RIO GRANDE DO SUL.....	193
4.6	ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS CATADORAS E DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO RIO GRANDE DO SUL	196
4.6.1	Resultados das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.....	196
4.7	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS CATADORAS E DOS CATADORES	204
5	CONCLUSÕES.....	207
	REFERÊNCIAS.....	215
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO - CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.....	225
	APÊNDICE B – DIAGNÓSTICO PARA EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORAS E CATADORES.....	228

1 INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento é afetado por uma série de fenômenos, tais como crises econômicas e financeiras, tendências globais e geopolíticas, mudanças na tecnologia e nos padrões de comunicação, mudanças no padrão de consumo e nos estilos de vida, crescente desigualdade e mudanças climáticas. As mudanças no processo de desenvolvimento têm inúmeros impactos nas pessoas que vivem em situação de pobreza. A maioria dessas mudanças afeta de forma desigual as pessoas mais vulneráveis. As privações de liberdade, tais como restrições de oportunidades de trabalho, a ausência de serviços públicos, como saneamento, serviços de saúde e de educação, e a negação de liberdades políticas podem resultar no analfabetismo ou na subnutrição, principalmente entre crianças, bem como na morte prematura (SEN, 1999a). O processo de desenvolvimento demanda que se removam essas restrições, e depende de instituições e políticas públicas que promovem oportunidades sociais, facilidades econômicas, liberdades políticas, segurança protetora e garantias de transparência (SEN, 1999a). Uma política de desenvolvimento deve ser formulada “[...] com base numa explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais” (FURTADO, 2002, p. 36).

O atual modelo de desenvolvimento é baseado no crescimento econômico, no aumento do consumo, na extração de recursos naturais de forma indiscriminada e combina concentração de poder econômico e político. A partir de meados da década de 1970, iniciou-se um processo de reestruturação produtiva do capital, juntamente com a implantação do projeto neoliberal (ANTUNES, 2001). Esse modelo é também associado a crescimento sem gerar empregos, aumento da desigualdade, poluição excessiva e perda da biodiversidade (UTTING, 2015). Em muitos países, políticas alinhadas com o atual modelo de desenvolvimento resultaram na restrição do espaço político e operacional das organizações da sociedade civil, na violação dos direitos humanos, bem como na presença continuada da pobreza, da fome e da privação (ACT, 2013). As mudanças políticas, especialmente no tocante às finanças e à tributação, resultaram, a partir dos anos 1970-1980, na reascensão da desigualdade (PIKETTY, 2013/2014).

A crise financeira e econômica de 2008 afetou todas as regiões do mundo. Em muitos países, entre as principais consequências, está o aumento da desigualdade. A crise tem efeitos devastadores na vida cotidiana de mulheres, homens e crianças nas regiões mais afetadas, tais

como a perda de empregos e o encarecimento de alimentos e de serviços básicos. Neste contexto, a gestão de risco é um elemento que ganha destaque nas iniciativas de superação da pobreza, junto com o fortalecimento da voz das pessoas que vivem nessa situação (ACT, 2013).

A desigualdade é uma das principais causas da pobreza extrema, uma vez que pessoas e grupos são sistematicamente impedidos de acessar oportunidades para viver uma vida em que se sintam valorizados (ACT, 2012). As desigualdades na distribuição da renda, muitas vezes, são acompanhadas por desigualdades em outros aspectos da qualidade de vida, tais como educação, saúde e longevidade. Desigualdades também podem minar a coesão social (SEN, 1999a).

Como resultado das mudanças no processo de desenvolvimento, a prática e o pensamento sobre desenvolvimento também mudam fundamentalmente. Outros discursos de desenvolvimento têm surgido. O conceito de desenvolvimento humano propõe uma mudança de foco, em vez de concentrar nos meios de subsistência, como a renda ou o Produto Interno Bruto (PIB), o foco central está na vida humana e nas oportunidades reais de vida (SEN, 1999a; 2009). Nessa perspectiva, o desenvolvimento é considerado principalmente como um processo de empoderamento. O apoio para a agência das pessoas e a expansão da autonomia são objetivos importantes para promover a justiça social. O desenvolvimento humano oferece uma nova maneira de comparar as realizações do desenvolvimento, e essa pode ser considerada uma abordagem para a avaliação comparativa da qualidade de vida, que ao mesmo tempo, teoriza sobre a justiça social (NUSSBAUM, 2000; 2011).

Por outro lado, no conceito de economia social e solidária, o foco principal também está nas pessoas e na valorização do trabalho, em vez da valorização do capital. Esse conceito se refere a práticas de produção que priorizam objetivos sociais e, em muitos casos também, objetivos ambientais (UTTING, 2015). A economia social e solidária se caracteriza por formas de atividade econômica que visam, em primeiro lugar, atender às necessidades humanas, mediante a mobilização de capacidades humanas e recursos locais (AMIN, 2009). As práticas se sustentam em relações sociais baseadas em diferentes graus de solidariedade e cooperação. Esses valores se expressam, entre outros, na propriedade coletiva dos meios de produção, na gestão democrática e na distribuição da receita líquida e das sobras entre os membros (SINGER, 2000a). As experiências de economia social e solidária são diversas e atuam em segmentos diversificados, tais como produção, serviços, comercialização e finanças. Essas iniciativas têm recebido maior apoio desde os anos 1990, primeiramente, por meio de

organizações da sociedade civil (OSC). A partir dos anos 2000, a economia social e solidária ganha reconhecimento político e social e surgem políticas públicas e programas governamentais de apoio, principalmente na América Latina (CORAGGIO, 2015; GUERRA, 2012).

Em 2001, no I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, Brasil, surgiu uma articulação entre organizações da sociedade civil e redes de empreendimentos econômicos solidários, que resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A incidência sobre as políticas públicas por meio do fórum levou à criação, em 2003, da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego, responsável por programas e políticas públicas de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

No ano de 2001, também foi criado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Atualmente, o MNCR está presente em quase todos os estados do Brasil. Por meio das associações e cooperativas, são organizados milhares de catadoras¹ e catadores que atuam na coleta, na triagem e no beneficiamento de materiais recicláveis.

Em 2010, após um amplo processo de consultas através de audiências públicas, com efetiva participação do MNCR, foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). De acordo com a PNRS, os vazadouros de resíduos a céu aberto, os chamados lixões, devem ser fechados e as prefeituras devem implementar a coleta seletiva nos municípios (BRASIL, 2010). O grande desafio colocado é a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis nesses processos. No ano de 2014, o MNCR elaborou uma proposta para um Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP), que foi entregue ao Governo Federal. De acordo com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (2014a, p. 1), a Reciclagem Popular é: “[...] a reciclagem feita pelos catadores e catadoras, em associações e cooperativas autogestionárias, sendo contratados para executar a Coleta Seletiva Solidária através de um novo modelo de gestão integrada de resíduos sólidos”. Esse novo modelo garante a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis em todo o processo de gestão integrada, “[...] fazendo com que o serviço de coleta, triagem, enfardamento, beneficiamento e industrialização dos materiais recicláveis sejam realizados pelos próprios catadores e catadoras, distribuindo a

¹ Nesta tese, utiliza-se a linguagem inclusiva na flexão de gênero como forma de nominar, visibilizar e apresentar as mulheres.

riqueza, o poder e o conhecimento gerado a partir do resíduo” (MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR, 2014a, p. 1).

A economia social e solidária, da qual as associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis fazem parte, tem se firmado na última década, principalmente no Brasil e na América Latina, mas também em outros continentes. No mapeamento da economia solidária no Brasil, realizado no período de 2009 a 2013, foram identificados 19.708 empreendimentos econômicos solidários (EES) nos quais participam 1.423.631 pessoas. Os dados foram registrados no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

No mapeamento, aparecem como principais desafios desses empreendimentos gerar uma renda adequada, viabilizar economicamente o empreendimento, manter a união do grupo e efetivar a participação e a autogestão. Porém, os dados do mapeamento da economia solidária mostram que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários se encontra em situação de precariedade em relação à sustentabilidade econômica. Na pesquisa amostral, realizada em 2013 com 2.895 sócias e sócios de EES, 21,8% têm uma renda média mensal até $\frac{1}{2}$ salário mínimo – incluindo as pessoas (1,2%) que declararam não ter rendimentos –; 22,9% recebem entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo; 25,3%, entre 1 e 2 salários mínimos; 13,3% declararam receber entre 2 e 5 salários mínimos; e somente 5,3% recebem acima de 5 salários mínimos. O rendimento mensal não foi declarado por 11,4% dos pesquisados (GAIGER *et al.*, 2014; KUYVEN, 2016). Portanto, 44,7% das pessoas dos empreendimentos econômicos solidários recebem até 1 salário mínimo e 70% recebem até 2 salários mínimos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2013) apresenta os dados a seguir, referentes à população em geral, compreendendo pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência: 14,8% recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (neste grupo, estão incluídas as pessoas que declararam não ter rendimentos); 17% recebem entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo; 34,3%, entre 1 e 2 salários mínimos; 22,1%, entre 2 e 5 salários mínimos; e 8,3% afirmam receber acima de 5 salários mínimos; 3,5% não declararam o rendimento mensal. Portanto, 31,8% da população em geral, a partir de 15 anos, recebem até 1 salário mínimo, e 66,1% recebem até 2 salários mínimos. O percentual das pessoas que recebem até 1 salário mínimo é maior entre as pessoas participantes desses empreendimentos (44,7%) do que na população em geral (31,8%). Os dados do mapeamento da economia solidária demonstram a precariedade dos EES no aspecto de gerar renda. Uma parcela significativa (21,8%) ganha menos ou até meio salário mínimo e

quase a metade (44,7%) das sócias e dos sócios recebe uma renda média mensal de até um salário mínimo. A geração de uma renda adequada para as sócias e os sócios é mencionada por 74% dos empreendimentos como principal desafio.

No modelo econômico vigente, as empresas capitalistas recebem apoio governamental mediante políticas industriais e isenções tributárias. Porém, não existe apoio estrutural para os EES. Dessa maneira, esses empreendimentos não apenas enfrentam pressões do setor privado, mas também têm uma grande desvantagem e muita dificuldade de realizar suas oportunidades (MCMURTRY, 2015).

Um levantamento do MNCR em 2006 indica que a maioria das organizações de catadoras e catadores tinha pouco ou nenhuma estrutura e que as catadoras e os catadores trabalhavam em estado de precariedade (DAMÁSIO, 2006). A maioria dos EES de catadoras e catadores é extremamente vulnerável e fortemente afetada durante as crises econômicas, tendo em vista que os preços dos materiais recicláveis são negociados em nível global (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2009).

Tais dados colocam a questão referente à sustentabilidade desses empreendimentos, a qual origina uma das perguntas orientadoras desta tese: o que determina a sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis? Esta pesquisa visa contribuir para a análise dos condicionantes e dos elementos que favorecem a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. Outra questão que se coloca é: qual é a contribuição dos empreendimentos econômicos solidários para as condições de vida das pessoas integrantes desses empreendimentos e para o desenvolvimento humano?

Os EES têm objetivos diversos, tanto econômicos como sociais, e, em muitos casos, também ambientais. Portanto, a avaliação da sustentabilidade terá de levar em conta outros indicadores além dos econômicos. O principal objetivo desses empreendimentos não é obter lucro. Na maioria dos empreendimentos, os objetivos principais são a geração de renda para as associadas e os associados, a melhoria nas condições de trabalho e a gestão democrática. Muitos empreendimentos também têm outros objetivos, como atender às necessidades da comunidade e contribuir para a preservação ambiental. A maioria dos empreendimentos foi criada para melhorar as condições de vida das pessoas que integram o empreendimento. Uma avaliação de sustentabilidade terá de abranger essas múltiplas dimensões.

Para o processo de construção de indicadores de sustentabilidade dos EES, é importante definir o que se entende por sustentabilidade na economia solidária. A

sustentabilidade desses empreendimentos não se define somente pela produção de bens e serviços, a qual estaria mais ligada à viabilidade econômica, mas também é definida pelas relações de trabalho, baseadas na gestão democrática e em relações justas (CRUZ, 2013; DAL RI; VIEITEZ, 2013; KRAYCHETE, 2012; SILVA, 2012; VIEITEZ; DAL RI, 2001). O mérito da autogestão é “[...] o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes” (SINGER, 2002, p. 21). A participação em discussões e decisões coletivas reforça a autonomia e a agência das pessoas, altera o comportamento social e, muitas vezes, resulta em aumento da autoconfiança. Ao mesmo tempo, a participação e a autogestão modificam as organizações, tornando-as mais democráticas. Porém, entre os fatores que dificultam a efetiva implementação da autogestão, nos aspectos administrativos, financeiros e organizacionais, estão a falta de experiências anteriores das pessoas integrantes dos empreendimentos com a gestão democrática e o fato que a maioria apresenta um baixo nível de escolaridade. O grupo das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis apresenta níveis de escolaridade bem abaixo da média nacional. Neste quesito, também é importante ressaltar que muitas vezes existe uma tensão entre a viabilidade econômica e a gestão democrática, quando os EES crescem e há um aumento das exigências do mercado, em muitos casos, isso gera conflitos para a gestão democrática. Essa situação coloca a questão de se é possível ampliar a economia solidária de forma sustentável, garantindo os objetivos e os valores fundamentais (UTTING, 2015).

Porém, além dos aspectos internos, a sustentabilidade dos empreendimentos também depende de questões externas. A maioria dos empreendimentos não tem acesso a condições mínimas de operação, tais como infraestrutura, tecnologia apropriada, capacitação, financiamento e crédito. Dessa forma, a sustentabilidade da economia solidária depende de políticas públicas, arranjos institucionais e programas governamentais e não governamentais voltados para o fortalecimento dos empreendimentos (CORAGGIO, 2015; KRAYCHETE, 2012; LAVILLE, 2015). Embora existam diversas experiências de co-construção de políticas públicas da economia solidária (MENDELL; ALAIN, 2015), ao mesmo tempo, há muita descontinuidade dessas políticas e dos programas de apoio. A institucionalização da economia solidária na América Latina é um processo vulnerável que se insere num ambiente de conflitos sociais e políticos (CORAGGIO, 2015).

Outro aspecto que influencia a sustentabilidade dos EES está ligado à atuação em redes e ao fortalecimento de cadeias produtivas (CRUZ, 2011; DAGNINO, 2012). O avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem, desde a coleta seletiva solidária, passando pela

triagem, pela prensagem, pela comercialização e pelo beneficiamento, é uma estratégia importante para a sustentabilidade das organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis. A atuação em rede pode fortalecer as estratégias de comercialização coletiva (RUTKOWSKI, 2008). Entretanto, estratégias de beneficiamento e processamento industrial têm de ser muito bem avaliadas em relação à viabilidade econômica e à contribuição para a sustentabilidade dos empreendimentos, tendo em vista que as cooperativas de catadoras e catadores têm condições limitadas para atender às exigências do mercado (GONÇALVES-DIAS, 2009). O avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem depende da atuação em rede das associações e cooperativas de catadoras e catadores, mas também de políticas públicas e arranjos institucionais inovadores. Diferentes estudos têm analisado os sistemas de coleta seletiva e têm apontado limitantes e potencialidades da coleta seletiva solidária realizada por organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis (LIMA *et al.*, 2010; RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015). Outros estudos têm avançado na análise de indicadores de sustentabilidade de coleta seletiva e de organizações de catadoras e catadores, que possibilita a avaliação comparativa da coleta seletiva entre municípios e entre organizações de catadoras e catadores (BESEN, 2011; RIBEIRO *et al.*, 2010). Entretanto, esses estudos não abordaram indicadores para avaliar as condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

Portanto, a sustentabilidade de EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis é definida por múltiplas dimensões e abrange tanto fatores internos, quanto fatores externos. Nesta tese, o termo *sustentabilidade de EES* será usado compreendendo a competência de assegurar a existência do empreendimento ao longo do tempo, garantindo a capacidade de atingir seus objetivos sociais, econômicos, políticos e ambientais.

Os empreendimentos econômicos solidários perseguem objetivos multidimensionais. Os principais objetivos dos empreendimentos estão diretamente vinculados com a melhoria nas condições de trabalho e de vida das e dos participantes. Dessa forma, a avaliação da sustentabilidade dos empreendimentos precisa ir além da viabilidade e da eficiência econômicas dos empreendimentos, bem como precisa abordar suas múltiplas dimensões e avaliar os vários objetivos desses empreendimentos. Além disso, precisa avaliar as condições de vida das pessoas integrantes dos EES.

A abordagem do desenvolvimento humano propõe uma análise integrada de atividades econômicas, sociais e políticas (SEN, 1999a). Essa abordagem amplia a base informacional, em vez de focar somente na renda e nos resultados econômicos muda para capacitações

humanas com foco na qualidade de vida. A renda é considerada um meio para poder atingir outros objetivos. A base informacional deve considerar questões como agência e bem-estar, além de questões relacionadas com controle, poder, autonomia, direitos e liberdades positivas e negativas (SEN, 1985). A participação das pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento é um elemento central no processo de avaliação, e resulta na ampliação da base informacional (COMIM, 2008a). O desenvolvimento é avaliado como a “[...] expansão das capacitações das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e têm razão para valorizar”² (SEN, 1999a, p. 18). O desenvolvimento é importante em termos de aumentar a efetiva liberdade das pessoas e sua autonomia (SEN, 2009). O foco está na avaliação das condições de vida das pessoas. Nesta concepção, as pessoas são consideradas como agentes ativos de mudança. A abordagem reconhece que as oportunidades que as pessoas têm dependem da existência de instituições e arranjos sociais e reconhece o papel que as instituições têm no processo de desenvolvimento humano (CHOPRA; DURAIAPPAH, 2008; DENEULIN, 2008; SEN, 1999a; 2009). Os processos de participação e democracia não são um meio para atingir outros objetivos; eles são considerados como objetivos próprios do desenvolvimento humano (EVANS, 2008; NUSSBAUM, 2011; SEN, 1999a; 2009). A ação coletiva através de grupos comunitários e movimentos sociais e a atuação em espaços de incidência política, como fóruns e conselhos, são importantes para o desenvolvimento humano, especialmente para as pessoas que se encontram em situação de pobreza e injustiça. As organizações coletivas, tais como grupos de mulheres, sindicatos e conselhos comunitários, são espaços fundamentais para formular valores compartilhados e elaborar estratégias para perseguir-los (EVANS, 2002).

O objetivo geral desta tese é examinar condicionantes e elementos que determinam a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis, analisar as condições de vida das catadoras e dos catadores, e a contribuição para o desenvolvimento humano.

Esta pesquisa visa proporcionar uma compreensão sobre as condições requeridas e os indicadores de sustentabilidade de EES, averiguar as condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul e fornecer subsídios para programas de apoio e políticas públicas de promoção da economia social e solidária como estratégia de desenvolvimento humano.

² Texto original: “expansion of the “capabilities” of persons to lead the kind of lives they value – and have reason to value”.

A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica referente ao desenvolvimento humano e à economia solidária; na elaboração de indicadores de sustentabilidade de EES e indicadores das condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis; e em um estudo empírico junto a vinte EES de catadoras e catadores e junto a 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis, oriundos de dezessete municípios, de diversas regiões, no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa se justifica por sua contribuição para a base de evidências relativa ao desempenho e à sustentabilidade de EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Além disso, justifica-se pela contribuição para a elaboração de indicadores de sustentabilidade dos EES, que abordam seus múltiplos objetivos, bem como as condições de vida das pessoas participantes. O estudo empírico junto aos vinte empreendimentos solidários de catadoras e catadores contribui para a compreensão dos elementos condicionantes e limitantes da sustentabilidade, compreendida como a capacidade de atingir os objetivos sociais, econômicos, políticos e ambientais, ao longo do tempo, e de sua contribuição para o desenvolvimento humano. O estudo empírico junto a 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis contribui para a compreensão do processo de superação da pobreza multidimensional dessas pessoas ao integrar um EES.

Esta pesquisa também se justifica por subsidiar ações de OSCs e do poder público, respectivamente:

- a) para a elaboração de programas de apoio de OSCs a EES, especialmente de catadoras e catadores de materiais recicláveis;
- b) para a elaboração de políticas públicas para inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis e superação da pobreza;
- c) para a elaboração de políticas públicas de promoção de um ambiente favorável à economia solidária; e
- d) para os processos de avaliação de EES e das condições de vida das pessoas integrantes, numa perspectiva de desenvolvimento humano.

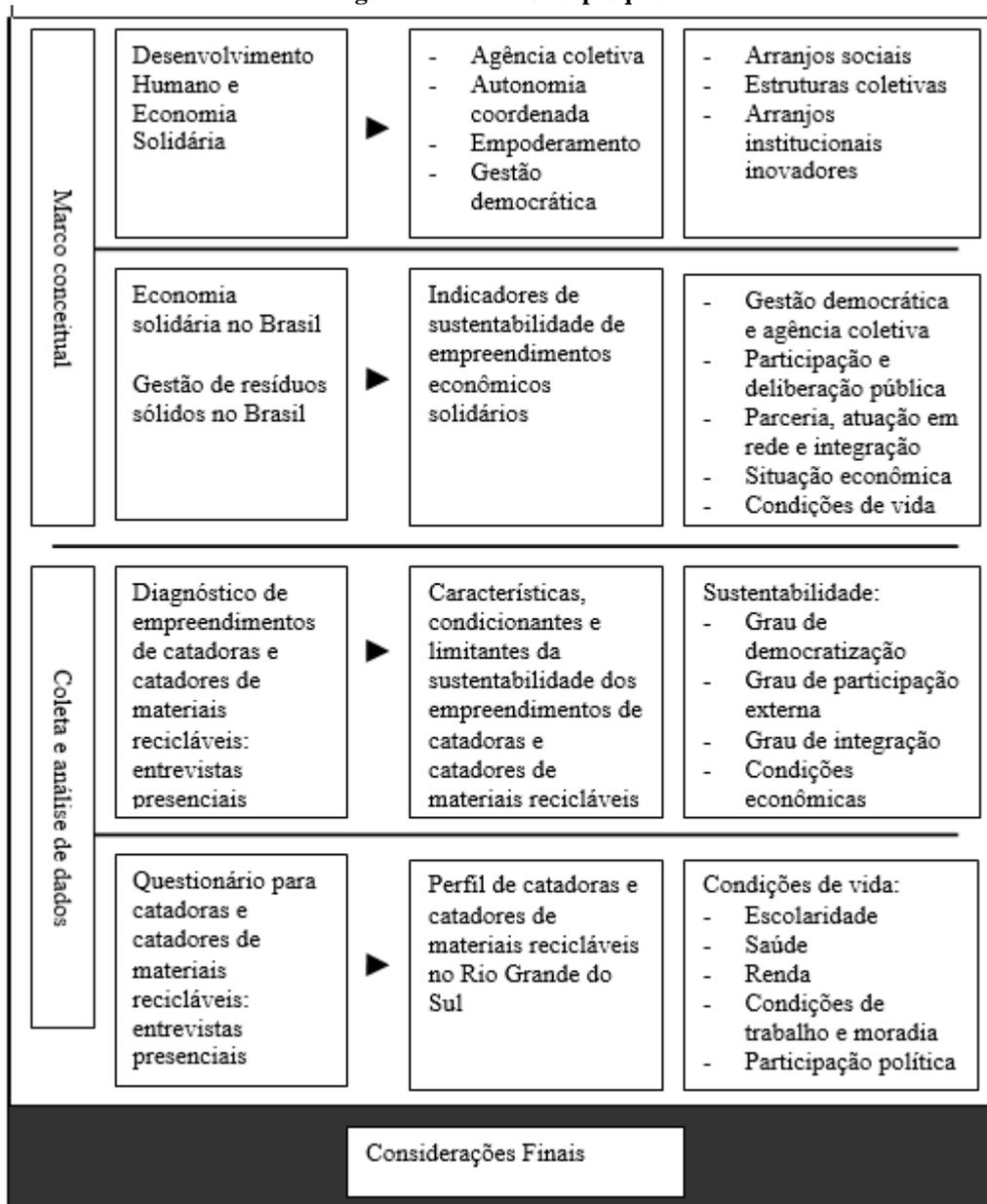
Esta pesquisa considera diversos aspectos analíticos. O desenvolvimento humano é abordado como uma questão multidimensional, no qual se considera a importância dos arranjos sociais e das estruturas coletivas, e considera-se a importância das escolhas democráticas. A democracia e a participação efetiva das pessoas na definição de prioridades econômicas, sociais e ambientais são processos importantes tanto ao nível macro, no âmbito

do desenvolvimento nacional, quanto ao nível meso, no âmbito do desenvolvimento regional e local, e ao nível micro, no âmbito dos arranjos sociais e das estruturas coletivas.

A presente tese está estruturada em três partes. Na primeira parte, é apresentada uma revisão bibliográfica contendo referências conceituais e teóricas que orientaram os estudos empíricos. Aborda-se o papel central da autonomia, da agência, do empoderamento e das escolhas democráticas, bem como a importância dos arranjos sociais e das estruturas coletivas, no desenvolvimento humano. Também são apresentados os conceitos de economia social, de economia solidária e de economia social e solidária, seguidos pela discussão sobre o papel central da gestão democrática e sobre a importância dos arranjos institucionais inovadores na economia solidária. Essa parte é finalizada com uma discussão a respeito das relações entre as abordagens de desenvolvimento humano e de economia solidária, principalmente em relação ao papel central da agência e da gestão democrática, assim como não apenas da importância das estruturas coletivas e dos arranjos institucionais, mas também dos processos de deliberação pública.

Na segunda parte, apresenta-se o contexto da economia solidária no Brasil, a partir da análise dos dados dos dois mapeamentos dos EES realizados entre 2005 e 2013. Discutem-se as políticas públicas de economia solidária no Brasil e os desafios para a sustentabilidade dos empreendimentos. Em seguida, apresentam-se o contexto das organizações de catadoras e catadores no Brasil e a gestão integrada de resíduos sólidos com a inclusão de catadoras e catadores. Discutem-se os desafios para a sustentabilidade dos empreendimentos de catadoras e catadores. Por fim, apresentam-se elementos condicionantes e limitantes, bem como indicadores de sustentabilidade de EES de catadoras e catadores. Os indicadores incluem: gestão democrática e agência coletiva; participação e deliberação pública; parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva; indicadores econômicos; e indicadores das condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Figura 1 - Desenho da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Na terceira parte, apresentam-se os resultados do estudo empírico dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul. Os dados do estudo empírico foram obtidos por meio da realização de um diagnóstico, consistindo em entrevistas estruturadas e presenciais com membros da coordenação de vinte EES de catadoras e catadores, localizados em dezessete municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, apresenta-se a sistematização dos resultados da análise de sustentabilidade dos empreendimentos de catadoras e catadores. Esta análise aborda as questões referentes ao grau de democratização; ao grau de participação externa; ao grau de integração e às condições

econômicas. Nesta parte, também se apresentam os resultados do estudo empírico das condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul. A coleta de dados do estudo empírico foi realizada por meio de um questionário aplicado em entrevistas presenciais junto a 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis de vinte EES. Na sequência, apresentam-se as características das catadoras e dos catadores e uma análise das condições de vida. Essa análise aborda as questões relacionadas a escolaridade, saúde, renda, condições de trabalho e de moradia e participação na comunidade e em espaços de deliberação pública.

Nas Considerações finais, retomam-se as reflexões dos estudos empíricos referentes aos condicionantes e elementos que determinam a sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores, e as condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, bem como sua contribuição para o desenvolvimento humano e superação da pobreza. A Figura 1 apresenta o desenho da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O final do século XX e o início do século XXI têm se caracterizado pelo aumento da desigualdade, pela reestruturação produtiva e pela reestruturação do trabalho nas diversas regiões no mundo (ANTUNES, 2001; PIKETTY, 2013/2014; WELLEN, 2012). A partir dos anos 1970-1980, houve uma reascensão da desigualdade, principalmente a partir de mudanças políticas referentes às finanças e à tributação (PIKETTY, 2013/2014). Neste mesmo período, iniciaram-se um processo de reestruturação produtiva do capital e a implantação do projeto neoliberal, que resultaram ambos na reestruturação do trabalho (ANTUNES, 2001). O modelo neoliberal é associado ao crescimento econômico, porém, sem gerar empregos, o que, simultaneamente, não só aumenta a desigualdade, mas também provoca poluição e perda da biodiversidade (UTTING, 2015). Os EES inserem-se nesse contexto de reestruturação produtiva do projeto neoliberal, que também resultou na precarização do trabalho (WELLEN, 2012). Essas questões têm implicado mudanças em relação à prática e ao pensamento sobre o desenvolvimento, fazendo surgir outros conceitos de desenvolvimento.

Neste capítulo da tese, serão analisados os conceitos de desenvolvimento humano e de economia solidária. Esses conceitos têm objetivos mais amplos e incorporam objetivos sociais e ambientais, além dos objetivos econômicos. Cada conceito tem os seus indicadores, que captam determinados aspectos da realidade e balizam as avaliações do desenvolvimento.

Em seguida, são apresentados e analisados dois conceitos de desenvolvimento e seus desdobramentos para matrizes de avaliação de intervenções sociais e indicadores. Na primeira seção, é discutido o conceito de Desenvolvimento Humano, e é abordado o papel central da autonomia, da agência, do empoderamento e das escolhas democráticas. Esta seção também aprofunda a importância dos arranjos sociais e das estruturas coletivas no desenvolvimento humano. Na segunda seção, discute-se o conceito de economia solidária e apresentam-se reflexões acerca do papel central da gestão democrática e da importância dos arranjos institucionais inovadores na economia solidária. A terceira seção aborda a relação entre as abordagens do desenvolvimento humano e da economia solidária.

2.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO

As últimas décadas têm se caracterizado pela persistência da pobreza, da violação de liberdades, das ameaças à biodiversidade e pelo aumento da desigualdade (PIKETTY,

2013/2014; SEN, 1999a; UTTING, 2015). O paradigma vigente de crescimento econômico mantém e aprofunda esses problemas. Dessa forma, surge a necessidade de um conceito de desenvolvimento que vise à melhoria da vida de todas as pessoas.

Sen (1987) reflete sobre as duas diferentes origens da economia: de um lado, relacionada à ética e, de outro, relacionada à abordagem da “engenharia”. A primeira abordagem, relacionada à ética, salienta o aspecto de que o estudo da economia vai muito além da busca de riqueza. Essa abordagem abrange “[...] a avaliação e a intensificação de objetivos mais básicos”¹, em que a riqueza é um meio para atingir esses objetivos, e se baseia numa “[...] concepção da realização social relacionada à ética”² (SEN, 1987, pp. 3-4). Sen argumenta que a avaliação nesse conceito tem de ir além da eficiência. Deve ser fundamentado na ética e numa visão mais abrangente do bem-estar, bem como na compreensão do que significa viver uma vida boa. A abordagem da “engenharia”, que forma a base do atual pensamento e modelo econômico, está relacionada a questões logísticas, tais como encontrar os meios apropriados para atingir os objetivos.

Sen (1999a) argumenta que, em geral, há duas atitudes em relação ao desenvolvimento. A primeira centra-se na abordagem de cima para baixo, baseada no crescimento econômico e na austeridade, em que os problemas sociais são abordados e “resolvidos” posteriormente, e em que as pessoas que vivem em pobreza serão beneficiadas em um estágio posterior. Um enorme contingente nunca experimentou esses benefícios e estão enfrentando novos e crescentes problemas sociais. A segunda atitude enxerga o processo de desenvolvimento como um processo que precisa atender aos problemas sociais e no qual as pessoas estão no centro, baseada numa abordagem de baixo para cima, em que agência, autonomia e participação são os conceitos centrais.

No primeiro conceito de desenvolvimento, o indicador mais importante para comparar o desenvolvimento entre países é o Produto Interno Bruto, e o conceito de desenvolvimento é considerado sinônimo de crescimento econômico. Nessa concepção, a pobreza é considerada somente no seu aspecto econômico e é avaliada a partir de um único indicador: a renda. O conceito de desenvolvimento humano baseado na segunda atitude, para medir a qualidade de vida, incorpora outras características além da renda – como educação, saúde e longevidade –, e as considera essenciais para definir o desenvolvimento do país e dos seus habitantes. Essa

¹ Texto original: “The assessment and enhancement of more basic goals”.

² Texto original: “Ethics-related view of social achievement”.

concepção considera a pobreza nos seus múltiplos aspectos, relacionados com saúde, educação e condições de vida, e avalia a pobreza mediante indicadores multidimensionais.

De acordo com Sen (1999a), a melhoria da vida e a ampliação das liberdades devem ser as principais metas do desenvolvimento. Nussbaum (2011) considera o desenvolvimento como um conceito normativo e, neste sentido, tem como significado que a realidade está melhorando. O primeiro relatório de desenvolvimento humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1990, afirma que “[...] o objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente propício para que as pessoas possam desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa”³ (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1990, p. 9). O conceito de desenvolvimento humano, assim como os próprios relatórios de desenvolvimento humano, surge como crítica à redução do conceito de desenvolvimento ao crescimento econômico e ao uso do PIB como indicador da qualidade de vida de uma nação. Entre as críticas ao uso do PIB, podem ser mencionadas aquelas que afirmam que um único número não fornece as informações necessárias para avaliar a qualidade de vida; um aumento do PIB não tem uma relação direta com um aumento na qualidade de vida, como por exemplo, um aumento na expectativa de vida; o PIB ignora questões de distribuição de renda e pode conter amplas desigualdades (NUSSBAUM, 2011; SEN, 1999a; UNDP, 1990).

O conceito de desenvolvimento humano também surge como uma crítica ao utilitarismo. A economia do bem-estar foi desenvolvida por economistas utilitaristas. Na origem do utilitarismo, está o trabalho do economista Jeremy Bentham. A estratégia do utilitarismo de reduzir a pobreza é baseada no bem-estar, que pode ser medido por meio da utilidade, como uma concepção subjetiva de bem-estar. A utilidade pode ser definida em termos de desejo, prazer ou felicidade. A principal preocupação do utilitarismo é com “[...] a utilidade total da comunidade”⁴ (SEN, 1999b, p. 351). Porém, o utilitarismo negligencia questões de distribuição, ao considerar como melhor escolha a opção que contribui para a utilidade total mais alta e um nível superior de bem-estar (SEN, 1999b). Um mais alto nível de bem-estar pode coexistir com uma privação individual, por exemplo, com a incapacidade de nutrir-se apropriadamente e, portanto, pode coexistir com uma parte da população vivendo em situação de pobreza.

O conceito de desenvolvimento humano vem ao encontro das críticas referentes ao utilitarismo e ao uso do PIB como único indicador da qualidade de vida. O desenvolvimento

³ Texto original: “The basic objective of development is to create an enabling environment for people to enjoy long, healthy and creative lives”.

⁴ Texto original: “total utility of a community”.

humano reconhece a importância da renda na vida das pessoas, mas a considera como um meio para atingir outros objetivos, para ampliar as liberdades e para melhorar a qualidade de vida. Dessa forma, o desenvolvimento humano faz uma distinção explícita entre meios e fins do desenvolvimento (SEN, 1999a; 2009).

A abordagem do desenvolvimento humano amplia o espaço informacional para a avaliação comparativa da qualidade de vida. Em vez de focar somente numa única dimensão, no caso, a renda, foca nas múltiplas dimensões da qualidade de vida e leva em consideração a diversidade humana. O desenvolvimento humano é considerado um “[...] processo de ampliação das escolhas das pessoas”. Nessas escolhas, as mais críticas se referem à possibilidade de “[...] viver uma vida longa e saudável”, e de ter acesso à educação e a “[...] recursos necessários para um padrão de vida decente”. Outros aspectos abrangem a liberdade política e a “[...] garantia dos direitos humanos”⁵ (UNDP, 1990, p. 1). O desenvolvimento humano é abordado como uma questão *multidimensional*.

Outra característica do desenvolvimento humano é o enfoque nas *liberdades humanas* e na capacidade de *agência, autonomia e empoderamento* das pessoas. O processo de desenvolvimento visa eliminar as privações de liberdade, que reduzem as escolhas e as oportunidades das pessoas e limitam sua condição de agente. A abordagem do desenvolvimento humano tem como objetivo a expansão das capacitações para que as pessoas possam levar o tipo de vida que elas valorizam. Essa abordagem considera a importância dos processos pelos quais os resultados do desenvolvimento ocorrem. Portanto, considera as *escolhas democráticas* e a *participação efetiva das pessoas* na definição de prioridades do desenvolvimento como substancial.

A abordagem do desenvolvimento humano reconhece o papel das instituições, dos *arranjos sociais* e das *estruturas coletivas* no processo de desenvolvimento humano, bem como a sua importância para as oportunidades que as pessoas têm (CHOPRA; DURAIAPPAH, 2008; DENEULIN, 2008; EVANS, 2002; SEN, 1999a; 2009). As oportunidades e as capacitações das pessoas podem ser ampliadas pelas políticas públicas. Ao mesmo tempo, os arranjos sociais e as estruturas coletivas são espaços fundamentais para formular valores compartilhados e elaborar estratégias para perseguí-los e, através da efetiva participação, influenciar políticas públicas.

⁵ Texto original: “a process of enlarging people’s choices”, “to live a long and healthy life”, “resources needed for a decent standard of living”, “guaranteed human rights”.

2.1.1 O papel central da autonomia e da agência no desenvolvimento humano

As crises econômicas, sociais e ambientais têm gerado questionamentos sobre o atual paradigma do desenvolvimento e colocam a questão: por que queremos o desenvolvimento e de que forma o queremos? Nesta pergunta, o foco não está somente na finalidade do desenvolvimento, mas considera igualmente importante o processo. Assim, considera-se que o desenvolvimento terá de atender às reais necessidades humanas e, ao mesmo tempo, incluir a efetiva participação das pessoas na definição das prioridades do desenvolvimento.

Uma característica do desenvolvimento humano é que a liberdade norteia o processo de desenvolvimento. A expansão das liberdades é o principal objetivo e também o principal meio do desenvolvimento. O papel constitutivo da liberdade, sendo a liberdade substantiva o principal fim do desenvolvimento, compreende que as vidas humanas são enriquecidas com mais liberdade. A perspectiva da liberdade é voltada para a qualidade de vida das pessoas e para o seu modo de viver. O processo de desenvolvimento visa aumentar a liberdade efetiva das pessoas e sua autonomia (SEN, 1999a; 2009). As pessoas são consideradas como agentes ativos de mudança. Sua liberdade de decidir o que valorizam, assim como a forma de buscar seus objetivos, podem ir muito além das suas próprias necessidades e dos seus próprios interesses (SEN, 2009). Dessa forma, os temas abrangem questões de grupos e comunidades, mas também questões como a preservação do meio ambiente.

O papel instrumental da liberdade, a liberdade como meio do desenvolvimento, relaciona-se com diferentes direitos e oportunidades que contribuam para a promoção do desenvolvimento. Existe uma inter-relação e um encadeamento constitutivo entre os diferentes tipos de liberdade, que se reforçam mutuamente. Sen (1999a, p. 38, grifos do autor) considera cinco tipos de liberdades instrumentais: “(1) *liberdades políticas*, (2) *facilidades econômicas*, (3) *oportunidades sociais*, (4) *garantias de transparência*, e (5) *segurança protetora*”⁶. As liberdades políticas, através dos direitos civis e políticos, promovem a segurança econômica. As oportunidades sociais – como, por exemplo, o acesso à educação e, Dessa forma à capacidade de ler e de escrever – ajudam na capacidade de conseguir trabalho e ganhar uma renda e, portanto, facilitam a participação econômica. Esses encadeamentos também podem reforçar as privações, por exemplo, uma pessoa que vive em situação de pobreza, e, portanto, sofre da privação de liberdade econômica, muitas vezes, também

⁶ Texto original: “(1) *political freedoms*, (2) *economic facilities*, (3) *social opportunities*, (4) *transparency guarantees*, (5) *protective security*.”

enfrenta violações de outros tipos de liberdade, como a privação da liberdade social, através da restrição ao acesso à educação e à saúde de qualidade, e a privação da liberdade política, restringindo a liberdade de participar de discussões em espaços públicos.

Sen (1999a) aponta que a liberdade tem dois aspectos: o do processo e o da oportunidade. O primeiro aspecto foca nos processos de participação e de tomada de decisão, tanto em decisões políticas quanto em relação a outros aspectos do desenvolvimento humano. Esses processos de participação não podem ser considerados somente como meios do desenvolvimento, mas são definidos também como seus fins. O segundo aspecto está relacionado com a oportunidade que as pessoas têm para alcançar os resultados que elas têm razão para valorizar.

A importância da liberdade reside principalmente no aspecto de que ela promove a *condição de agente*, capaz de agir e promover mudanças, tanto em relação a si mesmo, como na condição de influenciar ações locais e políticas públicas. As oportunidades sociais adequadas estimulam a *autonomia* das pessoas e sua capacidade de fazer *escolhas democráticas* e participar efetivamente na definição de prioridades econômicas, sociais, políticas e ambientais no processo de desenvolvimento.

Na abordagem do desenvolvimento humano, os processos de participação e democracia não são somente um meio para atingir outros objetivos; eles são primordialmente considerados como objetivos próprios do desenvolvimento humano (EVANS, 2002; NUSSBAUM, 2010; 2011; SEN, 1999a; 2009; SEN; KLIKSBURG, 2010). “Os direitos democráticos estão entre os ‘componentes constitutivos’ do desenvolvimento”⁷ (SEN, 2009, p. 347, grifos do autor). O processo democrático vai além do voto e das eleições, e também inclui oportunidade para o debate público, acesso à informação relevante e participação interativa (SEN; KLIKSBURG, 2010). Essa abordagem enfatiza a condição de agente como participante de ações sociais, econômicas e políticas, bem como a oportunidade das pessoas de debater sobre valores e participar na escolha das prioridades de políticas públicas e projetos de desenvolvimento. Dessa forma, está profundamente comprometido com a democracia e com as escolhas democráticas nos processos de desenvolvimento.

A abordagem do desenvolvimento humano, também chamada de abordagem das capacitações, na visão de Sen (1992; 1999a; 2009), é voltada para a avaliação comparativa da qualidade de vida. Sen (2009, p. 231) afirma que “[...] a vantagem individual é julgada na abordagem das capacitações pela capacitação de uma pessoa para fazer coisas que ela tem

⁷ Texto original: “democratic rights are among the ‘constituent components’ of development”.

razão para valorizar”⁸. A perspectiva das capacitações aborda uma pluralidade de características da vida das pessoas, como por exemplo, saber ler e escrever. Essa abordagem foca em funcionamentos e capacitações, que formam o espaço informacional para a avaliação do desenvolvimento humano. Um funcionamento pode ser descrito como aquilo que a pessoa consegue fazer ou ser, por exemplo, ser saudável e participar na vida da comunidade. A capacitação da pessoa refere-se à liberdade de escolher entre um conjunto de oportunidades. Dessa forma, a capacitação está relacionada à oportunidade e à liberdade de escolha para definir qual é a melhor opção para si. O aspecto da liberdade de escolha é fundamental. O foco central está na vida humana e nas oportunidades reais de vida, em vez de se concentrar nos meios de subsistência, como a renda ou o PIB (SEN, 1999a; 2009). O foco na vida humana e na sua pluralidade de características amplia o alcance dos processos de avaliação, nos quais o desenvolvimento é considerado um processo multidimensional.

A expansão da base informacional, considerando aspectos multidimensionais, é uma contribuição importante da abordagem do desenvolvimento humano. Essa abordagem tem avançado na compreensão da natureza e da causa da pobreza e da privação, assim como do processo de desenvolvimento, desviando a atenção dos meios, especialmente de renda, para os objetivos que as pessoas têm razão de valorizar, e para as liberdades de ser capaz de atingir esses objetivos. A expansão da base informacional é importante na avaliação de políticas públicas e de programas e projetos sociais. A efetiva participação das pessoas nos processos de avaliação resulta na ampliação da base informacional (COMIM, 2008a). O desenvolvimento é importante para aumentar a efetiva liberdade das pessoas, destacando principalmente a autonomia. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é considerado um processo de empoderamento.

Nussbaum (2000; 2011) critica a noção de Sen de que a perspectiva da liberdade na abordagem das capacitações seria maximizar a própria liberdade. Ela questiona o aspecto de que todas as capacitações poderiam ser consideradas como valiosas para a liberdade e questiona a ideia de que a promoção da liberdade é um projeto político coerente. De acordo com a autora, a liberdade de algumas pessoas limita a liberdade de outras pessoas. Dessa forma, a noção de liberdade envolve a noção de limitação. Assim sendo, algumas liberdades são consideradas negativas. Para dar um exemplo, a liberdade das indústrias de poluir o meio

⁸ Texto original: “individual advantage is judged in the capability approach by a person’s capability to do things he or she has reason to value”.

ambiente limita a liberdade das pessoas de usufruir de um meio ambiente sem poluição (NUSSBAUM, 2011).

Para Nussbaum, a abordagem das capacitações contribui para uma teoria da justiça social básica e inclui outros aspectos como a dignidade humana e uma lista de capacitações centrais, as quais têm uma relação estreita com os direitos humanos reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa concepção, as capacitações centrais ocupam o mesmo espaço que os direitos humanos. É dever fundamental da sociedade respeitá-las, pois elas não podem ser violadas para atingir outros objetivos. As capacitações formam a base para influenciar políticas públicas. Nussbaum enfatiza a tarefa urgente e afirmativa dos governos em garantir e apoiar os direitos e as capacitações centrais das pessoas.

Nussbaum define capacitações como “[...] o que uma pessoa é capaz de fazer e de ser [...] são um conjunto de oportunidades para escolher e agir”⁹. Uma vez feita a escolha, refere-se a funcionamentos, que são a realização das capacitações, como por exemplo, ser saudável (NUSSBAUM, 2011, p. 20).

Na investigação da contribuição da abordagem das capacitações para a justiça social, é importante selecionar as capacitações centrais. Nussbaum usa a ideia de que algumas condições de vida oferecem uma vida com dignidade humana. As capacitações centrais visam orientar políticas públicas a fim de que elas garantam as condições mínimas para que as pessoas tenham uma vida digna. Entre as capacitações centrais, são mencionadas a capacidade de viver uma vida longa em boa saúde e com a integridade física respeitada; a capacidade de usar os sentidos, a imaginação e o pensamento, com a garantia de liberdade de expressão; a capacidade de demonstrar emoções e de estabelecer ligações de afeto com outras pessoas; ser capaz de refletir criticamente sobre sua vida; ser capaz de se engajar em diversas formas de interação social; ser capaz de se preocupar com a natureza e as espécies que vivem nela; ser capaz de desfrutar atividades recreativas; ser capaz de participar na comunidade e ter o direito à participação política¹⁰ (NUSSBAUM, 2011, pp. 33-34).

Nussbaum delimita as capacitações centrais e poderia se questionar a escolha dessas capacitações e sua validade universal. Sen, porém, dá maior ênfase à questão da escolha das capacitações como exercício da liberdade nos processos avaliativos. Entretanto, essa perspectiva não aborda os conflitos em relação ao uso de diferentes liberdades e em relação a

⁹ Texto original: “What is this person able to do and to be [...] are a set of opportunities to choose and to act”.

¹⁰ Texto original: “Life; Bodily health; Bodily integrity; Senses, imagination, and thought; Emotions; Practical reason; Affiliation; Other species; Play; Control over one’s environment”.

liberdades que ferem a liberdade de outras pessoas. Na versão de Sen, a abordagem do desenvolvimento humano contribui com os processos de avaliação comparativa da qualidade de vida, mas não forma uma teoria de justiça. A versão de Nussbaum dialoga com a garantia dos direitos humanos e visa à justiça social para todas as pessoas, dessa forma, contribuindo para uma teoria de justiça social básica. Ela ressalta que as políticas públicas devem ser direcionadas prioritariamente e de forma diferenciada para as pessoas que vivem em situação de pobreza e de violação de direitos. Nussbaum (2010) enfatiza que a abordagem de desenvolvimento humano é comprometida com a democracia e explicita que essa abordagem favorece um tipo de democracia fundamentada nos direitos humanos.

Outro aspecto ressaltado por Nussbaum é em relação à forma de medir as capacitações e os avanços na qualidade de vida. Sen avança na perspectiva de medir a vantagem individual envolvendo uma escala numérica. Entretanto, Nussbaum (2011) problematiza a questão de medir as capacitações, tendo em vista que a maioria das capacitações é plural e depende de características internas assim como de oportunidades externas. Isso significa que, às vezes, a capacitação somente pode ser medida mediante padrões de funcionamentos. Ela também propõe que, além da medição numa escala numérica, formas qualitativas de medir as capacitações sejam empreendidas. Nos relatórios de Desenvolvimento Humano da ONU, são usados ambos os métodos. Os relatórios apresentam uma escala numérica do Índice de Desenvolvimento Humano e, ao mesmo tempo, apresentam dados desagregados. Cada relatório também aborda uma temática específica – por exemplo, direitos humanos, democracia, sustentabilidade e equidade – apresentada por meio de artigos e dados (UNDP, 2000; 2002; 2011). Desse modo, explicita que o desenvolvimento humano não pode ser compreendido somente por meio de uma escala numérica, por meio de um único número, mas tem que estar acompanhado de análises de temas, dados e aspectos que definam a qualidade de vida das pessoas. Entre as formas qualitativas de avaliação, podem ser concebidas narrativas informadas pela realidade e experiência das pessoas e das comunidades.

Muñiz e Gasper (2009) propõem um modelo de avaliação de projetos centrado na autonomia. Esse modelo foi elaborado a partir de um estudo de impacto realizado com quatro projetos de infraestrutura na Nicarágua e em El Salvador. Muitas vezes, a avaliação de projetos é focada em resultados de curto prazo, a partir dos objetivos do projeto. Essas avaliações, assim como as baseadas no marco lógico - uma ferramenta de planejamento de projetos amplamente adotada por agências de cooperação e OSCs que atuam em desenvolvimento - são criticadas por causa da fraca relação entre resultados do projeto e seus

efeitos sobre a vida das pessoas no longo prazo. O modelo propõe um critério de eficácia do desenvolvimento, que considera a maneira como os projetos influenciam positivamente a autonomia das e dos participantes e, portanto, desenha um critério de eficácia da autonomia humana. O foco principal da avaliação é sobre os indivíduos como agentes de mudança. O principal objetivo é a ampliação da autonomia. Muñiz e Gasper (2009, p. 1) afirmam que “[...] autonomia é intrinsecamente valiosa para o bem-estar e instrumentalmente valiosa para promover o desenvolvimento humano”¹¹. Além de ressaltar o papel central da autonomia das pessoas para o desenvolvimento humano, Muñiz e Gasper também afirmam a importância da autonomia coordenada de pessoas de uma mesma comunidade, que pode resultar em mudanças sociais significativas e melhorar o bem-estar atual e futuro. No modelo, são identificados processos e relações relevantes que são estabelecidos durante o desenvolvimento do projeto. O conceito de autonomia é baseado na capacidade de fazer escolhas em questões importantes e alcançar resultados positivos. Existe uma relação importante entre empoderamento e autonomia, em que o primeiro é o resultado do exercício da segunda. Questões levantadas para avaliar a autonomia das pessoas incluem, entre outros fatores, mudança nos direitos ou intitamentos individuais ou da comunidade; apoio para a agência das pessoas – por exemplo, por meio da melhoria das condições de saúde ou educação; aumento na capacidade organizacional; e alterações estruturais nas relações de poder (MUÑIZ; GASPER, 2009). O modelo mostra a importância de formas qualitativas de avaliação das capacitações em relação à autonomia e ao empoderamento, bem como a relevância da ampliação da base informacional em processos da avaliação do desenvolvimento humano.

A participação das pessoas envolvidas nos projetos de desenvolvimento é importante em todas as fases do projeto, inclusive na fase de preparação da avaliação, quando são definidos os procedimentos e as informações que serão usados (COMIM, 2008a; 2009). Uma contribuição importante da abordagem das capacitações para os processos de avaliação de projetos sociais é a efetiva participação das pessoas envolvidas, bem como sua capacidade de demonstrar as mudanças duradouras na vida das pessoas que vivem em situação de pobreza e de violação de direitos.

¹¹ Texto original: “Autonomy is intrinsically valuable for well-being and instrumentally valuable to promote human development”.

2.1.2 A importância dos arranjos sociais e das estruturas coletivas no desenvolvimento humano

Na abordagem do desenvolvimento humano, há um papel central para a participação das pessoas nos processos de desenvolvimento como agentes ativos de mudança. Porém, colocam-se diversas questões em relação à formação da agência, da autonomia e do empoderamento. Como se formam essas e esses agentes de mudança? Como se promovem a autonomia e o empoderamento das pessoas? O que influencia a formação de valores? O que define os objetivos que as pessoas perseguem? De que forma as escolhas democráticas são promovidas? Ainda surgem outras perguntas em relação à promoção do desenvolvimento humano. Como são formados os objetivos coletivos do desenvolvimento, que visam à elevação da qualidade de vida de todas as pessoas, e principalmente das pessoas que vivem em situação de pobreza e de violação de direitos? E qual é o papel dos arranjos sociais e das estruturas coletivas no desenvolvimento humano?

A abordagem do desenvolvimento humano reconhece não somente que as oportunidades que as pessoas têm dependem da existência e do funcionamento de instituições e arranjos sociais, mas também que estes têm um papel importante na promoção da agência, da autonomia e do empoderamento das pessoas. Reconhece ainda que as instituições e os arranjos sociais têm um papel importante no processo de desenvolvimento humano.

Porém, existem duas concepções acerca da contribuição das instituições e dos arranjos sociais para o desenvolvimento humano. Por um lado, há a concepção que enfatiza a contribuição das instituições e dos contextos social, econômico e político para a liberdade, a agência e a autonomia que as pessoas disponham, e dessa forma, contribuem para o desenvolvimento humano (CHOPRA; DURAIAPPAH, 2008; NUSSBAUM, 2000; 2011; ROBEYNS, 2008; SEN, 1999a; 2009). Nesta concepção, o foco principal para a avaliação do desenvolvimento humano está nos indivíduos. Esta concepção destaca a importância de que as instituições sejam avaliadas de acordo com suas contribuições para a liberdade e a agência das pessoas.

Por outro lado, existe uma concepção que reconhece a importância das instituições em relação a sua contribuição para a agência e a autonomia das pessoas. Entretanto, critica esta visão mais restrita, com foco nos indivíduos. Esta concepção argumenta que os arranjos sociais e as estruturas coletivas são uma conexão importante e necessária entre o contexto social e o indivíduo, e propõe estender o espaço avaliativo do desenvolvimento, reservando

um papel maior para as instituições e os arranjos sociais no desenvolvimento humano, bem como incluindo capacitações coletivas (DENEULIN, 2008; EVANS, 2002).

A primeira concepção enfatiza que, na avaliação do desenvolvimento, o interesse está nos efeitos para os indivíduos. Porém, há um reconhecimento da importância das conexões entre as pessoas, isto é, de suas relações sociais, de sua inserção social. Os fatores sociais, os fatores ambientais, assim como os fatores individuais, também chamados de fatores de conversão, têm uma grande influência em gerar capacitações para as pessoas, a partir de produtos e serviços. Por exemplo, a capacitação para o trabalho remunerado para as mães é expandida pela existência de creches (ROBEYNS, 2008). A noção de capacitação refere-se à oportunidade de escolher. Desse modo, a abordagem das capacitações está comprometida com o respeito ao poder de autodeterminação das pessoas. As estruturas sociais devem promover as oportunidades de escolha das pessoas. Contudo, em muitos casos, as estruturas sociais oprimem em vez de empoderar.

A noção de dignidade humana reforça que cada pessoa se constitui como portadora de valor e como objetivo primordial do processo de desenvolvimento humano. A ideia central na noção de dignidade humana é que as pessoas moldam suas próprias vidas por meio de relações de cooperação e reciprocidade com outras pessoas (NUSSBAUM, 2000; 2011). Dessa maneira, as estruturas sociais, como grupos e famílias, são extremamente importantes para a promoção das capacitações das pessoas e de sua agência e autonomia e, por isso, devem ser apoiadas. Nussbaum faz uma distinção entre capacitações internas, que dependem das características das pessoas, e capacitações combinadas, que dependem não somente das características pessoais, mas também das condições sociais, econômicas e políticas. Ela define capacitações combinadas como “capacitações internas *combinadas com* as condições externas adequadas”¹² (NUSSBAUM, 2000, pp. 84-85, grifos da autora). As dez capacitações centrais são consideradas capacitações combinadas. Portanto, a agência das pessoas e sua capacidade de fazer escolhas – em outras palavras, sua autonomia – são definidas pelas condições políticas e econômicas, assim como pelos arranjos sociais. Os grupos e as instituições são espaços de exercício das escolhas democráticas e da autonomia e, dessa forma, influenciam o empoderamento das pessoas.

Também há um papel importante para os governos em melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. As políticas públicas devem garantir as capacitações centrais das pessoas como um requisito fundamental para viver uma vida com dignidade humana. Nussbaum

¹² Texto original: “internal capabilities *combined with* suitable external conditions”.

(2011) enfatiza a importância de que as políticas públicas sejam direcionadas prioritariamente para as pessoas que mais precisam e que se encontram em situação de privação e violação dos seus direitos.

Na abordagem das capacitações, o desenvolvimento é avaliado de acordo com a liberdade que as pessoas dispõem e, neste processo de alcançar o desenvolvimento, a agência das pessoas é fundamental. Porém, embora esta abordagem priorize as liberdades dos indivíduos, ao mesmo tempo, reconhece que a liberdade de agência das pessoas depende das condições e das oportunidades sociais, econômicas e políticas. Existe uma complementaridade entre a agência das pessoas e os arranjos sociais. As instituições contribuem para a ampliação da liberdade das pessoas. Há um papel importante para as liberdades instrumentais (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora), para garantir a liberdade e a agência das pessoas (SEN, 1999a). Sen reconhece a necessidade da existência e do funcionamento das instituições para prover essas liberdades instrumentais. Existe uma variedade de instituições e arranjos sociais, tanto governamentais quanto não-governamentais, que contribuem para o processo de desenvolvimento, bem como cooperativas e organizações comunitárias, o que reforça a importância da avaliação institucional. O Estado e a sociedade exercem papéis importantes no fortalecimento e na garantia das capacitações humanas. Sen (1999a, p. 297) enfatiza que “uma análise do desenvolvimento demanda uma compreensão integrada dos respectivos papéis dessas instituições e suas interações”¹³.

A criação de novas instituições deveria aumentar as liberdades instrumentais. Porém, Chopra e Duraiappah (2008) alertam que, numa sociedade segmentada, isso pode resultar na distribuição diferenciada de liberdades. Algumas pessoas ou alguns grupos podem ser prejudicados no seu acesso a determinadas instituições. As pessoas que vivem em situação de pobreza podem exercer os seus direitos e liberdades e ampliar suas capacitações mediante a criação de novas instituições, principalmente instituições informais. Por exemplo, pela criação de um grupo informal de economia solidária, as pessoas podem ampliar sua capacitação de trabalhar, ganhar uma renda e tomar decisões coletivamente, dessa forma, facilitando a participação econômica e ampliando sua agência e autonomia.

A segunda concepção argumenta que os arranjos sociais e as estruturas coletivas deveriam ocupar um papel maior na avaliação do desenvolvimento humano. Essa concepção

¹³ Texto original: “Analysis of development calls for an integrated understanding of the respective roles of these different institutions and their interactions”.

crítica a avaliação a partir da abordagem das capacitações porque essa tem seu foco exclusivo nos indivíduos. A proposição básica da abordagem das capacitações é que o desenvolvimento e a justiça devem ser avaliados em termos da expansão das capacitações e das liberdades das pessoas para que elas possam viver a vida que elas valorizam e têm razão para valorizar. Porém, nesta formulação, não há o devido destaque para o papel das instituições e dos arranjos sociais.

A crítica de Deneulin (2008) é em torno da questão de que as capacitações e as liberdades individuais são os únicos espaços para a avaliação do desenvolvimento e ela questiona se esses espaços são suficientes. A autora ressalta a importância de que a avaliação da qualidade de vida considere uma base informacional ampliada, e foque no espaço de capacitações e liberdades em vez da renda. A abordagem das capacitações considera capacitações sociais – por exemplo, a capacitação para participar na comunidade – bem como que a liberdade democrática é um aspecto da sociedade que não pode ser reduzido a características individuais e reconhece a importância dos arranjos sociais para garantir as capacitações individuais. Entretanto, ela argumenta que existe uma tensão conceitual na abordagem das capacitações entre o indivíduo e a sociedade na qual o mesmo vive. Para poder utilizar a abordagem das capacitações como uma orientação para a prática do desenvolvimento, esta tensão terá que ser resolvida. Os valores individuais são construídos dentro de contextos coletivos e, dessa forma, dependem destes espaços coletivos. Deneulin (2008, p. 107) argumenta que a agência individual somente é possível por causa de condições sociais e históricas e introduz a ideia de “agência sócio-histórica”¹⁴. Ela ainda se propõe a estender o espaço avaliativo do desenvolvimento incluindo capacitações coletivas.

Deneulin (2008, p. 112) apresenta a noção de “estruturas de convivência”¹⁵, definidas como estruturas que pertencem a uma comunidade num determinado período histórico e que fornecem as condições para que a vida das pessoas floresça. Ela argumenta que as estruturas de convivência e a existência da liberdade democrática são elementos fundamentais para a promoção das capacitações das pessoas. As estruturas de convivência oferecem os espaços em que as pessoas formam os seus valores, fortalecem sua agência e recebem apoio para sua autonomia. As escolhas das pessoas dependem das estruturas coletivas. Dessa forma, é importante incluir as estruturas coletivas e os arranjos sociais como espaços constitutivos de

¹⁴ Texto original: “socio-historical agency”.

¹⁵ Texto original: “structures of living together”.

agência, assim como é necessário considerar os processos e os arranjos coletivos na base informacional para a avaliação do desenvolvimento.

Outra crítica ressalta que a abordagem das capacitações não só leva em conta os sistemas opressivos e injustos que determinam as possibilidades de realizar as capacitações das pessoas, mas também influenciam suas decisões acerca de quais questões uma pessoa tem razão para valorizar (EVANS, 2002; MCMURTRY, 2015). Evans destaca a concentração do poder econômico em relação aos meios de produção e à difusão de informação e cultura, e sua influência sobre a formação de valores das pessoas. A formação de valores depende do acesso a uma ampla variedade de meios, formas e tipos de informação. A concentração dos meios de comunicação delimita o tipo de informação que é distribuído e impede o acesso a uma ampla variedade de informação. Isto, por sua vez, restringe tanto o processo de discussão pública, quanto o processo deliberativo de formação de preferências e valores, que é essencial para a agência e a autonomia das pessoas.

Entretanto, esse contexto negativo pode ser contrabalanceado pela promoção de uma variedade de organizações associativas. A participação nestes espaços coletivos possibilita às pessoas não apenas a formação de seus próprios valores e prioridades, baseados nas suas condições de vida, como também as estratégias para persegui-los. Estes espaços coletivos são especialmente relevantes para as pessoas que vivem em situação de pobreza e de violação de direitos.

A crítica de Evans (2002) também aborda a questão do foco exclusivo no indivíduo e sua relação direta com o contexto social, sem levar em conta os arranjos coletivos, que têm um papel fundamental de conexão entre o indivíduo e o contexto social. Evans (2002, p. 56) ressalta que as escolhas individuais dependem de “capacitações coletivas”¹⁶. A interação com outras pessoas que compartilham os mesmos interesses e valores através da família, de grupos, de instituições e de comunidades é essencial para a formação da identidade, de valores e de objetivos. É por meio dessas interações sociais que as pessoas definem o que têm razão para valorizar. Os arranjos coletivos – como organizações comunitárias, grupos de mulheres e sindicatos – são espaços essenciais para formular valores compartilhados e, ao mesmo tempo, são meios para persegui-los. Esses espaços são especialmente relevantes em contextos de opressão.

As condições econômicas, sociais e políticas, como por exemplo, as eleições democráticas, são importantes para fornecer um ambiente no qual as pessoas podem fazer

¹⁶ Texto original: “collective capabilities”.

suas escolhas e são pré-requisitos para a atuação de organizações associativas. Porém, são insuficientes para garantir a qualidade de vida de todas as pessoas. A ação coletiva complementa os esforços dispersos de indivíduos e grupos e é necessária especialmente para as pessoas que se encontram em situação de pobreza e violação de direitos, para que elas alcancem o desenvolvimento humano. Portanto, desenvolvimento humano não depende somente de eleições formais, mas também de políticas públicas que reconheçam a relevância da ação coletiva, bem como de instituições e arranjos sociais que proporcionem capacitações coletivas.

Sen (2002, p. 81) reconhece que as pessoas são “quintessencialmente criaturas sociais”¹⁷, que estabelecem vários tipos de interações sociais. Mas ele discorda da nomenclatura “capacitações coletivas” para indicar as capacitações individuais que dependem da interação social. Em vez disso, as denomina como “capacitações individuais socialmente dependentes”¹⁸ (SEN, 2002, p. 85). No entanto, Sen também usa o termo *capacitações coletivas*, como capacitações que vão além de capacitações individuais e dependem de um conjunto de pessoas. Como exemplos, são mencionadas as capacitações de alcance mundial, como a capacitação da humanidade para diminuir a mortalidade infantil no mundo.

Entretanto, as capacitações coletivas podem ser pensadas em outros níveis. Elas podem ser definidas como capacitações que pertencem a um determinado grupo de pessoas, que, juntas, perseguem um mesmo objetivo e podem alcançá-lo por meio de sua ação coletiva. Como exemplo, pode ser mencionada a capacitação coletiva de uma comunidade quilombola de reduzir a desnutrição infantil e garantir a segurança alimentar na sua comunidade. Outro exemplo é a capacitação coletiva de um povo indígena de evitar a extinção de certas espécies e preservar a biodiversidade em um determinado território. Um terceiro exemplo refere-se à capacitação coletiva de um grupo de catadoras e catadores de materiais recicláveis de erradicar o trabalho infantil nos lixões e nos galpões de reciclagem numa determinada região.

Surgem, então, várias perguntas em relação à formação das capacitações coletivas. Como são formadas? Quais processos definem os objetivos comuns de um determinado grupo de pessoas? Como se promovem a autonomia coordenada e o empoderamento de um grupo de pessoas? Qual é o papel dos arranjos sociais e das estruturas coletivas na formação das capacitações coletivas? E de que forma os arranjos sociais e as estruturas coletivas influenciam as escolhas democráticas?

¹⁷ Texto original: “quintessentially social creatures”.

¹⁸ Texto original: “socially dependent individual capabilities”.

Na lista de capacitações centrais, Nussbaum (2011) aponta que as diversas capacitações se fortalecem mutuamente. Porém, ela destaca duas capacitações que desempenham um papel diferenciado na organização das demais: a de ser capaz de refletir criticamente sobre sua vida e a de ser capaz de se engajar em diversas formas de interação social. O engajamento em diversas formas de interação social possibilita a reflexão crítica sobre sua vida e também sobre questões sociais.

Contudo, esta perspectiva pode ser ampliada. A interação social entre pessoas em uma comunidade, em um grupo ou em um arranjo social, possibilita a reflexão crítica sobre questões coletivas e, dessa maneira, contribui com a formação de objetivos comuns e capacitações coletivas.

Comim (2008b) ressalta o valor intrínseco das estruturas sociais nas quais as pessoas vivem, além do efeito instrumental destas estruturas sobre as capacitações individuais, e sugere ampliar a base informacional para avaliações incluindo dados referentes às estruturas sociais e às capacitações sociais. Estas só podem ser alcançadas como resultado da interação social. Elas “[...] podem representar valiosas oportunidades que as pessoas podem alcançar como resultado de sua agência coletiva, ou valiosas liberdades que surgem de sua ‘conexão social’ e cooperação”¹⁹ (COMIM, 2008b, p. 644, grifos do autor). As capacitações sociais são propriedades de processos e estruturas sociais, bem como de suas características como justiça, confiabilidade e reciprocidade. O comportamento associativo e recíproco é formado por meio da interação social em estruturas e organizações coletivas. As relações horizontais têm valor intrínseco.

Os processos que definem os objetivos comuns e as capacitações coletivas de um determinado grupo de pessoas podem ser constituídos de várias formas. No entanto, estes devem estar alicerçados em processos deliberativos e de argumentação pública.

Definir objetivos comuns do desenvolvimento humano é um processo complexo e é essa complexidade que reforça o papel central da argumentação pública, a qual está fundamentada na participação, no diálogo e na interação social. Para eliminar privações, é importante dar voz a quem está sofrendo as consequências dessas privações mediante amplas oportunidades para discussão pública. Sen (2013, p. 24) reforça “[...] a importância das pessoas se expressarem, em diálogo com outras, sobre o que aflige suas vidas e quais

¹⁹ Texto original: “They may represent valuable opportunities that people can achieve as a result of their collective agency, or valuable freedoms that arise from their ‘social connectedness’ and cooperation”.

injustiças desejam remover”²⁰. Para o exercício da discussão pública e do diálogo, a “[...] tolerância da diversidade de pontos de vista”²¹ desempenha um papel central (SEN, 2009, p. 334). A partir das colocações de Sen, podem ser identificadas três características da discussão pública: dar voz às pessoas que vivem em situação de pobreza e de violação de direitos; criar diálogo com outras pessoas; e promover a tolerância da diversidade de pontos de vista.

Denuelin (2015) ressalta a característica de empatia, além da voz e do diálogo, para a argumentação pública. A empatia é a capacidade de perceber e entender a perspectiva de outra pessoa. Ela enfatiza que a empatia é uma característica essencial do diálogo. Deneulin destaca a importância do processo de argumentação pública em relação a grupos marginalizados para transformar estruturas injustas. A autora afirma que a discussão pública para estes grupos pode promover a agência ao nível coletivo.

Dessa forma, pode ser constatado que as organizações populares são espaços importantes de discussão pública e de formação de capacitações coletivas. A ação coletiva e a autonomia coordenada podem resultar na transformação de estruturas injustas, eliminando algumas privações, que impedem as pessoas de viver bem.

Uma mídia livre e independente é um elemento importante para promover a argumentação pública. A mídia tem um papel relevante na difusão de uma pluralidade de informações e pontos de vista, uma vez que pode colaborar com a análise crítica, bem como dar voz para as pessoas que sofrem violação de direitos, contribuindo, assim, com a segurança humana (SEN, 2009). É importante ressaltar que as limitações à liberdade de imprensa e à independência da mídia podem ser decorrentes da interferência política, da interferência privada e comercial e da concentração da propriedade da mídia. Dessa forma, uma mídia livre, independente e plural é essencial para o processo democrático e para a discussão pública.

Os arranjos coletivos podem ser vistos como arenas para formular objetivos comuns, formar capacitações coletivas e definir os instrumentos de como perseguir os objetivos. Estes espaços possibilitam a ação coletiva e os processos deliberativos. Evans (2002) enfatiza que a ação coletiva é necessária para garantir a democracia e os direitos humanos. Dessa maneira, estratégias institucionais que facilitam as capacitações coletivas contribuem para o desenvolvimento humano.

²⁰ Texto original: “importance of people expressing themselves, in dialogue with others, on what ails their lives and what injustices they want to remove”.

²¹ Texto original: “toleration of diversity of views”.

Ainda, vale destacar o papel da interação social por meio dos arranjos sociais nos processos de deliberação sobre políticas públicas. Esses processos podem ser baseados na ação coletiva, mediante mobilização e pressão, mas também podem ser realizados por meio de participação em espaços deliberativos como fóruns, conferências e conselhos. O fortalecimento dos espaços deliberativos e sua contribuição efetiva para as políticas públicas são necessários para o processo de desenvolvimento.

Dessa forma, pode ser afirmado que os arranjos sociais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento humano. Eles são uma conexão importante entre o contexto social e o indivíduo e contribuem para a liberdade e a agência das pessoas, assim como para a autonomia coordenada de comunidades ou grupos de pessoas. A interação social entre pessoas nos arranjos sociais também possibilita a reflexão crítica sobre questões coletivas, a formação de valores compartilhados, de objetivos comuns e de capacitações coletivas. Nesta tese, as capacitações coletivas são definidas como capacitações que pertencem a um determinado grupo de pessoas, que, juntas, perseguem um mesmo objetivo e podem alcançá-lo por meio de sua ação coletiva. Nos processos de avaliação de desenvolvimento humano, é importante analisar a contribuição dos arranjos sociais e das capacitações coletivas.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de economia solidária contribui para uma concepção de desenvolvimento que valoriza os objetivos sociais e ambientais, além dos objetivos econômicos. O conceito de economia solidária tem ganhado destaque na literatura a partir dos anos 1990. Desde a década de 1990, também surgiu uma ampla gama de projetos, programas e políticas públicas de promoção da economia solidária (CORAGGIO, 2015; MENDELL; ALAIN, 2015; SILVA, 2012). Há diversos termos em uso para esse fenômeno, que são discutidos nas próximas seções, como os termos *economia social*, *economia solidária*, e recentemente tem surgido o termo *economia social e solidária*. Discute-se também se a economia solidária pode ser considerada um conceito de desenvolvimento ou se se refere a um setor da economia, e qual seu potencial de contribuir para uma estratégia abrangente de desenvolvimento. Além disso, discute-se, a partir da literatura, quais os condicionantes e os limitantes para a sustentabilidade dos EES. Por fim, apresentam-se reflexões acerca do papel central da gestão democrática e da importância dos arranjos institucionais inovadores na economia solidária.

2.2.1 Conceito de economia social

O conceito de economia social existe há muito tempo, principalmente na Europa, mas, a partir de experiências nos anos 1980 e 1990, esse conceito ganhou um novo impulso. Nesta terminologia, predomina a orientação setorial, em que a economia social é considerada um terceiro setor, diferentemente dos setores privado e público (AMIN, 2009; LAVILLE, 2009; PEARCE, 2009).

De acordo com Amin (2009, p. 4), a economia social compreende “[...] atividades comerciais e não comerciais em grande parte nas mãos de organizações comunitárias ou do terceiro setor que dão prioridade à satisfação das necessidades sociais (e ambientais) antes da maximização do lucro”²². Amin também ressalta o aspecto comunitário, conforme o qual as iniciativas da economia social mobilizam capacidades e recursos locais a partir da mobilização popular, a fim de atender às necessidades locais e sociais, assim como ao desenvolvimento humano.

A economia social é definida como um terceiro sistema, ao lado do sistema privado, voltado para o lucro, e do sistema voltado para os serviços públicos. Este terceiro sistema abrange uma gama diversificada de organizações, como economia familiar, organizações de voluntários, organizações da sociedade civil voltada para intervenções sociais, cooperativas autogestionárias e empreendimentos sociais, tais como as cooperativas sociais e as cooperativas de crédito mútuo. Um dos principais aspectos que distingue as organizações da economia social são os princípios segundo os quais operam. De acordo com Pearce (2009), o princípio básico é que essas organizações trabalham para o bem comum e têm um impacto benéfico para as pessoas, para o planeta e para a economia local. Outros princípios se referem às questões da boa governança e transparência, mediante práticas democráticas eficazes; ao uso do lucro para investimento na organização e na comunidade; ao cuidado das trabalhadoras e dos trabalhadores para que trabalhem em boas condições e para que as capacidades individuais e coletivas sejam reforçadas (PEARCE, 2009).

Nesta concepção, o termo *economia social* é mais amplo que o termo *terceiro setor*, e abrange, além das organizações sem fins lucrativos, as cooperativas e organizações mutualistas. Essas organizações surgem para atender aos problemas sociais, contam com a

²² Texto original: “commercial and non-commercial activity largely in the hands of third-sector or community organizations that gives priority to meeting social (and environmental) needs before profit maximization”.

participação de cidadãos e cidadãs, e sua atuação é baseada na ajuda mútua e na ação coletiva (LAVILLE, 2015).

Há diversos aspectos que caracterizam as organizações da economia social, como a atuação local, a capacidade de formar uma rede de apoiadores e a preocupação em atender a serviços coletivos (LAVILLE, 2009). Muitas organizações da economia social oferecem serviços coletivos e surgem para atender a problemas ambientais ou sociais, tais como a gestão dos recursos naturais, serviços de cuidados de pessoas idosas ou serviços de cuidados de crianças, como creches comunitárias. Essas organizações, na maioria das vezes, contam com uma rede de apoio, que pode ser formada por usuários dos serviços ou profissionais que identificam demandas sociais ou por ambos os grupos e que compartilham os objetivos da organização. Essas redes se formam ao nível local e, por isso, a proximidade geográfica é um aspecto importante.

Porém, há uma concepção mais restrita da economia social, que abrange diversos tipos de empreendimentos, como associações, organizações mutualistas e cooperativas que desenvolvem atividades econômicas. Entre os aspectos que definem essas organizações, está o limite para o interesse material dos investidores e a prioridade para a criação do patrimônio coletivo. Nessa concepção, a economia social é formada por empreendimentos não capitalistas. Logo, para a avaliação desses empreendimentos, são usados indicadores como o aumento das atividades no mercado. Essa concepção considera que os empreendimentos da economia social atuam na economia de mercado. Por exemplo, na França, o estatuto da economia social considera que seus componentes “[...] vivem na economia do mercado” e formam “[...] instituições que a economia de mercado tradicional não gera”²³ (LAVILLE, 2015, p. 49).

Mendell (2009) aborda a economia social a partir de quatro perspectivas e ressalta sua natureza híbrida, a partir de experiências em Quebec. A autora desenvolveu uma tipologia baseada, de um lado, nas oportunidades e necessidades e, de outro, nas relações com o mercado. Dessa forma, ela distingue quatro perspectivas. A primeira é a economia social, como resposta a necessidades sociais, voltada para o desenvolvimento social, denominada de “Economia social não mercantil”²⁴. Como exemplos, a pesquisadora menciona abrigos para os sem-teto e cozinhas coletivas (MENDELL, 2009, p. 181). A segunda perspectiva é a economia social como resposta a novas oportunidades, também sem relação mercantil, por

²³ Texto original: “live in the market economy”; “institutions that the traditional market economy does not generate”.

²⁴ Texto original: “Non-market-based social economy”.

exemplo, museus ecológicos. A terceira é a economia social como resposta a necessidades sociais, voltada para o desenvolvimento econômico, numa “Economia social baseada no mercado”²⁵, como por exemplo, empresas de capacitação e finanças solidárias (MENDELL, 2009, p. 181). A quarta perspectiva é a economia social, como resposta a novas oportunidades, voltada para o desenvolvimento econômico, como cooperativas de trabalhadoras e trabalhadores. Mendell ressalta a diversidade e a sobreposição das dimensões econômicas e sociais.

Nessa concepção, seja a mais ampla, que inclui as organizações sem fins lucrativos, seja a mais restrita, que considera somente as organizações inseridas na economia do mercado, a economia social é vista como um terceiro setor. Esse setor atende a demandas sociais e ambientais e atua na área de prestação de serviços coletivos. Essa abordagem se concentra nos aspectos econômicos e sociais e, em menor grau, nos aspectos políticos. A economia social se insere na economia mista moderna como um terceiro sistema, ao lado do setor privado e do setor público. Nessa visão, os empreendimentos e as organizações da economia social convivem de modo equilibrado com as empresas privadas e com o setor público.

No entanto, colocam-se algumas perguntas. Como os empreendimentos da economia social enfrentam a competição das empresas privadas? Como os empreendimentos da economia social se sustentam em épocas de crise econômica? Qual o potencial da economia social de contribuir para uma estratégia de desenvolvimento humano?

2.2.2 Conceito de economia solidária

O termo *economia solidária* foca nos aspectos sociais, econômicos e políticos dos empreendimentos. As organizações da economia solidária surgem com maior força a partir do desemprego em massa, como possibilidade de escapar da pobreza, principalmente nos anos 1980 e 1990, em diversos países de América Latina, como Argentina, Brasil, Peru e Chile (RAZETO, 1993; CORAGGIO, 2000; SINGER, 2000a). Porém, na última década, tem surgido o debate acerca da contribuição da economia solidária para uma concepção de desenvolvimento (BRASIL, 2015a).

Apresenta-se o debate acerca das diferentes terminologias usadas e das diferentes “ondas” da economia solidária na América Latina. Há uma breve introdução referente ao

²⁵ Texto original: “Market-based social economy”.

termo *economia informal* usado amplamente a partir do início dos anos 1970 (TOKMAN, 1978). A primeira onda acontece no final dos anos 1970 e principalmente nos anos 1980, com o uso do termo *economia popular* (RAZETO, 1993; SANTOS, 2004). A segunda onda acontece nos anos 1990 com o uso de termos como *economia de solidariedade*, no Chile (RAZETO, 1993, 1997), *economia do trabalho*, na Argentina (CORAGGIO, 2000; 2007) e *economia solidária*, no Brasil (SINGER, 2000a; 2000b; 2002). A terceira onda acontece a partir dos anos 2000 com a aparição de redes de economia solidária, uma maior articulação entre os diferentes atores e uma perspectiva de mudança social (CRUZ, 2013; SCHMIDT, 2013). Esse período também se caracteriza pelo surgimento de políticas públicas e de leis específicas para a economia solidária (CORAGGIO, 2015; GUERRA, 2012).

A urbanização crescente nos países em desenvolvimento, nos anos 1960 e 1970, resultou num crescente setor urbano informal. Nos estudos deste fenômeno, começa a aparecer o conceito de economia informal, que é introduzido nos debates acerca do desenvolvimento a partir do início dos anos 1970. O conceito abrange experiências de uma ampla gama de unidades econômicas e de trabalhadoras e trabalhadores que desenvolvem atividades econômicas fora da economia formal. Tokman (1978) afirma que as atividades no setor informal estão subordinadas ao setor formal e argumenta que o aumento do exército industrial de reserva de pessoas desempregadas resultou num crescimento do setor informal. O trabalho informal compreende entre metade e três quartos do trabalho não agrícola nos países em desenvolvimento: 48% no Norte da África; 51% na América Latina; 65% na Ásia; e 72% na África subsaariana (CHEN, 2012).

Na perspectiva da economia informal, um dos maiores desafios é a questão de se e como formalizá-la. Dependendo do ator, a formalização tem significados diferentes. Para os políticos locais, muitas vezes, o interesse está nas licenças e nos impostos; para os microempreendedores informais, significa propriedade legal e recebimento de incentivos; e os trabalhadores informais esperam receber benefícios, principalmente na área de proteção social. Um grande contingente de pessoas trabalha na economia informal, que também é um importante fornecedor de produtos e serviços para os grupos de baixa-renda.

No final dos anos 1970 e principalmente nos anos 1980, surgiu a denominação *economia popular*. Santos (2004, p. 373) é um dos primeiros autores a fazer referência a este termo, que ele denomina de economia “dos setores populares”. Em 1975, Santos publicou o livro *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Nesse livro, publicado em Brasil sob o título *O Espaço Dividido*, Santos se refere a dois

circuitos da economia urbana nos países em desenvolvimento: o superior e o inferior. Cada circuito é definido pelo “[...] conjunto das atividades realizadas em certo contexto” e pelo “[...] setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo” (SANTOS, 2004, p. 42).

Santos apresenta as principais características de cada circuito. A forma de organização e o tipo de tecnologia usada estão na base das diferenças entre as atividades nos dois circuitos. O circuito superior usa uma tecnologia intensiva em capital, ao contrário do circuito inferior, que usa uma tecnologia que é intensiva em trabalho e que, muitas vezes, é criado ou adaptado ao contexto local. Além das características já mencionadas, destacam-se as diferenças de acesso ao crédito. O circuito superior tem acesso ao crédito bancário institucional e, no circuito inferior, o crédito muitas vezes é pessoal; não há acesso ao crédito institucional. Outra característica relevante ocorre em relação à ajuda governamental, que exerce um papel importante para o circuito superior, mas que é praticamente inexistente no inferior.

O circuito inferior tem uma racionalidade econômica distinta, baseada no consumo em vez da produção. Está voltado às necessidades da população, tanto em termos de consumo quanto de trabalho, e, por isso, absorve a mão de obra excedente, sendo sua maior preocupação a sobrevivência em vez do lucro. Em relação à população, as classes médias e altas participam, em maior proporção, do circuito superior, a classe baixa e a população em situação de pobreza participam, na sua maioria, do inferior.

Há uma interação entre os dois circuitos, mas o inferior é caracterizado pela dependência dos intermediários, os quais são responsáveis por canalizar a poupança popular do circuito inferior para o superior. Embora o circuito inferior tenha o potencial de melhorar a situação de uma parte das pessoas que se encontra nele, por meio da sua dinâmica interna e sua força para criar atividades, Santos (2004, p. 260) afirma que “sua função fundamental é perpetuar uma situação de pobreza”.

Para reverter esta situação Santos defende:

Para que a produção possa se colocar a serviço da população, é necessário, antes de tudo, que a ideia de produtividade econômica ceda lugar à ideia de produtividade social. As tecnologias teriam, então, um papel subordinado. O crescimento não teria sentido se não estivesse a serviço de todos. A procura do lucro apagar-se-ia diante das preocupações com a equidade. O consumo não seria mais comandado pelas necessidades do aparelho produtivo, mas este seria ordenado em função de um consumo cuja definição coincidissem com o bem-estar coletivo (SANTOS, 2004, pp. 372-3).

Essa análise da economia dos setores populares enfatiza importantes características que também podem ser encontradas nos EES (KRAYCHETE, 2007). A economia solidária se caracteriza ainda por uma racionalidade econômica própria (GAIGER, 2007; 2011). Em primeiro lugar, está voltada para as necessidades da comunidade e das pessoas que a integram, especialmente em relação ao trabalho. Também se observa o fato de que a tecnologia usada muitas vezes é criada ou adaptada (DAGNINO, 2012). Outra característica observada, principalmente em organizações de agricultoras e agricultores familiares e de catadoras e catadores de materiais recicláveis, é sua dependência dos intermediários. A racionalidade econômica própria mostra a importância de valores como inclusão, trabalho, distribuição e solidariedade (GAIGER, 2007; 2011). Porém, as especificidades colocam o desafio da sustentabilidade desses empreendimentos. O acesso ao crédito e o investimento público nesse setor muitas vezes são ausentes, porém, seriam um aspecto relevante para sua sustentabilidade. A articulação em cadeias produtivas ou em redes como forma de escapar dos intermediários pode ser uma alternativa para que os excedentes gerados nesses empreendimentos possam ser neles reinvestidos.

Nos anos 1980, os termos *economia popular* e *organizações econômicas populares* ganharam mais destaque, principalmente no contexto latino-americano (RAZETO, 1993). Essa denominação refere-se a uma ampla gama de organizações dos setores populares, que surgem no contexto das transformações do mercado e da retirada do estado de bem-estar e que se caracterizam como formas de resistência, algumas de forma isolada, outras articuladas aos movimentos de resistência e contribuindo para o processo de democratização das sociedades latino-americanas.

A partir dos anos 1990, surgiu o conceito de economia solidária na América Latina. Com os altos níveis de desemprego naquela década, surgiram iniciativas da economia solidária como resposta à pobreza e à desigualdade. Nesse período, surgiram as redes de organizações de economia solidária e apareceram as articulações ao nível local e estadual. Esses espaços possibilitam a formulação de estratégias de desenvolvimento local e territorial. Naquela década, houve também uma literatura crescente em relação à economia solidária, com o potencial de contribuir para um modelo alternativo de desenvolvimento. A concepção da economia solidária ressalta características específicas, como a solidariedade (RAZETO, 1993; 1997), o papel central do trabalho (CORAGGIO, 2000; 2007) e a autogestão (SINGER, 2000a; 2000b).

Entre os primeiros expoentes latino-americanos da economia solidária, está Razeto, que lançou a expressão *economia de solidariedade*.

Concebemos a *economia de solidariedade* como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. -, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, e definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 40).

Essas iniciativas são desenhadas para atender a uma escala de necessidades específicas, como segurança alimentar, moradia, educação, saúde e geração de trabalho e renda. Elas recuperam o papel central do trabalho, em vez do capital, e focam na melhoria das condições de vida dos membros e suas famílias (RAZETO, 1997). Em relação à sustentabilidade desses EES, Razeto (1993) distingue três níveis: estratégias de sobrevivência, estratégias de subsistência e estratégias de vida. Nas duas primeiras estratégias, a atividade é considerada transitória e visa atender às necessidades básicas. Na terceira, a atividade é considerada uma opção permanente e as pessoas valorizam certas características, como a liberdade, a autogestão e a cooperação. Nesta concepção, a economia solidária visa à transformação por meio da ação na realidade em que atua e, pela articulação em redes, visa expandir as microalternativas para uma escala maior.

Nos anos 1990, Coraggio (2000) elaborou a concepção de economia do trabalho, que propõe como unidade de análise o conjunto das unidades domésticas das trabalhadoras e dos trabalhadores, levando em conta suas capacidades e os recursos que administram. A economia do trabalho abrange uma variedade de formas de organização. A concepção da economia do trabalho se insere no processo de democratização da sociedade e visa condições econômicas que possibilitem a reprodução da vida.

[U]ma proposta de transição de práticas econômicas de ação transformadora, conscientes da sociedade que querem gerar desde o interior da economia mista atualmente existente, em direção a outra economia, outro sistema socioeconômico, organizado pelo princípio da reprodução ampliada da vida de todos os cidadãos-trabalhadores, ao contrário do princípio da acumulação do capital²⁶ (CORAGGIO, 2007, p. 37).

²⁶ Texto original: “una propuesta transicional de prácticas económicas de acción transformadora, conscientes de la sociedad que quieren generar desde el interior de la economía mixta actualmente existente, en dirección a otra economía, otro sistema socioeconómico, organizado por el principio de la reproducción ampliada de la vida de todos los ciudadanos-trabajadores, en contraposición con el principio de la acumulación de capital”.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade deve ser pensada como um critério dinâmico, no qual a economia do trabalho amplia o alcance das suas práticas no âmbito de suas relações associativas solidárias. A sustentabilidade das organizações da economia do trabalho deve ser pensada no conjunto dessas organizações, por meio das quais elas têm acesso a subsídios e a recursos públicos em áreas tais como educação, capacitação e acesso à saúde. Coraggio (2007) afirma que, para a avaliação da sustentabilidade das organizações da economia do trabalho, precisa ser superado o individualismo metodológico, e a análise da racionalidade das propostas e da viabilidade deve ter como foco os conjuntos coletivos. De acordo com Coraggio (2007), o conceito de sustentabilidade não é definido no nível microeconômico, mas se refere ao nível meso sócio-político-econômico.

No Brasil, a concepção de economia solidária apareceu com mais frequência nos anos 1990, tanto nos meios acadêmicos quanto nas organizações da sociedade civil. A economia solidária é considerada um processo contínuo de criação de uma alternativa ao capitalismo por trabalhadoras e trabalhadores e envolve a luta contra as relações econômicas injustas e exploradoras (SINGER, 2000a). A economia solidária é composta principalmente por pessoas que se encontram marginalizadas do mercado de trabalho. A economia solidária se caracteriza por princípios cooperativistas e é composta por empreendimentos igualitários. A igualdade se expressa de várias formas: na posse desses empreendimentos, que pertencem a todas as trabalhadoras e a todos os trabalhadores; no aspecto econômico, que resulta na divisão do excedente entre as e os participantes; no aspecto político, que se traduz na gestão democrática.

Singer (2000b, p. 149) considera a economia solidária como uma economia autogestionária, na qual a autogestão se refere à “[...] igualdade econômica relativa e democracia de decisão absoluta”. A solidariedade é o aspecto mais importante dessa práxis econômica, e se expressa, entre outros, na propriedade coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; na gestão democrática; e na distribuição da receita líquida e das sobras entre os membros. A economia solidária é composta por uma grande variedade de organizações, desde cooperativas de produção industrial até pequenas associações de trabalhadoras e trabalhadores, e opera tanto na produção e comercialização quanto na prestação de serviços, o que leva à hipótese de que ela poderá atuar em todas as atividades econômicas. Em relação às bases de sustentação da economia solidária, Singer (2000a, 23) afirma que “[...] as mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais”. Portanto, nessa perspectiva,

intervenções sociais de organizações da sociedade civil e do governo trazem importantes contribuições para garantir a sustentabilidade dos EES.

Nos anos 2000, fortaleceram-se as redes e surgiram articulações da economia solidária ao nível nacional e internacional. Também surgiu uma literatura que aborda a economia solidária numa perspectiva de transformação social, reforçando o aspecto da autogestão não somente nos EES, mas também na sociedade (CRUZ, 2011; SCHMIDT, 2013). Nesta perspectiva, colocam-se as perguntas: qual o potencial da economia solidária de contribuir para a mudança social e quais são as condições necessárias para isso?

Schmidt (2013) considera a economia solidária como uma forma de resistência ao capitalismo e afirma que, a partir da articulação com outros movimentos sociais, pode se constituir um movimento que busca a transformação social. Porém, para avançar nessa direção é necessário construir mediações entre o estágio atual e o objetivo estratégico da economia solidária. Schmidt enfatiza que o foco principal da economia solidária está na preservação e na ampliação do trabalho e, desta maneira, valoriza o investimento produtivo e é avesso à especulação financeira. A autogestão e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas são elementos importantes para o fortalecimento da economia solidária. Porém, o avanço da economia solidária também depende de recursos públicos e de políticas públicas.

Existe uma tensão entre a economia solidária e sua atuação no mercado capitalista. Cruz (2011) afirma que a inserção dos EES no mercado capitalista se dá de forma subordinada. A maioria desses empreendimentos atua em mercados competitivos, nos quais a oferta e a demanda de bens e serviços determinam a flutuação dos preços. Em muitos casos, a competição dos EES é com micro e pequenas empresas, que, assim como os EES, não têm acesso a tecnologias apropriadas, têm problemas de gestão e dispõem de pouco capital.

Esta microeconomia e esta micropolítica dos empreendimentos, por outro lado, está ligada dialeticamente a uma economia política da economia solidária: 1º) porque o sucesso econômico dos EES depende em grande parte da capacidade do movimento da economia solidária para fazer frente às pressões econômicas, políticas e culturais das empresas capitalistas, e 2º) porque sem um projeto de sociedade coerente com os princípios da economia solidária, qualquer sucesso econômico sempre será instável enquanto que o modo de produção capitalista continua estruturando as relações sociais em geral²⁷ (CRUZ, 2011, p. 19).

²⁷ Texto original: “Esta microeconomía y esta micro-política de los emprendimientos, por otra parte, está ligada dialécticamente a una economía política de la economía solidaria: 1º) porque el éxito económico de los EES depende en gran parte de la capacidad del movimiento de la economía solidaria para hacer frente a las presiones económicas, políticas y culturales de las empresas capitalistas, y 2º) porque sin un proyecto de sociedad coherente con los principios de la economía solidaria, cualquier éxito económico siempre será inestable mientras que el modo de producción capitalista siga estructurando las relaciones sociales en general”.

Nesta perspectiva, Cruz apresenta quatro propostas para a sustentabilidade da economia solidária: a promoção de cadeias produtivas dos EES; um sistema de distribuição solidária; o estímulo ao consumo solidário; e mecanismos de financiamento solidário, principalmente fundos solidários que visam ao financiamento de projetos produtivos e ao desenvolvimento de tecnologias sociais. Portanto, a sustentabilidade da economia solidária depende da sua articulação em cadeias produtivas, assim como não só de redes de comercialização e de consumo solidário, mas também de um sistema de financiamento solidário. Principalmente em relação a esta última questão, que tem um papel fundamental do governo, bem como das organizações da sociedade civil.

A tensão entre a economia solidária e sua atuação no mercado capitalista também é abordada por McMurtry (2015), que considera que a atividade econômica coletiva apresenta uma desvantagem em relação às empresas privadas, numa economia predominantemente capitalista. Os EES enfrentam pressões tanto do setor público quanto do setor privado, e estas pressões desafiam a sua sustentabilidade. Na maioria das sociedades capitalistas, existem políticas diferenciadas e programas estruturados de apoio às empresas capitalistas, como por exemplo, na área de tributação e financiamento. Porém, não existem políticas diferenciadas e programas estruturados para os EES. Neste sistema injusto, sem apoio estrutural do setor público, é muito difícil para os EES realizarem suas oportunidades (MCMURTRY, 2015).

Wellen (2012, p. 19) ressalta que “[...] o desenvolvimento do mercado capitalista não apenas invalida as relações econômicas incapazes de produzir lucratividade, como as torna subordinadas ao imperativo do capital”. A tensão entre os aspectos econômicos e sociais se expressa em relação à atuação dos EES “[...] quando buscaram realizar práticas solidárias, os empreendimentos fracassaram economicamente e, quando objetivaram vencer no mercado, perderam o sentido original e ideal e, portanto, relegaram a solidariedade” (WELLEN, 2012, pp. 19-20). As organizações da economia solidária se inserem num contexto de reestruturação produtiva do projeto neoliberal que resulta na precarização do trabalho. A partir da análise dos dados do Sistema de Informação em Economia Solidária, Wellen constata que os EES apresentam condições precárias de trabalho e ressalta que as condições de trabalho das organizações de economia solidária são determinadas pelo mercado.

2.2.3 Conceito de economia social e solidária

Na última década, e com mais força a partir de 2010, aparece o conceito de economia social e solidária como uma perspectiva integradora, que se originou a partir da confluência da abordagem da economia social e da abordagem da economia solidária (GUERRA, 2012). Esta nova perspectiva estava presente na criação, em 2004, da Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) e da Rede de Pesquisadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (RILESS), em 2005.

O conceito de economia social e solidária questiona o modelo de desenvolvimento voltado exclusivamente para o crescimento econômico e surge como uma abordagem distinta, voltada para uma agenda de desenvolvimento inclusivo, sustentável e baseado em direitos (UTTING, 2015). Nesta perspectiva, foi promovida a conferência Potencialidades e Limites da Economia Social e Solidária²⁸ pelo Instituto de Pesquisa de Desenvolvimento Social das Nações Unidas²⁹ (UNRISD), junto com a Organização Internacional de Trabalho (OIT) em 2013. Naquele ano surgiu também o Grupo de Trabalho sobre Economia Social e Solidária das Nações Unidas³⁰ (UNTFSSSE) que elaborou o documento de Economia Social e Solidária e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável³¹ para incidir no processo de elaboração da agenda de desenvolvimento pós-2015 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (UNTFSSSE, 2014).

A economia social e solidária se apresenta como uma nova perspectiva teórica. Esta perspectiva cria um novo marco de análise, unindo conceitual e estrategicamente os elementos centrais das abordagens da economia social e da economia solidária (AGARWAL, 2015; CORAGGIO, 2015; GÓMEZ, 2015; LAVILLE, 2015; MENDELL; ALAIN, 2015).

A economia social tem um foco maior no funcionamento interno, na igualdade formal e na ampliação do espaço econômico para a atuação de empreendimentos e organizações centradas nas pessoas. A economia solidária tem aspectos semelhantes à economia social, mas acrescenta a importância dos diversos objetivos sociais, econômicos e ambientais que persegue. Também ressalta o aspecto de formas de participação direta e de gestão democrática. Em relação à dimensão política, a economia solidária visa à democratização da economia pela participação de cidadãs e cidadãos (DOWBOR, 2013; LAVILLE, 2015).

²⁸ Potential and Limits of Social and Solidarity Economy.

²⁹ United Nations Research Institute for Social Development.

³⁰ United Nations Inter-Agency Task Force on Social and Solidarity Economy.

³¹ Social and Solidarity Economy and the Challenge of Sustainable Development.

A economia social e solidária pode ser abordada a partir de uma perspectiva plural da economia, baseada em Polanyi (LAVILLE, 2013; 2015; LEMAÎTRE; HELMSING, 2011). Esta abordagem parte da crítica ao utilitarismo e a sua suposição reducionista, em que a ação econômica é explicada somente a partir da maximização da utilidade do indivíduo. A partir de Polanyi, é retomado o significado da economia, de um lado, baseado no sentido formal que define a economia em termos de escassez, que é atualmente a forma predominante, e, de outro, baseado no sentido substantivo, que define a economia como um sistema de interdependência entre as pessoas e o ambiente natural. A economia social e solidária se baseia na segunda perspectiva, que propõe uma pluralidade de princípios econômicos que, com base em Polanyi (1944/2000), podem ser organizados como os princípios do mercado, da redistribuição, da reciprocidade e da administração doméstica.

O princípio do mercado se refere à convergência da oferta e da procura de produtos e serviços por meio do mecanismo de determinação do preço. Esta relação pode ser estabelecida em vários níveis (local, regional, nacional ou internacional). Na maioria dos casos, os EES atuam no nível local. De acordo com o princípio da redistribuição, uma autoridade central (na sociedade moderna, é o Estado democrático) coleta uma parte da produção, e é responsável por sua alocação. Nesta concepção, as políticas de proteção social fazem parte da base institucional da economia social e solidária e podem fortalecer os empreendimentos e garantir direitos às pessoas que os integram. O princípio da reciprocidade, em relação à circulação de bens e serviços, expressa uma relação entre indivíduos e grupos ao nível da comunidade, que reforça os laços sociais. As relações de troca de bens e serviços se realizam no nível local, por exemplo, através dos clubes de troca. O princípio da administração doméstica representa a produção para uso próprio e, dessa maneira, tem relação com a questão da segurança e da soberania, principalmente em relação à produção de alimentos.

Isto posto, a economia social e solidária contesta o princípio do mercado autorregulado e se baseia numa pluralidade de princípios econômicos. Esta perspectiva possibilita a análise dos EES a partir dos seus diversos objetivos – econômicos, sociais e ambientais –, e com base na interação entre as organizações e as condições sociais, econômicas e políticas.

No entanto, existem muitas tensões. As relações dos EES, especialmente em relação ao princípio do mercado, são complexas. Esta complexidade e as tensões aumentam de acordo com o nível em que se estabelecem as relações. À medida que os EES participam em

mercados ao nível regional ou nacional, sua posição subordinada fica mais evidente. Os EES não têm o mesmo poder de barganha que as empresas capitalistas. Esta relação desigual fica mais evidente em relação às grandes empresas capitalistas. Desse modo, o mecanismo de preços favorece as grandes empresas e, em muitos casos, compromete a viabilidade econômica dos EES (CRUZ, 2011; GONÇALVES-DIAS, 2009; ZEELAND, 2013; 2014).

O conceito de economia social e solidária, com a junção das abordagens de economia social e economia solidária, ainda é um conceito incipiente, com tensões e contradições, mas que apresenta o potencial de contestar a agenda neoliberal, assim como seus princípios, instrumentos e resultados (UTTING, 2015).

2.2.4 O papel central da gestão democrática

Uma das principais características dos EES é a gestão democrática, que significa a tomada de decisões pelos membros e a deliberação coletiva sobre os processos de produção e comercialização (GAIGER, 2007; 2014; KRAYCHETE, 2007; LAVILLE, 2015; PEARCE, 2009; SCHIOCHET, 2012; SINGER, 2002).

Pearce (2009) ressalta a questão da independência do controle externo dos empreendimentos e a importância de práticas democráticas eficazes. Laville (2015) enfatiza o processo democrático da tomada de decisões e a necessidade de promover a democracia no funcionamento interno dos EES, e acrescenta a promoção da democracia na expressão externa desses empreendimentos.

No conjunto de mapeamentos da economia solidária no Brasil, que consiste no primeiro mapeamento realizado entre 2005 e 2007 e no segundo realizado entre 2009 e 2013, um dos critérios da definição dos EES foi a adoção de sistemas coletivos de gestão (GAIGER, 2014). De acordo com Gaiger (2007), a gestão democrática dos EES resulta na definição de prioridades, como a valorização do trabalho. A cooperação e a reciprocidade são elementos importantes da gestão democrática, assim como o processo de definição coletiva de um conjunto de compromissos e direitos que as trabalhadoras e os trabalhadores assumem (SCHIOCHET, 2012).

Singer (2002) enfatiza que uma das principais diferenças entre os EES e as empresas privadas é a forma de administração. De acordo com o autor, as empresas capitalistas se caracterizam por um modelo de administração hierárquica, no qual o fluxo de informações vai de baixo para cima, ao contrário das instruções e ordens, que fluem de cima para baixo.

Singer ressalta que os EES se caracterizam por um modelo de gestão democrática e praticam a autogestão, na qual as decisões são tomadas em processos coletivos. A tomada de decisões pode ser realizada em assembleias, principalmente as decisões estratégicas, e também mediante a escolha de representantes, que deliberam sobre decisões operacionais. A participação das trabalhadoras e dos trabalhadores nas discussões e na tomada de decisões estabelece um processo educativo, que pode resultar num aumento de confiança e de autonomia das pessoas.

No modelo de gestão democrática e participativa, todas as pessoas associadas são ao mesmo tempo trabalhadoras e trabalhadores e donas e donos do empreendimento e participam coletivamente na gestão. No 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), elaborado a partir da III Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada no período de 26 a 29 de novembro de 2014, em Brasília, consta:

A autogestão é uma característica fundamental da economia solidária, e que assume concretude em um conjunto de práticas democráticas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, contribuindo para a emancipação do trabalho ao tornar cada pessoa associada consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos que são assumidos coletivamente. (BRASIL, 2015a, p. 16).

Cruz (2013, p. 141) afirma que as trabalhadoras e os trabalhadores associados constituem um grupo de trabalhadoras e trabalhadores emancipados do assalariamento, “[...] através da construção de relações sociais de produção igualitárias”. Dal Ri e Vieitez (2013) afirmam que o trabalho associado resulta em protagonismos específicos das trabalhadoras e dos trabalhadores coletivos, e que muitas vezes as trabalhadoras e os trabalhadores atuam como educadoras e educadores. O trabalho associado é baseado na autonomia das trabalhadoras e dos trabalhadores, voltado para um sistema de cooperação.

A gestão democrática introduz mudanças significativas no processo de trabalho e nas relações sociais dos EES, que se caracterizam pela horizontalidade (DAL RI; VIEITEZ, 2013; VIEITEZ; DAL RI, 2001). Entre as principais características, Dal Ri e Vieitez (2013) mencionam a socialização de experiências e conhecimentos e a distribuição igualitária de rendimentos das pessoas associadas. Parte dos empreendimentos também estabelece relações com a comunidade local.

Porém, as práticas de gestão democrática e autogestão nos EES são experiências recentes e, na efetivação destas práticas, as trabalhadoras e os trabalhadores enfrentam muitas

tensões (GONÇALVES-DIAS, 2009; RUTKOWSKI, 2008; SARRIA ICAZA, 2004; SINGER, 2002; VIEITEZ; DAL RI, 2001).

Os empreendimentos se encontram num ambiente econômico, político, social e cultural em que predominam os valores do individualismo e da competição, que se contrapõem aos valores sociais de gestão democrática, ajuda mútua, solidariedade e associativismo (GONÇALVES-DIAS, 2009; VIEITEZ; DAL RI, 2001). Isto resulta em tensão nos EES, entre o processo autogestionário por meio do qual as trabalhadoras e os trabalhadores controlam os produtos do seu trabalho e a relação no mercado capitalista, em que as trabalhadoras e os trabalhadores continuam sendo produtores de mercadorias. Gonçalves-Dias (2009) considera a autogestão um ideal normativo e não uma modalidade totalmente instituída.

Outras tensões surgem nos EES pela ausência de práticas e vivências anteriores de gestão democrática nas relações de trabalho por parte da maioria das pessoas que compõem o empreendimento (SARRIA ICAZA, 2004; SINGER, 2002). Um dos motivos do ingresso das pessoas na economia solidária é para escapar da pobreza, como forma de reinserção na produção social (SINGER, 2002). Uma parte das trabalhadoras e dos trabalhadores dos EES teve experiências anteriores em empresas privadas, com modelos de administração hierárquicas, baseados na organização produtiva taylorista-fordista, nas quais recebiam ordens e executavam tarefas planejadas por outras pessoas. Dessa forma, se acostumaram à “cultura de firma” (SARRIA ICAZA, 2004, p. 65). Estas pessoas trazem valores baseados no autointeresse. Assimilar o trabalho cooperativo e valorizar as vantagens do processo de gestão democrática pelas pessoas que integram os EES é um processo gradativo e lento. Sarria Icaza afirma que, mesmo que os empreendimentos enfrentem múltiplas dificuldades, eles se constituem como espaços de construção da gestão democrática e de aprendizagem do exercício da autogestão.

Uma fragilidade de muitos EES é a exiguidade de técnicas e tecnologias apropriadas às suas necessidades e especificidades, com relação às diversas áreas de produção, gestão e comercialização (AGUIAR, 2007; DAGNINO, 2004; 2012; KRAYCHETE, 2007; RUTKOWSKI, 2008; SARRIA ICAZA, 2004). Sarria Icaza (2004, p. 71) problematiza que, muitas vezes, nos empreendimentos se tentam aplicar os conhecimentos e as técnicas da “[...] teoria científica da administração”, voltada para empresas privadas, principalmente para grandes empresas. Aguiar (2007) afirma que, na perspectiva administrativo-gerencial, existe uma dissociação entre a execução das atividades e sua gestão e, nesta perspectiva, a gestão é

voltada para a padronização, enquanto na dimensão gestonária há uma integração entre ambas. A gestão, nesta perspectiva, se refere à maneira como as pessoas conduzem suas atividades, às relações da trabalhadora e do trabalhador com as outras pessoas, com as normas produtivas e consigo mesmo, incluindo suas aspirações, e ainda incorpora o imprevisto e a criação.

Como pode ser construído o saber coletivo adaptado à realidade dos EES? Ao colocar o processo de gestão como problema e propor a interrogação sobre a atividade do empreendimento, sobre a atividade das trabalhadoras e dos trabalhadores e sobre a relação com a comunidade, se inicia um processo de organização dos saberes, bem como se oferecem novas conexões mediante as quais se amplia o conhecimento (AGUIAR, 2007). No processo de construção coletiva do conhecimento, trabalhadoras e trabalhadores dos empreendimentos, junto com assessoras e assessores, descobrem as condicionantes e os limitantes da sustentabilidade do empreendimento. Este processo de aprendizado aumenta a capacidade do coletivo de intervir na realidade e de criar modos de gestão adaptados às necessidades e às condições do empreendimento (KRAYCHETE, 2007).

Na economia solidária, as técnicas e a tecnologia devem atender aos objetivos multidimensionais dos empreendimentos. De acordo com Rutkowski (2008), as técnicas para a autogestão devem extrapolar a visão funcional da organização, na qual são destinadas para um setor, e devem ser direcionadas para as necessidades das pessoas que exercem as funções. A tecnologia social pode oferecer a base cognitiva para desenvolver junto com as trabalhadoras e os trabalhadores dos EES “inovações a serviço dos objetivos, interesses e valores dos empreendimentos solidários, aumentando sua capacidade de desenvolver-se de forma econômica, cultural e ambientalmente sustentável” (DAGNINO, 2012, p. 70). A tecnologia social pode ser construída pela adequação sociotécnica, que consiste em diversas modalidades, desde o uso e a apropriação da tecnologia convencional, a revitalização de máquinas e equipamentos, o ajuste do processo de trabalho ao modo de propriedade coletiva dos meios de produção, até alternativas tecnológicas e a incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente ou novo (DAGNINO, 2004, pp. 54-55). Dagnino ressalta que o processo de inovação tecnológica terá que ser construído no local e junto com as pessoas que irão utilizá-lo.

Desta maneira, pode ser afirmado que o processo de gestão democrática e de autogestão envolve não somente espaços coletivos de tomada de decisões, mas também a apropriação de estratégias e de processos produtivos e de comercialização pelas trabalhadoras

e pelos trabalhadores (SARRIA ICAZA, 2004). O processo de gestão democrática é um processo educativo que promove a autonomia das pessoas envolvidas (AGUIAR, 2007). Dal Ri e Vieitez (2013) afirmam que o trabalho associado ainda se encontra em fase incipiente, mas tem como base uma nova concepção, na qual as trabalhadoras e trabalhadores, produtoras e produtores da riqueza, são protagonistas tanto do processo de produção quanto da reprodução da vida social. Os processos de gestão democrática resultam na formação de atores sociais que, além do envolvimento no empreendimento, muitas vezes, estendem seu engajamento para a comunidade (GAIGER, 2007). Finalmente, Kraychete (2007) ressalta as potencialidades emancipadoras dos EES, e sua convergência com outras iniciativas podem resultar em práticas sociais transformadoras.

2.2.5 A importância dos arranjos institucionais inovadores

Os processos de gestão democrática contribuem para a autonomia das trabalhadoras e dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, alteram os EES, tornando-os mais democráticos, e contribuindo para seus objetivos multidimensionais (AGUIAR, 2007; DAL RI; VIEITEZ, 2013; GAIGER, 2011; 2014; SINGER, 2002). Porém, sua sustentabilidade também depende de fatores externos, de condições favoráveis, de políticas públicas de fomento à economia solidária e de arranjos institucionais inovadores (AGARWALL, 2015; KRAYCHETE, 2012; LAVILLE, 2009; 2015). A partir de 2000, têm surgido diversas experiências de co-construção de políticas públicas de economia solidária e têm sido criados arranjos institucionais inovadores que contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos e o alcance dos seus objetivos. Entretanto, trata-se de um processo incipiente e vulnerável (CORRAGIO, 2015; GÓMEZ, 2015; MENDELL; ALAIN, 2015; RUTKOWSKI, 2015).

Os EES surgem para atender a diversos objetivos sociais, econômicos e, em muitos casos, também ambientais. Dessa forma, a economia solidária se insere numa dinâmica de economia plural (FRANÇA FILHO, 2012; LAVILLE, 2013; 2015). França Filho (2012) ressalta que os EES, para atender às dimensões sociais, políticas, culturais, ambientais e econômicas, combinam várias formas de fazer economia, como a comercialização de produtos e serviços no mercado, o acesso a recursos públicos ou não governamentais e a realização de trocas solidárias. Esta pluralidade na organização econômica resulta em um conjunto diversificado de formas de produção e distribuição (LAVILLE, 2013; 2015). Laville enfatiza o termo *solidariedade democrática*, conforme o qual a solidariedade é vista como uma ação

coletiva que contribui para a democratização da sociedade. A solidariedade democrática se traduz, de um lado, na reciprocidade entre pessoas e organizações e, de outro, na redistribuição, feita a partir do Estado para corrigir a desigualdade e reforçar a coesão social. Nesta perspectiva, surgem novas formas de organizações socioeconômicas, ancoradas em práticas sociais que reinserem normas democráticas na economia e para cujo fortalecimento necessitam de arranjos institucionais adequados (LAVILLE, 2013).

Os próprios EES constituídos a partir de iniciativas locais se configuram como novas formas institucionais, que figuram entre as organizações públicas e as empresas privadas, combinando objetivos sociais, ambientais e culturais com objetivos econômicos (LAVILLE, 2009). O que distingue os EES das empresas privadas é sua inserção na comunidade e o processo democrático que estabelecem ao nível do empreendimento e da própria comunidade (GAIGER, 2011; MCMURTRY, 2015). Estes empreendimentos se caracterizam por relações sociais diversas e, em muitos casos, contam com redes de apoio social, que podem ser constituídas por usuários dos serviços do empreendimento, profissionais que atuam no mesmo setor, voluntários, membros da comunidade e organizações comunitárias que contribuem com o empreendimento, organizações da sociedade civil que fornecem assessoria e suporte financeiro, além do poder público local (LAVILLE, 2009). As redes de apoio social são essenciais para que os empreendimentos avancem em direção aos seus objetivos multidimensionais.

Em muitos casos, para poder receber o apoio público, mudanças institucionais inovadoras são necessárias, tais como novas leis que reconhecem a originalidade das novas formas institucionais e principalmente dos novos métodos operacionais (LAVILLE, 2009). Essas mudanças não surgem de forma espontânea, mas podem ser demandadas pela contestação e pela ação coletiva, ou podem ser construídas mediante a participação em espaços de democracia deliberativa, tais como fóruns, conferências e conselhos (GÓMEZ, 2015; ZEELAND, 2014). Para ampliar a economia solidária, soluções institucionais inovadoras são necessárias, por meio de novos valores e novas instituições que abordem as novas formas de governança e de relações sociais (AGARWAL, 2015; GÓMEZ, 2015).

Novos arranjos institucionais também podem surgir por meio de vínculos horizontais com outros EES, com grupos comunitários ou com instituições locais, atuando, assim, em rede, em torno de objetivos sociais, econômicos ou ambientais comuns (AGARWAL, 2015; RUTKOWSKI, 2008).

O estabelecimento de vínculos verticais entre EES pode resultar em arranjos institucionais inovadores, como organizações representativas de um setor dentro da economia solidária, por exemplo, as federações, ou pode levar à construção de cadeias produtivas controladas por EES (AGARWAL, 2015; CRUZ, 2011; DAGNINO, 2012, RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015). O avanço da economia solidária, assim como a sustentabilidade dos EES, depende da inovação institucional, por meio das redes de apoio, da atuação em rede, do controle democrático da cadeia produtiva, assim como de políticas públicas de fomento e de leis que reconheçam as novas formas institucionais e seus métodos operacionais.

A partir dos anos 2000, aumentaram as articulações entre as organizações da economia solidária e foram criadas redes e fóruns. Como decorrência, surgiu uma capacidade ampliada de incidir nos processos de construção de políticas públicas. No Brasil, foram criados fóruns municipais e estaduais de economia solidária, assim como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que agrega diferentes atores da economia solidária, como EES e organizações da sociedade civil que atuam no apoio e no fomento da economia solidária. As diversas edições do Fórum Social Mundial criaram um espaço importante de articulação ao nível nacional e internacional. Em 2003, foram criados a Secretaria Nacional da Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Estes diversos espaços – como fóruns, uma secretaria nacional e um conselho nacional – oferecem as condições para um processo de co-construção de políticas públicas de economia solidária.

De acordo com Mendell e Alain (2015), o processo de co-construção de políticas públicas envolve um diálogo aberto entre os atores da economia solidária e os atores governamentais, que resulta numa redução da assimetria de informações e diminui os custos de transação na fase de efetivação de políticas públicas, aumentando sua eficácia. No processo de co-construção de políticas públicas, os seguintes aspectos são essenciais: do lado dos movimentos sociais, sua ampla representação, atuação em rede e integração; do lado do governo, o compromisso, a colaboração intergovernamental e o apoio prolongado. Contudo, Dinerstein (2014) alerta para a tensão entre a dimensão emancipatória da economia solidária, como prática dos movimentos sociais, e entre a lógica do poder do Estado no processo de tradução das práticas em políticas de Estado. Estas tensões podem diminuir num processo efetivo de co-construção de políticas públicas.

Na última década, também têm surgido legislações para a promoção da economia social e solidária em diversos países da América Latina. A forma e o alcance destas políticas e legislações são distintos e dependem das articulações nacionais, assim como do conceito de

economia social e solidária que é adotado nos respectivos países. As legislações na Colômbia e no México têm uma orientação setorial, enquanto que a legislação no Equador se caracteriza por uma orientação para novos atores, incluindo o trabalho autônomo e a economia popular (GUERRA, 2012).

Coraggio (2015) analisa os processos de criação de políticas públicas na área de economia social e solidária em diversos países latino-americanos e conclui que cada país adotou um processo específico. A Argentina adotou uma abordagem populista, voltada para a mobilização de pessoas e recursos e atendendo a problemas urgentes, a partir do Estado, com pouco espaço para a participação das organizações da economia social e solidária no processo. No Brasil, surgiu um processo de co-construção entre o Estado e a sociedade referente a políticas públicas de economia solidária, com a criação de espaços efetivos de participação, como as conferências de economia solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Neste processo, a relação entre os diversos ministérios para articular ações é importante para a promoção da economia solidária. No Equador, formas alternativas de organização econômica foram reconhecidas na nova constituição e são parte de uma economia plural. A prioridade é para a construção de formas solidárias a partir da economia popular. A construção do sistema econômico e social se baseia no conceito *Buen Vivir* (“Bem Viver”) oriundo dos povos indígenas, voltado para a vida plena das pessoas e da natureza, baseado nos valores de respeito mútuo, reciprocidade e solidariedade.

Estes processos demonstram o reconhecimento político da economia social e solidária na América Latina. Em todos estes países, foram desenvolvidas novas formas de institucionalizar a economia social e solidária e estão sendo criados novos arranjos institucionais. A institucionalização da economia social e solidária é importante para garantir sua sustentabilidade. Porém, outras políticas e programas de apoio são necessários, principalmente na área de sistemas de financiamento solidário. O avanço de programas e de políticas públicas, assim como de intervenções sociais promovidas pelas organizações da sociedade civil, mostra a importância de se criarem metodologias adequadas não apenas de avaliação das intervenções sociais e da sustentabilidade das organizações e dos EES, como ainda da elaboração de indicadores de sustentabilidade que capturem as características específicas dos EES.

Nesta tese, é usada a abordagem da economia solidária voltada para as diversas formas de atividades econômicas desenvolvidas por uma ampla gama de organizações dos setores populares, denominadas de EES. Esses empreendimentos se organizam por meio da gestão

democrática a fim de perseguir objetivos sociais, econômicos e ambientais e, mediante a articulação em rede, buscam a transformação social. A unidade de análise são os arranjos sociais, com foco principal nos EES, considerando suas articulações em redes, a participação em fóruns de democracia deliberativa e suas relações de interdependência com o ambiente social, econômico, político e ambiental em que se inserem.

2.3 AS RELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O desenvolvimento humano visa eliminar privações e criar um ambiente propício para ampliar as liberdades e as oportunidades, bem como a melhoria da vida das pessoas (SEN, 1999a; 2009; UNDP, 1990). A economia solidária tem como objetivo promover a organização coletiva de trabalhadoras e trabalhadores, a gestão democrática e a melhoria da qualidade de vida, num ambiente institucional adequado, com acesso às políticas públicas (BRASIL, 2015a). Ambas as abordagens, a do desenvolvimento humano e a da economia solidária, criticam a redução do conceito de desenvolvimento ao crescimento econômico, e destacam a importância de um modelo de desenvolvimento que vise à redução da desigualdade de renda e da riqueza e o aumento da qualidade de vida de todas as pessoas (BRASIL, 2015a; GAIGER, 2011; SEN, 1992; 1999a; 2009). Nesta seção, apresentam-se as relações entre a abordagem do desenvolvimento humano e a da economia solidária, principalmente em relação ao papel central da agência, da autonomia e da gestão democrática e em relação à importância das estruturas coletivas e dos arranjos institucionais inovadores.

A base econômica das abordagens do desenvolvimento humano e da economia solidária é pluralista. Em ambas as abordagens, isto se expressa na recusa em aceitar o autointeresse como único motivo de escolha das pessoas, o mercado como único princípio que rege as atividades econômicas e os objetivos econômicos como os únicos objetivos do desenvolvimento (BRASIL, 2015a; GAIGER, 2007; 2011; 2014; SEN, 1977; 1999a; 2009). Ambas as abordagens definem o desenvolvimento como um processo multidimensional. Na abordagem do desenvolvimento humano, as principais características são o foco na vida humana e os objetivos que as pessoas têm razão de valorizar em vez dos meios. A avaliação comparativa da qualidade de vida é baseada nas capacitações individuais, ou seja, no que as pessoas são capazes de fazer e de ser a partir de um conjunto de oportunidades para escolher (NUSSBAUM, 2011; SEN, 1999a; 2009). Nesta perspectiva, é abordada uma pluralidade de

características na vida das pessoas, como, por exemplo, presença de boa saúde e participação comunitária. A qualidade de vida também depende de capacitações coletivas de determinados grupos que juntos perseguem um mesmo objetivo (DENEULIN, 2008; EVANS, 2002).

Na abordagem da economia solidária, o desenvolvimento visa a objetivos sociais, econômicos, ambientais e culturais e é baseado em uma pluralidade de princípios econômicos: o do mercado, no qual se realiza a comercialização de produtos e serviços; o da redistribuição, pelo qual as pessoas e os empreendimentos têm acesso a recursos públicos; o da reciprocidade, baseado em trocas solidárias; e o da administração doméstica, voltado para a produção para uso próprio (FRANÇA FILHO, 2012; LAVILLE, 2013; 2015; LEMAÍTRE; HELMSING, 2011). A ênfase em outros princípios econômicos, além daquele do mercado, também é ressaltada na abordagem do desenvolvimento humano. O bem-estar das pessoas depende de componentes não financeiros e não materiais, como bens públicos e redes sociais de apoio. Por exemplo, a existência de escolas públicas de educação infantil de boa qualidade, contribui para o bem-estar de mães trabalhadoras (ROBEYNS, 2008).

Ambas as abordagens criticam a ideia de que a escolha das pessoas é baseada apenas no autointeresse. O comportamento das pessoas e suas escolhas também são baseados em compromissos com um grupo ou com uma comunidade e são centrais em diferentes contextos econômicos, entre os quais na motivação para o trabalho (SEN, 1977). Na abordagem da economia solidária, o compromisso com um grupo, empreendimento ou comunidade se traduz nos valores de solidariedade e cooperação (BRASIL, 2015a; GAIGER, 2014).

As duas abordagens têm como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas. De acordo com a abordagem do desenvolvimento humano, essa melhoria se expressa em muitas dimensões como saúde, longevidade, educação de qualidade e participação comunitária e política (NUSSBAUM, 2011; SEN, 1999a; 2009; UNDP, 1990). Nussbaum (2011) também destaca a importância da dignidade humana e o compromisso com a justiça social e a democracia fundamentada nos direitos humanos. O 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) afirma como seus objetivos a “[...] efetiva promoção da organização coletiva autogestionária de trabalhadores e trabalhadoras, sua proteção social e a melhoria da qualidade de vida”. Nesta perspectiva, a economia solidária se aproxima “[...] de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e de riqueza” (BRASIL, 2015a, pp. 15-16). A melhoria nas condições de vida e a dignidade humana dependem das oportunidades que as pessoas afetadas pelas desigualdades têm para fazer suas escolhas (SEN, 1992; 1999a; 2009). Medidas orientadas à “ativação econômica”

dos setores populares, como programas e políticas públicas de fomento à economia solidária, promovem a autonomia econômica das trabalhadoras e dos trabalhadores e podem “[...] funcionar como vetores de redução das desigualdades (GAIGER, 2011, p. 80).

Há também relações importantes entre as duas abordagens em relação aos processos que definem os objetivos comuns de desenvolvimento e os processos que promovem estes objetivos. Em relação ao primeiro aspecto, pode ser ressaltada a convergência entre a argumentação pública que ocupa um papel central na abordagem de desenvolvimento humano e a gestão democrática que desempenha este papel na economia solidária. No que se refere à segunda questão, a agência individual e coletiva, enfatizada no desenvolvimento humano, se expressa na gestão democrática das pessoas nos EES. Ambos resultam em autonomia das pessoas e autonomia coordenada do coletivo. Estes elementos, a importância dos arranjos sociais e das estruturas coletivas no desenvolvimento humano e os arranjos institucionais inovadores na economia solidária são abordados em seguida.

2.3.1 Gestão democrática e agência coletiva

A abordagem do desenvolvimento humano destaca a importância da participação das pessoas nas escolhas dos objetivos do desenvolvimento, e as agências individual e coletiva como processos para promover estes objetivos. A abordagem da economia solidária também ressalta a importância da participação das pessoas na definição dos objetivos e estratégias através da gestão democrática e da autogestão. Ambas as abordagens enfatizam que o exercício da agência e da autogestão resulta em autonomia das pessoas e autonomia coordenada do coletivo, e o exercício da autonomia resulta em empoderamento (AGUIAR, 2007; DAL RI; VIEITEZ, 2013; DENEULIN, 2008; 2015; GAIGER, 2004; 2011; MUÑIZ; GASPER, 2009; SEN, 2009; SINGER, 2002).

Em relação à agência, Sen (1992) faz uma distinção entre a realização de objetivos que a pessoa tem razão em valorizar sem seu efetivo envolvimento e a realização dos objetivos com a ativa participação da pessoa. A segunda perspectiva analisa a participação da pessoa na promoção dos objetivos, o sucesso instrumental da condição de agente, e se refere ao controle que a pessoa exerce sobre a efetivação do resultado. Nesta perspectiva, ressalta-se o aspecto da condição de agente, uma pessoa que age, ocasiona mudanças e desempenha um papel público, como participante de ações sociais, políticas e econômicas (SEN, 1999a). A liberdade de escolha das pessoas depende das condições sociais, econômicas e políticas. Os EES são

condicionados pelo ambiente externo, mas ao mesmo tempo oferecem espaços de participação das trabalhadoras e dos trabalhadores. Assim, a efetiva participação molda o próprio empreendimento.

A participação das trabalhadoras e dos trabalhadores associados em processos coletivos de tomada de decisão nos EES se constitui num processo educativo que promove a autonomia das pessoas envolvidas. Desta maneira, a gestão democrática proporciona desenvolvimento humano aos praticantes (AGUIAR, 2007; GAIGER, 2004; SINGER, 2002). A gestão democrática estabelece um sistema de cooperação voltado para os objetivos do coletivo de trabalhadoras e trabalhadores e promove a sua autonomia (DAL RI; VIEITEZ, 2013).

Mesmo inserido num contexto de dificuldades, em que a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores trazem consigo experiências de trabalho em empresas privadas com modelos hierárquicos de administração ou experiências de trabalho informal e de forma individual, além da pressão das relações de troca no mercado, os EES se mostram como espaços de aprendizagem do exercício da gestão democrática, nos quais combinam cooperação e autonomia das trabalhadoras e dos trabalhadores associados (SARRIA ICAZA, 2004a).

O processo de gestão democrática não é um processo linear. No aprofundamento deste processo, muitos desafios têm que ser enfrentados. As experiências anteriores das trabalhadoras e dos trabalhadores levam a conflitos e entendimentos diversos sobre os processos coletivos da gestão. Para evitar que estes conflitos inviabilizem os empreendimentos, é importante problematizar a gestão, e “[...] acolher processos de autonomia que são ativados permanentemente, esses graus de autonomia [...] pressupõem [...] a ampliação dos espaços de liberdade frente aos constrangimentos, coerções e limitações impostos [...] pelo sistema do capital” (AGUIAR, 2007, p. 115-116). Dessa maneira, dispositivos favorecendo o processo de gestão democrática podem ser criados.

A experiência de gestão democrática pode ser considerada um exercício de agência coletiva, assim como um processo de formação de capacitações coletivas. Neste caso, as capacitações coletivas se referem às capacitações que pertencem às trabalhadoras associadas e aos trabalhadores associados dos empreendimentos econômicos solidários, que juntos perseguem o mesmo objetivo e podem alcançar este objetivo por meio de sua ação coletiva. Como exemplo, pode ser mencionada a capacitação coletiva de um grupo de catadoras e catadores de materiais recicláveis ao erradicar o trabalho infantil nos lixões e nos galpões de

reciclagem numa determinada região. Porém, o exercício da agência coletiva depende também de outros processos, como a argumentação pública e a participação em espaços deliberativos, aspecto que é o tema da próxima seção.

2.3.2 A importância da argumentação pública e da participação em espaços deliberativos

Quando os EES atingem certo patamar de gestão democrática, passam a priorizar políticas de valorização do trabalho e, em muitos casos, assumem um papel na economia solidária como atores sociais, mediante o engajamento comunitário e a participação em espaços de articulação política e econômica. Dessa maneira, os empreendimentos promovem a democracia interna e externa e começam a incidir sobre políticas públicas de economia solidária (GAIGER, 2007; LAVILLE, 2015).

Tendo em vista as dificuldades que os empreendimentos enfrentam nas suas relações com o mercado e o Estado, a comunidade é o local em que os empreendimentos têm maior atuação e podem começar a criar as suas regras. A atuação de EES nas suas comunidades pode resultar num processo de democracia ao nível da própria comunidade (MCMURTRY, 2015).

O processo de argumentação pública em relação a grupos que se encontram em situação de pobreza e de violação de direitos é importante para transformar estruturas injustas (DENEULIN, 2015). As organizações da economia solidária são espaços importantes de discussão pública, de formulação de valores compartilhados e de objetivos comuns, e ao mesmo tempo são meios para persegui-los (EVANS, 2002). Em contextos de opressão, ganham maior relevância ainda. As organizações da economia solidária também são espaços de formação de capacitações coletivas, que, por meio da ação coletiva e da autonomia coordenada, podem resultar na transformação de estruturas injustas, eliminando privações que impedem as pessoas de viver bem. Pelos processos de autogestão e de gestão democrática, essas organizações formam agentes de transformação social. A participação dessas organizações em espaços deliberativos como fóruns, conselhos e conferências contribuem para que as vozes das trabalhadoras e dos trabalhadores associados sejam ouvidas nos processos de elaboração de políticas públicas (DENEULIN, 2015; EVANS, 2002).

A participação em espaços de democracia deliberativa é uma forma de empoderamento das pessoas envolvidas, mas também pode motivar a participação de outras pessoas da comunidade e resultar em um empoderamento coletivo (AGARWAL, 2010). Neste

processo de debate público e voz política, são formadas as capacitações, que são fundamentais para o processo de desenvolvimento humano (SEN, 2009). A participação em espaços públicos de tomadas de decisão e a incidência em políticas públicas são uma capacitação central (NUSSBAUM, 2011).

Como são constituídos os processos em que a agência coletiva é capaz de promover mudanças nas relações sociais e em relações desiguais de poder? O acesso a diferentes recursos sociais, econômicos e políticos são importantes no exercício da agência (MUKHERJEE-REED, 2015). O acesso a recursos sociais tais como processos de formação e capacitação e apoio organizacional, muitas vezes oferecidos por organizações da sociedade civil, fortalece os EES. Em termos de recursos econômicos, o acesso a fundos, por meio de organizações da sociedade civil ou governos, ou o acesso a crédito em condições favoráveis, por meio de bancos comunitários ou cooperativas de crédito, contribui para a sustentabilidade dos EES. Com relação aos recursos políticos, as habilidades adquiridas no processo de gestão democrática dos empreendimentos possibilitam as pessoas a participarem em mobilizações e espaços de democracia deliberativa. O apoio de organizações da sociedade civil e governos facilita a agência, mas somente práticas concretas de tomadas de decisão coletivas e engajamento na ação coletiva resultam em agência coletiva e criação de laços de solidariedade (AGARWAL, 2010; MUKHERJEE-REED, 2015). Mukherjee-Reed enfatiza que a construção de laços de solidariedade no empreendimento leva tempo e envolve custos e riscos compartilhados. Esta somente pode ser atingida mediante o exercício e a prática da gestão democrática e da responsabilidade compartilhada. O processo de construção de laços internos de solidariedade pode resultar na construção de relações externas de solidariedade com outros empreendimentos, grupos comunitários e movimentos sociais. A participação em organizações de economia solidária pode promover mudanças em relação à inclusão socioeconômica, melhoria nas condições de trabalho e autonomia econômica (MUKHERJEE-REED, 2015; ZEELAND, 2013; 2014).

Porém, a maioria dos EES é vulnerável, principalmente por atuar em setores altamente competitivos e com risco de ser forçada a sair do mercado por causa de choques exógenos (CRUZ, 2011; MUKHERJEE-REED, 2015). Dessa maneira, os EES, ancorados em práticas sociais e baseados em normas democráticas, necessitam de arranjos institucionais adequados. Entre as possibilidades de fortalecer os EES, podem ser mencionadas a construção de vínculos horizontais entre empreendimentos, grupos e instituições locais, formando redes; o estabelecimento de vínculos verticais entre os empreendimentos, formando cadeias produtivas

e organizações representativas (AGARWAL, 2015; CRUZ, 2011; DAGNINO, 2012; MUKHERJEE-REED, 2015). Outra possibilidade de fortalecer os empreendimentos é pela participação em processos de co-construção de políticas públicas a fim de incidir na elaboração de leis que reconheçam as novas formas institucionais e que criem arranjos institucionais inovadores que atendam às demandas dos empreendimentos (CORRAGIO, 2015; LAVILLE, 2009; 2015; MENDELL; ALAIN, 2015).

As prioridades econômicas e a concepção das necessidades econômicas dependem do debate público. A garantia da democracia e dos direitos humanos é fundamental e tem importância direta como capacitação básica de participação política e social. Também exerce um papel instrumental, oferecendo possibilidades para que as pessoas sejam ouvidas e tem um papel construtivo na compreensão das necessidades econômicas e na formação de valores (SEN, 1999a). Neste aspecto, podem ser destacados os espaços de democracia deliberativa como fóruns, conselhos e conferências, em que as trabalhadoras e os trabalhadores associados exercem sua participação política e social, apresentam suas demandas e incidem na elaboração de políticas públicas da economia solidária. Esses processos de participação política não são somente um meio do desenvolvimento, mas são parte constitutiva dos fins do desenvolvimento (SEN, 1999a; 2009).

Os principais elementos da relação entre desenvolvimento humano e economia solidária, discutidos neste capítulo, são sistematizados e apresentados no Quadro 1. A base econômica das abordagens do desenvolvimento humano e da economia solidária é pluralista, voltada para uma pluralidade de características e princípios. Nessas abordagens, o pressuposto da racionalidade na economia não é limitado ao interesse próprio, mas também baseado no compromisso com o bem-estar das outras pessoas.

Quadro 1 - Relações entre Desenvolvimento Humano e Economia Solidária

	Desenvolvimento Humano	Economia Solidária
Princípio econômico	Pluralidade de características: <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento como processo multidimensional - Foco na vida humana - Valor não é apenas instrumental, mas é intrínseco - Capacitações individuais - Capacitações coletivas - Objetivos que as pessoas têm razão de valorizar em vez dos meios - Escolhas baseadas em um compromisso com um grupo ou 	Pluralidade de princípios econômicos: <ul style="list-style-type: none"> - Princípio do mercado: comercialização de produtos e serviços - Princípio de redistribuição: acesso a recursos públicos - Princípio de reciprocidade: trocas solidárias - Princípio de administração doméstica: produção para uso próprio - Objetivos sociais, econômicos, ambientais e culturais

	Desenvolvimento Humano	Economia Solidária
	comunidade e não em autointeresse apenas	- Escolhas baseadas em solidariedade e cooperação
Objetivos do desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da qualidade de vida - Dignidade humana - Justiça social - Democracia fundamentada nos direitos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da qualidade de vida - Valorização do ser humano - Distribuição equitativa da renda e da riqueza - Gestão democrática
Processos para definir objetivos comuns	Argumentação pública: <ul style="list-style-type: none"> - Participação e voz às pessoas - Diálogo com outras pessoas - Interação social e tolerância da diversidade - Ação coletiva e participação em espaços deliberativos 	Gestão democrática: <ul style="list-style-type: none"> - Participação de todas as pessoas, nas assembleias - Decisões coletivas - Engajamento na comunidade - Participação em fóruns e conselhos de democracia deliberativa
Processos que promovem os objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Agência individual resulta em autonomia e agência coletiva em autonomia coordenada - O exercício da autonomia resulta em empoderamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão democrática resulta em autonomia da pessoa e em autonomia do coletivo - O exercício da autonomia resulta em empoderamento
Ambiente institucional	Arranjos sociais e estruturas coletivas: <ul style="list-style-type: none"> - conexão importante entre o contexto social e o indivíduo - espaços de formulação de valores compartilhados - meios para perseguir os objetivos comuns - importância do contexto social, econômico e político e das instituições para a liberdade e agência das pessoas 	Arranjos institucionais inovadores: <ul style="list-style-type: none"> - Empreendimentos econômicos solidários ancorados em práticas sociais - Vínculos horizontais entre empreendimentos formando redes e verticais formando cadeias produtivas e organizações representativas - Co-construção de políticas públicas e leis que reconhecem as novas formas institucionais

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Ambas as abordagens têm objetivos voltados para a melhoria da qualidade de vida e para a dignidade humana. Em relação aos processos para definir objetivos comuns, constata-se que há uma relação entre a argumentação pública, que dá voz para as pessoas, e a gestão democrática, na qual todas as pessoas integrantes dos EES participam. No que se refere aos processos que promovem os objetivos, consideram-se os processos de gestão democrática como espaços de formação de agência individual e agência coletiva. No tocante ao ambiente institucional, observa-se que a abordagem do desenvolvimento humano considera os arranjos sociais e as estruturas coletivas como uma conexão importante entre o contexto social e o indivíduo. Na abordagem da economia solidária, os EES se constituem em espaços de formulação de valores compartilhados e meios para perseguir os objetivos comuns. Destaca-se a importância dos vínculos horizontais entre os empreendimentos para a atuação em rede e dos vínculos verticais para avançar no controle democrático da cadeia produtiva. Ambas as

abordagens consideram a importância do contexto social, econômico e político para a liberdade da agência e como espaço de co-construção de políticas públicas.

3 CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Neste capítulo, discute-se a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. Na primeira parte, apresenta-se o contexto da economia solidária no Brasil. Na segunda parte, apresenta-se a gestão de resíduos sólidos no Brasil. A terceira parte discute os condicionantes, os limitantes e os indicadores de sustentabilidade de EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Esta seção apresenta o contexto da economia solidária no Brasil. Primeiramente, apresentam-se o contexto e as políticas públicas de economia solidária no Brasil. Em seguida, apresenta-se uma análise das características dos EES no Brasil a partir de dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES). Esta seção finaliza com a discussão acerca dos desafios para a sustentabilidade dos EES.

3.1.1 Contexto e políticas públicas de economia solidária no Brasil

A economia solidária e o surgimento de organizações e EES no Brasil estão articulados com o processo de lutas sociais por direitos e cidadania, tendo sua base nos movimentos e nas organizações de atores sociais que surgiram nos anos 1970 e 1980 (SARRIA ICAZA, 2014). A partir dos anos 1990, começou a ser usada a denominação economia solidária. Durante o I Fórum Social Mundial, em 2001, surgiu uma articulação entre organizações da sociedade civil e as redes de EES dos setores populares, que resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Os primeiros programas de apoio e as políticas públicas para a economia solidária emergiram de forma isolada em algumas prefeituras a partir de meados dos anos 1990, como em Porto Alegre, e apareceram com maior amplitude a partir dos anos 2000. Neste período, foi criada a Rede de Gestores da economia solidária, na qual participam gestoras e gestores

municipais e estaduais e que visa a qualificação das ações e das políticas de promoção de economia solidária desenvolvidas por órgãos de governo (SARRIA ICAZA, 2014).

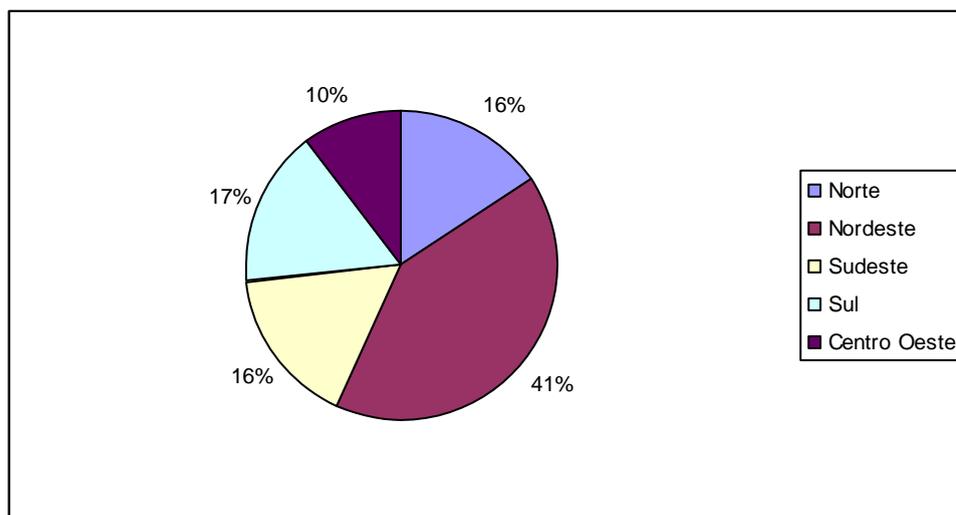
Em decorrência da maior articulação entre EES e organizações de apoio e fomento à economia solidária, surgiu uma capacidade ampliada de incidir nos processos de construção de políticas públicas. A incidência por meio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária levou à criação, em 2003, da Secretaria Nacional da Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, que desenvolve programas e políticas públicas de fortalecimento de EES. Neste mesmo ano, também foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária. A partir de 2003, iniciou-se um processo de co-construção de políticas públicas de economia solidária no Brasil, que envolveu um diálogo aberto entre atores da economia solidária e atores governamentais. Neste processo de co-construção, foram criados espaços de diálogo como as Conferências Nacionais de Economia Solidária (2006, 2010 e 2014), que resultaram no 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019 (BRASIL, 2015a). Um levantamento das políticas públicas no Brasil, em 2010, demonstrou que em torno de 180 prefeituras mantinham ações de economia solidária, 14 governos estaduais desenvolviam ações que beneficiavam a economia solidária e, em nível federal, a SENAES desenvolvia programas, além de ações articuladas através de outros ministérios (SARRIA ICAZA, 2014).

As políticas públicas desenvolvidas no campo da economia solidária em nível nacional são articuladas pela SENAES e podem ser classificadas de acordo com três estratégias de articulação: fortalecimento institucional, desenvolvimento local e territorial e apoio à organização econômica solidária. Os instrumentos da política são organizados por meio de três eixos de atuação: finanças solidárias e crédito, conhecimento e comercialização (BRASIL, 2012). Embora as políticas visem uma estratégia de desenvolvimento, as políticas públicas de economia solidária ainda são limitadas e fragmentadas, com um desequilíbrio entre um amplo apoio para projetos de formação, e um apoio incipiente na área de fomento e acesso a recursos públicos. O avanço das políticas públicas deverá ser acompanhado por programas públicos de fomento a fim de fortalecer os EES e efetivamente ampliar a capacidade para atender às novas demandas. Para garantir a sustentabilidade dos EES é preciso que sejam ampliadas, nos três níveis, federal, estadual e municipal, as políticas públicas, os programas de formação e de fomento e o investimento público, e que sejam priorizadas as compras públicas destes empreendimentos. Um dos principais desafios consiste em garantir o financiamento de longo prazo, um aspecto crítico para a sustentabilidade dos EES.

3.1.2 Características dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil

No ano de 2004, a SENAES implantou o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária. No período de 2005 a 2007, foi realizado o primeiro mapeamento de economia solidária no Brasil, pelo qual foram identificados 21.859 EES, nos quais participavam 1.683.693 pessoas. No período de 2009 a 2013, foi realizado o segundo mapeamento, no qual 11.663 novos empreendimentos foram identificados. Além destes, foram revisitados os empreendimentos do período anterior, dos quais se obteve informações de 8.045 empreendimentos que continuavam atuando dentro dos princípios da economia solidária. Portanto, no período de 2009 a 2013, existem dados atualizados referentes a 19.708 EES com 1.423.631 sócios.

Gráfico 1 - Distribuição geográfica dos empreendimentos econômicos solidários por regiões no Brasil, 2009-2013



Fonte: Brasil (2013).

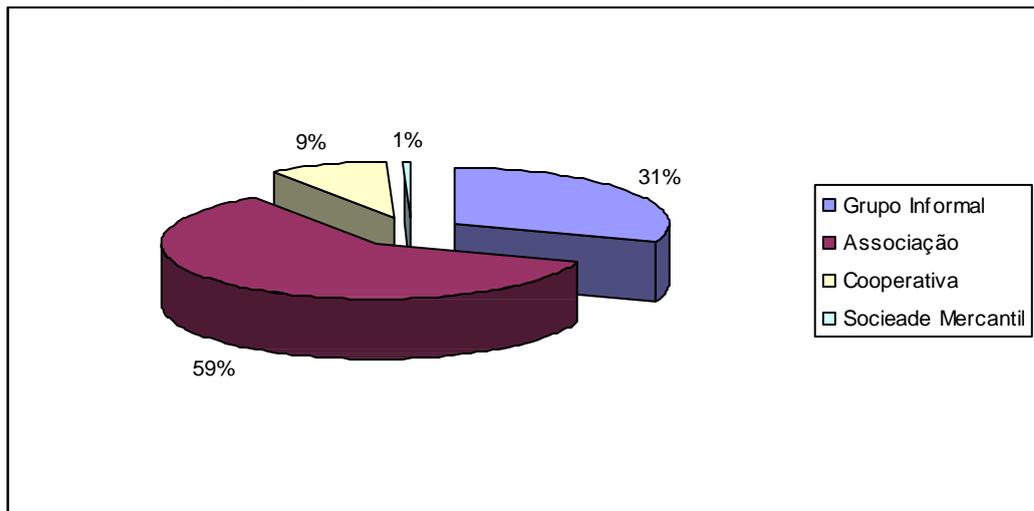
Nota: SIES/Base Atualiza.

Em relação à distribuição geográfica dos empreendimentos, houve um crescimento na região Norte. No período de 2005 a 2007, 12% do total dos empreendimentos eram oriundos da região Norte. No período de 2009 a 2013, esta porcentagem cresceu para 16%. Nas regiões Nordeste e Sudeste, houve um pequeno decréscimo, respectivamente de 43,5 para 41% e de 18 para 16,5%. Porém, como pode ser observado no Gráfico 1, a região Nordeste continua sendo a região com o maior número de empreendimentos. As regiões Sul e Centro-Oeste

mantiveram as mesmas porcentagens, respectivamente, 16,5 e 10%. O Gráfico 1 mostra a atual distribuição geográfica.

Quanto às formas de organização dos EES, observa-se um grande predomínio da associação. No período 2005-2007, 52% do total dos empreendimentos eram organizados na forma de associação. No período de 2009-2013, a organização associativa aumentou e aproximadamente 60% dos empreendimentos estão constituídos como associação. As cooperativas se mantiveram estáveis, em ambos os períodos representando em torno de 10% dos EES. Os grupos informais são o segundo grupo mais representativo na forma organizativa. Porém, entre os dois períodos, sua presença diminuiu de 36,5 para 30,5%. Outras formas de organização, como a sociedade mercantil, giram em torno de 1% em ambos os períodos. O Gráfico 2 mostra as formas de organização dos EES.

Gráfico 2 – Formas de organização dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, 2009-2013



Fonte: Brasil (2013).

Nota: SIES/Base Atualiza.

Nas regiões Sudeste e Sul, os grupos informais ocupam o primeiro lugar como forma de organização dos empreendimentos: respectivamente, 48,5 e 44% no período de 2009 a 2013, bem acima da média nacional. Nestas regiões, a associação vem em segundo lugar, representando respectivamente 40,5 e 36,5%. A região Sul também se caracteriza pela alta porcentagem de cooperativas: 18,5% dos empreendimentos são organizados sob a forma de cooperativa, mais que o dobro da média nacional. Na região Nordeste, os grupos informais representam somente 21% do total dos empreendimentos. Nessa região, a associação é a forma predominante, representando 74% do total. Em relação à área de atuação, constata-se que há uma grande diversidade entre as regiões. No período de 2009 a 2013,

aproximadamente 55% do total dos empreendimentos atuavam na área rural, 35% na área urbana e 10% em ambos. Porém, nas regiões Sudeste e Sul, essa relação se inverte: a maioria dos empreendimentos atuam na área urbana: respectivamente, 61 e 42%. Este fato pode explicar também a predominância, nessas regiões, dos grupos informais, que têm maior presença nas áreas urbanas. Na região Nordeste, onde 74% dos empreendimentos são organizados sob a forma de associação, 72% dos empreendimentos atuam na área rural.

De acordo com o mapeamento no período de 2009 a 2013, há uma predominância dos EES que atuam na área de produção ou produção e comercialização (56% dos empreendimentos). Em segundo lugar, vem o consumo, o uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, realizado por 20% dos empreendimentos no Brasil e 10% dos empreendimentos na região Sul. O terceiro lugar é ocupado pela atividade de comercialização, atividade principal de 13% dos empreendimentos no Brasil e 25% na região Sul. Nessa região, é o segundo tipo de atividade principal mais frequente. As atividades de prestação de serviços ocupam o quarto lugar como principal atividade realizada pelos empreendimentos (7%), seguidas por poupança, crédito ou finanças solidárias e troca de produtos ou serviços, ambos com aproximadamente 2%.

Tabela 1 - Tipo de atividade econômica dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil e na Região Sul, 2009-2013

Atividade Econômica	Brasil	Região Sul
Indústrias de Transformação	26%	34%
Comércio	22%	36%
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	26%	16%
Gestão de Resíduos	5%	11%
Atividades Financeiras	2%	3%
Outras Atividades	19%	0%

Fonte: Brasil (2013).

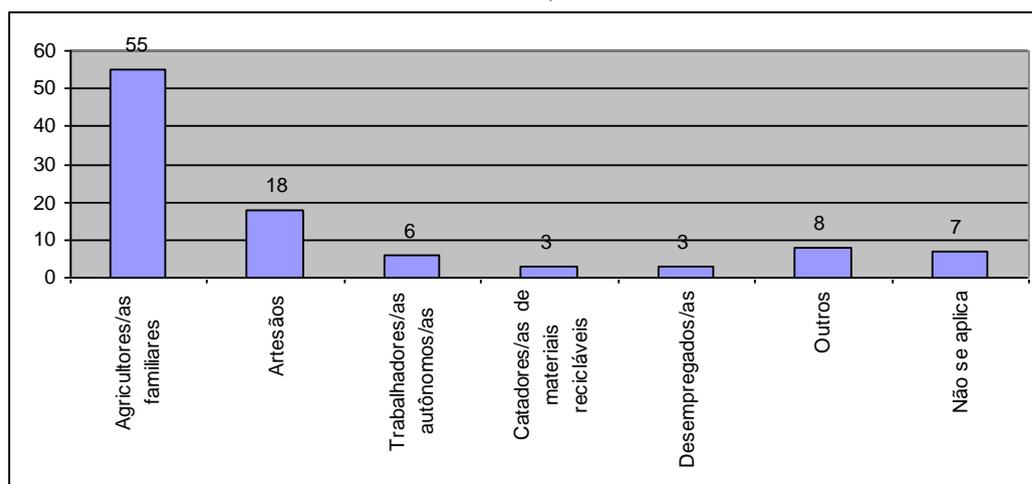
Nota: SIES/Base Atualiza.

A Tabela 1 mostra as áreas de atividade econômica dos EES, com destaque para a indústria de transformação, cujas principais atividades, no nível nacional, são fabricação de farinha de mandioca e derivados e fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico. Na região Sul, a principal atividade é a fabricação de produtos de panificação. Na atividade de comércio, se destaca o comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos, seguido pelo comércio atacadista de frutas, verduras, raízes e tubérculos e de leite e laticínios. Na seção da agricultura, há destaque para cultivo de feijão e de milho, seguido da horticultura. Na região Sul, a preparação de leite aparece como principal atividade. A gestão de resíduos abrange a

coleta e a triagem de materiais recicláveis e representa 5% em nível nacional e 11% na região Sul.

Em relação à categoria profissional das sócias e dos sócios, as categorias predominantes são agricultoras e agricultores familiares e artesãs e artesãos (respectivamente 55 e 18%). Trabalhadoras e trabalhadores autônomos vêm em terceiro lugar (6%), seguidos de catadoras e catadores de materiais recicláveis (3%). Em relação a esta última categoria, há uma grande diversidade. Na região Norte, esta categoria não aparece e, na região Sul, os empreendimentos formados por catadores e catadoras de materiais recicláveis compõem 5% do total dos empreendimentos, sendo uma categoria bastante significativa e com importante impacto na prestação de serviços e na preservação ambiental. No Gráfico 3, são apresentados os EES segundo a categoria profissional das sócias e dos sócios.

Gráfico 3 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários segundo categoria profissional das sócias e dos sócios, 2009-2013



Fonte: Brasil (2013).

Nota: SIES/Base Atualiza.

No período de 2009-2013, observa-se um aumento da participação das mulheres nos EES, em relação ao período de 2005-2007, de 37 para 43,5%. As mulheres predominam nos empreendimentos menores (os que têm até 20 sócias e sócios).

Os principais motivos de criação dos EES são complementação da renda, obtenção de maiores ganhos, gestão coletiva e alternativa ao desemprego. Nesta perspectiva, analisam-se os dados referentes à renda dos participantes. No mapeamento dos empreendimentos no período de 2005 a 2007, 59% dos empreendimentos declararam que remuneraram as sócias e os sócios, 38% têm uma renda média mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 24% recebe entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, 26% entre 1 e 2 salários mínimos, 10% entre 2 e 5 salários mínimos e

somente 2% acima de 5 salários mínimos. Isto mostra a precariedade dos empreendimentos no sentido de gerar renda. Assim, 62% das sócias e dos sócios dos empreendimentos recebem uma renda média mensal de até um salário mínimo e 88% das trabalhadoras e dos trabalhadores na economia solidária ganham até dois salários mínimos. O desafio de gerar uma renda adequada para as sócias e os sócios é mencionado por 74% dos empreendimentos como principal desafio.

Em seguida, apresentamos alguns dados de EES da região Sul, tendo em vista que o estudo empírico foi realizado no Estado do Rio Grande do Sul. Em relação ao resultado econômico dos empreendimentos, observa-se uma melhoria na região Sul. Na comparação entre o primeiro e o segundo mapeamento, houve um aumento dos empreendimentos que conseguiram pagar todas as despesas e ter uma sobra ou excedente, de 46 para 52%. Os empreendimentos que conseguiram pagar todas as despesas aumentaram de 27 para 31%. Os empreendimentos que não conseguiram pagar suas despesas diminuíram de 10 para 7%. Para os demais empreendimentos, esse critério não se aplica. Portanto, os dados mostram que houve um aumento de 73 para 83% de empreendimentos com resultados econômicos positivos.

Os dados sobre gestão dos EES da região Sul ilustram a dinâmica da gestão democrática e coletiva. Em torno de 50% dos empreendimentos realizam assembleias de sócias e sócios com periodicidade de, no mínimo, uma vez por mês; dentro destes, 17% se reúnem no mínimo quinzenalmente; outros 24% dos empreendimentos se reúnem pelo menos semestralmente, totalizando 73% dos empreendimentos que realizam assembleias de sócias e sócios com frequência de, no mínimo, duas vezes ao ano (KUYVEN; KAPPES, 2013). A participação sociopolítica é outra característica dos empreendimentos. Na região Sul, 44% dos empreendimentos participam de redes ou fóruns de articulação, a maioria nos fóruns ou redes de economia solidária. Em torno de 13% destes participam em conselhos e fóruns de incidência em políticas públicas (KUYVEN; KAPPES, 2013).

Outro dado importante para analisar, tratando-se da sustentabilidade dos EES, é em relação à origem dos recursos e ao acesso ao crédito. O segundo mapeamento na região Sul mostra que 73% dos recursos dos empreendimentos são oriundos dos próprios sócios, 29% são recursos públicos a fundo perdido, 20% doações e 15% financiamento. Ainda em relação ao crédito, 81% dos empreendimentos não buscaram crédito, 13% buscaram crédito e obtiveram sucesso e 6% buscaram crédito, mas não obtiveram sucesso (KUYVEN; KAPPES, 2013, p. 26). Os dados do mapeamento mostram que os empreendimentos dependem, em sua

grande maioria, dos próprios recursos. Somente uma minoria tem acesso a crédito. Em relação ao fomento da economia solidária por políticas públicas e programas governamentais, observa-se que 29% conseguiram acessar recursos públicos. No primeiro mapeamento, os empreendimentos não declararam ter acesso a recursos públicos. Portanto, houve avanços nesta área para a sustentabilidade dos EES.

3.1.3 Desafios para a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários

A análise dos dados dos mapeamentos dos EES por meio do SIES mostra que a maioria dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação e que há um maior grau de formalização dos grupos. Houve também um aumento da participação das mulheres. As características de gestão coletiva e participação sociopolítica dos empreendimentos atestam uma lógica própria dos EES. De acordo com Gaiger (2007), a racionalidade da economia solidária implica a evolução complementar de práticas determinadas por fins sociais e econômicos.

Os dados referentes à atividade econômica dos EES sugerem que a economia solidária, pela sua própria dinâmica, favorece a economia real, baseada na produção, principalmente nas áreas de indústria de transformação, agricultura e comercialização de produtos e serviços, tais como a gestão de resíduos. Porém, gerar uma renda adequada para as sócias e os sócios continua entre os principais desafios dos EES. Ao mesmo tempo, se observa uma melhoria nos resultados econômicos dos empreendimentos, verificada na região Sul, e um aumento significativo no acesso a recursos públicos, o que atesta os avanços das políticas públicas e dos programas governamentais de fomento.

A análise da situação dos EES no Brasil a partir dos dados do SIES mostra o grande desafio para a sustentabilidade dos empreendimentos. Entre o primeiro e o segundo levantamento, houve uma redução dos empreendimentos e das pessoas participantes. Uma provável explicação é a ampliação do mercado formal de trabalho. Porém, a diminuição dos empreendimentos e das trabalhadoras e dos trabalhadores na economia solidária demonstra a instabilidade desta atividade e a precariedade da sustentabilidade. Em termos econômicos, o levantamento apresentado mostra que 62% das pessoas integrantes dos empreendimentos recebem uma renda de até um salário mínimo. Em relação ao formato dos empreendimentos, houve em crescimento na formalização, porém, o grupo informal continua sendo o segundo grupo mais importante. Ao mesmo tempo, o levantamento mostra características que

contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos, tais como o alto número de sócias e sócios que participam nas decisões do empreendimento, assim como a participação sociopolítica na ação social ou comunitária e em movimentos sociais, redes e fóruns de reivindicação de direitos.

3.2 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

Nesta seção, é discutido o contexto da gestão de resíduos sólidos no Brasil. Na primeira parte, é apresentado o contexto das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis e suas organizações no Brasil. São apresentados também dados referentes ao Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que a pesquisa empírica foi realizada neste estado. Na segunda parte, apresentam-se a gestão integrada de resíduos sólidos e a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Na última parte, são discutidos os desafios para a sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

3.2.1 Contexto de catadoras e catadores de materiais recicláveis e suas organizações no Rio Grande do Sul e no Brasil

As organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis surgiram em meados das décadas de 1980 e de 1990, principalmente nas cidades-metrópoles, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em 2001, foi criado o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Atualmente, o MNCR está presente em quase todos os estados do Brasil. Por meio das associações e cooperativas, são organizados milhares de catadoras e catadores que atuam na coleta, na triagem e no beneficiamento de materiais recicláveis. O Brasil tem um alto nível de reciclagem: aproximadamente 95% das latas de alumínio e 55% das garrafas PET são recicladas. A reciclagem gera um valor em torno de US\$ 2 bilhões e evita a emissão de 10 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. A reciclagem de todos os materiais valeria em torno de 0,3% do PIB (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2011). No Brasil, há entre 400 e 600 mil catadoras e catadores de materiais recicláveis, sendo que a maior parte atua como catadora ou catador individual no trabalho informal, em condições precárias de trabalho, além de uma renda baixa e instável (IPEA, 2012). De acordo com o estudo do IPEA (2012), aproximadamente 60 mil catadoras e catadores de materiais recicláveis, em torno de 10% do total, são organizados em associações

e cooperativas. Este estudo aponta que, no Brasil, há ao menos 1.100 organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Em torno de 60% operam no nível mais baixo da eficiência. As regiões Sul e Sudeste do Brasil concentram a maior parte de catadoras e catadores e de suas organizações. A renda média das catadoras e dos catadores é menor que um salário mínimo (IPEA, 2012).

Entre as organizações, existe um alto grau de heterogeneidade. De acordo com um estudo realizado em 2005/2006 com organizações vinculadas ao MNCR, essas organizações podem ser caracterizadas por quatro situações distintas (DAMÁSIO, 2006). Nas situações 1 e 2, encontram-se os grupos formalmente organizados em associações e cooperativas com galpão próprio e com equipamentos. As primeiras têm capacidade de ampliar sua estrutura, absorver novas catadoras e novos catadores e implantar unidades industriais de reciclagem, sendo consideradas importantes organizações para a inclusão social. As organizações que se encontram na segunda situação estão numa fase intermediária, com falta de alguns equipamentos e necessitando de reforço de infraestrutura para poder expandir a produção e ampliar a coleta. Os grupos que estão em organização são classificados na situação 3. Estes contam com poucos equipamentos e não têm galpão próprio. Na última situação, estão os grupos desorganizados, na situação de rua ou lixão, que não possuem nenhum equipamento e na qual as catadoras e os catadores trabalham em condições de extrema precariedade para atravessadores. Dados de 2005/2006 mostram que em torno de 30% das organizações vinculadas ao MNCR se encontravam nas primeiras duas situações, 70% dos grupos têm pouco ou nenhuma estrutura e as catadoras e os catadores trabalham em estado de precariedade (DAMÁSIO, 2006).

Em seguida, apresentam-se dados referentes às características socioeconômicas de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme o estudo do IPEA (2013), a partir do Censo Demográfico de 2010, 387.910 pessoas se declararam catadoras e catadores no Brasil em 2010. Entretanto, esse número pode ser maior. Tendo em vista que o Censo é uma pesquisa domiciliar, podem se perder as informações referentes às pessoas que trabalham como catadoras e catadores de materiais recicláveis, mas não possuem uma residência fixa. A renda média era de R\$ 571,56, um pouco acima do salário mínimo, que, em 2010, era de R\$ 510,00. O nível educacional das catadoras e dos catadores é extremamente baixo, e o analfabetismo atingiu 20,5% desse segmento, enquanto para a população em geral esse percentual atingiu 9,4%. No Brasil, 50,3% da população com 25 anos ou mais possui Ensino Fundamental completo. Entre o público de

catadoras e catadores, somente 24,6% possui essa escolaridade. A porcentagem da população brasileira que possui o Ensino Médio completo é de 35,9%, porém, a porcentagem das catadoras e dos catadores que atinge esse nível de escolarização é de apenas 11,4% (IPEA, 2013).

De acordo com esse estudo do IPEA (2013), 23.527 pessoas se declararam catadoras e catadores de materiais recicláveis no Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, esse número pode ser maior, conforme mencionado acima. A partir das estimativas do IPEA (2012), segundo as quais em torno de 10% das catadoras e dos catadores se organizam em associações e cooperativas, estima-se que há em torno de 2.400 catadoras e catadores organizados no Rio Grande do Sul. Em relação às características socioeconômicas de catadoras e catadores no Rio Grande do Sul, IPEA (2013) aponta que em torno de 94,3% das 23.527 pessoas que se declararam catadoras e catadores vivem nas áreas urbanas. A renda média, em 2010, das catadoras e dos catadores era de R\$ 563,47. A taxa de analfabetismo nessa população atingiu 13,1%. Somente 21,6% de catadoras e catadores possuem Ensino Fundamental completo e, para o Ensino Médio completo, essa porcentagem cai para 7,2% (IPEA, 2013).

Durante a execução do Projeto Cataforte no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2012, foi realizado um diagnóstico referente a 26 organizações e 1.225 catadoras e catadores (ZEELAND, 2013). A população de catadoras e catadores, na sua maioria, é composta por mulheres (68%). O diagnóstico aponta que, em 50% dos empreendimentos, as catadoras e os catadores são originários de lixões. Com relação à escolaridade, apresenta-se o seguinte perfil: 15% não é alfabetizado, 61% se encontra na faixa entre a 1ª e a 4ª série, 19% entre a 5ª e a 8ª série e apenas 5% ingressou no Ensino Médio. Comparado com os dados do Censo de 2010 (IBGE), o índice de analfabetismo entre esse grupo de catadoras e catadores está bem acima do índice nacional, que, em 2010, correspondia a 9,6% da população (com 15 anos ou mais de idade). Os níveis de educação também revelam o baixo nível de acesso e de frequência ao sistema formal de educação. Somente 24% avançaram além da 4ª série do Ensino Fundamental, e este índice cai para 5% entre aquelas e aqueles que ingressaram no Ensino Médio (ZEELAND, 2013).

A situação educacional das catadoras e dos catadores no Estado do Rio Grande do Sul é extremamente preocupante. Essa característica do público que compõe os EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis é um elemento importante a ser levado em conta na avaliação da sustentabilidade desses empreendimentos. A elevação do nível educacional tanto das catadoras e dos catadores quanto de seus filhos é um fator extremamente importante não

somente como meio para aumentar a capacidade de organização dos empreendimentos, mas principalmente como um fim primordial do desenvolvimento humano.

3.2.2 Gestão integrada de resíduos sólidos e inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis

A mobilização das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis pelo MNCR resultou em avanços nas políticas públicas voltadas para as catadoras e os catadores. Esses avanços foram construídos a partir da ação coletiva e de mobilizações para reivindicação de direitos no Brasil. A luta por direitos se articula com a construção de programas e políticas para a economia solidária.

A primeira conquista, em 2002, foi o reconhecimento da profissão de catador/a como categoria de ocupação¹. Em 2003, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), que é um espaço de colaboração intergovernamental para a construção de programas e políticas públicas, envolvendo diversos ministérios e órgãos governamentais, com participação do MNCR. Como resultados deste comitê, podem ser mencionados o projeto Cataforte, de fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis, apoiado por diversos órgãos e empresas estatais e coordenado pela SENAES. Nesse projeto, mais de 10.600 catadoras e catadores de 19 estados receberam capacitação, assistência técnica e equipamentos, principalmente caminhões, a fim de possibilitar a inserção competitiva das organizações de catadoras e catadores articuladas em redes, nos sistemas públicos de coleta seletiva. Outro avanço importante foi a assinatura do decreto nº. 5.940, em 2006, que instituiu a destinação dos resíduos recicláveis dos órgãos da Administração Pública Federal para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2006). Um dos principais resultados foi a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2 de agosto de 2010, por meio de um processo participativo envolvendo o governo, as organizações da sociedade civil e o MNCR (BRASIL, 2010).

A PNRS estabelece um novo marco regulatório para a gestão de resíduos sólidos, priorizando a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis por meio de cooperativas e associações autogestionárias na gestão integrada de resíduos sólidos. A

¹ Reconhecido no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

nova legislação resultou em arranjos institucionais inovadores, ao mesmo tempo, colocou um desafio para os estados e os municípios para pôr em prática os dispositivos da PNRS.

A aprovação da PNRS abriu novos caminhos para a prestação de serviços na área de gestão de resíduos sólidos urbanos. A prestação de serviços para o poder público municipal se enquadra num contexto em que o papel do governo se deslocou de provedor de serviços para o papel de criação de um ambiente favorável, para o qual atores externos contribuam. Este contexto surgiu principalmente a partir da década de 1990 dentro do modelo neoliberal e, em alguns casos, levou à privatização de serviços essenciais como a educação e o fornecimento de água. No caso de privatização, o poder público transfere toda a responsabilidade e o poder para o setor privado. Porém, está surgindo um outro modelo de governança, baseado na parceria, em que o poder e a responsabilidade são compartilhados. Dentro desta nova forma, se encontra a governança policêntrica de sistemas econômicos complexos, que vai além do mercado e do governo, na qual são formados arranjos institucionais diversos para governar bens públicos e bens comuns, principalmente recursos naturais. Estudos demonstram a eficácia na proteção de recursos naturais a partir da gestão de bens comuns por comunidades locais. Em várias situações, a gestão comunitária é mais eficaz que a gestão governamental. Nestes sistemas de governança, se observa que há uma interação entre estratégias de aprendizagem, níveis de confiança entre os participantes, que são recíprocos, níveis de cooperação e benefícios para os participantes (OSTROM, 2010). Neste novo modelo, as funções do governo são vistas como governança redistributiva, que considera as contribuições ou a cooperação de atores privados e atores da sociedade civil para o aprimoramento da qualidade e o aumento da cobertura dos serviços e, ao mesmo tempo, tenta contribuir para a redução das desigualdades (TURCOTTE; GÓMEZ, 2012). Neste contexto, há um desafio para as associações e as cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis para se organizarem e se estruturarem para poder atender às demandas e às exigências da prestação de serviços para o poder público.

No Brasil, existem diversos modelos de gestão de resíduos sólidos. De acordo com Wirth e Oliveira (2016), o serviço público de limpeza urbana passou por diversas fases, caracterizadas por diferentes modelos de gestão. Porém, atualmente ainda se encontram os diversos modelos em operação no Brasil. A primeira fase de implantação do serviço público de limpeza urbana se caracterizava por um modelo estatista de gestão. Nesse modelo, a gestão de resíduos sólidos urbanos é realizada pela administração direta das prefeituras, que se responsabilizam pela tomada de decisões e pela execução. Nesse modelo, a participação das

catadoras e dos catadores de materiais recicláveis é limitada “[...] à condição de triadores” (WIRTH; OLIVEIRA, 2016, p. 221).

A segunda fase consistiu na concessão dos serviços de limpeza urbana para a iniciativa privada. Nesse modelo de gestão privatista, o planejamento é realizado pela prefeitura, mas a execução do serviço é realizada por empresas privadas. Esse modelo também limita a participação das catadoras e dos catadores à condição de triadores. De acordo com Wirth e Oliveira (2016, p. 225), “[...] a qualidade deste serviço é contestada pelos grupos de catadores, que recebem material reciclável contaminado com rejeitos e misturado com resíduos orgânicos”. De acordo com dados do Cempre (2010), 443 municípios brasileiros operam programas de coleta seletiva, cerca de 8% do total de municípios. Porém, na maior parte das cidades, a coleta não cobre mais que 10% da população total. Em 52% das cidades pesquisadas, a coleta seletiva dos resíduos sólidos municipais é realizada pela prefeitura. Em 26% das cidades, empresas privadas são contratadas para executar o serviço de coleta (COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM - CEMPRE, 2010).

A terceira fase se iniciou em 2010, com a aprovação da PNRS, que introduz a gestão integrada dos resíduos sólidos (WIRTH; OLIVEIRA, 2016). Esta fase é discutida na próxima subseção.

3.2.3 Coleta Seletiva Solidária: Tecnologia social alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos

A PNRS reconhece as catadoras e os catadores como importantes atores na gestão integrada. Em seu artigo 6º, a PNRS define como princípios “[...] o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (BRASIL, 2010, p. 3). A “[...] integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” é um dos objetivos da PNRS, como definido nos artigos 7º e 8º. Entre os instrumentos da PNRS, é mencionado “[...] o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010, p. 5). A PNRS estabelece uma ordem de prioridade: respectivamente, não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. A PNRS garante a

prioridade de contratação de cooperativas e associações de catadoras e catadores para prestação de serviços de limpeza urbana. No artigo 36, parágrafo 1º, da PNRS consta que:

[...] o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação (BRASIL, 2010, p. 20).

A PNRS ainda define, no parágrafo 2º do artigo 36, que “A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993” (BRASIL, 2010, p. 20). A PNRS menciona entre os instrumentos econômicos a implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Dessa forma, a PNRS estabelece as condições efetivas para uma gestão integrada com inclusão socioeconômica das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, por meio da contratação de suas organizações para serviços de limpeza urbana.

A PNRS também estimula as parcerias entre os diversos setores – o setor público, o privado e o terceiro setor, neste caso, principalmente as associações e as cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis. No artigo 30, parágrafo único, menciona que a responsabilidade compartilhada tem por objetivo: “[...] compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis” (BRASIL, 2010, p. 16). A PNRS incorpora a perspectiva da logística reversa, definida no artigo 3º como:

[...] instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010, p. 2).

Dessa forma, poderão ser estabelecidos contratos entre as empresas e as associações e as cooperativas de catadoras e catadores, referentes ao recolhimento de materiais recicláveis e à logística reversa.

Desde 2010, as associações e as cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis têm estabelecido contratos com os poderes públicos municipais para a gestão compartilhada de resíduos sólidos. Os contratos visam principalmente ao processo da coleta seletiva e da triagem dos materiais. Estas diversas experiências evoluíram para uma

tecnologia social chamada de Coleta Seletiva Solidária (CSS), que promove a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis na gestão integrada de resíduos sólidos (RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015). Essas experiências incipientes mostram o potencial de expansão da economia solidária em importantes setores econômicos na sociedade, como a gestão de resíduos sólidos (ZEELAND, 2014).

A coleta seletiva solidária visa fortalecer três dimensões: ambiental, pelo estímulo à reciclagem e à tomada de consciência ecológica; econômica, potencializada pela economia de recursos públicos, que são otimizados na perspectiva da eficiência na prestação de serviços de destino correto dado aos resíduos sólidos urbanos; e social, que contribui para a erradicação da miséria e da exclusão social, mediante a incorporação de novas catadoras e novos catadores, da melhoria nas condições de trabalho e da renda (ZEELAND, 2013).

Um aspecto importante na CSS é o processo de educação ambiental e a relação com a comunidade. A campanha de educação ambiental proporciona a correta separação dos materiais recicláveis pela comunidade e, dessa forma, resulta num aumento do material na coleta seletiva, assim como numa diminuição do rejeito. De acordo com Rutkowski e Rutkowski (2015, p. 1087), a CSS tem demonstrado “[...] ganhos em eficácia”². Estes ganhos em eficácia são o resultado da mobilização da população para participar na separação dos materiais, da entrada dos carrinhos usados por catadoras e catadores em locais de difícil acesso e da grande cobertura da coleta seletiva na cidade. O processo de educação ambiental resulta em material menos contaminado e “[...] um volume crescente de materiais recicláveis limpos está sendo desviado de disposição com redução de custos operacionais” (RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015, p. 1087)³. Neste modelo, o aumento na qualidade e na quantidade do material coletado favorece o processo de triagem e de prensagem e resulta numa receita maior na venda do material e, conseqüentemente, na melhoria da renda de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Para poder responder a requisitos da indústria e melhorar suas condições de negociação, as associações e as cooperativas estão se organizando em redes, principalmente, para realizar a comercialização em conjunto.

Um estudo comparado entre dois modelos de gestão de resíduos sólidos urbanos, respectivamente, o modelo de gestão privatista, com contratação de uma empresa privada como provedor de serviços em Belo Horizonte (MG), e o modelo de gestão integrada, de CSS, com contratação de uma cooperativa de catadoras e catadores, em Londrina (PR),

² Texto original: “gains in effectiveness”.

³ Texto original: “an increasing volume of clean recyclables is being diverted from disposal at decreasing operational costs”.

demonstram um aumento significativo de material reciclado coletado no modelo de CSS e um custo muito menor no modelo de CSS. De acordo com Rutkowski e Rutkowski (2015, p. 1090), “[...] em 2012, a empresa de reciclagem em Belo Horizonte coletava 871 toneladas por mês por um custo de US\$ 195 por tonelada, enquanto a cooperativa de catadoras e catadores em Londrina coletava 1.000 toneladas por um custo de US\$ 35 por tonelada”⁴. Um estudo sobre o impacto da implantação da CSS em duas cidades, Itaúna (MG) e Natal (RN) mostra um aumento no volume do material reciclado coletado, e uma diminuição das taxas de rejeito, conforme Tabela 2 (RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015).

Tabela 2 – Melhoria no volume coletado e na taxa de rejeito depois da implementação da CSS

Cidade	Diferença em dias	Variação em volume (toneladas por mês⁻¹)	Taxa de rejeito em %
Itaúna	30	De 140 para 208	De 70 para 30
Natal	365	De 42 para 298	≤ 10

Fonte: Rutkowski e Rutkowski (2015, p. 1090).

A tecnologia social da CSS possibilita um aumento na renda de catadoras e catadores, como consequência do aumento do volume coletado, do aumento da qualidade do material e da comercialização em rede.

A análise comparada dos custos da coleta seletiva realizada por catadoras e catadores, pela prefeitura e por empresas contratadas, realizada pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA) e pelo Núcleo Alternativas – Engenharia/UFGM compara diferentes modelos de gestão de resíduos sólidos em oito cidades: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O estudo aponta que “[...] os sistemas de coleta seletiva existentes combinam gestão municipal, associações de catadores e empresas contratadas” (LIMA *et al.*, 2010, p.11). No sistema de CSS, a frequência de coleta é maior do que no sistema de gestão estatista e de gestão privatista. A maior frequência aumenta o nível de adesão da população à coleta seletiva e eleva a qualidade do serviço, diminuindo os índices de rejeito. “Os menores índices foram apresentados pelos sistemas de coleta que os catadores operacionalizam”: 5% pela CSS em Belém e Porto Alegre. Os maiores índices de rejeito, entre 40 e 60%, foram obtidos nos sistemas de coleta pública ou terceirizados no Distrito Federal, Belo Horizonte e Salvador (Lima *et al.*, 2010, p. 17). A qualidade dos dados impossibilitou uma análise comparativa

⁴ Texto original: “in 2012, the Belo Horizonte recycling contractor collected 871 tonnes per month at a cost of US\$195 per tonne, while Londrina’s WPCs collected 1000 tonnes at a cost of US\$35 per tonne”.

mais conclusiva. A combinação de diversos tipos de gestão resulta na mistura dos custos das atividades dos três agentes – prefeitura, empresa e cooperativa de catadoras e catadores. O estudo conclui que a formalização da CSS enfrenta dificuldades, porque “[...] a remuneração pelo serviço de coleta seletiva é feita em base no mesmo valor pago pela coleta convencional, o que tem um efeito limitado na arrecadação dos catadores” (LIMA *et al.*, 2010, p. 35). O estudo recomenda que o poder público municipal possa criar procedimentos regulatórios para equilibrar as oscilações do mercado e criar condições efetivas para que a CSS possa competir com outros tratamentos.

Entretanto, em muitos municípios, as catadoras e os catadores continuam atuando na margem da gestão de resíduos sólidos urbanos, em condições precárias de trabalho e com uma renda insuficiente para a subsistência das famílias. Para mudar este cenário e construir estratégias de efetivação de direitos e de melhoria das condições de trabalho de catadoras e catadores, o MNCR lançou, em 2014, a campanha para a reciclagem popular.

3.2.4 Reciclagem Popular

O conceito de reciclagem popular surgiu em 2013 a partir do 1º Seminário Nacional Rotas Tecnológicas para a Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos, promovido pelo MNCR, pelo Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA) e pelo Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS).

O conceito de reciclagem popular aborda o modelo de gestão integrada de resíduos sólidos em que a reciclagem é feita por catadoras e catadores, organizados em associações e cooperativas autogestionárias, por meio da prestação de serviços de coleta seletiva solidária e triagem dos materiais, além do avanço na cadeia de reciclagem via beneficiamento e comercialização coletiva, garantindo a gestão compartilhada e a distribuição da renda, da riqueza, do poder e do conhecimento gerado a partir do manejo dos resíduos.

Em 2014, o MNCR lançou a campanha da Reciclagem Popular. De acordo com o MNCR (2014a, p. 1), a reciclagem popular “[...] é um projeto produtivo que visa à distribuição da riqueza, do poder e dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos”. A reciclagem popular representa um novo modelo de reciclagem baseado em um novo conceito. “O principal objetivo é combater a desigualdade nesta cadeia, fazendo com que as organizações autogestionárias ocupem todos os elos do ciclo produtivo, desde a coleta até a industrialização do material reciclável” (MNCR, 2014a, p. 1). Atualmente, há uma grande

concentração do resultado econômico da reciclagem nas mãos de atravessadores e indústrias de reciclagem. Uma das reivindicações do MNCR é a remuneração justa pelos serviços prestados na área de coleta e triagem de materiais recicláveis, conforme prevê a PNRS. A PNRS introduz a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, promovendo a democratização da tomada de decisões. A sistematização das práticas e dos saberes de catadoras e catadores, assim como a socialização dos conhecimentos das universidades é necessária para o desenvolvimento de novas tecnologias sociais para aperfeiçoar a gestão integrada dos resíduos sólidos e melhorar a eficiência da CSS.

As cooperativas têm um papel importante na preservação ambiental. De acordo com Gonçalves-Dias (2009), a capilaridade das catadoras e dos catadores como agentes de reversão das embalagens dos produtos consumidos tornam mais amplos o alcance e a viabilidade dos volumes reciclados. A reutilização dos resíduos sólidos ajuda a diminuir os danos ambientais e na preservação de certos recursos naturais, e ainda colabora para uma solução de um dos maiores problemas urbanos da atualidade, referente ao destino das sobras do consumo. O processo de coleta e triagem de materiais recicláveis contribui para a geração de trabalho e renda de pessoas que se encontram em situação de pobreza e excluídas do setor do trabalho formal. Com a organização das catadoras e dos catadores individuais em associações e cooperativas de economia solidária, estes estão se firmando como atores sociais no processo de gestão integrada de resíduos sólidos, principalmente na CSS. Estas cooperativas trazem a justiça social às relações de produção. Pelo reconhecimento e pela redistribuição, tentam superar as injustiças sociais e econômicas.

3.2.5 Desafios para a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis

O avanço no controle da cadeia produtiva coloca desafios para a sustentabilidade dos EES. De um lado, é possível incorporar mais catadoras e catadores que atuavam na economia informal e/ou garantir uma renda maior e melhores condições de trabalho. De outro, pressiona os valores e os objetivos destes empreendimentos, principalmente em relação à autogestão e à equidade. O crescimento dos EES e o enfrentamento com as empresas capitalistas podem minar a autonomia dos empreendimentos, bem como resultar em um modelo de gestão mais hierárquico e menos democrático em que a prioridade é aumentar a eficiência em vez da equidade.

Um grande desafio é o avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem pelas organizações de catadoras e catadores, por meio da comercialização coletiva e do beneficiamento dos materiais. O MNCR reivindica um Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular para melhorar a infraestrutura das associações e das cooperativas, para qualificar a atuação em rede e para avançar no processamento industrial do material reciclado (MNCR, 2014b). Rutkowski (2008) reafirma a importância de processos de trabalho e de produção apropriados para a realidade das organizações autogestionárias de catadoras e catadores e de estratégias de relacionamento em redes, para avançar na comercialização coletiva. Em relação ao processamento industrial, Gonçalves-Dias (2009) alerta que as cooperativas têm condições limitadas para estabelecer as regras do jogo e precisam se ajustar aos interesses e às demandas técnicas das grandes empresas compradoras de materiais recicláveis. A dependência do mercado e a suscetibilidade às suas mudanças são um grande desafio para a sustentabilidade dos empreendimentos. Em momentos de crise econômica, a reciclagem é um dos setores fortemente atingidos: a diminuição dos preços de materiais recicláveis resulta na diminuição da receita das associações e cooperativas, na diminuição dos postos de trabalho e na diminuição da renda das catadoras e dos catadores. Estima-se, por exemplo, que, em 2008, a “[...] queda tenha sido de 62%” (IPEA, 2009, p. 56). De acordo com IPEA (2009, p. 57), “A crise financeira mostrou o quanto o mercado da reciclagem no Brasil é frágil, pois está sujeito aos solavancos da economia mundial sem ter ferramentas de controle e incentivo”. A regulação do setor de reciclagem, a contratação das associações e das cooperativas de catadoras e catadores para a prestação de serviços de limpeza urbana e o investimento público para o aumento da capacidade e da infraestrutura dos empreendimentos econômicos são medidas importantes para garantir a sustentabilidade destes empreendimentos.

A situação educacional das catadoras e dos catadores é outro elemento que influencia a sustentabilidade dos EES. Portanto, a elevação do nível educacional das catadoras e dos catadores é um fator fundamental para aumentar a capacidade de gestão democrática dos empreendimentos, bem como para promover o desenvolvimento humano.

Um dos desafios consiste em combinar a prestação de serviços de qualidade com a gestão democrática, cultivando relações baseadas em princípios de cooperação e de confiança (ZEELAND, 2014). A capacitação e a assistência técnica fornecidas por organizações da sociedade civil contribuem no processo de fortalecimento da gestão das organizações de catadoras e catadores. A busca por direitos é um elemento importante, que move muitas ações

das catadoras e dos catadores, assim como o controle do processo produtivo. No Seminário Internacional Rotas Tecnológicas da Reciclagem (2015), foi afirmado que, para promover melhoria na gestão integrada de resíduos sólidos, é necessário construir sinergias entre os agentes econômicos e produzir estratégias para a efetivação de direitos e a melhoria das condições de trabalho das catadoras e dos catadores.

3.3 ELEMENTOS E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Esta seção apresenta a discussão referente às potencialidades, aos limitantes e aos indicadores de sustentabilidade para EES, a partir das abordagens do desenvolvimento humano e da economia solidária. A primeira parte trata dos processos de avaliação e de construção de indicadores na perspectiva do desenvolvimento humano. A segunda parte aborda a discussão sobre o significado e a definição de sustentabilidade na perspectiva da economia solidária, bem como os principais elementos da sustentabilidade dos EES. A terceira parte apresenta uma proposta de indicadores para avaliar a sustentabilidade de EES.

3.3.1 Processos de avaliação na perspectiva de abordagem do desenvolvimento humano

O desenvolvimento é um conceito normativo que tem como significado que a realidade está melhorando (NUSSBAUM, 2011). No desenvolvimento humano, o objetivo é a melhoria na qualidade de vida de todas as pessoas (SEN, 1999a; 2009; UNDP, 1990). A abordagem do desenvolvimento humano tem sido utilizada principalmente no contexto de políticas internacionais de desenvolvimento com foco nas nações com altos índices de pobreza, como uma abordagem para a avaliação comparativa da qualidade de vida, preocupada com a desigualdade e a injustiça social (NUSSBAUM, 2011). A abordagem foca na remoção de privações e na garantia de liberdade e oportunidades para que as pessoas vivam em condições de dignidade humana (NUSSBAUM, 2000; 2011; SEN, 1999a; 2009).

A abordagem do desenvolvimento humano tem bastante influência nas agências internacionais e é conhecida principalmente por meio dos Relatórios anuais de Desenvolvimento Humano produzidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os relatórios apresentam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para analisar o bem-estar das e dos habitantes dos países, o qual combina três dimensões:

educação, longevidade e renda. Porém, além do índice, o relatório apresenta tabelas com dados desagregados, e cada relatório apresenta e discute um tema como migração e redução de vulnerabilidades e construção de resiliência (UNDP, 2009; 2014). Dessa maneira, mostra a importância de se medirem as mudanças na qualidade de vida das pessoas de formas quantitativa e qualitativa.

O desenvolvimento humano é intrinsecamente importante em reforçar as capacitações das pessoas, como melhorar a saúde, a educação e a nutrição, para que as pessoas vivam vidas dignas, que é a finalidade. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento humano é instrumentalmente importante como um meio para aumentar o capital humano, o que tem consequências duradouras também no futuro (ANAND; SEN, 2000; SEN, 1999a; 2009). Por exemplo, um aumento no nível de educação aumenta também a habilidade de gerar uma renda maior no futuro. Assim, é importante o uso de indicadores diretos de qualidade de vida e bem-estar, por exemplo, voltados para a saúde e a educação, e não somente indicadores dos meios para melhorar a vida, como, por exemplo, a renda.

Todo processo de avaliação tem de definir quais aspectos serão avaliados e escolher sua base informacional. A abordagem do desenvolvimento humano está interessada numa pluralidade de diferentes características das vidas das pessoas, desde evitar a mortalidade prematura até ampliar a participação na comunidade, focando nas possibilidades reais de vida das pessoas. Os processos de avaliação podem ser voltados para os resultados finais de projetos, programas ou políticas que estão sendo avaliados, ou podem incorporar os processos que levaram a estes resultados. Os “resultados *abrangentes*”⁵ incluem os processos envolvidos e devem ser distinguidos dos “resultados *finalísticos*”⁶ (SEN, 1977, p. 745, grifos do autor). Os processos de avaliação focados em “[...] resultados abrangentes [...] incluem as ações realizadas, as agências envolvidas, os processos utilizados, etc. *junto com os [...] resultados finalísticos*”⁷ (SEN, 2009, p. 215, grifos do autor). Dessa maneira, na avaliação voltada para os resultados abrangentes, é importante incluir, além de indicadores de resultados, também indicadores de processos.

Os aspectos referentes à agência e aos processos avaliam, entre outras questões, em que medida temos a liberdade para determinar o tipo de vida que queremos viver. Muitas vezes, isso inclui preocupações, compromissos e objetivos que vão além de nossas próprias

⁵ Texto original: “*comprehensive outcomes*”.

⁶ Texto original: “*culmination outcomes*”.

⁷ Texto original: “*comprehensive outcomes [...] include actions undertaken, agencies involved, processes used, etc. along with the [...] culmination outcomes*”.

vidas, como, por exemplo, a erradicação do trabalho infantil ou a preservação da biodiversidade. Dessa forma, a avaliação comparativa da qualidade de vida aborda as oportunidades que as pessoas têm para escolher a vida que valorizam, considerando as alternativas que poderiam ser escolhidas (SEN, 2009).

A interação com outras pessoas através de grupos, instituições e comunidades é essencial para a formação da identidade, de valores compartilhados e de objetivos comuns. Nestas interações sociais, as pessoas definem o que têm razão para valorizar, ao mesmo tempo, estes espaços coletivos são meios para persegui-los, sendo especialmente relevantes em contextos de opressão (EVANS, 2002). Evans aborda a importância das capacitações coletivas para as escolhas individuais.

A participação das pessoas envolvidas nos processos de avaliação, por meio de debate público, aumenta a confiabilidade e o alcance das avaliações (COMIM, 2008a; 2009; SEN, 2009). Os indicadores sociais devem medir as mudanças sociais que estão em curso na sociedade e, para tanto, a contribuição das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais é essencial.

3.3.2 Elementos da sustentabilidade da economia solidária

A economia solidária é composta por uma ampla gama de organizações dos setores populares, denominadas de empreendimentos econômicos solidários, que desenvolvem uma miríade de atividades econômicas e perseguem objetivos sociais, econômicos e ambientais. Para o processo de elaboração de indicadores de sustentabilidade dos EES, é essencial definir o que se entende por sustentabilidade na economia solidária. Outras perguntas que se colocam são: quais são os elementos e os condicionantes que favorecem a sustentabilidade dos EES? Quais são os fatores limitantes da sustentabilidade destes empreendimentos?

A sustentabilidade dos EES não se define somente pela produção de bens e serviços, a qual está mais ligada à viabilidade econômica, mas também é definida pelas relações de trabalho e pelas relações estabelecidas com a comunidade (GAIGER, 2011; KRAYCHETE, 2012). Nesta perspectiva, surgem os conceitos de produtividade sistêmica (DOWBOR, 2013) e eficiência sistêmica (GAIGER, 2003), conceitos mais abrangentes do que o conceito de viabilidade econômica. A viabilidade econômica analisa somente os resultados econômicos. O conceito de eficiência sistêmica vai ao encontro dos objetivos multidimensionais dos EES. Essa noção dialoga com a abordagem do desenvolvimento humano, que considera o

crescimento econômico e a renda como meios para o desenvolvimento humano, e que ressalta que é importante verificar o que está crescendo e principalmente para quem.

Dowbor (2013, p. 19) enfatiza a importância da democracia econômica, que ele define como a “[...] apropriação democrática dos processos e dos resultados econômicos”. Dowbor (2013, p. 18) menciona como principais desafios a criação de “[...] formas de organização social que permitam ao cidadão ter impacto sobre o que realmente importa, em gerar processos de decisão mais racionais”. Dessa forma, devem ser elaborados instrumentos de avaliação e indicadores que visem orientar a economia para que os esforços produtivos gerem resultados sociais, econômicos e ambientais que beneficiem a todas as pessoas.

Dowbor (2013, p. 35, grifos do autor) apresenta também o conceito de “*produtividade sistêmica*”. Neste conceito, o resultado é composto pela produção, porém, serão descontados os custos indiretos que essa produção gera para a sociedade, tais como impactos ambientais e custos sociais, por exemplo, o aumento do desemprego pela introdução de uma nova tecnologia que diminui os postos de trabalho. O resultado é apresentado em termos de qualidade de vida, e não somente em termos de crescimento econômico, que muitas vezes beneficia somente um pequeno grupo de pessoas. Ele também é apresentado de forma sistêmica e de longo prazo. Os dados são organizados para que a população possa verificar a contribuição para a qualidade de vida das iniciativas dos governos, empresas privadas e organizações da sociedade civil, e para facilitar a participação das pessoas nos processos de decisão, principalmente nos níveis municipal e territorial. Esta perspectiva se aproxima da metodologia de indicadores de desenvolvimento humano, em que o resultado econômico não é mais o principal objetivo, mas um meio para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O conceito de eficiência sistêmica assemelha-se ao de produtividade sistêmica, e ambos visam à promoção da qualidade de vida das pessoas de forma duradoura.

A eficiência sistêmica compreende a realização de benefícios sociais, e não meramente monetários ou econômicos, a geração de efeitos benéficos para o entorno em que se situam os empreendimentos em questão, a garantia de longevidade para os mesmos e a presença de externalidades positivas sobre o ambiente natural, em favor da sua sustentabilidade. (GAIGER, 2003, p. 125).

Nessa definição, destacam-se os elementos que trazem benefícios sociais não apenas para membros dos empreendimentos, mas também para a comunidade no entorno, como a longevidade dos empreendimentos e os efeitos positivos para o meio ambiente. De acordo com Gaiger (2003; 2011), a gestão democrática dos EES é um dos aspectos que beneficia a

eficiência sistêmica, em vez da apropriação do lucro pelos donos da empresa. Este valor é revertido como remuneração do trabalho ou em fundos, tais como fundo de educação, que visa beneficiar às trabalhadoras e aos trabalhadores, ou fundo de investimento para o próprio empreendimento. Gaiger (2011) afirma, a partir da análise de dados do Sistema de Informação em Economia Solidária, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que os EES, em comparação com micro- e pequenas empresas e com empreendimentos da economia informal, que são os concorrentes no mercado, apresentam indicadores de viabilidade relevantes, maior longevidade e demonstram práticas de preservação de postos de trabalho, de participação e gestão democrática, assim como práticas distributivas. Dessa forma, avançam para atingir objetivos sociais e econômicos concomitantemente. Outra diferença dos EES em relação às micro- e pequenas empresas e aos empreendimentos da economia informal é sua inserção na comunidade e seu acesso a apoios e assessorias para formação, qualificação profissional, assistência técnica e obtenção de crédito (GAIGER, 2011). Nesta análise, destacam-se os elementos de longevidade dos empreendimentos, as práticas de participação no empreendimento e na comunidade, a preservação de postos de trabalho e a preocupação com a equidade.

Diversos destes elementos também foram apresentados pela SENAES, que estabelece duas dimensões para a avaliação.

A SENAES [...] articula as duas dimensões: a estratégica, a economia solidária como estratégia de desenvolvimento; e a tática, a economia solidária como forma de organização econômica que valoriza o trabalho associado e a cooperação para gerar renda e melhorar as condições de vida das pessoas (SILVA, 2012, p. 112).

As políticas de economia solidária são voltadas para três aspectos: trabalho e renda, inclusão social e o desenvolvimento justo e solidário. Como indicadores de resultado do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, foram definidos:

- a) número de trabalhadores(as) inseridos(as) social e economicamente por meio de empreendimentos econômicos solidários;
- b) percentual de trabalhadores(as) da economia solidária que recebem menos de um salário mínimo;
- c) taxa de participação da economia solidária na formação do Produto Interno Bruto nacional (SILVA, 2012, p. 112-113).

As conferências nacionais de economia solidária têm contribuído para o processo de elaboração de indicadores de sustentabilidade da economia solidária e mencionam, entre outros, indicadores como “[...] valorização e emancipação do trabalho” e “[...] reconhecimento da mulher” (SILVA, 2012, p. 114). O Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária traz um conjunto de informações que pode contribuir no processo de elaboração de indicadores de sustentabilidade da economia solidária.

As relações de trabalho, baseadas na gestão democrática e em relações justas, são elementos importantes para a sustentabilidade dos EES, como destacado por vários autores (CRUZ, 2013; DAL RI; VIEITEZ, 2013; KRAYCHETE, 2012; SARRIA ICAZA, 2004; VIEITEZ; DAL RI, 2001). O exercício da gestão democrática, pela participação das pessoas em discussões e decisões coletivas, reforça a autonomia e a agência de cada pessoa, assim como a autonomia coordenada e a agência coletiva. Este processo pode resultar em capacitações coletivas que pertencem ao conjunto das pessoas que integram o empreendimento, e que, juntas, perseguem o mesmo objetivo, por meio da sua ação coletiva. Nestes processos, são construídas relações de confiança e de tolerância com as outras pessoas. Estes valores contribuem para o fortalecimento do empreendimento, mas também têm valor intrínseco para o grupo de pessoas que dele participam. Singer (2002) destaca que a autogestão proporciona o desenvolvimento humano às pessoas praticantes. A gestão democrática é praticada de diversas formas: pela organização da produção e do trabalho, pela participação no processo de tomada de decisões, pela identidade coletiva construída pelo grupo, e também pode se manifestar no envolvimento na comunidade e em outros espaços de democracia deliberativa, como fóruns e conselhos (SARRIA ICAZA, 2004). A assembleia de associadas e associados é o principal espaço de participação e de exercício da democracia interna. Sarria Icaza (2004) aponta que a prática da gestão democrática contribui para a remuneração mais igualitária e um ambiente de trabalho mais gratificante.

No entanto, a autonomia na gestão interna dos empreendimentos desaparece nas relações comerciais externas, frente às exigências das empresas capitalistas no mercado e às condições econômicas externas, que colocam limitações à viabilidade econômica dos empreendimentos e geram muitas tensões para a gestão democrática (GONÇALVES-DIAS, 2009; SARRIA ICAZA, 2004; VIEITEZ; DAL RI, 2001; UTTING, 2015). De acordo com McMurtry (2015), a atividade econômica coletiva apresenta uma desvantagem enorme em uma sociedade e em uma economia predominantemente capitalistas. Wellen (2012) afirma que as iniciativas da economia solidária estão subordinadas às demandas do mercado e, junto

com a pressão de obter resultados econômicos positivos e a necessidade da sobrevivência, isto resulta, muitas vezes, em que estas organizações seguem as regras do mercado capitalista e abdicam dos princípios de cooperação e solidariedade.

Além dos fatores externos, existem fatores internos que dificultam a prática efetiva da gestão democrática, nos aspectos administrativos, financeiros, técnicos e organizacionais, vinculados principalmente à falta de experiências anteriores das pessoas integrantes dos empreendimentos com a gestão democrática e o baixo nível de escolaridade da maioria das pessoas participantes. Dal Ri e Vieitez (2013) afirmam que a gestão democrática nos EES ainda é um processo incipiente e apresentam as diferentes formas de gestão democrática nesse tipo de empreendimento. De um lado, existe um processo liderado por uma vanguarda, em que há participação de todas as pessoas nas assembleias, porém, a gestão é fortemente influenciada por um grupo de lideranças que se perpetuam no poder. De outro lado, há um processo baseado na horizontalidade democrática, que tem como características a distribuição de rendimentos equitativos, com um pequeno intervalo entre a renda mais alta e a renda mais baixa; a socialização das experiências e do conhecimento, apresentando uma preocupação com a educação das trabalhadoras e dos trabalhadores associados e a existência da rotatividade nos espaços de coordenação; e o envolvimento com a comunidade no entorno (DAL RI; VIEITEZ, 2013). Dessa forma, pode ser observado o grau da democratização na gestão dos empreendimentos.

A atuação em redes e o avanço no controle das cadeias produtivas são elementos que podem contribuir para a sustentabilidade da economia solidária (AGARWAL, 2015; CRUZ, 2011; DAGNINO, 2012; GAIGER, 2011; RUTKOWSKI, 2008). O estabelecimento de vínculos verticais entre empreendimentos, formando cadeias produtivas e organizações representativas, possibilita o fortalecimento dos empreendimentos (AGARWAL, 2015; CRUZ, 2011; DAGNINO, 2012). Em relação às organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis, o avanço no controle da cadeia produtiva, desde a coleta seletiva solidária até a triagem, a prensagem, a comercialização e o beneficiamento dos materiais recicláveis é uma estratégia que pode contribuir com a sustentabilidade dos EES (RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015). Entretanto, em relação ao beneficiamento, Gonçalves-Dias (2009) alerta que as cooperativas de catadoras e catadores têm condições limitadas para atender às exigências do mercado e que isto põe em risco a viabilidade econômica e a sustentabilidade dos EES. O avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem depende da atuação em rede dos empreendimentos, bem como de políticas

públicas e arranjos institucionais inovadores (GONÇALVES-DIAS, 2009; RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015; ZEELAND, 2014).

A importância das intervenções sociais de organizações da sociedade civil, de escolas e de universidades, principalmente na área de capacitação e assessoria técnica para avançar nas tecnologias sociais voltadas para a economia solidária, é apontada por Dagnino (2012). Ele também enfatiza o papel essencial dos instrumentos de financiamento específicos para a economia solidária, voltados para aspectos do desenvolvimento dos empreendimentos, como a aquisição de equipamentos e o desenvolvimento de tecnologias. A atuação em rede pode fortalecer as estratégias de comercialização coletiva dos EES, assim como aumentar o poder de negociação com a administração pública (RUTKOWSKI, 2008). A construção de vínculos horizontais entre empreendimentos, grupos comunitários e instituições locais, formando redes, pode fortalecer os empreendimentos em sua atuação na comunidade e em fóruns de democracia deliberativa, para criar soluções institucionais inovadoras e para avançar na garantia de direitos (AGARWAL, 2015).

Um aspecto importante na avaliação dentro da economia solidária é a inclusão socioeconômica de uma parcela da população que se encontra fora do mercado formal de trabalho e em situação de pobreza (DAGNINO, 2012). A tecnologia social da coleta seletiva solidária, realizada por associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, contratadas pelo poder público municipal como prestadoras de serviço, contribuem com a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores (RUTKOWSKI; RUTKOWSKI, 2015; ZEELAND, 2013; 2014).

A sustentabilidade dos EES é condicionada por questões externas, como a falta de acesso a condições mínimas, incluindo infraestrutura, tecnologia apropriada, capacitação, financiamento e crédito, que dependem de políticas públicas, arranjos institucionais e programas governamentais e não governamentais voltados para o fortalecimento dos EES (CORAGGIO, 2015; KRAYCHETE, 2012; LAVILLE, 2015). A sustentabilidade destes empreendimentos não pode ser pensada isoladamente, “É necessário que haja uma ambiência que contribua para a sustentabilidade do conjunto [...] uma ambiência que remova as principais fontes de privação que envolvem as condições de existência desses empreendimentos” (KRAYCHETE, 2012, p. 23). A remoção destas privações contribui para que as pessoas integrantes dos EES possam exercer efetivamente os seus direitos. A participação das organizações de economia solidária na formulação das políticas públicas é um fator essencial para a sustentabilidade institucional (AGARWAL, 2010).

A maioria das políticas públicas tem uma dimensão nacional e local, e muitas vezes é construída em nível nacional, mas precisa ser implementada em nível local. Isto exige o comprometimento dos poderes públicos nestes diversos níveis, que pode ser pressionado pela ação coletiva (AGARWAL, 2010; ZEELAND, 2014). Um exemplo é a PNRS no Brasil, elaborada em nível nacional, mas a implementação da coleta seletiva compete ao poder público municipal. Dagnino (2012) aborda o aspecto do poder de compra do Estado que, na medida em que seja direcionado para os EES, teria um impacto importante na sustentabilidade da economia solidária. Existe um avanço na co-construção de políticas públicas da economia solidária (MENDELL; ALAIN, 2015). Porém, há muita descontinuidade das políticas e dos programas de apoio. A institucionalização da economia solidária, principalmente na América Latina, se insere em um ambiente de conflitos sociais e políticos (CORAGGIO, 2015).

McMurtry (2015) propõe que o lócus da ação e da tomada de decisões dos EES seja a comunidade em vez das políticas do poder público ou a atividade no mercado, por meio de um processo democrático que vise atender às necessidades da comunidade e contribuir para a garantia dos direitos das pessoas integrantes do empreendimento e moradoras da comunidade. Na comunidade, os empreendimentos têm maior autonomia do que no mercado ou frente ao Estado, e podem criar suas próprias regras, bem como, pela ação coletiva, podem contribuir para a autonomia coordenada da comunidade.

Mukherjee-Reed (2015) aborda a importância da agência coletiva, que vai além da capacidade das pessoas para alterar suas situações individuais e engloba o processo de formação de um grupo ou organização coletiva que promove mudanças nas relações sociais, bem como nas relações de poder. O acesso a diferentes recursos é importante para exercer a agência – principalmente a recursos sociais, tais como conhecimento e organização social, mas também a recursos econômicos, tais como capacitação, recursos financeiros e instrumentos de trabalho, e a recursos políticos, tais como mecanismos de protesto e relações de solidariedade (FRIEDMANN, 1992, apud MUKHERJEE-REED, 2015). Apoios de organizações da sociedade civil e do Estado são importantes para facilitar a agência, mas o exercício da agência depende das ações e das decisões das pessoas envolvidas. A atuação coletiva das pessoas nas organizações e nos empreendimentos gera vínculos de solidariedade, que podem ir além do próprio empreendimento e se estender à comunidade, e constitui a base para a formação da agência coletiva (MUKHERJEE-REED, 2015). A agência coletiva pode provocar mudanças para o coletivo, tais como a inclusão socioeconômica de pessoas sem

acesso ao trabalho, a melhoria das condições de trabalho das pessoas envolvidas, a garantia de direitos das pessoas do grupo e da comunidade.

A sustentabilidade de EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis é definida por múltiplas dimensões e abrange tanto fatores internos quanto fatores externos. Como mencionado anteriormente, o termo sustentabilidade de EES se refere à competência de assegurar a existência do empreendimento ao longo do tempo, garantindo a capacidade de atingir seus objetivos sociais, econômicos e ambientais.

Os EES perseguem objetivos multidimensionais, e os principais objetivos estão vinculados à melhoria nas condições de trabalho e de vida das pessoas participantes. Dessa forma, a avaliação da sustentabilidade desses empreendimentos precisa abordar estas múltiplas dimensões e incorporar na avaliação as condições de vida das pessoas integrantes desses empreendimentos.

Para avaliar a sustentabilidade dos EES, é importante elaborar indicadores nas áreas envolvendo educação, renda e aumento da autonomia e do empoderamento. Os aspectos de autonomia e empoderamento podem ser medidos por meio de indicadores de participação nos processos de gestão democrática, assim como em espaços de incidência em políticas públicas. Nos processos de avaliação da economia solidária, é importante que os indicadores que balizam a avaliação sejam construídos num processo participativo. A área de avaliação e de elaboração de indicadores para a economia solidária é uma área em construção.

3.3.3 Indicadores de sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis

O marco de avaliação proposto pela pesquisa tem sua base no campo do desenvolvimento humano e da economia solidária. As avaliações na perspectiva do desenvolvimento humano analisam as ações de acordo com o impacto nos funcionamentos e nas capacitações das pessoas. Como consta no capítulo anterior, capacitações podem ser definidas como aquilo que a pessoa é capaz de fazer e de ser, se refere a um conjunto de oportunidades de escolha. Após a concretização da escolha, se refere a funcionamentos, que são a realização das capacitações. Dessa forma, a perspectiva de desenvolvimento humano é multidimensional e plural, abordando várias características e diversos espaços informacionais, tais como informações referentes a recursos, capacitações e direitos, e tem seu foco nos fins de desenvolvimento, em vez dos meios para atingir os fins.

O conceito de desenvolvimento humano enfatiza a promoção da autonomia das pessoas, bem como a autonomia coordenada de comunidades ou grupos. O desenvolvimento humano também busca estimular as agências individual e coletiva, para que as pessoas sejam capazes de fazer escolhas em questões importantes e influenciar programas e políticas públicas que impactam na comunidade e nas suas vidas. A agência coletiva e a autonomia coordenada podem resultar na transformação de estruturas injustas, eliminando privações que impedem as pessoas de viverem bem.

Na perspectiva da economia solidária e do desenvolvimento humano, enfatiza-se o valor intrínseco dos arranjos sociais, como espaços de interação social, formação de valores comuns e de estratégias para perseguí-los, bem como espaços de formação de capacitações coletivas. Conforme discutido no capítulo anterior, o comportamento associativo e recíproco é formado pela interação social em organizações coletivas. Na perspectiva da economia solidária, ressaltam-se as relações de trabalho, baseadas na gestão democrática, como processos de formação de agência coletiva e de autonomia coordenada. No marco de avaliação proposto, amplia-se assim a base informacional, destacando informações referentes aos arranjos sociais e às capacitações coletivas.

Dessa forma, a pesquisa propõe indicadores voltados para os EES e para as capacitações coletivas formadas nos empreendimentos e também indicadores voltados para os recursos, os direitos e as capacitações individuais das catadoras e dos catadores que integram esses empreendimentos. Isso significa uma metodologia de avaliação que conte com diversos instrumentos para a coleta de dados, possibilitando a inclusão de diversos atores. Na metodologia proposta, há dois mecanismos de coleta de informações, respectivamente, um diagnóstico e um questionário. O diagnóstico foi realizado mediante uma entrevista presencial junto às pessoas que compõem as coordenações dos EES, para informações referentes aos empreendimentos e as capacitações coletivas. O questionário foi aplicado individualmente, por meio de uma entrevista presencial, junto a cada catadora e a cada catador que integra os empreendimentos, para informações no que concerne a recursos, direitos e capacitações individuais.

O marco de avaliação proposto inclui os resultados abrangentes, isto é, as ações, as agências e os processos, juntamente aos resultados finalísticos. Dessa maneira, a pesquisa apresenta, além de indicadores de resultados, indicadores de processos. Estes últimos abordam aspectos de gestão democrática, de participação na vida comunitária e política e parcerias. Esses indicadores abordam também preocupações que vão além das pessoas

participantes dos empreendimentos, como, por exemplo, a inclusão de catadoras e catadores de rua no EES. Os indicadores de resultados, por sua vez, abordam, sobretudo, aspectos econômicos.

Os indicadores apontam evidências qualitativas ou quantitativas para analisar avanços em relação ao alcance dos objetivos. Eles devem atender aos seguintes critérios: serem específicos, fornecerem as informações necessárias para medir os avanços; serem mensuráveis, serem passíveis de verificação por meio dos dados disponíveis; serem alcançáveis; serem relevantes; e devem ter determinado prazo de tempo, permitindo uma rápida avaliação (INTERCHURCH ORGANIZATION FOR DEVELOPMENT COOPERATION – ICCO, 2000).

Para o processo de elaboração dos indicadores de sustentabilidade dos EES, procedeu-se à investigação de indicadores já existentes. Observou-se que, na economia solidária, a área de avaliação e elaboração de indicadores está em construção. Existe um estudo de Vieitez e Dal Ri (2001) que apresenta indicadores de democracia autogestionária e realiza uma avaliação junto a dezenove cooperativas e empresas autogestionárias no Brasil. Outro estudo de Dal Ri e Vieitez (2015) apresenta elementos e condicionantes para o protagonismo de trabalhadoras e trabalhadores associados, com método aplicado em quatro empreendimentos autogestionários, três no Brasil e um na Argentina. Estudos desenvolvidos por Gaiger (2007, 2011) e Gaiger *et al.* (2014), a partir dos dados dos mapeamentos da economia solidária no Brasil, elaboraram indicadores de solidarismo e de empreendedorismo. Os estudos avaliaram os EES mapeados que estavam em funcionamento e tiveram como principais atividades econômicas a produção, a comercialização ou a prestação de serviços. Estes estudos apresentam contribuições relevantes para a elaboração de indicadores de sustentabilidade de EES.

Em relação aos indicadores de resíduos sólidos urbanos, existem indicadores voltados para a gestão pública de coleta seletiva, mas existem poucas experiências de indicadores voltados para os EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Alguns estudos têm avançado na análise de indicadores de sustentabilidade de coleta seletiva, bem como de organizações de catadoras e catadores, possibilitando uma avaliação comparativa da coleta seletiva entre municípios e entre organizações de catadoras e catadores (BESEN, 2011; RIBEIRO, *et al.*, 2010). O estudo de Ribeiro *et al.* (2010) apresenta seis indicadores para avaliar programas de coleta seletiva e doze indicadores para avaliar a sustentabilidade das organizações de catadoras e catadores. No estudo é realizada uma

avaliação de onze programas municipais de coleta seletiva e de 32 organizações de catadoras e catadores no Estado de São Paulo (RIBEIRO *et al.*, 2010). Besen (2011, p. 182) aprofunda a análise de sustentabilidade da coleta seletiva e das organizações de catadoras e catadores. O estudo apresenta quatorze indicadores de coleta seletiva, entre os quais constam o custo da coleta seletiva, a adesão e o atendimento da população, as taxas de recuperação de recicláveis e de rejeito, os instrumentos legais e a gestão compartilhada. O mesmo estudo também apresenta 21 indicadores das organizações de catadoras e catadores, entre os quais são apontados a renda média mensal, o atendimento aos requisitos de segurança e salubridade, a regularização da organização e a rotatividade dos membros (BESEN, 2011, pp. 184-5). No estudo de Besen (2011), não há uma aplicação desses indicadores às organizações de catadoras e catadores. São estudos importantes que avançam na construção de indicadores para a sustentabilidade de organizações de catadoras e catadores. Nos estudos, há poucos indicadores que se referem ao processo de autogestão, e não constam indicadores em relação à participação na comunidade ou em espaços de deliberação pública. Exceto pelo indicador da renda média mensal, estes estudos não abordaram indicadores para avaliar as condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

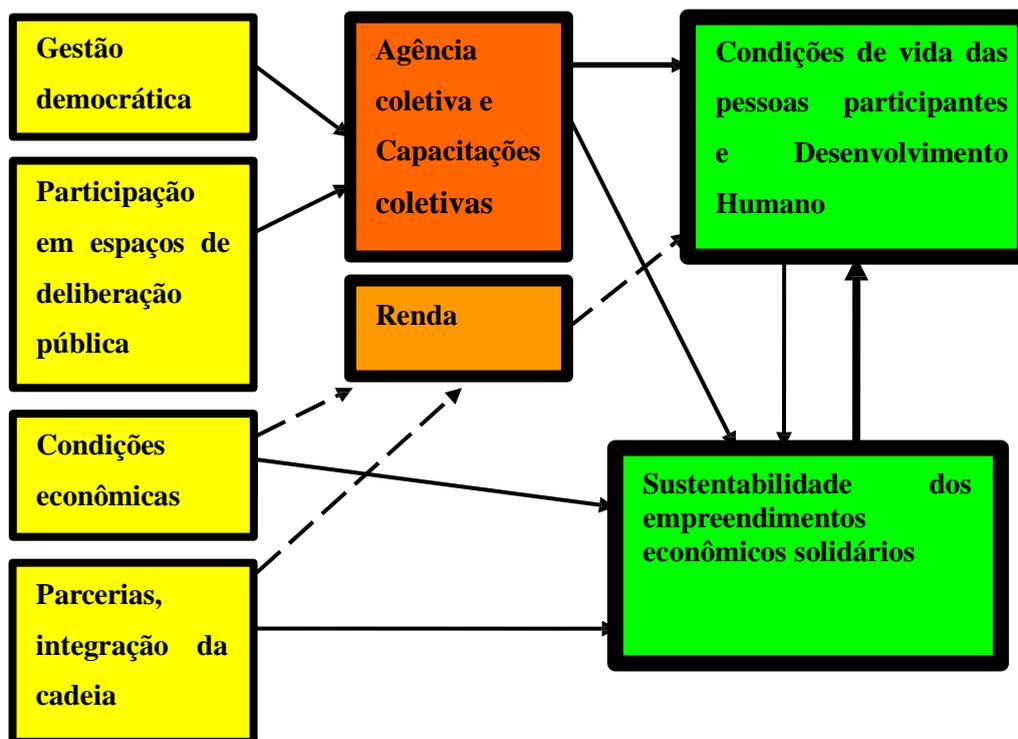
No Estudo “Análise de custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis”, executado pelo Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais da Universidade Federal da Bahia (GERI/UFBA), foram utilizados indicadores de eficiência física, eficiência econômica e eficiência de mercado e aplicados a organizações de catadoras e catadores no Brasil (DAMÁSIO, 2006).

Estes estudos trazem importantes contribuições para a avaliação da sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Vários indicadores elaborados nesses estudos foram utilizados ou adaptados para esta pesquisa. Outros fornecem informações acerca da atribuição de valores para definir a sua contribuição para a sustentabilidade. Discutem-se as contribuições destes estudos em seguida, de acordo com os indicadores propostos.

A partir das contribuições do desenvolvimento humano e da economia solidária, dos estudos de Vieitez e Dal Ri (2001), de Dal Ri e Vieitez (2015), de Gaiger *et al.* (2014) e de Besen (2011), e do levantamento dos elementos e condicionantes que favorecem a sustentabilidade dos EES, assim como dos fatores limitantes da sua sustentabilidade, apresentam-se indicadores de sustentabilidade de EES. A maioria desses indicadores pode ser utilizada para EES que atuam em diversos segmentos, mas alguns deles são específicos para o

segmento da reciclagem e precisariam ser adaptados para atender às especificidades de cada segmento.

Figura 2 – Elementos e indicadores de sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários e de desenvolvimento



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Os indicadores estão divididos em cinco áreas. Quatro estão ligadas aos processos em torno dos EES e a quinta está voltada para a qualidade de vida das pessoas integrantes dos EES:

- a) indicadores de democracia interna, agência coletiva e gestão democrática;
- b) indicadores de participação em espaços de deliberação democrática;
- c) indicadores de parcerias, atuação em rede e integração da cadeia produtiva;
- d) indicadores econômicos;
- e) indicadores das condições de vida.

A Figura 2 mostra como os elementos e os indicadores de sustentabilidade dos EES se conectam.

Nos processos de gestão democrática e de participação em espaços de deliberação pública, são formadas a agência coletiva e as capacitações coletivas. Dessa maneira, a agência

coletiva e as capacitações coletivas podem ser medidas pelos indicadores de gestão democrática e de participação. A formação das capacitações coletivas e da agência coletiva contribui para as condições de vida das pessoas participantes dos empreendimentos e para o desenvolvimento humano, além de contribuir para a sustentabilidade dos empreendimentos. As condições econômicas, as parcerias e a integração da cadeia produtiva são elementos importantes que determinam a sustentabilidade dos empreendimentos e podem ser medidas pelos respectivos indicadores. Estes também são fatores que influenciam a renda das pessoas integrantes dos empreendimentos, que é um meio importante tanto para as condições de vida quanto para o desenvolvimento humano. Por um lado, as condições de vida das pessoas influenciam a sustentabilidade dos empreendimentos. Por outro, a sustentabilidade dos EES tem uma relação direta com as condições de vida das pessoas integrantes dos empreendimentos e com o desenvolvimento humano.

3.3.3.1 Indicadores de gestão democrática e agência coletiva

O primeiro grupo de indicadores aborda os elementos de sustentabilidade dos EES ligados às condições e relações de trabalho e à gestão democrática. Os EES se constituem em espaços de construção de gestão democrática e de aprendizagem. A prática da gestão democrática fortalece a agência coletiva das pessoas e, nesse processo, são formados valores e objetivos comuns, bem como capacitações coletivas. Os aspectos de agência coletiva e capacitações coletivas contribuem para a sustentabilidade dos EES e, ao mesmo tempo, têm valor intrínseco e contribuem para o desenvolvimento humano.

Besen (2011, p. 184-185) apresenta sete indicadores em relação à gestão democrática: participação dos membros em reuniões, regularização da organização, atendimento aos requisitos de autogestão, capacitação dos membros em relação ao total, rotatividade dos membros, atendimento aos requisitos de segurança e salubridade e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Vieitez e Dal Ri (2001, p. 122) apresentam oito indicadores em relação à democracia autogestionária: origem dos dirigentes, modalidade de empresa, diferença entre a maior e a menor retirada, divisão de sobras, frequência das assembleias gerais, outras formas de participação, existência de planejamento e orçamentos deliberados coletivamente.

Gaiger *et al.* (2014, p. 146) apresentam quatro indicadores com relação a práticas de democracia e de participação na gestão dos EES: assembleia ou reunião do coletivo de sócios;

instâncias colegiadas de direção, administração, consulta ou fiscalização; decisões sobre direção, quadro social, patrimônio e contas do empreendimento, tomadas em assembleia ou reunião do coletivo de sócios; e mínimo de 2/3 de sócios na última assembleia ou reunião do coletivo, e participação nas decisões cotidianas do empreendimento.

Como mencionado anteriormente, a SENAES apresentou como um dos indicadores o número de trabalhadoras e trabalhadores inseridos nos EES (SILVA, 2012).

Foram elaborados, nesta pesquisa, treze indicadores de gestão democrática e agência coletiva: frequência da realização das assembleias; existência de documentos de acordos coletivos; formas de participação das associadas e dos associados; acesso a tipos de formação e capacitação; número de pessoas na coordenação; atuação da coordenação; remuneração equitativa; postos de trabalho existentes; permanência das associadas e dos associados no trabalho; inclusão de catadoras e catadores de rua; uso de EPIs; segurança no trabalho; e condições adequadas no local de trabalho.

Em relação à frequência das assembleias, foram levantados dados da SENAES e do Conselho Estadual de Economia Solidária (CESOL) do Estado do Rio Grande do Sul. No manual do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) da SENAES, consta como uma característica de EES “[...] realizar pelo menos uma reunião ou assembleia trimestral para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento” (BRASIL, 2015b, p. 9). O CESOL, no Rio Grande do Sul, estabeleceu como critério para certificação dos EES a exigência de “[...] realizar ao menos três assembleias gerais por ano”. Estes e outros critérios foram publicados no Decreto nº 50.285, de 2013 (RIO GRANDE DO SUL, 2013, p. 2). Vieitez e Dal Ri (2001) consideraram uma frequência de realização de assembleias semanais ou mensais como um alto grau de democracia autogestionária, a frequência bimestral como um grau médio e a frequência anual como baixo grau de democracia. Para a avaliação da contribuição à sustentabilidade dos EES, considerou-se a realização de assembleias com frequência semanal, quinzenal, mensal e bimestral como uma alta contribuição, com frequência trimestral, semestral ou anual como média contribuição, e a realização de assembleias com prazo maior de um ano como baixa contribuição para a sustentabilidade.

No referido decreto, elaborado a partir das definições do CESOL, também consta a importância de apresentar os documentos que comprovem que o empreendimento atende aos critérios. Besen (2011) apresenta o indicador “regularização da organização”, calculada como a proporção de requisitos obrigatórios atendidos em relação ao total de requisitos obrigatórios,

e menciona entre os requisitos o estatuto, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e as atas das assembleias gerais. Besen considerou uma taxa igual ou menor a 50% como desfavorável à sustentabilidade, uma taxa entre 50,1% e 99,9% como favorável à sustentabilidade e uma taxa de 100% como muito favorável à sustentabilidade. Para a avaliação dos EES, considerou-se importante a existência de documentos de acordos coletivos, calculados como porcentagem dos documentos existentes em relação ao número desejável de documentos. Uma taxa igual ou menor a 30% é considerada como uma baixa contribuição para a sustentabilidade, uma taxa maior que 30% e menor que 70% é considerada uma contribuição média para a sustentabilidade, e uma taxa igual ou maior que 70% é considerada uma contribuição alta para a sustentabilidade.

Para a agência coletiva e a autonomia coordenada, as diferentes formas de participação são essenciais. Gaiger *et al.* (2014) elaborou o indicador “[...] assembleia ou reunião do coletivo de sócios”. Besen (2011) apresenta o indicador “participação dos membros em reuniões”, e calcula o número de membros que participam das reuniões em relação ao total de membros vezes o número de reuniões, em que um indicador igual ou menor que 50% é considerado desfavorável, entre 50 e 80%, como favorável e igual ou maior que 80% como muito favorável para a sustentabilidade. Vieitez e Dal Ri (2001) consideram a existência de outras formas de participação, como, por exemplo, os grupos de trabalho e o conselho de ética como alto grau de democracia autogestionária. Tendo em vista que os indicadores devem atender aos critérios de serem mensuráveis, através de dados disponíveis, optou-se pelo indicador de “formas de participação das associadas e dos associados”. Dessa forma, para a avaliação da sustentabilidade de EES, calcula-se o número de formas de participação existente no empreendimento em relação ao número de formas de participação desejáveis. Considera-se a existência igual ou maior a 80% das formas de participação desejáveis no empreendimento como uma alta contribuição: uma existência entre 25% e 80% é considerada uma contribuição média, e uma existência igual ou menor a 25% das formas de participação desejáveis no empreendimento é considerada uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

O acesso à formação e à capacitação fortalece a gestão democrática e contribui para o nível de educação e conhecimento das associadas e dos associados. Besen (2011) calcula o número total de membros capacitados em relação ao número total de membros. Na avaliação da sustentabilidade de EES, realizada nesta pesquisa, optou-se por calcular o número existente de tipos de formação no empreendimento em relação ao número desejável de tipos de formação. Uma existência igual ou maior a 75% dos tipos de formação desejável no

empreendimento é considerada uma contribuição alta para a sustentabilidade; uma existência entre 10 e 75% é considerada uma contribuição média; e uma existência igual ou menor a 10% dos tipos de formação desejável no empreendimento é considerada uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

Outra característica importante para o processo de gestão democrática diz respeito à coordenação. Vietez e Dal Ri (2001) apresentaram um indicador de origem dos dirigentes. Porém, considerou-se este indicador muito específico e não adequado para a realidade dos EES em geral. Gaiger *et al.* (2014) apresentam o indicador “instâncias colegiadas de direção, administração, consulta ou fiscalização”. Optou-se pelo indicador do número de pessoas que atuam na coordenação. Um maior número de pessoas atuantes na coordenação fortalece as instâncias colegiadas e a gestão democrática. Considera-se que três pessoas seria o mínimo para uma coordenação coletiva. Dessa forma, estabeleceu-se que os empreendimentos com duas pessoas ou menos na coordenação apresentam uma baixa contribuição para a sustentabilidade; os empreendimentos com três a cinco pessoas na coordenação apresentam uma contribuição média; e os empreendimentos com seis ou mais pessoas na coordenação apresentam uma alta contribuição para a sustentabilidade.

Além do número de pessoas, também é importante que as pessoas integrantes da coordenação consigam exercer a sua função. Considerou-se que os empreendimentos em que nem todas as pessoas da coordenação conseguem exercer sua função têm uma baixa contribuição para a sustentabilidade, e os empreendimentos que declaram que todas as pessoas integrantes da coordenação têm condições de exercer a função têm uma média contribuição para a sustentabilidade. Este item foi classificado como contribuição média para a sustentabilidade, considerando que para uma alta contribuição deverá ser definido um critério que qualifique a atuação da coordenação.

O 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) afirma que a autogestão experimentada nos EES aproxima “[...] a economia solidária de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e da riqueza” (BRASIL, 2015a, p. 16). Vietez e Dal Ri (2001) analisam a diferença entre a maior e a menor retirada e consideram uma diferença de até quatro vezes como um alto grau de democracia autogestionária, entre quatro e dez vezes como um grau médio, e acima de dez vezes como um grau baixo de democracia autogestionária. No CADSOL, não constam critérios referentes à remuneração equitativa (BRASIL, 2014). No Estado do Rio Grande do Sul, o CESOL definiu como critério para a certificação dos EES que “[...] a diferença entre o menor e maior

valor de retirada mensal dos sócios não seja superior a seis vezes”. Os critérios foram publicados no Decreto nº 50.285, em 2013 (RIO GRANDE DO SUL, 2013, p. 2). Para a avaliação da sustentabilidade dos EES, realizada nesta pesquisa, considera-se que uma diferença igual ou menor a duas vezes tem uma contribuição alta para a sustentabilidade; uma diferença maior que duas vezes e menor que quatro vezes tem uma contribuição média; e uma diferença igual ou maior a quatro vezes tem uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

Um aspecto fundamental dos EES é sua capacidade de gerar postos de trabalho e preservá-los. Em relação a essa capacidade, constatou-se que os documentos consultados do CADSOL não mencionam o critério de postos de trabalho. O CESOL definiu como critério para o número de participantes dos EES, que também constam no decreto, “[...] ser coletivo, com no mínimo cinco integrantes, todos sócios com igualdade de direitos de voz e voto” (RIO GRANDE DO SUL, 2013, p. 2). Atualmente, a cooperativa é o formato mais adequado em termos jurídicos, mas, em termos de contabilidade e obrigações, muitos empreendimentos têm dificuldade para se formalizar como cooperativa. Tendo em vista que, na lei, consta o número mínimo de vinte pessoas para uma cooperativa, considera-se que, a partir de 20 postos de trabalho, há uma alta contribuição para a sustentabilidade, entre 11 e 19 postos uma média contribuição, e igual ou menos de dez postos como contribuição baixa.

Besen (2011) apresenta também um indicador de rotatividade dos membros, calculando o número atual de membros como porcentagem do número total de membros nos últimos seis meses. Uma rotatividade igual ou superior a 50% é considerada desfavorável; entre 25 e 50%, favorável, e igual ou inferior a 25%, favorável à sustentabilidade. Tendo em vista que nem todos os empreendimentos têm registros de médio prazo referentes a esta questão, optou-se em medir a permanência das associadas e dos associados no trabalho pela rotatividade, calculada como porcentagem das pessoas que saíram nos últimos três meses em relação ao número total de associadas e associados. Uma taxa igual ou menor a 10% é considerada como alta contribuição, uma taxa maior que 10% e menor que 25% uma contribuição média, e uma taxa igual ou maior que 25% é considerada uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

A capacidade de gerar novos postos de trabalho também depende das decisões coletivas. A existência de uma política ou de um programa de inclusão de trabalhadoras e trabalhadores informais contribui para a sustentabilidade.

Para esta pesquisa, foram elaborados três indicadores de segurança de trabalho: uso de EPI, tipos de acidentes ocorridos no último ano e condições adequadas no local de trabalho.

Besen (2011) salienta três indicadores: o uso de EPI, como porcentagem dos membros que usam os equipamentos em relação ao número total de membros; o atendimento aos requisitos de saúde no trabalho, como porcentagem do número de requisitos desejáveis, incluindo a prevenção, o registro e o atendimento aos acidentes de trabalho; e o atendimento aos requisitos de segurança e salubridade, como porcentagem dos requisitos desejáveis. Para todos os indicadores, Besen considerou uma porcentagem igual ou menor a 50% como desfavorável, entre 50 e 80% como favorável, e igual ou superior a 80% como muito favorável à sustentabilidade dos empreendimentos.

Quadro 2 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva

Indicador	Modo de verificação – Variação da Variável	Contribuição para a sustentabilidade		
		Alta	Média	Baixa
Realização de assembleias	Frequência das assembleias	Bimestral, Mensal, Quinzenal, Semanal	Anual, Semestral, Trimestral	Não realiza, ou não realiza anualmente
Existência de documentos de acordos coletivos	Tipo de documentos de acordos coletivos $\frac{\text{N}^\circ. \text{ documentos existentes}}{\text{N}^\circ. \text{ de documentos desejáveis}} \times 100$	$\geq 70\%$	30,1 – 69,9%	$\leq 30\%$
Participação das associadas e dos associados	Formas de participação $\frac{\text{N}^\circ. \text{ participação existente}}{\text{N}^\circ. \text{ participação desejável}} \times 100$	$\geq 80\%$	25,1 – 79,9%	$\leq 25\%$
Acesso a formação	Tipo de acesso a formação $\frac{\text{N}^\circ. \text{ formação existente}}{\text{N}^\circ. \text{ formação desejável}} \times 100$	$\geq 75\%$	10,1 – 74,9%	$\leq 10\%$
Participação na coordenação	Número de pessoas na coordenação	≥ 6	3-5	≤ 2
Atuação da coordenação	Coordenação consegue exercer suas funções: sim, não	-	Sim	Não
Remuneração equitativa	Diferença entre a maior e a menor retirada $\frac{\text{Valor maior retirada}}{\text{Valor menor retirada}}$	≤ 2	$> 2 < 4$	≥ 4
Postos de trabalho existentes	Número de associadas e associados	≥ 20	11 – 19	≤ 10
Permanência das associadas e dos associados no trabalho	Rotatividade – Porcentagem das pessoas que saíram nos últimos 3 meses $\frac{\text{N}^\circ. \text{ pessoas que saíram}}{\text{N}^\circ. \text{ total de associadas/os}} \times 100$	$\leq 10\%$	10,1 – 24,9%	$\geq 25\%$
Inclusão de catadoras e catadores de rua	Existência de uma política ou programa de inclusão de catadoras e catadores de rua	Sim	-	Não
Uso de Equipamentos	Tipos de EPIs utilizados $\frac{\text{N}^\circ. \text{ de EPIs utilizados}}{\text{N}^\circ. \text{ total de EPIs}} \times 100$	$\geq 80\%$	50,1% – 79,9%	$\leq 50\%$

Indicador	Modo de verificação – Variação da Variável	Contribuição para a sustentabilidade		
		Alta	Média	Baixa
de Proteção Individual	Nº. total de EPIs			
Segurança no trabalho	Tipo de acidentes ocorridos no último ano	Não ocorreram acidentes	Acidentes leves	Acidentes graves e/ou muito graves
Adequação das condições no local de trabalho	Tipos de espaços $\frac{\text{N}^\circ. \text{ de espaços existentes}}{\text{N}^\circ. \text{ de espaços desejáveis}} \times 100$	$\geq 80\%$	20,1 – 79,9%	$\leq 20\%$

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Em relação ao uso de EPIs, existem muitos equipamentos nos empreendimentos de reciclagem. Em muitos empreendimentos, as pessoas utilizam somente uma parte dos equipamentos. Dessa forma, optou-se por, em vez de analisar o número de pessoas que usam os equipamentos, analisar quantos equipamentos são utilizados, calculado como porcentagem do número dos EPIs utilizados em relação ao número total de EPIs. Considera-se o mesmo percentual do estudo de Besen: uma taxa igual ou superior a 80% como alta contribuição, entre 80 e 50% como contribuição média, e uma taxa igual ou inferior a 50% como contribuição baixa para a sustentabilidade.

Tendo em vista as consequências negativas de acidentes de trabalho para as condições de vida das pessoas, formulou-se um indicador relacionado à ocorrência de acidentes de trabalho. Esse indicador analisa o número e o tipo de acidentes ocorridos no último ano. À inexistência de acidentes de trabalho no último ano, considera-se como contribuição alta; a ocorrência de acidentes leves de trabalho é tomada como contribuição média, e a ocorrência de acidentes graves ou muito graves é avaliada como contribuição baixa para a sustentabilidade dos empreendimentos e para o desenvolvimento humano.

As condições de trabalho, como acesso a banheiro e um espaço coberto, têm consequências importantes para as condições de vida das pessoas. Dessa maneira, formulou-se um indicador de condições adequadas no local de trabalho, calculando o número de espaços existentes em relação ao número total de espaços desejáveis. Considera-se uma taxa igual ou superior a 80% como contribuição alta, uma taxa superior a 20% e inferior a 80% como contribuição média, e uma taxa igual ou inferior a 20% como contribuição baixa para a sustentabilidade e o desenvolvimento humano.

A participação das pessoas nos processos de gestão democrática fortalece a agência e a autonomia dessas pessoas. A prática concreta de tomada de decisões coletivas fortalece a

agência coletiva e a autonomia coordenada. Dessa forma, os aspectos de agência coletiva e autonomia coordenada são medidos por indicadores de participação nos processos de gestão democrática. Os fatores limitantes, como a inexistência de experiências anteriores em gestão democrática das pessoas participantes, o baixo nível educacional e a pressão das relações comerciais externas e das determinações do mercado capitalista, influenciam a prática da gestão democrática nos empreendimentos. Levando-se em conta os diversos indicadores de gestão democrática, pode ser definido o grau de democratização dos EES. Os indicadores de gestão democrática e agência coletiva estão no Quadro 2.

3.3.3.2 Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública

O segundo grupo de indicadores de sustentabilidade aborda os elementos de sustentabilidade dos EES vinculados à participação nos espaços de democracia deliberativa e na comunidade. A inserção social e comunitária dos EES visa atender às necessidades da comunidade e estabelecer vínculos de solidariedade e de cooperação e, ao mesmo tempo, pode contribuir para a autonomia coordenada da comunidade. De acordo com McMurtry (2015), a comunidade é o principal lócus de ação e de tomadas de decisão, onde os empreendimentos conseguem exercer maior autonomia. A participação das pessoas integrantes dos empreendimentos nos fóruns, nos conselhos e nas conferências é importante a fim de contribuir para a elaboração de políticas públicas, para o controle social e para a garantia dos direitos. A participação nestes espaços é essencial para a elaboração de soluções inovadoras e para a co-construção de políticas públicas para a economia solidária.

A existência de arranjos institucionais inovadores que atendem as especificidades dos EES contribui para sua sustentabilidade. A participação desses empreendimentos em espaços deliberativos como fóruns, conselhos e conferências faz com que as vozes das trabalhadoras e dos trabalhadores associados sejam ouvidas nos processos de elaboração de políticas públicas (DENUÉLIN, 2015; EVANS, 2002). Os processos de co-construção de políticas públicas têm resultado em legislações adequadas e arranjos institucionais inovadores que atendem, ao menos parcialmente, às demandas dos EES (CORAGGIO, 2015; LAVILLE, 2009; 2015; MENDELL; ALAIN, 2015). Nesses processos de debate público, são formadas as capacitações fundamentais para o processo de desenvolvimento humano (NUSSBAUM, 2011; SEN, 2009). A interação social nestes espaços fortalece a agência coletiva e pode contribuir para formar as capacitações coletivas. Por meio não somente da atuação nesses espaços, como

também da ação coletiva e das mobilizações por direitos, objetivos comuns podem ser perseguidos e alcançados. A participação nos espaços de democracia deliberativa pode resultar na autonomia e no empoderamento das pessoas envolvidas e também motivar a participação de outras pessoas da comunidade ou de outros empreendimentos. Disso pode decorrer a autonomia coordenada e o empoderamento coletivo (AGARWAL, 2010; MUÑIZ; GASPER, 2009). Portanto, a participação dos empreendimentos em espaços de democracia deliberativa é um fator essencial para o alcance dos objetivos multidimensionais, para a sustentabilidade institucional e para o desenvolvimento humano.

Dal Ri e Vieitez (2015) apresentam elementos que contribuem para a horizontalidade democrática nos empreendimentos autogestionários e ressaltam entre os aspectos-chave as relações estabelecidas com a comunidade local e com os movimentos sociais. Agarwal (2010) apresenta indicadores de frequência a reuniões e de participação efetiva nas reuniões, relacionados à presença e à participação de mulheres em reuniões na comunidade e de deliberação pública. Ibrahim e Alkire (2007, p. 19) propõem indicadores para quatro tipos de exercício de agência que podem resultar em empoderamento: “[...] empoderamento como controle, empoderamento como escolha, empoderamento na comunidade, empoderamento como mudança”⁸. No tocante ao empoderamento na comunidade, Ibrahim e Alkire enfatizam a importância de se analisar a capacidade das pessoas de provocar mudanças de forma coletiva na comunidade, mas alertam para a existência de relações desiguais de poder nos grupos. Um “Indicador de mudança de aspectos na vida comunitária”⁹ é proposto por Ibrahim e Alkire (2007, p. 30). Para avaliações, esses indicadores devem ser complementados com a elaboração de indicadores institucionais específicos, que têm relação com as questões e as áreas às quais se aplicam (IBRAHIM; ALKIRE, 2007). Gaiger *et al.* (2014) apresentam três indicadores relacionados à participação em debates e ações coletivas: a participação em fórum ou rede de articulação e representação; a participação em movimentos sociais, populares ou sindicais; a participação ou desenvolvimento de ações sociais ou comunitárias.

A partir da análise não só da literatura em relação à economia solidária e ao desenvolvimento humano, mas também dos dados disponíveis do SIES, bem como dos dados levantados junto aos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis, foram elaborados quatro indicadores de participação: participação na comunidade, participação no movimento

⁸ Texto original: “empowerment as control, empowerment as choice, empowerment in community, empowerment as change”.

⁹ Texto original: “Indicator of changing aspects in communal life”.

de catadoras e catadores de materiais recicláveis, relações com outros movimentos sociais, participação em espaços de deliberação pública.

A forma de participação nos diversos espaços pode ser medida como porcentagem de participações estabelecidas no que concerne ao número de participações ou desejáveis. Para os quatro tipos de participação, considera-se uma taxa igual ou superior a 60% como contribuição alta, uma taxa maior do que 30 e menor do que 60% como contribuição média, e uma taxa igual ou inferior a que 30% como contribuição baixa para a sustentabilidade.

A participação na comunidade pode assim ser medida por meio do número e do tipo de relações estabelecidas com organizações comunitárias no tocante ao número de relações desejáveis.

Quanto aos EES de catadoras e catadores, avalia-se a participação no movimento de catadoras e catadores, medindo as formas de participação no movimento em comparação com às formas de participação desejáveis. Para empreendimentos que atuam em outros setores e com outros temas, devem ser identificados outros movimentos sociais relevantes.

A atuação junto a outros movimentos sociais pode resultar em mudanças nas estruturas de opressão. Dessa maneira, avalia-se aqui a relação com outros movimentos sociais, calculando o número e o tipo de relações estabelecidas com movimentos sociais no que se refere o número de relações desejáveis.

A participação em espaços de deliberação pública dá voz para as trabalhadoras e para os trabalhadores, promove a agência coletiva e pode resultar em legislações, programas e políticas públicas que atendam às demandas dos EES. Dessa forma, o nível de participação pública do empreendimento é definido pelo número de espaços de deliberação pública dos quais o empreendimento participa em relação ao número de espaços nos quais seria desejável participar.

Quadro 3 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública

Indicador	Modo de verificação – Variação da Variável	Contribuição para a sustentabilidade		
		Alta	Média	Baixa
Participação na comunidade	Tipos de relação com organizações comunitárias $\frac{\text{N}^\circ. \text{relações existentes}}{\text{N}^\circ. \text{relações desejáveis}} \times 100$	$\geq 60\%$	30,1 - 59,9%	$\leq 30\%$
Participação em movimento de catadoras/es	Formas de participação no movimento de catadoras/es $\frac{\text{N}^\circ. \text{participação existente}}{\text{N}^\circ. \text{participação desejável}} \times 100$	$\geq 60\%$	30,1 - 59,9%	$\leq 30\%$
Participação junto a	Relações com outros	$\geq 60\%$	30,1 - 59,9%	$\leq 30\%$

Indicador	Modo de verificação – Variação da Variável	Contribuição para a sustentabilidade		
		Alta	Média	Baixa
outros movimentos sociais	movimentos sociais $\frac{\text{N}^\circ. \text{relações existentes}}{\text{N}^\circ. \text{relações desejáveis}} \times 100$			
Participação em espaços de deliberação pública	Formas de participação em espaços públicos $\frac{\text{N}^\circ. \text{participação existente}}{\text{N}^\circ. \text{participação desejável}} \times 100$	$\geq 60\%$	30,1 - 59,9%	$\leq 30\%$

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Considerando os diversos indicadores, pode ser definido o grau de participação externa dos EES. O Quadro 3 apresenta os indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública.

3.3.3.3 Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva

O terceiro grupo de indicadores aborda elementos de atuação em rede, estabelecimento de parcerias e avanço no controle da cadeia produtiva e sua contribuição para a sustentabilidade dos EES. O estabelecimento de vínculos horizontais entre empreendimentos, através da atuação em rede, possibilita a comercialização coletiva e potencializa o poder de negociação com a administração pública.

O avanço no controle da cadeia produtiva, através da integração das etapas do processo produtivo, contribui com a sustentabilidade dos EES (CRUZ, 2011; DAGNINO, 2012). A cadeia produtiva da reciclagem compreende as seguintes etapas: recebimento do material da prefeitura; realização da coleta seletiva solidária porta a porta; doação de material por empresas e organizações; triagem; armazenagem; prensagem e estoque; beneficiamento dos materiais recicláveis; comercialização; controle do rejeito. Analisando a realização das etapas do processo produtivo desenvolvidas pelos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis, em relação do número total de etapas do processo produtivo, pode ser definido o grau de integração da cadeia produtiva da reciclagem. Considere-se uma taxa igual ou maior do que 75% como contribuição alta, uma taxa maior do que 50 e menor do que 75% como uma contribuição média, e uma taxa igual ou menor do que 50% como uma baixa contribuição para a sustentabilidade.

As estratégias de comercialização coletiva podem ser fortalecidas pela atuação em rede, resultando em aumento do poder de negociação e aumento nos preços recebidos e,

consequentemente, nas receitas dos empreendimentos (RUTKOWSKI, 2008). Gaiger *et al.* (2014) apresentam dois indicadores de atuação em rede e cooperação econômica: participação em rede de produção, comercialização, consumo ou crédito; e aquisição, venda ou trocas com outros empreendimentos solidários. O indicador de comercialização em rede avalia o tipo de comercialização que os empreendimentos realizam. Considera-se que a comercialização em rede tem uma contribuição alta, a comercialização para a indústria uma contribuição média e a comercialização para atravessadores tem uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

Quadro 4 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva

Indicador	Modo de verificação - Variação da Variável	Contribuição para a sustentabilidade		
		Alta	Média	Baixa
Grau de integração da cadeia produtiva de reciclagem	Etapas do processo produtivo de reciclagem realizadas pelos empreendimentos $\frac{\text{N}^\circ. \text{ de etapas realizadas}}{\text{N}^\circ. \text{ total de etapas}} \times 100$	$\geq 75\%$	50,1% – 74,9%	$\leq 50\%$
Comercialização em rede	Tipo de comercialização: em rede; para a indústria; para atravessador	Comercialização em rede	Comercialização para a indústria	Comercialização para atravessador
Contratação pela Prefeitura	Existência e tipo de contrato / convênio com a Prefeitura	Contrato de coleta seletiva ou de coleta seletiva e triagem	Contrato de triagem	Não tem contrato
Existência de contrato com empresas	Existência de contratos com empresas privadas para coleta de materiais recicláveis ou logística reversa	Realiza a coleta e tem contrato	Realiza coleta de materiais em empresas, mas sem contrato	Não realiza coleta e não tem contrato
Parcerias técnicas	Tipos de parcerias técnicas $\frac{\text{N}^\circ. \text{ parcerias existentes}}{\text{N}^\circ. \text{ parcerias desejáveis}} \times 100$	$\geq 60\%$	10,1% – 59,9%	$\leq 10\%$
Parcerias financeiras	Tipos de parcerias financeiras $\frac{\text{N}^\circ. \text{ parcerias existentes}}{\text{N}^\circ. \text{ parcerias desejáveis}} \times 100$	$\geq 60\%$	10,1% – 59,9%	$\leq 10\%$

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A contratação dos EES de catadoras e catadores pelas prefeituras para a realização da CSS, conforme previsto na PNRS, é um dos objetivos do MNCR. Outro objetivo é a contratação por empresas para a coleta de materiais recicláveis ou de logística reversa. Dessa forma, propõem-se dois indicadores: um que analisa a existência e o tipo de contratos com o poder público e outro que analisa a existência de contratos com as empresas. Considera-se a existência de contratos de coleta seletiva ou contratos de coleta seletiva e triagem como uma

contribuição alta, a existência de contratos de triagem como contribuição média, e a inexistência de contratos como uma contribuição baixa para a sustentabilidade dos empreendimentos. Considera-se a existência de contratos com empresas como contribuição alta, o recolhimento de materiais recicláveis nas empresas, porém, sem contrato, como uma contribuição média, e a inexistência de relações com empresas como uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

O estabelecimento de parcerias técnicas e financeiras com organizações da sociedade civil e com o poder público são fatores que contribuem para a sustentabilidade dos empreendimentos. Besen (2011) apresenta dois indicadores de parcerias: um de qualidade das parcerias e um de diversificação delas. Ambos calculam o número de parcerias efetivadas em relação ao número de parcerias desejáveis. O primeiro indicador aborda o tipo de parcerias estabelecidas referentes aos temas abordados. O segundo indicador aborda o tipo de parcerias de acordo com o tipo de instituições. Em ambos os casos, uma porcentagem igual ou menor do que 50% é considerada desfavorável, entre 50 e 80%, é avaliada como favorável e igual ou maior do que 80% como muito favorável à sustentabilidade. Foram elaborados nessa pesquisa dois indicadores: um de parcerias técnicas e outro de parcerias financeiras. O indicador analisa o número de parcerias existentes em relação ao número de parcerias desejáveis. Considera-se uma taxa igual ou superior a 60% como contribuição alta, uma taxa maior do que 10 e menor do que 65% como uma contribuição média, e uma taxa igual ou inferior a 10% como uma contribuição baixa.

Considerando-se os diversos indicadores, pode ser definido o grau do controle da cadeia produtiva pelos EES. Os indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva são apresentados no Quadro 4.

3.3.3.4 Indicadores econômicos

O quarto grupo de indicadores aborda fatores de viabilidade econômica, como produtividade mensal e eficiência econômica do empreendimento, e renda mensal das associadas e dos associados.

Conforme mencionado anteriormente, define-se o termo sustentabilidade de EES como a competência de assegurar a existência do empreendimento ao longo do tempo, garantindo a capacidade de atingir seus objetivos sociais, econômicos e ambientais. Neste quesito, a longevidade do empreendimento é um fator importante. A existência do

empreendimento por cinco anos ou mais é considerada como uma contribuição alta, a existência maior do que um ano e menor do que cinco anos como uma contribuição média e a existência por um tempo menor do que um ano como uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

A capacidade do empreendimento de pagar as despesas e gerar uma sobra é um aspecto importante da viabilidade econômica. Gaiger *et al.* (2014) apresentam o indicador “sobra ou excedente financeiro no ano anterior”. Empreendimentos com capacidade de pagar as despesas e gerar uma sobra são considerados como contribuição alta; os empreendimentos com capacidade de pagar as despesas sem ter uma sobra como contribuição média, e os empreendimentos sem capacidade de pagar as despesas como contribuição baixa para a sustentabilidade.

Diversos estudos de economia solidária (GAIGER, 2011; GAIGER *et al.*, 2014; KUYVEN, 2016) apontam a importância da geração de renda para as pessoas que integram os EES como estratégias de superação da pobreza e para o desenvolvimento humano. Besen (2011) propõe um indicador de renda média mensal por membro, calculado em relação ao valor do salário mínimo, e considera uma renda igual ou menor a um salário mínimo como desfavorável, entre um e dois salários mínimos como favorável e acima de dois salários mínimos como muito favorável à sustentabilidade. Este indicador foi incorporado na proposta de indicadores econômicos desta pesquisa.

A sustentabilidade dos empreendimentos também depende do acesso a condições estruturais mínimas, como infraestrutura, local e equipamentos. Besen (2011) propõe um indicador de equipamentos e veículos próprios, calculando o número de veículos e equipamentos próprios em relação ao número total de veículos e equipamentos, considerando uma porcentagem igual ou menor do que 50% como desfavorável, uma porcentagem entre 50 e 80% como favorável, e uma porcentagem igual ou maior do que 80% como muito favorável. Este indicador foi incorporado na proposta desta pesquisa, alterando somente a porcentagem de 80 para 75%. Foi acrescentado um indicador referente ao espaço físico, considerando como contribuição alta quando a propriedade do local pertence ao empreendimento, como contribuição média quando o espaço é cedido, e como contribuição baixa quando o espaço é alugado ou ocupado.

O acesso ao crédito é um aspecto importante de sustentabilidade dos EES (CRUZ, 2011; KRAYCHETE, 2007). Gaiger *et al.* (2014) apresentam dois indicadores: situação positiva em matéria de crédito nos últimos 12 meses; e não ter necessidade ou dificuldade

atual de crédito ou financiamento. Nesta pesquisa, elaborou-se um indicador de acesso ao crédito. Os empreendimentos que não buscaram crédito, e os empreendimentos que buscaram crédito, porém, não o obtiveram são classificados como tendo uma contribuição baixa. Os empreendimentos que tiveram acesso a crédito, mas não estão em dia com o pagamento das prestações, são classificados como contribuição média. Os empreendimentos que tiveram acesso ao crédito e estão em dia com o pagamento das prestações são classificados como contribuição alta para a sustentabilidade.

As condições econômicas também dependem da produtividade e da eficiência. Embora na análise de sustentabilidade dos EES estas não sejam os únicos critérios, são indicadores que podem fornecer informações importantes para a tomada de decisões coletivas. No estudo de Damásio *et al.* (2006), realizado junto a associações e cooperativas de catadoras e catadores do MNCR, foram utilizados diversos indicadores de eficiência. O indicador de eficiência física ou produtividade média da produção física per capita é medido em quilos por mês. Besen (2011) utiliza este mesmo indicador, calculando a quantidade mensal de toneladas triadas dividida pelo número de catadoras e catadores, e considera a produtividade igual ou menor a uma tonelada per capita como desfavorável, entre uma e duas toneladas como favorável e igual ou maior a duas toneladas como muito favorável. Este indicador, chamado de produtividade média mensal por associada/o, foi incorporado pela pesquisa, seguindo os mesmos valores, porém, calculado em quilos.

Damásio (2006) utilizou o indicador de eficiência econômica ou retorno bruto médio, calculado pelo valor comercializado da produção per capita, medido em reais por mês. Este indicador, chamado de eficiência econômica de produção mensal por associada/o, foi incorporado na pesquisa. No levantamento do valor comercializado pelos 20 empreendimentos, calculou-se um valor médio de R\$ 0,40 por quilo. Os valores de referência foram calculados multiplicando os valores de referência para a produtividade física com o valor médio por quilo. Dessa maneira, empreendimentos com uma eficiência econômica da produção mensal por associada/o igual ou maior a R\$ 800,00 por mês são classificados como contribuição alta; empreendimentos com uma eficiência econômica entre R\$ 400,01 e R\$ 799,99 por mês são classificados como contribuição média; e empreendimentos com uma eficiência econômica igual ou menor que R\$ 400,00 por mês são classificados como contribuição baixa.

Quadro 5 – Indicadores econômicos

Indicador	Modo de verificação - Variação da Variável	Contribuição para a sustentabilidade		
		Alta	Média	Baixa
Longevidade do empreendimento	Tempo de existência do empreendimento	≥ 5 anos	1 – 5 anos	≤ 1 ano
Capacidade de pagar as despesas e gerar uma sobra	Resultado econômico após pagar as despesas	Pagar as despesas e ter uma sobra	Pagar as despesas sem ter sobra	Não deu para pagar as despesas
Renda média mensal das associadas e dos associados	Renda média mensal por associada/o em relação ao salário mínimo	≥ 2 salários mínimos	De 1 a 2 salários mínimos	≤ 1 salário mínimo
Local próprio	Propriedade do local de trabalho é: próprio, cedido, alugado ou ocupado	Local próprio	Local cedido	Local alugado ou ocupado
Equipamentos próprios	$\frac{\text{N}^\circ. \text{equipamentos próprios}}{\text{N}^\circ. \text{total de equipamentos}} \times 100$	≥ 75%	50,1% – 74,9%	≤ 50%
Acesso ao crédito	Forma de acesso ao crédito pelo empreendimento: não buscou; buscou mas não obteve acesso ao crédito; obteve acesso ao crédito e está em dia com o pagamento das prestações.	Acesso ao crédito e pontualidade no pagamento	Acesso ao crédito	Não teve acesso ao crédito
Produtividade média mensal por associada ou associado	Produção física por associada ou associado medida em quilos por mês $\frac{\text{Volume materiais triados (kg/mês)}}{\text{N}^\circ. \text{de associadas e associados}}$	≥ 2.000 kg/mês	1.001 – 1.999 kg/mês	≤ 1.000 kg/mês
Eficiência econômica de produção mensal por associada/o	Valor comercializado da produção por associada/o medido em reais por mês $\frac{\text{Valor comercializado (R\$/mês)}}{\text{N}^\circ. \text{de associadas e associados}}$	≥ 800,00 R\$/mês	400,01 – 799,99 R\$/mês	≤ 400,00 R\$/mês
Eficiência econômica de prestação de serviços mensal por associada/o	Valor de contratos de prestação de serviços por associada/o medido em reais por mês $\frac{\text{Valor contratos (R\$/mês)}}{\text{N}^\circ. \text{de associadas e associados}}$	≥ 800,00 R\$/mês	400,01 – 799,99 R\$/mês	≤ 400,00 R\$/mês
Eficiência econômica total mensal por associada/o	Faturamento do empreendimento, incluindo o valor comercializado da produção e o valor de contratos por associada/o medido em reais por mês $\frac{\text{Faturamento (R\$/mês)}}{\text{N}^\circ. \text{de associadas e associados}}$	≥ 1,600,00 R\$/mês	800,01 – 1.599,99 R\$/mês	≤ 800,00 R\$/mês

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A partir destes indicadores, foram elaborados outros dois: um de eficiência econômica de prestação de serviços mensal por associada e associado e um de eficiência econômica total mensal por associada e associado. Um fator importante para a sustentabilidade dos EES de

catadoras e catadores de materiais recicláveis é a contratação pelas prefeituras do empreendimento para a prestação de serviços de limpeza urbana, principalmente a CSS e a triagem, bem como o pagamento de um valor que cubra os custos e contribua para gerar uma sobra. Os custos da prestação de serviços dependem do tipo de serviço e da abrangência geográfica, e, portanto, varia para cada empreendimento.

A eficiência econômica de prestação de serviços pode ser analisada pelo valor do contrato de prestação de serviços dividido pelo número total de associadas e de associados. Para avaliar a contribuição do valor do contrato da prestação de serviços para a sustentabilidade, tomaram-se como referência os valores de eficiência econômica da produção. Portanto, um valor igual ou maior do que R\$ 800,00 por mês considera-se como contribuição alta; o valor entre R\$ 400,01 e R\$ 799,99 por mês considera-se como contribuição média; e o valor igual ou menor do que R\$ 400,00 por mês considera-se como contribuição baixa.

A eficiência econômica total pode ser calculada a partir do faturamento do empreendimento. O valor do faturamento é calculado a partir do valor comercializado da produção mensal, do valor mensal de contratos com as prefeituras e do valor mensal de contratos com empresas. A eficiência econômica total é calculada dividindo o faturamento em reais por mês pelo número total de associadas e associados. Para avaliar a contribuição da eficiência econômica total, somaram-se os dois valores de referência da produtividade mensal e da eficiência da prestação de serviços mensais. Dessa forma, considera-se um valor igual ou superior a R\$ 1.600,00 por mês como contribuição alta; um valor entre R\$ 800,01 e R\$ 1.599,99 por mês como contribuição média; e um valor igual ou menor do que R\$ 800,00 por mês como contribuição baixa para a sustentabilidade. No Quadro 5, apresentam-se os indicadores econômicos.

3.3.3.5 Indicadores das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis

O quinto grupo de indicadores aborda as condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis. Grande parte dos EES foi criada para melhorar as condições de vida das pessoas integrantes do empreendimento. Muitas pessoas participantes dos EES se encontram em situação de pobreza multidimensional, quer dizer, a pobreza se manifesta em várias dimensões, tais como baixa escolaridade, nível de saúde precário,

condições precárias de moradia ou de trabalho, baixa renda e/ou ausência de participação na vida política. Portanto, uma avaliação da sustentabilidade dos EES terá de analisar a contribuição para a superação da pobreza das pessoas integrantes desses empreendimentos e para o desenvolvimento humano. A avaliação da sustentabilidade, na perspectiva do desenvolvimento humano, analisa os recursos, os direitos e as capacitações das pessoas. Os indicadores visam verificar em que medida a participação das pessoas nos EES contribui para a melhoria na qualidade de vida e para o desenvolvimento humano.

De acordo com Muñiz e Gasper (2009), a avaliação da autonomia das pessoas pode ser analisada, entre outros fatores, pelas mudanças nos direitos ou pelos intitamentos individuais ou da comunidade; apoio para a agência das pessoas, por exemplo, pela melhoria das condições de saúde ou de educação; pelo aumento na capacidade organizacional; ou por alterações estruturais nas relações de poder.

Nesta avaliação baseada na perspectiva do desenvolvimento humano, são analisadas as dimensões de educação, saúde e condições de vida. Neste último aspecto, serão analisados os aspectos da renda e as condições de moradia e de trabalho. Também é incluída a dimensão da participação social e política.

A dimensão da educação, considerada uma capacitação, é avaliada pelo indicador do nível da escolarização, em que os níveis não alfabetizado, alfabetizado e Ensino Fundamental incompleto foram classificados como tendo baixa contribuição para o desenvolvimento humano; os níveis Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto como média contribuição para o desenvolvimento humano; os níveis Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto e Ensino Superior completo como alta contribuição para o desenvolvimento humano.

A dimensão da saúde também é considerada uma capacitação. De acordo com Nussbaum (2011), ter uma boa saúde é uma capacitação central. Esta dimensão é avaliada por dois indicadores, sendo que ambos recebem o mesmo peso. O indicador “presença de boa saúde” avalia se as pessoas tiveram problemas de saúde ou se precisaram ficar afastadas do trabalho. No caso de ambas as situações, o indicador recebe pontuação baixa. No caso de apenas uma das situações, este recebe pontuação média. No caso de nenhuma das situações, o indicador recebe pontuação alta.

A partir dos indicadores de segurança no trabalho, foi elaborado o indicador “ausência de acidentes de trabalho”, que avalia a ocorrência ou a ausência de acidentes e o uso de EPI. A ausência de acidentes e o uso de EPIs consideram-se como contribuição alta; a ocorrência de

acidentes ou a falta de uso de EPIs, como contribuição média, e a ocorrência de acidentes e a falta de uso de EPIs, como contribuição baixa para o desenvolvimento humano.

O aspecto da renda, considerado um recurso e um meio para o desenvolvimento humano, foi avaliado comparando a renda média mensal de todas as associadas e todos os associados em relação ao salário mínimo. A SENAES estabelece como indicador o percentual de trabalhadoras e trabalhadores de economia solidária que recebem menos de um salário mínimo, sendo que uma diminuição do percentual contribui para atingir os objetivos (SILVA, 2012). Considera-se aqui que receber uma renda maior do que um salário mínimo contribui para sair da situação da pobreza, em termos econômicos. A partir deste critério e dos utilizados para avaliar a sustentabilidade dos empreendimentos, considera-se que uma renda maior que dois salários mínimos é uma contribuição alta para o desenvolvimento humano, uma renda entre um e dois salários mínimos considera-se uma contribuição média, uma renda entre meio e um salário mínimo considera-se uma contribuição baixa para o desenvolvimento humano. Ainda, considera-se uma renda menor que meio salário mínimo como uma contribuição muito baixa para o desenvolvimento humano e como situação de pobreza, na dimensão econômica.

As condições de trabalho e de vida foram avaliadas por dois indicadores, que receberam o mesmo peso. O local de trabalho, considerado um recurso, é analisado da seguinte forma: o trabalho no galpão considera-se como alta contribuição, na rua, como média contribuição e, no lixão, como baixa contribuição para o desenvolvimento humano. O trabalho no lixão considera-se uma situação de extrema vulnerabilidade e uma dimensão da pobreza. Em relação à moradia e aos serviços aos quais têm acesso, considerados como direitos, considera-se a existência dos três serviços: água encanada, esgoto encanado e energia elétrica, como alta contribuição, a existência de dois serviços como média contribuição e a existência de um serviço como baixa contribuição.

Quadro 6 – Indicadores das condições de vida de catadoras/es de materiais recicláveis

Indicador	Modo de verificação - Variação da Variável	Contribuição para o desenvolvimento humano		
		Alta	Média	Baixa
Ter bom nível de escolaridade	Níveis de escolaridade: não alfabetizada; alfabetizada; Ensino Fundamental incompleto; Ensino Fundamental completo; Ensino Médio incompleto; Ensino Médio completo; Ensino Superior incompleto; Ensino Superior completo	Ensino Médio completo Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo	Ensino Fundamental completo Ensino Médio incompleto	Não alfabetizada Alfabetizada Ensino Fundamental incompleto
Presença de boa saúde	Ausência de problemas de saúde: Tem problema de saúde? Sim; Não Precisou ficar afastada por um período superior a 15 dias? Sim; Não	Não tem problemas de saúde e não precisou ficar afastada	Tem problemas de saúde ou precisou ficar afastada	Tem problemas de saúde e precisou ficar afastada
Ausência de acidentes de trabalho	Sofreu algum acidente de trabalho? Sim; Não Usa Equipamentos de Proteção Individual? Sim; Não	Não sofreu um acidente e usa EPIs	Sofreu um acidente ou não usa EPIs	Sofreu um acidente e não usa EPIs
Renda média mensal	Valor de renda média mensal em relação ao valor do salário mínimo	≥ 2 salários mínimos	De 1 a 2 salários mínimos	≤ 1 salário mínimo
Acesso a condições de trabalho digno	Em que local trabalha? Galpão; rua; lixão	Galpão	Rua	Lixão
Acesso a condições de moradia digna	Existência de água encanada, esgoto encanado, energia elétrica	Existência de 3 serviços	Existência de 2 serviços	Existência de 1 serviço
Participação na vida política	Participa em reuniões internas? Sim; Não Participa em reuniões externas? Sim; Não	Participa em dois espaços	Participa em um espaço	Não participa

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A participação política é considerada uma capacitação. Para Nussbaum (2011, p. 34), “Ser capaz de participar efetivamente em escolhas políticas e [...] ter o direito de participação política”¹⁰ são capacitações centrais. Este aspecto analisa a participação das catadoras e dos catadores em reuniões internas e externas ao empreendimento. A participação em ambos os espaços é considerada como alta contribuição; a participação em um dos espaços como média

¹⁰ Texto original: “Being able to participate effectively in political choices [...] having the right of political participation”.

contribuição, e a participação em nenhum dos espaços como baixa contribuição para o desenvolvimento humano.

O Quadro 6 apresenta os indicadores das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

4 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Neste capítulo, apresentam-se não apenas os resultados do estudo empírico dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul, como também dados das condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis nesse Estado.

A primeira seção apresenta a metodologia do estudo empírico junto aos EES e junto às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis desses empreendimentos. Na segunda parte, apresenta-se uma análise descritiva das características dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul. A terceira seção apresenta a descrição e a análise dos resultados do estudo empírico, em relação à sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores nesse Estado. A análise considera os graus de democratização, de participação externa, de controle da cadeia produtiva e as condições econômicas dos empreendimentos. A quarta seção apresenta a discussão dos resultados da sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis. A quinta seção apresenta uma análise descritiva das características sociais de catadoras e catadores integrantes dos EES. Na sexta seção, apresenta-se a análise dos dados das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis e uma análise comparativa das características sociais das catadoras e dos catadores com as trabalhadoras e os trabalhadores da economia solidária e do Brasil. Na sétima seção, apresenta-se a discussão acerca das condições de vida das catadoras e catadores de materiais recicláveis e do desenvolvimento humano.

4.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa descritiva e tem como objetivos examinar os condicionantes e os elementos que determinam a sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis, analisar as condições de vida das catadoras e dos catadores e investigar a contribuição para o desenvolvimento humano.

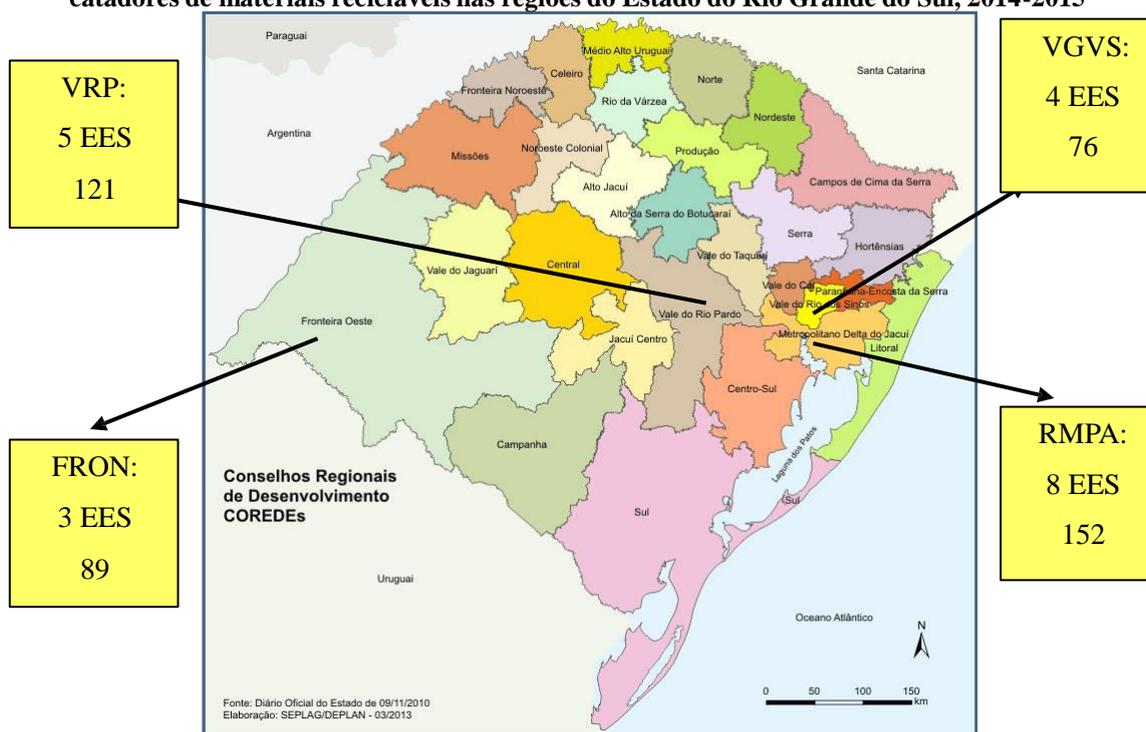
A metodologia consiste em um estudo empírico junto a vinte EES de catadoras e catadores e junto a 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis do Estado do Rio Grande do Sul. Todos os EES pesquisados estão formalizados. Neste estudo, não foram

analisados grupos informais. Todas as catadoras e todos os catadores de materiais recicláveis participam nos empreendimentos, portanto, neste estudo, não foram pesquisados catadoras e catadores que trabalham de forma individual e informal. Os EES de catadoras e catadores são localizados em municípios de diversas regiões do Estado e apresentam características distintas em relação ao tamanho dos empreendimentos. Dessa forma, há uma distribuição territorial e dimensional. O estudo foi realizado com EES de catadoras e catadores que participam em projetos executados pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD)¹ e pelo MNCR. Embora haja uma distribuição territorial e dimensional, a amostra não é representativa para todos os EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Estado do Rio Grande do Sul ou no Brasil.

Os empreendimentos se localizam em dezessete municípios em quatro regiões no Estado do Rio Grande do Sul: oito empreendimentos da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); quatro empreendimentos da região do Vale do Gravataí e do Vale do Rio dos Sinos (VGVS); cinco empreendimentos da região do Vale do Rio Pardo (VRP); e três empreendimentos da região Fronteira Oeste (FRON). As catadoras e os catadores são oriundos dos vinte empreendimentos de dezessete municípios de quatro regiões no Estado do Rio Grande do Sul: 152 catadoras e catadores da Região Metropolitana de Porto Alegre; 76 catadoras e catadores da região do Vale do Gravataí e Vale dos Sinos; 121 catadoras e catadores da região do Vale do Rio Pardo; e 89 catadoras e catadores da região da Fronteira Oeste. A Figura 3 mostra o mapa com a localização dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

¹A Fundação Luterana de Diaconia, criada em 2000, desenvolve iniciativas, como o Programa de Pequenos Projetos e atua junto ao público de catadoras e catadores de materiais recicláveis mediante a execução de projetos e do apoio a grupos, associações e cooperativas, www.fld.com.br.

Figura 3 – Mapa da localização dos empreendimentos econômicos solidários (EES) de catadoras e catadores de materiais recicláveis nas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, 2014-2015



Fonte: Adaptada de SEPLAG/DEPLAN (3/2013).

4.1.1 Metodologia do estudo empírico junto aos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores

Os dados do estudo empírico são oriundos da realização de diagnósticos, no período de maio de 2014 a setembro de 2015, pela FLD e pelo MNCR. O diagnóstico foi elaborado pela autora com a colaboração de pessoas da FLD e do MNCR e foi discutido com membros de ambas as organizações. Os diagnósticos foram aplicados por meio de entrevistas estruturadas presenciais com membros da coordenação dos vinte EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Em função do amplo período da aplicação dos diagnósticos, abrangendo um período maior de um ano, e por causa do efeito da crise nos resultados econômicos, foi realizada uma segunda etapa de levantamento de dados, para atualizar os resultados econômicos dos empreendimentos no período de julho a dezembro de 2015. Este levantamento complementar foi realizado junto a dezenove empreendimentos. Em um empreendimento, houve uma mudança significativa já no momento da aplicação do diagnóstico e dos questionários, o trabalho era realizado acima do lixão, e ao no final de 2015 o trabalho era realizado dentro do galpão. Tendo em vista que os dados do

diagnóstico foram realizados em 2014, quando o trabalho era realizado no lixão, utiliza-se nesta análise os dados do diagnóstico do ano de 2014.

O diagnóstico foi composto por diversas partes, tratando das questões de gestão democrática, participação na comunidade, participação em espaços de deliberação pública, parcerias, atuação em rede, etapas do processo produtivo e controle da cadeia produtiva, dados produtivos e econômicos. O formulário do diagnóstico consta no Apêndice B. O registro e a tabulação dos dados dos diagnósticos foram realizados pela autora e por pessoas da equipe da FLD sob orientação da autora.

A análise da sustentabilidade foi realizada com vinte EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de quatro categorias de indicadores que constam no capítulo anterior. As quatro categorias de indicadores são: gestão democrática e agência coletiva; participação na comunidade e em espaços de deliberação pública; parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva; e indicadores econômicos.

Os empreendimentos foram avaliados de acordo com os indicadores descritos acima em função da sua contribuição para a sustentabilidade. Considerou-se que cada indicador com contribuição alta para a sustentabilidade vale 3 pontos; com contribuição média vale 2 pontos e com contribuição baixa vale 1 ponto. A pontuação foi calculada atribuindo o mesmo peso aos indicadores e dividindo a pontuação total pelo número de indicadores. Dessa forma, é possível classificar os empreendimentos de acordo com o grau de sustentabilidade. Os empreendimentos com pontuação igual ou superior a 2,5 são empreendimentos considerados com alto grau de sustentabilidade, os empreendimentos com pontuação menor do que 2,5 e maior do que 2,0 são os empreendimentos com grau médio-alto de sustentabilidade, os empreendimentos com pontuação igual ou inferior a 2,0 e maior do que 1,5 são os empreendimentos com grau médio-baixo de sustentabilidade, e por fim, os empreendimentos com pontuação igual ou menor do que 1,5 são considerados empreendimentos com baixo grau de sustentabilidade. Esta pontuação foi aplicada a todos os indicadores.

4.1.1.1 Dados relacionados ao grau de democratização

O grau de democratização dos empreendimentos pode ser medido pelos indicadores de gestão democrática e agência coletiva. No total, são treze indicadores. Conforme discutido no capítulo anterior, a realização de assembleias com frequência

semanal, quinzenal, mensal e bimestral é considerada como uma alta contribuição para a sustentabilidade; com frequência trimestral, semestral ou anual, o EES é avaliado como média contribuição e a realização das assembleias com prazo maior do que um ano é considerada baixa contribuição para a sustentabilidade.

Em relação à existência de documentos, avaliaram-se os seguintes indicadores: estatuto, regimento interno e acordo de base, considerando-se a existência de três documentos como alta contribuição, de um ou dois documentos como média contribuição e de nenhum documento como baixa contribuição para a sustentabilidade.

Diferentes formas de participação são essenciais para a agência coletiva e para a autonomia coordenada. Em relação aos empreendimentos de catadoras e catadores, considera-se o próprio trabalho coletivo como uma forma de participação. Outras formas são a participação em processos de formação de base, em assembleias e reuniões de base e em mobilizações por direitos. Desta maneira, a atuação das catadoras e dos catadores nas quatro formas de participação contribui para um alto grau de sustentabilidade, assim como para a agência coletiva e para o desenvolvimento humano das catadoras e dos catadores. A atuação através de duas ou três formas de participação contribui para um grau médio de sustentabilidade. A participação somente através do trabalho, sem se envolver nos espaços de tomadas de decisão coletivas, é considerada como uma baixa contribuição para a sustentabilidade.

A formação e a capacitação fortalecem a gestão democrática e podem ser oferecidas por diferentes organizações, tais como organizações da sociedade civil, universidades, prefeitura ou pela coordenação do empreendimento. Para a avaliação da sustentabilidade dos EES, considerou-se que, nos empreendimentos que têm acesso a três ou quatro tipos de formação, há uma contribuição alta para a sustentabilidade, nos empreendimentos que têm acesso a um ou dois tipos de formação, há uma contribuição média e, nos empreendimentos que não têm acesso à formação, há uma contribuição baixa para a sustentabilidade do empreendimento, no que diz respeito à gestão democrática.

Em relação à coordenação, verificam-se dois indicadores: o número de pessoas que atuam na coordenação e a capacidade de exercer a função de coordenação. Dessa maneira, uma coordenação com duas pessoas ou menos é considerada como uma baixa contribuição; entre três e cinco pessoas, como uma média contribuição, e com seis ou mais pessoas como uma alta contribuição para a sustentabilidade. O exercício da função

da coordenação é considerado como média contribuição, e a dificuldade para integrantes da coordenação de exercer sua função como baixa contribuição para a sustentabilidade.

A remuneração equitativa é medida pela diferença entre a maior e a menor retirada. Uma diferença igual ou inferior a duas vezes é considerada uma contribuição alta; maior do que duas vezes e menor do que quatro vezes é avaliada como uma contribuição média; e superior a quatro vezes é uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

Um dos principais objetivos dos empreendimentos é gerar postos de trabalho. Tendo em vista que, na cadeia produtiva de reciclagem, existem nove etapas produtivas além da administração, e que, no mínimo, cada etapa e atividade deveriam envolver uma pessoa, considera-se que, se, no empreendimento, há 10 postos de trabalho ou menos, sua contribuição para a sustentabilidade é baixa; entre 11 e 19 postos de trabalho, a contribuição é considerada média; e, a partir de 20 postos de trabalho, considera-se que há uma alta contribuição para a sustentabilidade.

Para medir a permanência das associadas e dos associados no trabalho, mede-se a rotatividade, calculada como porcentagem das pessoas que saíram nos últimos três meses em relação ao número total de associadas e associados. Uma rotatividade igual ou menor a 10% considera-se uma contribuição alta, uma rotatividade maior que 10 e menor do que 25% é uma contribuição média, e uma rotatividade igual ou maior do que 25% apresenta uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

No setor da reciclagem, a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de rua é um objetivo importante a ser atingido. Considera-se, assim, que a existência de uma política ou um programa de inclusão de catadoras e catadores de rua tem uma contribuição alta e a inexistência desta política ou programa como uma baixa contribuição para a sustentabilidade.

A segurança no trabalho é medida pelo uso de EPIs, calculado como porcentagem do número dos EPIs utilizados em relação ao número total de EPIs. No caso dos EES, constata-se a existência de sete tipos de EPIs: luvas, botas, jalecos, protetor auricular, óculos de proteção, mangas e máscaras. Consideram-se o uso de seis ou mais EPIs como uma alta contribuição, o uso de quatro ou cinco EPIs como uma média contribuição e o uso de três ou menos EPIs como uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

Outro item avaliado em relação à segurança no trabalho é se ocorreram acidentes de trabalho no último ano e de que tipo. A ocorrência de acidentes graves ou muito

graves é considerada uma contribuição baixa; acidentes leves são considerados como contribuição média; e a inexistência de acidentes de trabalho no último ano é avaliada como contribuição alta para a sustentabilidade e para o desenvolvimento humano.

Para medir as condições de trabalho em relação ao local de trabalho, calcula-se o número de espaços existentes em relação ao número total de espaços desejáveis. Para avaliar as condições de trabalho, foram levantados os espaços necessários, além do espaço de trabalho coletivo, para garantir boas condições de trabalho para as catadoras e para os catadores, tais como banheiros, vestiários, refeitório, cozinha e escritório. Considera-se a existência de quatro ou cinco espaços como uma contribuição alta, a existência de dois ou três espaços como contribuição média e a existência de somente um ou nenhum espaço como contribuição baixa para a sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis.

4.1.1.2 Dados relacionados ao grau de participação externa

O grau de participação externa dos empreendimentos pode ser medido por indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública: participação na comunidade, participação no movimento de catadoras e catadores de materiais recicláveis, relações com outros movimentos sociais, participação em espaços de deliberação pública.

A participação na comunidade pode ser medida pelo número e pelo tipo de relações estabelecidas com organizações comunitárias em relação ao número de relações desejáveis. Para avaliar a participação na comunidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis, foram levantadas, a partir do contexto da gestão de resíduos sólidos no Brasil e das entrevistas com as coordenações dos empreendimentos, as relações desejáveis e foram identificados três tipos de relações: com associações comunitárias, com sindicatos e com organizações sociais. Considerou-se a existência de duas ou mais relações como alta contribuição, a existência de uma relação como média contribuição e a inexistência de relações com a comunidade como baixa contribuição para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Outro item avaliado é a participação no movimento de catadoras e catadores, que pode ser medida pelas formas de participação no movimento em relação às formas de participação desejáveis. Junto com as pessoas representantes do MNCR, foram levantadas seis formas de participação, que são: cursos de formação, encontros

estaduais de formação, encontros nacionais de formação, comitê regional, comitê estadual e outras formas de participação, tais como mobilizações por direitos e encontros internacionais. A participação através de quatro ou mais formas é considerada como tendo alta contribuição; a participação através de duas ou três formas de participação é vista como contribuição média; e a participação através de uma forma ou a falta de participação no movimento de catadoras e catadores é avaliada como tendo baixa contribuição para a sustentabilidade dos empreendimentos.

Para medir a relação com outros movimentos sociais, calcula-se o número e o tipo de relações estabelecidas com movimentos sociais em relação ao número de relações desejáveis. A partir da análise de contexto da economia solidária e das entrevistas com as coordenações dos empreendimentos, consideraram-se a existência de duas ou mais relações como tendo alta contribuição, a existência de uma relação como tendo média contribuição, e a inexistência de relações com outros movimentos sociais como tendo baixa contribuição para a sustentabilidade dos empreendimentos.

O número de espaços de deliberação pública dos quais o empreendimento participa em relação ao número de espaços dos quais seria desejável participar define o nível de participação pública do empreendimento. A partir da bibliografia, da análise do contexto da economia solidária e da gestão de resíduos sólidos no Brasil e das entrevistas com as coordenações dos empreendimentos, foram identificados três espaços importantes de participação: fóruns, conselhos e outros espaços de deliberação pública, tais como conferências sobre políticas públicas na área do meio ambiente e economia solidária e audiências públicas na área de reciclagem. As conferências e audiências públicas acontecem de forma mais esporádica e com intervalo de tempo muito maior. Os fóruns e conselhos acontecem de forma mais regular, com intervalos menores, por exemplo, mensais ou semestrais. A participação em dois ou mais espaços é considerada como uma contribuição alta; a participação em um espaço é vista como uma contribuição média; e a falta de participação nestes espaços é tomada como uma contribuição baixa para a sustentabilidade dos empreendimentos.

4.1.1.3 Dados relacionados ao grau de controle da cadeia produtiva

O grau de controle da cadeia produtiva pelos EES pode ser medido por indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva de reciclagem. Esses indicadores abordam fatores de atuação em rede, estabelecimento de

parcerias e avanço no controle da cadeia produtiva, medindo sua contribuição para a sustentabilidade dos EES. O estabelecimento de vínculos horizontais entre empreendimentos, pela atuação em rede, possibilita a comercialização coletiva e potencializa o poder de negociação com a administração pública.

O grau de integração da cadeia produtiva pode ser medido como porcentagem das etapas do processo produtivo da reciclagem realizadas pelo empreendimento em relação ao número total de etapas do processo produtivo de reciclagem. O processo produtivo consiste em nove etapas: recebimento do material da coleta seletiva realizada pela prefeitura; coleta porta a porta realizada por catadoras e catadores do empreendimento; recebimento de doações de materiais por terceiros; triagem dos materiais recicláveis; armazenagem dos materiais triados; prensagem e estoque de fardos; beneficiamento dos materiais recicláveis; comercialização dos materiais recicláveis; controle de rejeitos. A realização de sete ou mais etapas é considerada como uma contribuição alta para a sustentabilidade, a realização de cinco ou seis etapas é considerada como uma contribuição média para a sustentabilidade, e a realização de quatro ou menos etapas é considerada como contribuição baixa para a sustentabilidade. Dessa forma, uma taxa igual ou superior a 75% é considerada como contribuição alta, uma taxa entre 50 e 75% é considerada como uma contribuição média, e uma taxa igual ou inferior a 50% é considerada uma baixa contribuição para a sustentabilidade.

A atuação em rede dos empreendimentos de catadoras e catadores visa principalmente à comercialização em rede, cujo objetivo é aumentar o poder de negociação dos empreendimentos frente aos compradores de materiais recicláveis e estabelecer condições de venda mais adequadas e melhores preços. A venda dos materiais recicláveis para a indústria resulta num preço melhor que a venda para atravessadores. Consideram-se a comercialização para atravessadores como tendo uma baixa contribuição, a comercialização para a indústria como tendo uma média contribuição e a comercialização em rede como tendo uma alta contribuição para a sustentabilidade.

Em relação à contratação do empreendimento pela prefeitura para a prestação de serviços de limpeza urbana, consideram-se a inexistência de contratos como tendo uma contribuição baixa, a existência de contratos de triagem como contribuição média e a existência de contratos de coleta seletiva ou contratos de coleta seletiva e triagem como uma contribuição alta para a sustentabilidade. No tocante à relação com empresas, consideram-se a inexistência de contratos como tendo uma baixa contribuição, o

recolhimento de materiais recicláveis nas empresas, porém, sem contrato, como tendo uma média contribuição, e a existência de contratos com empresas como tendo uma contribuição alta para a sustentabilidade.

As parcerias técnicas e financeiras fortalecem os EES e contribuem para a sustentabilidade. O tipo de parceria pode ser medido como porcentagem de parcerias estabelecidas em relação ao número de parcerias desejáveis. Para ambas as parcerias, foram identificados cinco tipos de parcerias: com a Prefeitura, com o Estado, com o setor privado, com igrejas e com organizações da sociedade civil. Consideram-se a existência de três ou mais parcerias como uma contribuição alta, a existência de um ou dois tipos de parceria como uma contribuição média e a inexistência de parcerias como baixa contribuição para a sustentabilidade.

4.1.1.4 Dados relacionados às condições econômicas

As condições econômicas dos empreendimentos podem ser medidas por indicadores econômicos. No total, são dez indicadores, que foram descritos no capítulo anterior. No tocante ao tempo de existência do empreendimento, consideram-se a existência por um tempo menor do que um ano como uma contribuição baixa, um período maior do que um ano e menor do que cinco como uma contribuição média e a existência por cinco anos ou mais é considerada uma contribuição alta para a sustentabilidade. Em relação ao resultado econômico, a capacidade de pagar as despesas e gerar uma sobra é considerada uma contribuição alta, a capacidade de pagar as despesas sem ter uma sobra é vista como uma contribuição média, e a incapacidade de pagar as despesas consta como contribuição baixa para a sustentabilidade.

O indicador de renda média mensal por membro é calculado em relação ao valor do salário mínimo, e consideram-se uma renda igual ou menor do que um salário mínimo como sendo uma baixa contribuição, entre um e dois salários mínimos configuram uma média contribuição, e acima de dois salários mínimos compõem uma alta contribuição para a sustentabilidade. Com relação à proporção de equipamentos próprios, considere-se uma porcentagem igual ou inferior a 50% como uma contribuição baixa, uma porcentagem entre 50 e 75% como contribuição média, e uma porcentagem igual ou superior a 75% como uma alta contribuição para a sustentabilidade. No que se refere à propriedade do local, considere-se a propriedade do local em nome do empreendimento como uma alta contribuição, o espaço cedido como contribuição

média, e o espaço alugado ou ocupado como contribuição baixa para a sustentabilidade. O acesso ao crédito e a pontualidade no pagamento das prestações são classificados como uma contribuição alta, o acesso ao crédito, mas sem a pontualidade no pagamento das prestações é classificado como contribuição média e não ter buscado e não ter acesso ao crédito é classificado como tendo uma contribuição baixa para a sustentabilidade.

O indicador de produtividade média mensal por associada ou associado calcula a quantidade mensal de material triado, dividido pelo número de catadoras e catadores. Considera-se uma produtividade igual ou menor a 1.000 kg por mês per capita como uma contribuição baixa, entre 1.000 e 2.000 kg por mês per capital como uma contribuição média, e igual ou maior do que 2.000 kg por mês per capita como uma contribuição alta à sustentabilidade. Em relação ao indicador de eficiência econômica de produção mensal por associada ou associado, considera-se uma eficiência igual ou maior do que R\$ 800,00 por mês como uma contribuição alta, entre R\$ 400,01 e R\$ 799,99 por mês como contribuição média, e igual ou inferior a R\$ 400,00 por mês como contribuição baixa para a sustentabilidade. Para o indicador de eficiência econômica de prestação de serviços mensal por associada ou associado, consideram-se os mesmos valores do indicador de eficiência econômica da produção. Para o indicador de eficiência econômica total mensal por associada ou associado, considera-se um valor igual ou maior do que R\$ 1.600,00 por mês como contribuição alta, um valor entre R\$ 800,01 e R\$ 1.599,99 por mês como contribuição média, e um valor igual ou menor do que R\$ 800,00 por mês como contribuição baixa para a sustentabilidade.

4.1.2 Metodologia do estudo empírico junto às catadoras e aos catadores de materiais recicláveis

Os dados do estudo empírico são oriundos da aplicação de questionários, no período de maio de 2014 a setembro de 2015, pela FLD e pelo MNCR. O questionário foi elaborado pela autora com a colaboração de pessoas da FLD e do MNCR e foi discutido com membros de ambas as organizações. A coleta de dados foi realizada mediante a aplicação do questionário em entrevistas presenciais junto a 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis, oriundos de vinte EES.

O questionário compõe-se de diversas partes, tratando de questões de educação, saúde, renda, condições de moradia, condições de trabalho e participação política, além das características em relação a idade, raça/cor e sexo. O questionário completo está no Apêndice A. Após a fase de coleta de dados, iniciou-se a fase do registro e tabulação dos dados dos questionários. Essa fase foi realizada pela autora e por pessoas da equipe da FLD sob orientação da autora.

A análise das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis foi realizada a partir dos indicadores de condições de vida, discutidos no capítulo anterior, nas dimensões de educação, saúde e condições de vida, relacionadas à renda, condições de moradia e de trabalho, bem como de participação política.

Foram analisadas as condições do grupo de catadoras e catadores que pertencem a cada empreendimento. Os empreendimentos receberam a pontuação de acordo com a classificação da maioria de suas associadas e dos seus associados. Considerou-se que cada indicador com contribuição alta para o desenvolvimento humano vale 3 pontos; com contribuição média vale 2 pontos e com contribuição baixa vale 1 ponto. A pontuação foi calculada atribuindo o mesmo peso aos indicadores e dividindo a pontuação total pelo número de indicadores. Dessa forma, os empreendimentos foram classificados de acordo com a sua contribuição ao desenvolvimento humano das pessoas que o integram. Uma pontuação igual ou superior a 2,5 considera-se como uma contribuição alta; uma pontuação menor do que 2,5 e maior do que 2,0 é avaliada como uma contribuição médio-alta; uma pontuação igual ou inferior a 2,0 e maior do que 1,5 é considerada como uma contribuição médio-baixa, e uma pontuação igual ou menor a 1,5 como uma contribuição baixa para o desenvolvimento humano.

4.1.2.1 Dados das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis

As condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis foram medidas pelos indicadores descritos no capítulo anterior: o nível da escolarização, a presença de boa saúde e a ausência de acidentes, a renda média mensal, as condições de trabalho, as condições de moradia e a participação política.

Com relação ao nível da escolarização, consideram-se os níveis não alfabetizada, alfabetizada e Ensino Fundamental incompleto como contribuição baixa; os níveis Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto são considerados como

contribuição média; e os níveis Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto e Ensino Superior completo são avaliados como contribuição alta para o desenvolvimento humano.

No que concerne à “presença de boa saúde”, o afastamento da pessoa do trabalho e problemas de saúde são considerados como uma contribuição baixa; no caso de apenas uma das situações, é considerada como uma contribuição média; e a ausência de ambas as situações é considerada como uma contribuição alta para a qualidade de vida. Em relação à “ausência de acidentes de trabalho”, consideram-se a falta de uso de EPIs e a ocorrência de acidentes como contribuição baixa, uma das situações apenas, como contribuição média, e a ausência de acidentes e o uso de EPIs como contribuição alta para o desenvolvimento humano. Ambos os indicadores têm o mesmo peso.

No tocante à renda média mensal, em relação à pontuação, decidiu-se dividi-la em quatro categorias: para uma renda maior que dois salários mínimos, foram atribuídos três pontos; para uma renda entre um e dois salários mínimos, foram atribuídos dois pontos; no caso de uma renda entre meio e um salário mínimo, foi atribuído um ponto; e no caso de uma renda igual ou menor que meio salário mínimo, não foram atribuídos pontos.

No que se refere às condições de trabalho, considera-se o trabalho no galpão como alta contribuição, na rua, como média contribuição e no lixão como baixa contribuição para o desenvolvimento humano. O trabalho no lixão – em condições desumanas e com grandes riscos tanto para a saúde das catadoras e dos catadores quanto para a de suas famílias – é considerado uma dimensão da pobreza. Em relação à moradia, considera-se a existência dos três serviços – água encanada, esgoto encanado e energia elétrica – como alta contribuição; a existência de dois serviços é vista como média contribuição; e a existência de apenas um serviço é tomada como baixa contribuição.

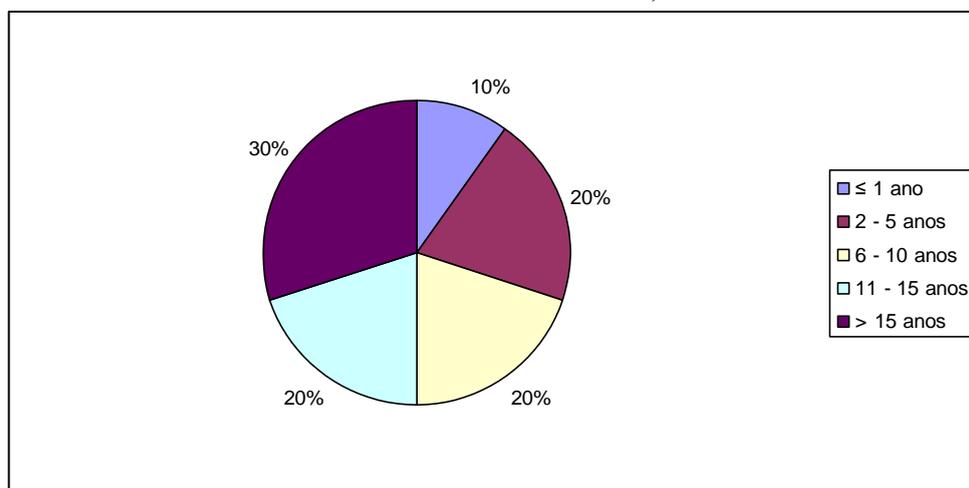
Em relação à participação política, analisou-se a participação das catadoras e dos catadores em reuniões internas e externas ao empreendimento. Considera-se a participação em nenhum dos espaços como tendo uma baixa contribuição, a participação em um dos espaços como tendo uma média contribuição e a participação em ambos os espaços como tendo uma alta contribuição para o desenvolvimento humano.

4.2 CARACTERÍSTICAS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORAS E CATADORES NO RIO GRANDE DO SUL

A partir da sistematização dos dados dos diagnósticos, apresentaram-se diversas características de vinte EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul.

Há uma variedade no tempo de existência desses empreendimentos, como mostra o Gráfico 4. A maioria deles são empreendimentos consolidados. Somente 10% têm até um ano de existência, e metade (50%) dos empreendimentos existe há mais de 10 anos.

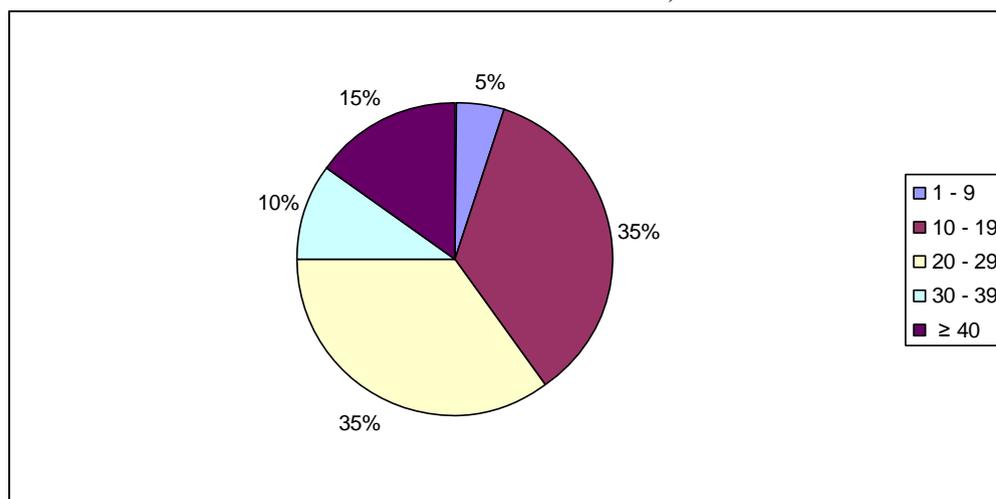
Gráfico 4 – Tempo de existência dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

O tamanho dos EES de catadoras e catadores varia bastante, conforme demonstrado no Gráfico 5. O menor empreendimento tem somente seis pessoas associadas, enquanto o maior empreendimento tem 76 associadas e associados. Em torno de dois terços dos empreendimentos (70%) têm entre 10 e 29 associadas e associados.

Gráfico 5 – Número de associadas/os nos empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul, 2014-2015



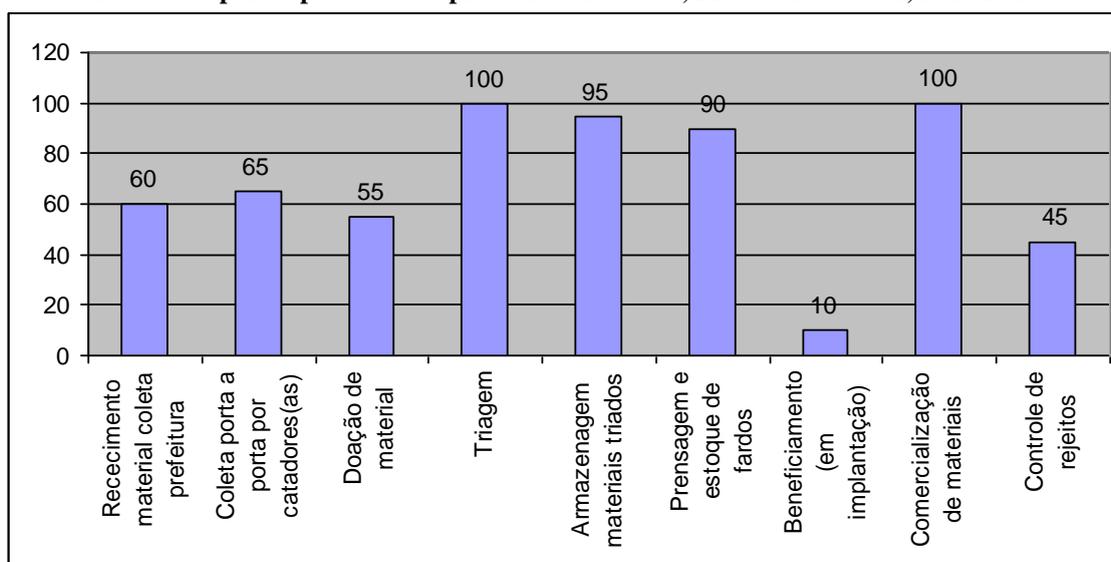
Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

Em relação às etapas da cadeia produtiva da reciclagem executadas pelos empreendimentos, há uma diversidade na etapa de coleta e recebimento de materiais, uma concentração da atuação dos empreendimentos na etapa de triagem, e ainda pouca atuação na etapa do beneficiamento dos materiais. A maioria (60%) dos 20 EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul recebe materiais provenientes de coleta realizada pelas prefeituras. Em torno de dois terços dos empreendimentos (65%) realiza a coleta porta a porta e um pouco mais da metade (55%) dos empreendimentos recebe doações de materiais de empresas, organizações sociais ou governamentais. Em todos os empreendimentos, é realizada a triagem e a separação dos materiais recicláveis e quase todos (95%) realizam a armazenagem dos materiais triados. A maioria (90%) atua na prensagem dos materiais triados e estocam os fardos de materiais; todos os empreendimentos comercializam os materiais recicláveis. Menos da metade (45%) realiza um controle do rejeito. Dois empreendimentos estão em fase de implantação do beneficiamento de plástico. O Gráfico 6 mostra as etapas executadas pelos empreendimentos.

Os EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul estão atuando em quase todas as etapas. Quase todos os empreendimentos atuam na triagem, na armazenagem, na prensagem e na comercialização dos materiais recicláveis. Constata-se uma maior diversidade no processo de coleta e recebimento dos materiais. Em torno de dois terços (65%) dos empreendimentos realiza a coleta porta a porta com catadoras e catadores de rua. A coleta seletiva solidária, realizada por associações e

cooperativas de catadoras e catadores, é uma das principais reivindicações do MNCR para avançar no modelo de reciclagem popular. A fase de beneficiamento do material reciclável ainda é uma etapa da cadeia produtiva de reciclagem que poucos empreendimentos realizam. Entre os 20 empreendimentos pesquisados, dois empreendimentos estão na fase de implantação do processo de beneficiamento do material reciclável, porém ainda não está em funcionamento.

Gráfico 6 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de materiais recicláveis por etapa da cadeia produtiva executada, Rio Grande do Sul, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

Todos os EES pesquisados são formalizados. A maioria (65%) como cooperativa e os demais empreendimentos (35%) como associação. Esse aspecto apresenta uma característica bem diferente das demais organizações da economia solidária, tanto no Brasil quanto na região Sul. No Brasil, 59% das organizações estão constituídas como associação, somente 9% como cooperativa, 31% são grupos informais, e 1% se constitui como sociedade mercantil. Na região Sul, 36% das organizações são associações, 19% são cooperativas, 44% são grupos informais, e 1% é constituído como sociedade mercantil. A maioria dos empreendimentos de catadoras e catadores começou como associação, mas tem mudado seu formato jurídico para cooperativa nos últimos anos. Um motivo para esta mudança é a exigência das prefeituras de que o empreendimento esteja formalizado como cooperativa para a contratação dos serviços.

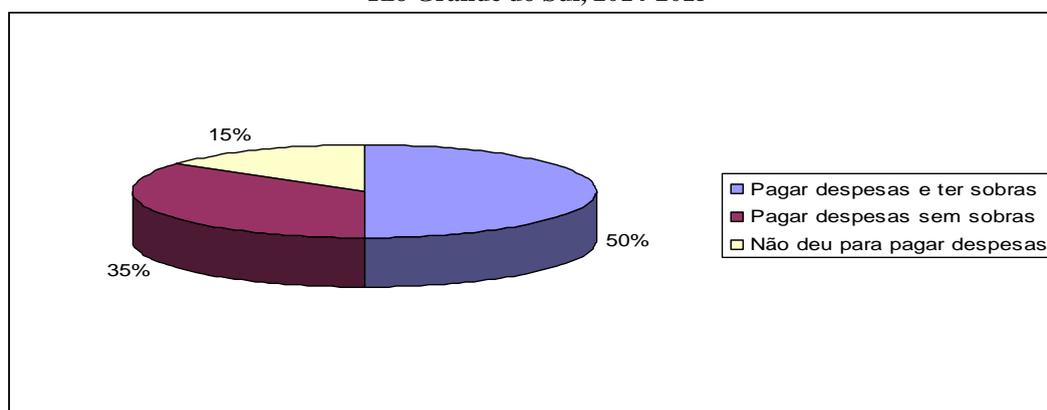
A maioria dos empreendimentos (65%) tem um contrato de prestação de serviços com a Prefeitura, 31% dos contratos são para a coleta seletiva, 23% dos contratos são

para a triagem dos materiais recicláveis e 46% dos contratos são para a coleta seletiva e a triagem dos materiais recicláveis. Porém, nem todos recebem um valor que cubra os custos e possibilite uma remuneração adequada das catadoras e dos catadores. Na análise da sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores, a seguir, será abordada esta questão.

Pouco mais que a metade (55%) dos EES realiza campanhas de educação ambiental. As campanhas de educação ambiental são voltadas para as comunidades nas quais os empreendimentos realizam a CSS. As campanhas visam à mobilização da população para participar na separação dos materiais e aumentar a separação correta dos materiais recicláveis pela comunidade. De acordo com Rutkowski e Rutkowski (2015), o processo de educação ambiental, no qual se abordam formas corretas de separação de materiais recicláveis, orgânicos e rejeitos, realizado por catadoras e catadores nas comunidades nas quais atuam resulta em uma melhor separação dos materiais, em um aumento dos materiais recicláveis, bem como em materiais recicláveis menos contaminados por materiais orgânicos ou rejeitos. A contaminação dos materiais recicláveis por outros materiais pode impedir que os mesmos sejam reciclados. O aumento na qualidade e na quantidade do material coletado muitas vezes resulta num maior valor comercializado e na melhoria da renda das catadoras e dos catadores.

Em relação aos resultados econômicos, metade (50%) dos empreendimentos declarou que consegue pagar as despesas e ter sobras. Em torno de um terço (35%) declarou que consegue pagar as despesas, porém, sem sobras. Ainda, 15% dos empreendimentos declararam que não conseguiram pagar todas as despesas, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Resultados econômicos dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es no Rio Grande do Sul, 2014-2015

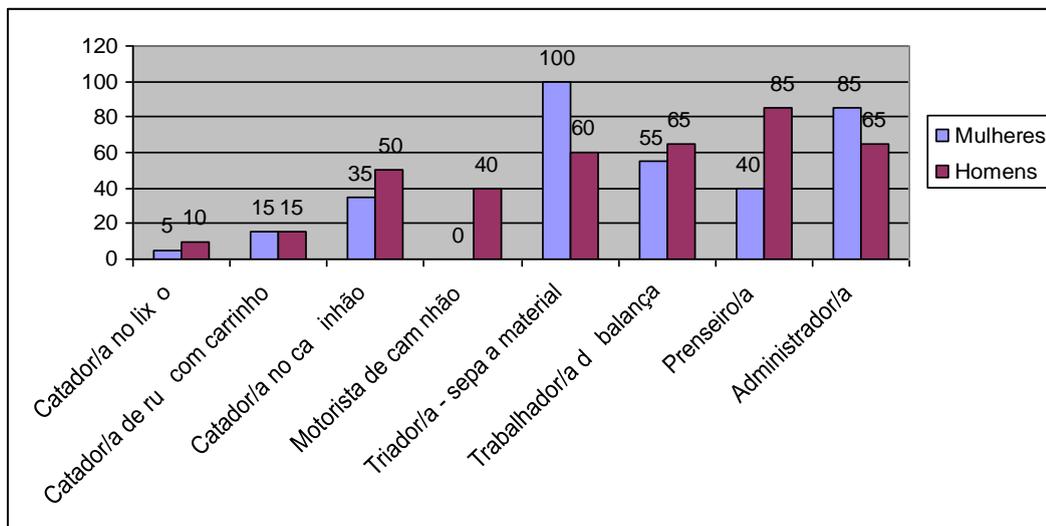


Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

Entre os EES da região Sul do Brasil que participaram do segundo mapeamento da economia solidária e para os quais se aplica este critério, 58% conseguem pagar as despesas e ter sobras, 34% conseguem pagar as despesas sem ter sobras e 8% dos empreendimentos declararam que não conseguem pagar todas as despesas. Portanto, em comparação com os EES, incluindo todos os setores, observa-se uma porcentagem maior de empreendimentos de catadoras e catadores que não conseguem pagar todas as despesas. Na análise de sustentabilidade, aborda-se a questão dos resultados econômicos dos EES de catadoras e catadores.

Nos EES de catadoras e catadores, há uma predominância de mulheres (58%) e embora se constate que as mulheres executam quase todas as funções, percebe-se uma diferenciação nas ocupações funcionais por gênero. A predominância de mulheres se traduz na administração dos empreendimentos: em 85% dos empreendimentos, há mulheres atuando na administração. Uma função dominada pelas mulheres é a triagem. Em todos os empreendimentos, há mulheres atuando na triagem e, em 60% dos empreendimentos, atuam também homens na triagem. As ocupações que se destacam pela maior atuação de homens e menor participação de mulheres são os trabalhos na balança e na prensa, realizados, respectivamente, em 65 e 85% dos empreendimentos por homens, e somente em 55 e 40% dos empreendimentos também por mulheres. Na coleta na rua, principalmente a coleta realizada com caminhão, há uma predominância dos homens. Em 50% dos empreendimentos, realiza-se a coleta com caminhão. Em todos esses empreendimentos, há participação de homens nesta atividade e, em 70% dos empreendimentos, há também mulheres atuando na coleta de materiais com caminhão. Porém, em nenhum dos empreendimentos pesquisados, há mulheres atuando como motorista de caminhão. Constata-se que existe uma divisão de gênero no trabalho também nos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis, nos quais as mulheres atuam principalmente na triagem, e os homens na prensa e na coleta de rua com caminhão. O Gráfico 8 mostra a porcentagem dos empreendimentos em que uma determinada ocupação funcional é executada de acordo com o gênero.

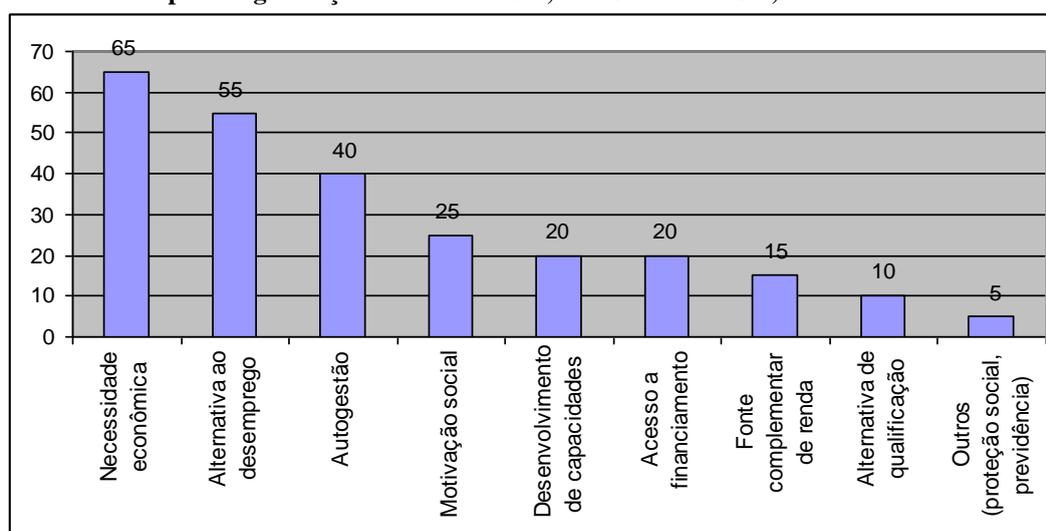
Gráfico 8 – Ocupações funcionais por gênero nos empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

As principais motivações para organizar as catadoras e os catadores em EES são a necessidade econômica, mencionada por 65% dos empreendimentos, e uma alternativa ao desemprego (55%). Outras motivações mencionadas são a autogestão (40%), a motivação social (25%), o desenvolvimento de capacidades (20%), o acesso a financiamento (20%), uma fonte complementar de renda (15%), uma alternativa de qualificação (10%), e cinco por cento mencionaram outras questões, como acesso à proteção social e previdência (Gráfico 9).

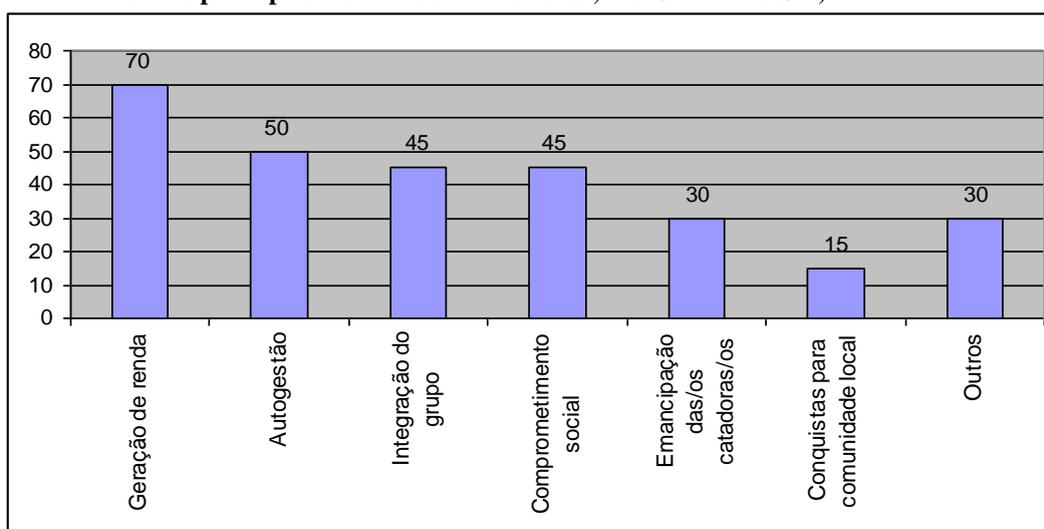
Gráfico 9 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de acordo com a motivação para organização de catadoras/es, Rio Grande do Sul, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

As coordenações dos empreendimentos mencionaram como principais resultados a geração de renda (70%) e a autogestão (50%), seguida pela integração do grupo e pelo comprometimento social, ambas mencionadas em 45% dos empreendimentos, como mostra o Gráfico 10. Em torno de um terço dos empreendimentos (30%) mencionou a emancipação das catadoras e dos catadores, e conquistas para a comunidade local foram mencionadas por 15% dos empreendimentos.

Gráfico 10 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de acordo com os principais resultados mencionados, Rio Grande do Sul, 2014-2015



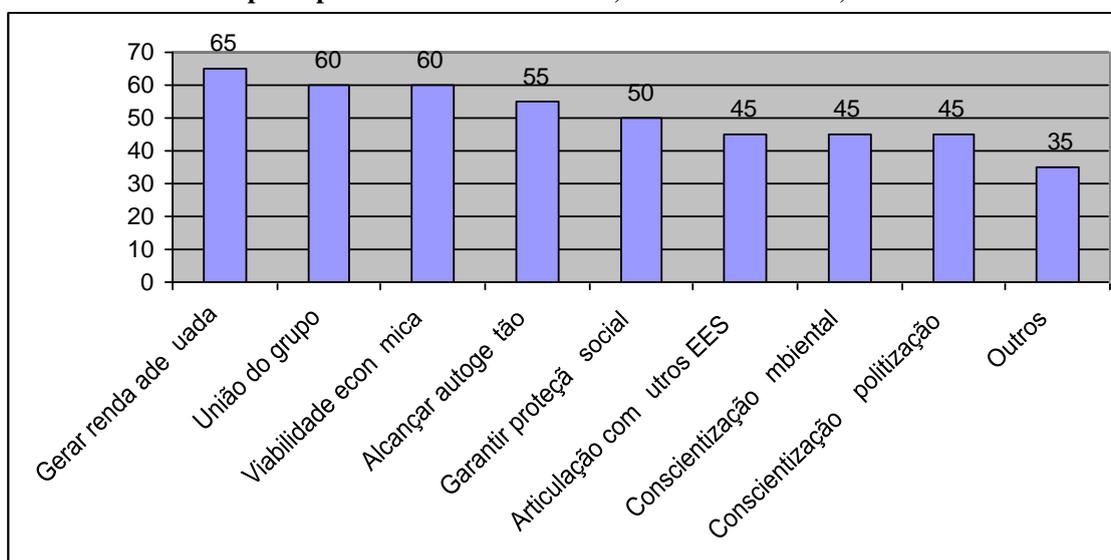
Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

Entre os outros resultados, mencionados em 30% dos empreendimentos, estão melhorias na infraestrutura, tais como melhoria no galpão e aquisição de equipamentos e caminhões, comercialização em rede, contratação para a coleta seletiva solidária pela Prefeitura e projetos de apoio. Ainda foram mencionados resultados em relação às mulheres e crianças, como a autoestima, a liberdade e a independência das mulheres e a melhoria na higiene das crianças, bem como a frequência das filhas e dos filhos na escola. Tendo em vista o baixo nível de escolaridade das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, é um resultado importante que as filhas e os filhos estejam na escola e tenham a possibilidade de atingir um nível maior de escolaridade do que seus pais.

Embora a geração de renda seja mencionada como principal resultado nos empreendimentos, também consta como principal desafio para 65% dos empreendimentos, seguida pela união do grupo e pela viabilidade econômica

mencionada em 60% dos empreendimentos. Alcançar a autogestão tem 55% e garantir a proteção social, 50%, conforme demonstrado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de acordo com os principais desafios mencionados, Rio Grande do Sul, 2014-2015

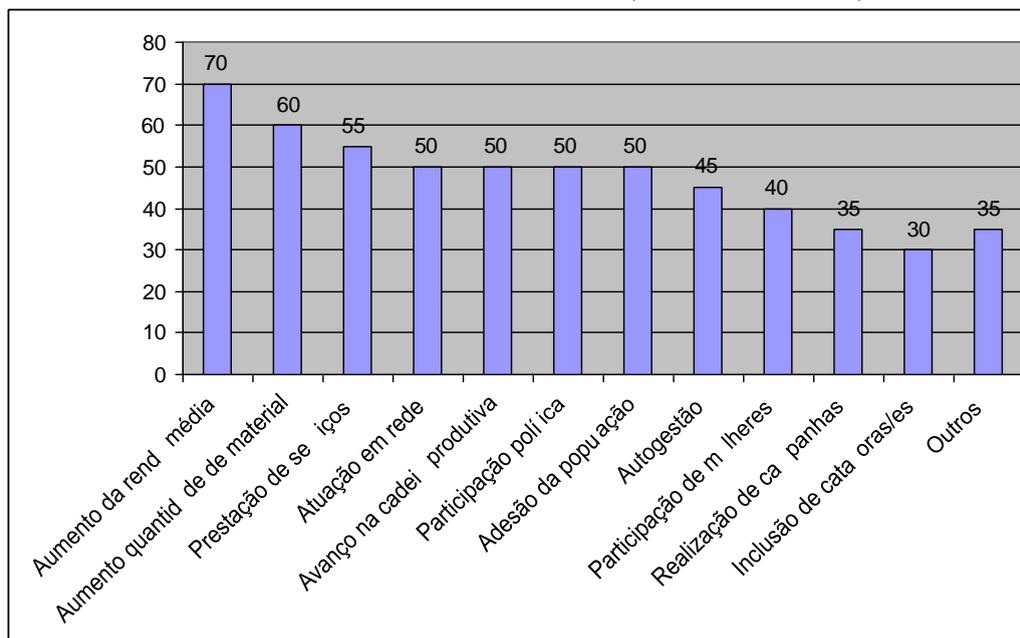


Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

Também foram mencionados em 45% dos empreendimentos os desafios da articulação com outros empreendimentos, da conscientização ambiental e da conscientização e politização. Como “outros desafios”, foram mencionados a implantação da CSS e a contratação pela Prefeitura, a melhoria nas condições de trabalho e na infraestrutura e, ainda, o aumento da coleta seletiva, a melhoria dos preços e o acesso a capital de giro.

Os EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis indicaram como elementos importantes para a sustentabilidade, em primeiro lugar (70%), o aumento da renda média das associadas e dos associados, em segundo lugar (60%), o aumento na quantidade de material coletada e reciclada e o aumento na taxa de recuperação de materiais recicláveis e, em terceiro lugar (55%), a realização de prestação de serviços e o pagamento pela prefeitura na área de gestão de resíduos sólidos urbanos.

Gráfico 12 – Porcentagem de empreendimentos econômicos solidários de catadoras/es de acordo com os elementos de sustentabilidade mencionados, Rio Grande do Sul, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

Quatro elementos foram mencionados pela metade (50%) dos empreendimentos: atuação em rede com outros empreendimentos de catadoras e catadores de materiais recicláveis, avanço na cadeia produtiva da reciclagem, participação em fóruns, conselhos e espaços de discussão de políticas públicas e adesão da população. Ainda foram mencionadas a autogestão e a participação das associadas e dos associados (45%), a participação das mulheres em instâncias de decisão (40%), a realização de campanhas de educação ambiental (35%) e a inclusão de catadoras e catadores de rua, que trabalham de forma individual, no empreendimento (30%). Outros elementos mencionados são a melhoria na infraestrutura e a aquisição de equipamentos, a melhoria nas condições de trabalho, o aumento na produtividade e a união do grupo. O Gráfico 12 mostra os elementos de sustentabilidade mencionados pelos empreendimentos.

Os três primeiros elementos mencionados (o aumento da renda, o aumento da quantidade de material e a realização de prestação de serviços com pagamento pela prefeitura) têm relação direta com o resultado econômico dos empreendimentos e com a renda das pessoas. Embora tenham outras implicações também, o aumento na quantidade de material coletado e reciclado e a prestação de serviços para a prefeitura, principalmente na área de coleta, têm impactos positivos para a preservação do meio ambiente. A receita dos empreendimentos depende da venda dos materiais coletados e

triados e de contratos, principalmente com as prefeituras. Um aumento da receita dos empreendimentos resulta num aumento da renda média mensal das catadoras e dos catadores.

4.3 ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORAS E CATADORES

A análise da sustentabilidade foi realizada com vinte EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis do Estado do Rio Grande do Sul. Foram analisados quatro aspectos da sustentabilidade: o grau de democratização, o grau de participação externa, o grau de controle da cadeia produtiva e as condições econômicas dos empreendimentos.

As abordagens do desenvolvimento humano e da economia solidária ressaltam o valor intrínseco dos arranjos sociais como espaços de interação social e de formação de capacitações coletivas. Dessa forma, os arranjos sociais, neste caso, os EES de catadoras e catadores, se constituem na unidade de análise considerando suas articulações em redes, a participação em fóruns de democracia deliberativa e suas relações de interdependência com o ambiente social, econômico, político e ambiental em que se inserem.

A abordagem da economia solidária enfatiza a gestão democrática como processo de formação de agência coletiva e autonomia coordenada. Dessa forma, foram elaborados e analisados indicadores de gestão democrática e agência coletiva, que determinam o grau de democratização interna no empreendimento.

De acordo com a abordagem do desenvolvimento humano, nos processos de debate público, são formadas as capacitações fundamentais para o processo de desenvolvimento humano, e esses processos de participação política são não apenas um meio para o desenvolvimento, mas também partes constitutivas dos fins do desenvolvimento (NUSSBAUM, 2011; SEN, 1999; 2009). Por meio da atuação nestes espaços, objetivos comuns podem ser perseguidos e alcançados. Esses aspectos, que determinam o grau de participação externa ao empreendimento, são analisados pelos indicadores de participação na comunidade e nos espaços de deliberação pública.

De acordo com a abordagem de economia solidária, o avanço no controle da cadeia produtiva pelos EES contribui para a sua sustentabilidade (CRUZ, 2011; DAGNINO, 2012). A atuação e a comercialização em rede podem resultar em aumento

no poder de negociação, nos preços e nas receitas dos empreendimentos (RUTKOWSKI, 2008). As parcerias com as organizações da sociedade civil e com o poder público são elementos que podem contribuir para a sustentabilidade dos empreendimentos (CRUZ, 2011). Dessa maneira, foram elaborados indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva tanto para analisar essas questões, quanto para avaliar o grau de controle da cadeia produtiva.

A sustentabilidade dos empreendimentos também depende do acesso à infraestrutura e ao crédito. Os EES são espaços importantes não só para a geração de renda e de estratégias de superação de pobreza, mas também para o desenvolvimento humano (GAIGER, 2011; KUYVEN, 2016). As condições econômicas dos empreendimentos são analisadas pelos indicadores econômicos.

Nas próximas quatro seções, analisa-se a sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores. Cada seção trata de um dos aspectos, (os graus de democratização, de participação externa, de controle da cadeia produtiva, e as condições econômicas dos empreendimentos). Na quinta seção, discutem-se os resultados.

Para facilitar a leitura, denominaremos os empreendimentos com alto grau de sustentabilidade, como grupo verde, com grau médio-alto como grupo amarelo, com grau médio-baixo como grupo laranja, e os empreendimentos com grau baixo de sustentabilidade serão denominados como grupo vermelho. Os empreendimentos estão nomeados de acordo com a região geográfica a que pertencem. São cinco empreendimentos da região do Vale do Rio Pardo (VRP), quatro empreendimentos da região do Vale do Gravataí e Vale do Rio dos Sinos (VGVS), oito empreendimentos da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e três empreendimentos da região da Fronteira (FRON).

4.3.1 Grau de democratização dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores

De acordo com a abordagem da economia solidária, os EES se caracterizam pela gestão democrática, com a participação das pessoas envolvidas no empreendimento (SINGER, 2002a, DAL RI; VIEITEZ, 2013). Contudo, a maioria das pessoas que integram os empreendimentos não têm experiências anteriores com a gestão democrática. Essas pessoas trabalhavam de forma individual como catadora ou catador de rua ou no lixão, de forma autônoma prestando serviços ou como empregadas e

empregados domésticos ou de empresas privadas com modelos de administração hierárquicas, em situações em que recebiam ordens e executavam tarefas planejadas por outras pessoas. Assimilar o trabalho cooperativo e a gestão democrática é um processo gradativo e lento (SARRIA ICAZA, 2004). Outro desafio para o processo de gestão democrática são as condições limitadas para negociar com as empresas e as indústrias com as quais os empreendimentos estabelecem relações comerciais (GONÇALVES-DIAS, 2009; MCMURTRY, 2015). Essas pressões das relações com o mercado podem dificultar o processo de gestão democrática. Os empreendimentos se constituem como espaços de construção e aprendizagem do exercício desse tipo de gestão. Dessa forma, a participação das catadoras e dos catadores no processo de gestão democrática fortalece não só sua agência e sua autonomia, como ainda a agência coletiva e a autonomia coordenada (DAL RI; VIEITEZ, 2013; MUKHERJEE-REED, 2015; SARRIA ICAZA, 2004). Os aspectos de agência coletiva e autonomia coordenada contribuem para a sustentabilidade dos EES, mas também têm valor intrínseco e são essenciais para o desenvolvimento humano.

4.3.1.1 Resultados do grau de democratização relacionado aos aspectos de participação e formação

Nesta seção, apresentam-se os resultados do grau de democratização, relacionado aos aspectos de participação e formação, abordando questões ligadas às formas de participação das associadas e dos associados, tais como frequência da realização das assembleias; existência de documentos de acordos coletivos; formas de participação; acesso a tipos de formação e capacitação; número de pessoas na coordenação; e atuação da coordenação.

Dos 20 empreendimentos, cinco atingiram a pontuação de 2,5 e podem ser considerados empreendimentos com alto grau de sustentabilidade no que diz respeito às formas de participação na gestão democrática (Tabela 3).

Nesses cinco empreendimentos, do grupo verde, as associadas e os associados participam de quatro formas na gestão democrática: pelo trabalho, pelos espaços de formação de base, pelas assembleias e reuniões de base e pelas mobilizações para garantir direitos. Essa última forma de participação é realizada fora do empreendimento, frente aos poderes públicos municipal, estadual ou federal, mas a participação é organizada pelo empreendimento. Este indicador se refere à participação das associadas

e dos associados em mobilizações para garantir direitos sociais e garantir o direito ao trabalho associado e à implementação da PNRS.

No tocante à PNRS, principalmente em relação à contratação de associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis para prestar serviços de limpeza urbana, como a CSS, bem como em relação à mobilização tanto para obter novos direitos quanto para evitar ameaças aos direitos existentes, como, por exemplo, mobilizações contra a incineração dos resíduos sólidos.

Através dessas quatro formas de participação, as catadoras e os catadores se envolvem nos diversos aspectos da gestão democrática e fortalecem sua agência e autonomia, bem como a agência coletiva e a autonomia coordenada. Os momentos de formação, reuniões de base e assembleias contribuem para a formulação de valores compartilhados, para a definição de objetivos comuns, bem como para a definição das estratégias a fim de perseguir os objetivos. A participação nas mobilizações por direitos, muitas vezes, é uma estratégia para perseguir os objetivos comuns e frequentemente surgem a partir da autonomia coordenada do grupo de catadoras e catadores. Dos cinco empreendimentos, do grupo verde, quatro realizaram mobilizações nas suas cidades para reivindicar o direito à contratação do empreendimento para realização da CSS. Desses, três empreendimentos assinaram o contrato de prestação de serviço de limpeza urbana com o poder público municipal. Um empreendimento continua na articulação e na mobilização para tentar obter o contrato de prestação de serviços junto à prefeitura.

Tabela 3 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – participação e formação – dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade

EES	Frequên- cia das assem- bleias	Existên- cia e nº. de docu- mentos	Formas de participa- ção das/os associadas/ os	Acesso a tipos de forma- ção	Nº. de pessoas na coor- denação	Atuaçã o na coorde- nação	Pontu- ação
VRP3	Quinzenal	3 doc. 100%	4 formas 100%	1 tipo 25%	4 pessoas	Sim	2,5
VGVS2	Mensal	3 doc. 100%	4 formas 100%	1 tipo 25%	4 pessoas	Sim	2,5
VRP1	Bimestral	2 doc. 67%	4 formas 100%	3 tipos 75%	3 pessoas	Sim	2,5
FRONI	Trimestral	3 doc. 100%	4 formas 100%	2 tipos 50%	9 pessoas	Sim	2,5
VGVS1	Semestral	3 doc. 100%	4 formas 100%	1 tipo 25%	7 pessoas	Sim	2,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

As assembleias, nesses empreendimentos, são realizadas com frequência alta (quinzenal, mensal ou bimestral) ou média (trimestral e semestral). Quase todos os empreendimentos têm três documentos referentes aos acordos coletivos para o funcionamento dos empreendimentos: estatuto, regimento interno e acordo de base. Um empreendimento tem somente dois documentos.

Todos os cinco empreendimentos têm acesso à formação de pelo menos um tipo. Um empreendimento tem acesso a dois tipos de formação, e outro empreendimento tem acesso a três tipos de formação. Como tipos de formação, foram mencionadas a formação oferecida por uma organização da sociedade civil, pela própria coordenação do empreendimento e por uma universidade. Nenhum dos empreendimentos mencionou o acesso à formação por meio da prefeitura.

Em relação ao número de integrantes na coordenação, constata-se que dois empreendimentos têm mais de seis pessoas atuando na coordenação (sete e nove pessoas) considerada como contribuição alta para a sustentabilidade. Os demais empreendimentos têm três ou quatro pessoas na coordenação, considerada como contribuição média para a sustentabilidade. Nos cinco empreendimentos a coordenação declarou que todas as pessoas que a integram conseguem exercer sua função.

Dos 20 empreendimentos, oito atingiram uma pontuação menor que 2,5 e maior que 2,0 e podem ser considerados empreendimentos com grau médio-alto de sustentabilidade no que diz respeito às formas de participação na gestão democrática (Tabela 4).

Nestes empreendimentos, do grupo amarelo, as diferenças são pequenas em relação aos empreendimentos do grupo verde, mas dizem respeito principalmente à menor participação das associadas e dos associados nos espaços de gestão democrática, à existência de um menor número de documentos referentes a acordos coletivos e/ou ao fato de que nem todas as pessoas que integram a coordenação conseguem exercer sua função.

Em relação às formas de participação, na metade destes empreendimentos, as catadoras e os catadores participam na gestão democrática mediante quatro formas. Em outros três empreendimentos, as pessoas integrantes participam na gestão por três formas e, em um empreendimento, há somente duas formas de participação. Entre as formas de participação mais praticadas, estão a participação pelo trabalho, a participação em assembleias e reuniões de base e, em menor grau, a participação em espaços de formação de base e em mobilizações para garantir direitos.

A realização das assembleias nestes empreendimentos acontece com uma boa frequência. Sete empreendimentos realizam suas assembleias de forma semanal, quinzenal ou mensal e somente um empreendimento realiza a sua assembleia anualmente, considerada de frequência média. Cinco empreendimentos têm três documentos referentes aos acordos coletivos, um empreendimento tem dois documentos e dois empreendimentos possuem somente um documento. Todos os empreendimentos têm acesso à formação de pelo menos um tipo, dois empreendimentos têm acesso a dois tipos de formação e um empreendimento tem acesso a três tipos de formação.

Em relação ao número de pessoas que atuam na coordenação, somente um empreendimento tem mais de seis pessoas atuando na coordenação (sete pessoas). Os demais empreendimentos têm entre três e quatro pessoas que atuam na coordenação. Entretanto, três empreendimentos consideram que há pessoas na coordenação que não conseguem exercer sua função, entre os quais está o empreendimento com sete pessoas na coordenação. O maior número de pessoas na coordenação, de um lado, pode favorecer a gestão democrática pela maior participação, de outro, pode dificultar a efetiva participação de todas as pessoas na coordenação.

Tabela 4 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – participação e formação – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade

EES	Frequên- cia das assem- bleias	Existên- cia e nº. de docu- mentos	Formas de participa- ção das associadas/ os	Acesso a tipos de forma- ção	Nº. de pessoas na coorde- nação	Atua- ção na coorde- nação	Pon- tuação
VRP4	Quinzenal	1 doc. 33%	4 formas 100%	1 tipo 25%	3 pessoas	Sim	2,3
FRON3	Mensal	2 doc. 67%	4 formas 100%	2 tipos 50%	7 pessoas	Não	2,3
RMPA5	Anual	3 doc. 100%	4 formas 100%	1 tipo 25%	4 pessoas	Sim	2,3
VRP5	Quinzenal	3 doc. 100%	3 formas 75%	1 tipo 25%	3 pessoas	Sim	2,3
RMPA1	Quinzenal	3 doc. 100%	3 formas 75%	3 tipos 75%	2 pessoas	Sim	2,3
VRP2	Mensal	3 doc. 100%	3 formas 75%	1 tipo 25%	3 pessoas	Sim	2,3
RMPA6	Semanal	2 doc. 67%	4 formas 100%	2 tipos 50%	3 pessoas	Não	2,2
FRON2	Mensal	3 doc. 100%	2 formas 50%	1 tipo 25%	4 pessoas	Não	2,2

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora.

O terceiro grupo, o grupo laranja, é composto por cinco empreendimentos que atingiram uma pontuação menor ou igual a 2,0 e maior que 1,5 e são considerados empreendimentos com grau médio-baixo de sustentabilidade em relação às formas de participação na gestão democrática (Tabela 5).

Em comparação com o segundo grupo, o grupo amarelo, constatam-se diferenças na participação das associadas e dos associados em menos espaços de gestão democrática, a existência de um menor número de documentos referentes a acordos coletivos, o acesso a menos tipos de formação, um número baixo de pessoas que participam na coordenação e/ou o fato de que nem todas as pessoas que integram a coordenação conseguem exercer sua função.

Neste grupo de empreendimentos, as catadoras e os catadores participam menos na gestão democrática: em somente um empreendimento participam por meio de quatro formas; em um empreendimento, por três formas; em um empreendimento, por duas formas; e, em dois empreendimentos, a participação das catadoras e dos catadores se dá somente pelo trabalho. As assembleias acontecem semanal ou quinzenalmente, porém, em dois empreendimentos, acontecem somente quando necessário. Somente um empreendimento tem 3 documentos de acordos coletivos; dois empreendimentos têm 2 documentos; e, em dois empreendimentos, existe somente um documento. Este grupo de empreendimentos tem menos acesso à formação: três empreendimentos têm acesso por intermédio de uma organização da sociedade civil, um por intermédio da coordenação do empreendimento, e um empreendimento não tem acesso à formação. Outro aspecto que é importante para a gestão democrática é o número de pessoas que integram a coordenação. Em três empreendimentos, há somente duas pessoas na coordenação; nos outros, há três e quatro pessoas. Ainda há dois empreendimentos nos quais nem todas as pessoas da coordenação conseguem exercer sua função, principalmente no empreendimento com somente duas pessoas na coordenação. Este é um dado preocupante, que afeta o grau de democratização.

Tabela 5 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – participação e formação – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade

EES	Frequência das assembleias	Existência e nº. de documentos	Formas de participação das associadas/os	Acesso a tipos de formação	Nº. de pessoas na coordenação	Atuação na coordenação	Pontuação
RMPA7	Quinzenal	2 doc. 67%	4 formas 100%	0 tipos 0%	4 pessoas	Não	2,0
VGVS4	Semanal	1 doc. 33%	3 formas 75%	1 tipo 25%	2 pessoas	Sim	2,0
RMPA3	Quando necessário	1 doc. 33%	2 formas 50%	1 tipo 25%	3 pessoas	Sim	2,0
RMPA4	Quinzenal	2 doc. 67%	1 forma 25%	1 tipo 25%	2 pessoas	Sim	1,8
RMPA8	Quando necessário	3 doc. 100%	1 forma 25%	1 tipo 25%	2 pessoas	Não	1,7

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

No quarto grupo, o grupo vermelho, os empreendimentos atingiram uma pontuação menor ou igual a 1,5 e, portanto, apresentam baixo grau de sustentabilidade em relação às formas de participação na gestão democrática (Tabela 6).

Tabela 6 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – participação e formação – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade

EES	Frequência das assembleias	Existência de documentos	Formas de participação das associadas/os	Acesso a tipos de formação	Nº. de pessoas na coordenação	Atuação na coordenação	Pontuação
RMPA2	Quando necessário	1 doc. 33%	1 forma 25%	0 tipos 0%	2 pessoas	Sim	1,5
VGVS3	Quando necessário	0 doc. 0%	1 forma 25%	1 tipo 25%	1 pessoas	Sim	1,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Em ambos os empreendimentos, as catadoras e os catadores participam somente através do trabalho nos empreendimentos, as assembleias são realizadas quando necessário, os documentos de acordos coletivos são inexistentes ou existe somente um documento, não há acesso à formação ou somente a um tipo de formação e há poucas pessoas atuando na coordenação (uma ou duas pessoas). Dessa forma, estes empreendimentos se encontram bastante fragilizados em relação à gestão democrática e à agência coletiva.

4.3.1.2 Resultados do grau de democratização relacionado aos aspectos de trabalho e renda

Nesta seção, apresentam-se os resultados do grau de democratização relacionados aos aspectos de trabalho e renda, abordando o perfil distributivo e a remuneração equitativa, bem como a capacidade de gerar postos de trabalho, mantê-los e ter uma política ou um programa de inclusão de catadoras e catadores de rua. Seis empreendimentos atingiram uma pontuação igual ou superior a 2,5, sendo considerados empreendimentos com alto grau de sustentabilidade no que diz respeito ao trabalho e à renda (Tabela 7).

A maioria desses empreendimentos, do grupo verde, se caracteriza por uma remuneração bastante equitativa, que varia de 1, em que todas as pessoas têm a mesma retirada, até 3,3, em que a maior retirada é 3,3 vezes maior do que a menor retirada.

A capacidade de gerar e manter postos de trabalho também é uma característica desses empreendimentos. Essa capacidade se expressa no número de postos de trabalho. Em quase todos os empreendimentos, existem mais de vinte postos de trabalho, com o número de postos de trabalho variando de 18 a 76. A capacidade de manter os postos de trabalho se expressa na baixa rotatividade. A rotatividade foi calculada como a porcentagem das pessoas que saíram nos últimos três meses em relação ao total de associadas e associados. Neste grupo de empreendimentos, não houve pessoas que saíram nos últimos três meses. Contudo, dois empreendimentos não forneceram dados referente à rotatividade.

Tabela 7 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – trabalho e renda – dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade

EES	Diferença entre a maior e a menor retirada	Postos de trabalho existentes	Rotatividade em % das pessoas que saíram nos últimos 3 meses	Existência de política de inclusão de catadoras/es de rua	Pontuação*
RMPA1	1	29	0%	Sim	3,0
VRP1	1,5	76	ND	Sim	3,0
VGVS2	1,6	26	0%	Sim	3,0
VRP2	3,3	22	ND	Sim	2,7
RMPA3	1,7	34	0%	Não	2,5
VRP4	2,2	18	0%	Sim	2,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

* Obs.: No caso em que o empreendimento não disponibilizou a informação referente a um dos indicadores, a pontuação total foi calculada levando em conta somente os dados disponíveis e dividindo pelo número de indicadores com dados disponíveis.

Outra característica dos empreendimentos no grupo verde é a existência de uma política ou de um programa de inclusão de catadoras e catadores de rua em cinco dos seis empreendimentos. A inclusão de catadoras e catadores de rua na maioria dos empreendimentos está vinculada à realização da coleta porta a porta. Quatro empreendimentos têm um contrato de prestação de serviços com o poder público municipal. À medida que esses contratos são ampliados, por exemplo, abrangendo um maior número de bairros, abre-se a possibilidade de inclusão de catadoras e catadores de rua nos empreendimentos. Esses empreendimentos apresentam um alto grau de sustentabilidade em relação à remuneração equitativa e à manutenção de postos de trabalho.

No segundo grupo, o grupo amarelo, os empreendimentos atingiram uma pontuação menor que 2,5 e maior que 2,0 e apresentam um grau médio-alto de sustentabilidade em relação ao perfil distributivo e à capacidade de gerar e manter postos de trabalho (Tabela 8).

A maioria desses empreendimentos se caracteriza por uma remuneração bastante equitativa, variando de 1 até 3,1. Porém, há um empreendimento que apresenta um perfil distributivo menos equitativo, em que a maior retirada é quase 7 vezes maior que a menor retirada.

Tabela 8 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – trabalho e renda – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade

EES	Diferença entre a maior e a menor retirada	Postos de trabalho e existentes	Rotatividade em % das pessoas que saíram nos últimos 3 meses	Existência de política de inclusão de catadoras/es de rua	Pontuação*
VRP3	1	15	0%	Não	2,3
FRON3	1,5	18	50%	Sim	2,3
VRP5	1,6	17	59%	Sim	2,3
VGVS3	2,1	13	23%	Sim	2,3
RMPA2	3,1	38	40%	Sim	2,3
VGVS1	6,7	49	ND	Sim	2,3

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

* Obs.: No caso em que o empreendimento não disponibilizou a informação referente a um dos indicadores, a pontuação total foi calculada levando em conta somente os dados disponíveis e dividindo pelo número de indicadores com dados disponíveis.

Na maioria dos empreendimentos deste grupo, existem entre 13 e 18 postos de trabalho. No entanto, em dois empreendimentos, existe um número maior de pessoas

trabalhando (38 e 49). Esses dois empreendimentos apresentam uma remuneração menos equitativa. O que indica que, nos empreendimentos com um maior número de trabalhadoras e trabalhadores, há um maior número de funções, entre as quais constam funções de gerenciamento, com remunerações diferenciadas. Uma remuneração menos equitativa também se apresenta nos empreendimentos que executam um maior número de etapas do processo produtivo. O envolvimento em outras etapas, muitas vezes, resulta em novas funções. Por exemplo, ao assumir a coleta seletiva, cria-se a função de motorista de caminhão. A remuneração depende do valor que é pago no mercado de trabalho que, em muitos casos, é maior que a renda média mensal das associadas e dos associados do empreendimento. Dessa forma, aumenta a diferença entre a maior e a menor retirada. O empreendimento VGVS1, que apresenta a maior diferença (6,7), executa oito etapas do processo produtivo, e a nona etapa está em fase de implementação. Este empreendimento também realiza a prestação de serviços da CSS. A maioria dos empreendimentos neste grupo apresenta uma rotatividade bastante significativa: a relação das pessoas que saíram nos últimos três meses em relação ao total das associadas e dos associados varia entre 23 e 59%. A rotatividade das pessoas nos empreendimentos tem relação com as condições econômicas do empreendimento, que dependem dos preços pagos no mercado, os quais, por sua vez, apresentam uma grande flutuação. Os empreendimentos são extremamente vulneráveis durante períodos de crise econômica, quando as indústrias reduzem custos e diminuem os preços pagos pelos materiais recicláveis (IPEA, 2009). Uma diminuição na receita dos materiais comercializados se traduz diretamente numa renda menor para as associadas e os associados.

Outro aspecto da vulnerabilidade dos empreendimentos diz respeito aos contratos com as prefeituras. Algumas prefeituras atrasam o pagamento dos contratos, em alguns casos, durante vários meses. Isso coloca um dilema para os empreendimentos: se não mantêm o serviço, o contrato será encerrado, mas, caso mantenham a prestação de serviço de coleta seletiva, sem o pagamento em dia, o custo da realização do serviço tem que ser arcado pelo empreendimento e, conseqüentemente, diminui a renda das catadoras e dos catadores. Em algumas regiões, a rotatividade ocorre em épocas específicas. Por exemplo, na região do Vale do Rio Pardo, ela acontece na época da safra do fumo. Após a finalização da safra, as trabalhadoras e os trabalhadores retornam ao empreendimento. Em um empreendimento do grupo amarelo, não houve rotatividade nos últimos três meses. Outro empreendimento não forneceu

dados sobre a rotatividade. Em cinco dos seis empreendimentos, existe uma política ou um programa de inclusão de catadoras e catadores de rua.

O terceiro grupo de empreendimentos, o grupo laranja, atingiu uma pontuação menor ou igual a 2,0 e maior que 1,5 e são considerados empreendimentos com grau médio-baixo de sustentabilidade em relação à remuneração equitativa e à capacidade de geração e manutenção de postos de trabalho (Tabela 9).

Este grupo apresenta uma variação maior em relação à diferença entre a maior e a menor retirada (entre 1,5 e 4). A maioria, quatro empreendimentos, apresenta uma diferença entre a maior e a menor renda acima de 2 vezes.

Tabela 9 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – trabalho e renda – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade

EES	Diferença entre a maior e a menor retirada	Postos de trabalho existentes	Rotatividade em % das pessoas que saíram nos últimos 3 meses*	Existência de política de inclusão de catadoras/es de rua	Pontuação*
RMPA5	1,5	28	36%	Não	2,0
FRON2	1,7	24	50%	Não	2,0
VGVS4	2,5	16	0%	Não	2,0
RMPA7	2,5	24	17%	Não	2,0
RMPA6	2,5	25	40%	Não	1,8
RMPA4	3,6	13	ND	Não	1,7
FRON1	4	74	ND	Não	1,7

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

* Obs.: No caso em que o empreendimento não disponibilizou a informação referente a um dos indicadores, a pontuação total foi calculada levando em conta somente os dados disponíveis e dividindo pelo número de indicadores com dados disponíveis.

Os postos de trabalho existentes variam de 13 a 74. A maioria dos empreendimentos apresenta uma rotatividade alta, com variação entre 17 e 50% na parcela das pessoas que saíram nos últimos três meses com o total das pessoas associadas. Entretanto, em um empreendimento, não houve rotatividade nos últimos três meses e dois empreendimentos não apresentaram dados referentes à rotatividade. Este grupo de empreendimentos, o grupo laranja, se caracteriza por não existir uma decisão coletiva para a inclusão de catadoras e catadores de rua.

Tabela 10 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – trabalho e renda – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade

EES	Diferença entre a maior e a menor retirada	Postos de trabalho existentes	Rotatividade em % das pessoas que saíram nos últimos 3 meses	Existência de política de inclusão de catadoras/es de rua	Pontuação
RMPA8	2	6	0%	Não	1,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

No quarto grupo, o grupo vermelho, tem um único empreendimento com pontuação igual a 1,5 (Tabela 10). Neste empreendimento, a maior retirada é duas vezes maior que a menor retirada, existem somente seis postos de trabalho, não existiu rotatividade nos últimos três meses, e não existe uma política para inclusão de catadoras e catadores de rua. Dessa forma, este empreendimento apresenta um grau baixo de sustentabilidade em relação à remuneração equitativa e à capacidade de geração e manutenção de postos de trabalho.

4.3.1.3 Resultados do grau de democratização relacionado aos aspectos de segurança e condições de trabalho

Nesta seção, apresentam-se os resultados do grau de democratização relacionados aos aspectos de segurança no trabalho e condições de trabalho, abordando as questões do uso de EPI, a ocorrência de acidentes no último ano, o tipo de acidentes ocorridos e as condições do local do trabalho.

Cinco empreendimentos atingiram uma pontuação acima de 2,5 e podem ser considerados empreendimentos com alto grau de sustentabilidade no que diz respeito à segurança no trabalho e às condições de trabalho (Tabela 11).

Tabela 11 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – segurança e condições de trabalho – dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade

EES	Nº. de EPIs utilizados em relação ao total de EPIs	Tipo de acidentes ocorridos no último ano	Condições de trabalho, tipos de espaços: banheiros, vestiários, refeitório, cozinha, escritório	Pontuação
VGVS1	86%	Não houve acidentes	5 espaços, 100%	3,0
VGVS2	86%	Não houve acidentes	5 espaços, 100%	3,0
VGVS3	86%	Não houve acidentes	3 espaços, 60%	2,7
VRP1	71%	Não houve acidentes	5 espaços, 100%	2,7
RMPA6	71%	Não houve acidentes	4 espaços, 80%	2,7

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Este grupo de empreendimentos, o grupo verde, se caracteriza pela inexistência de acidentes de trabalho no último ano, um alto nível de utilização de EPI e boas condições de trabalho. Em três empreendimentos, o uso do número de EPI em relação ao número total de EPIs é maior do que 80%. Nos outros dois empreendimentos, são utilizados 71% dos EPIs. O uso dos diversos tipos de EPI é importante para a prevenção de acidentes no espaço de trabalho. A inexistência de acidentes de trabalho é importante para as condições de vida das pessoas. Três empreendimentos apresentam boas condições de trabalho, em que as catadoras e os catadores têm acesso aos cinco tipos de espaços identificados (banheiros, vestiários, refeitório, cozinha e escritório). Nos outros dois empreendimentos, as associadas e os associados têm acesso a quatro e três espaços.

No segundo grupo, o grupo amarelo, os empreendimentos atingiram uma pontuação entre 2,5 e 2,0 e apresentaram um grau médio-alto de sustentabilidade em relação à segurança no trabalho e às condições de trabalho (Tabela 12).

Tabela 12 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – segurança e condições de trabalho – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade

EES	Nº. de EPIs utilizados em relação ao total de EPIs	Tipo de acidentes ocorridos no último ano	Condições de trabalho, tipos de espaços: banheiros, vestiário, refeitório, cozinha, escritório	Pontuação
VRP4	57%	Não houve acidentes	3 espaços, 60%	2,3
RMPA1	57%	Não houve acidentes	2 espaços, 40%	2,3
RMPA3	29%	Não houve acidentes	4 espaços, 80%	2,3
VGVS4	14%	Não houve acidentes	5 espaços, 100%	2,3
FRON2	86%	2 acidentes leves	3 espaços, 60%	2,3

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Assim como no primeiro grupo, este grupo se caracteriza pela inexistência de acidentes de trabalho no último ano em quatro empreendimentos, ou dois acidentes leves, em um único empreendimento. Em ambos os acidentes, a pessoa torceu o tornozelo durante a coleta na rua. Porém, este grupo se diferencia do primeiro grupo em relação a outros quesitos de segurança. No que concerne ao uso de EPI, em somente um empreendimento são utilizados mais de 80% dos EPIs, considerada como uma contribuição alta para a sustentabilidade. Dois empreendimentos utilizam 57% dos EPIs, considerada como uma contribuição média, e dois empreendimentos utilizam menos que 50% dos EPIs (29 e 14%), considerada como uma contribuição baixa para a sustentabilidade do empreendimento, assim como para a segurança das pessoas. A falha no uso dos diversos tipos de equipamentos de proteção individual aumenta o risco de acidentes. Em relação aos espaços existentes, o indicador varia de cinco tipos de espaços até dois tipos de espaços.

O terceiro grupo de empreendimentos, o grupo laranja, atingiu uma pontuação entre 2,0 e 1,5 e apresentou um grau médio-baixo de sustentabilidade em relação à segurança no trabalho e às condições de trabalho (Tabela 13). Este grupo se caracteriza por um baixo uso de EPIs, poucos espaços disponíveis e/ou ocorrência de acidentes graves no último ano. Em relação ao uso de EPIs, em seis empreendimentos, são utilizados menos que 50% dos EPIs, fração considerada como baixa contribuição para a sustentabilidade. Um empreendimento declarou que nenhum tipo de EPI é utilizado. Dois empreendimentos utilizam mais de 50% (57 e 71% dos EPIs), considerada como média contribuição para a sustentabilidade. Em relação aos espaços existentes, o número varia de cinco tipos de espaços até somente um tipo de espaço.

Tabela 13 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – segurança e condições de trabalho – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade

EES	Nº. de EPIs utilizados em relação ao total de EPIs	Tipo de acidentes ocorridos no último ano	Condições de trabalho, tipos de espaços: banheiros, vestiário, refeitório, cozinha, escritório	Pontuação
VRP5	57%	Não houve acidentes	1 espaço, 20%	2,0
RMPA2	43%	Não houve acidentes	3 espaços, 60%	2,0
RMPA4	43%	Não houve acidentes	3 espaços, 60%	2,0
RMPA8	0%	Não houve acidentes	3 espaços, 60%	2,0
RMPA5	71%	4 acidentes leves	3 espaços, 60%	2,0
VRP3	43%	1 acidente grave	5 espaços, 100%	1,7
RMPA7	43%	2 acidentes graves	4 espaços, 80%	1,7
VRP2	29%	2 acidente graves e 1 acidente leve	5 espaços, 100%	1,7

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Em relação à ocorrência de acidentes, quatro empreendimentos declararam que não aconteceu nenhum acidente no último ano. Porém, quatro empreendimentos declararam que houve acidentes de trabalho – em três, aconteceram acidentes graves e, no quarto empreendimento, ocorreram quatro acidentes leves. Em relação ao último empreendimento, os quatro acidentes leves aconteceram todos na triagem e foram pequenos cortes. O acidente leve que aconteceu no outro empreendimento também aconteceu na triagem e foi cortes com vidro. Em relação aos acidentes graves, três acidentes graves aconteceram na coleta na rua com caminhão ou trator: atropelamento do coletor, o trator passou por cima da perna da pessoa coletora, o caminhão esmagou o dedo da pessoa coletora. Os outros dois acidentes graves aconteceram no galpão, um durante o armazenamento, quando um fardo quebrou a perna do/a catador/a, e o outro acidente aconteceu durante a prensagem, quando a prensa prensou a mão do/a catador/a.

O último grupo de empreendimentos, o grupo vermelho, atingiu uma pontuação abaixo de 1,5 e apresentou um grau baixo de sustentabilidade em relação à segurança no trabalho e às condições de trabalho (Tabela 14). Este grupo se caracteriza pela inexistência de locais de trabalho necessários para oferecer boas condições de trabalho. Ambos os empreendimentos, no momento do diagnóstico, se encontravam em situação muito precária de trabalho. Em um empreendimento, o trabalho era realizado acima do lixão; no outro, se caracteriza como um cantão na comunidade, com uma estrutura muito precária de espaço de trabalho. Ambos os empreendimentos se caracterizam pelo baixo uso de EPIs ou pela inexistência do uso de EPIs. Em ambos os empreendimentos,

ocorreram acidentes. Em um dos empreendimentos, aconteceu um acidente leve no último ano, que foi uma torção de tornozelo durante a coleta de rua. No outro empreendimento, aconteceram três acidentes graves (corte com vidro e queimadura no trabalho no lixão e atropelamento pelo caminhão no lixão).

Tabela 14 – Indicadores de gestão democrática e agência coletiva – segurança e condições de trabalho – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade

EES	Nº. de EPIs utilizados em relação ao total de EPIs	Tipo de acidentes ocorridos no último ano	Condições de trabalho, tipos de espaços: banheiros, vestiário, refeitório, cozinha, escritório	Pontuação
FRON3	29%	1 acidente leve	0 espaços, 0%	1,3
FRON1	0%	3 acidentes graves	0 espaços, 0%	1,0

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

A ocorrência de acidentes de trabalho em sete empreendimentos no último ano e a gravidade dos acidentes são bastante alarmantes e indicam que existe um desafio grande para a gestão democrática de abordar este tema e implementar medidas efetivas de prevenção de acidentes de trabalho. Neste aspecto, podem ser pensadas a sensibilização e a capacitação em segurança de trabalho, o uso de EPI e regras de trânsito para motoristas e coletoras e coletores de rua. Outra questão diz respeito à avaliação de em que medida os equipamentos em uso – principalmente as prensas e os equipamentos para armazenar os materiais recicláveis – atendem aos requisitos de segurança e, na medida em que não atendem a esses requisitos, substituí-los por equipamentos que o faça. O alto valor dos equipamentos pode ser um impedimento para realizar esta ação, contudo, a ocorrência de acidentes de trabalho prejudica a sustentabilidade dos empreendimentos, mas principalmente afeta as condições de trabalho e de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

4.3.2 Grau de participação externa dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores

A maioria dos EES está inserida na comunidade onde atuam. Em muitos casos, a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores é oriunda da comunidade. A comunidade é o espaço onde os empreendimentos têm maior atuação e maior autonomia em relação à tomada de decisões (MCMURTRY, 2015).

A participação na comunidade, junto a movimentos sociais e em espaços de deliberação pública, é importante para o processo de transformação social. Os EES são espaços de formação de capacitações coletivas por meio do processo da gestão democrática. Ao se engajar na comunidade, se mobilizar junto com movimentos sociais através da ação coletiva e participar nas instâncias de incidência política, os EES podem contribuir para transformar estruturas injustas. A participação destes empreendimentos em espaços deliberativos como fóruns, conselhos e conferências possibilita que as vozes das catadoras e dos catadores sejam ouvidas nos processos de elaboração de políticas públicas. Nesses processos de participação, são formadas as capacitações que são essenciais para o desenvolvimento humano. Dessa maneira, a participação dos empreendimentos na comunidade, junto a movimentos sociais e em espaços de democracia deliberativa, é um elemento importante para a sustentabilidade dos empreendimentos e para o desenvolvimento humano.

A atuação junto a movimentos sociais, principalmente por meio do MNCR, mediante a ação coletiva, assim como a participação em espaços deliberativos já resultou em várias conquistas para os EES de catadoras e catadores. Entre as conquistas, podem ser mencionados o reconhecimento da profissão de catador/a como categoria de ocupação e a aprovação da PNRS, que prioriza a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores de materiais recicláveis por intermédio de cooperativas e associações autogestionárias na gestão integrada de resíduos sólidos. Também ao nível municipal as mobilizações e os processos de incidência têm resultado, em diversos municípios, na contratação das cooperativas de catadoras e catadores para a prestação de serviços de limpeza urbana, principalmente a coleta e a triagem de materiais recicláveis.

4.3.2.1 Resultados do grau de participação externa

Sete empreendimentos atingiram uma pontuação acima de 2,5 e podem ser considerados empreendimentos com alto grau de sustentabilidade no que diz respeito à participação na comunidade e em espaços de deliberação pública (Tabela 15). Este grupo de empreendimentos, o grupo verde, se caracteriza pela alta participação na comunidade, no movimento, em relação a outros movimentos e em espaços de deliberação pública.

Em relação à participação na comunidade, três empreendimentos têm relações com três tipos de organizações (organizações comunitárias, principalmente associações

de moradoras e moradores, sindicatos, como sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, e organizações sociais, tais como, organizações não governamentais locais). Dois empreendimentos estabelecem relações com dois tipos de organizações e dois empreendimentos estabelecem relações com somente um tipo de organização.

Seis empreendimentos participam ativamente, através de diversas formas, no movimento de catadoras e catadores, variando entre quatro e seis formas de participação. Todos participam em cursos de formação, encontros estaduais de formação, encontros nacionais de formação e comitês regionais. Somente um empreendimento participa apenas de duas formas, respectivamente, no comitê regional e no comitê estadual.

Tabela 15 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade

EES	Participação na comunidade	Participação no movimento de catadoras/es	Relação com outros movimentos sociais	Participação em espaços de deliberação pública	Pontuação
FRON1	3 tipos, 100%	5 formas, 83%	3 movimentos, 100%	2 espaços, 67%	3,0
VGVS1	3 tipos, 100%	5 formas, 83%	3 movimentos, 100%	3 espaços, 100%	3,0
RMPA5	1 tipo, 33%	5 formas, 83%	2 movimentos, 67%	3 espaços, 100%	2,8
VRP1	2 tipos, 67%	6 formas, 100%	2 movimentos, 67%	1 espaço, 33%	2,8
VRP2	3 tipos, 100%	4 formas, 67%	1 movimento, 33%	2 espaços, 67%	2,8
FRON2	2 tipos, 67%	2 formas, 33%	1 movimento, 33%	3 espaços, 100%	2,5
VGVS2	1 tipo, 33%	5 formas, 83%	2 movimentos, 67%	1 espaço, 33%	2,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Todos os empreendimentos estabelecem pelo menos uma relação com outros movimentos sociais, variando de relação com um a três movimentos sociais. Entre os movimentos mencionados, constam Economia Solidária, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Negro Unificado (MNU) e comunidades quilombolas.

No que concerne à participação em espaços de deliberação pública, todos os empreendimentos deste grupo participam de espaços públicos. Três empreendimentos participam de três espaços, dois empreendimentos participam de dois espaços e dois empreendimentos participam de um espaço. Entre os fóruns mencionados, destacam-se os fóruns municipais e regionais de catadoras e catadores, os fóruns de apoio à coleta seletiva solidária e os fóruns municipais e regionais de economia solidária. No tocante aos conselhos, salienta-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente, como conselho em que a maioria dos empreendimentos participa (cinco empreendimentos deste grupo).

Também foram mencionados os conselhos municipais de desenvolvimento, habitação e segurança alimentar.

No que se refere a outros espaços de participação, ressalta-se a participação dos empreendimentos nas conferências territoriais e estadual do meio ambiente, no Orçamento Participativo, no grupo gestor municipal de resíduos sólidos e no plano municipal de gestão de resíduos sólidos.

No segundo grupo, o grupo amarelo, os empreendimentos atingiram uma pontuação entre 2,5 e 2,0 e apresentaram um grau médio-alto de sustentabilidade em relação à participação externa (Tabela 16). Este grupo se caracteriza pela participação na comunidade, no movimento e nos espaços públicos, assim como estabelece relações com outros movimentos sociais, porém, em menor grau que os empreendimentos do primeiro grupo. No que diz respeito à participação na comunidade, dois empreendimentos estabeleceram relações com dois tipos de organizações comunitárias e um empreendimento estabeleceu relações com um tipo de organização comunitária. Entre as organizações mencionadas, estão as associações de moradores e as creches comunitárias. Um empreendimento não estabeleceu relações com organizações comunitárias. Os quatro empreendimentos participam do movimento de catadoras e catadores. Dois empreendimentos participam ativamente através de cinco formas de participação; os outros empreendimentos participam através de duas ou três formas de participação. Os quatro empreendimentos participam nos encontros estaduais de formação e nos comitês regionais. Três empreendimentos estabeleceram uma relação com um movimento social. Com relação à participação em espaços de deliberação pública, dois empreendimentos participam em dois espaços e dois empreendimentos participam em um espaço.

Todos os empreendimentos participam dos fóruns municipais de catadoras e catadores. Um dos fóruns estava em fase de formação. Estes fóruns, na sua maioria, são criados pelos próprios empreendimentos de catadoras e catadoras atuantes no município, como forma de articulação entre os empreendimentos, para formular objetivos comuns, articular estratégias de ação coletiva e de incidência pública. Na maioria dos fóruns, há participação de organizações apoiadoras, como sindicatos e organizações da sociedade civil. Os fóruns municipais de catadoras e de catadores são espaços importantes de fortalecimento de agência coletiva, autonomia coordenada e formação de capacitações que são fundamentais para o desenvolvimento humano.

Tabela 16 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade

EES	Participação na comunidade	Participação no movimento de catadoras/es	Relação com outros movimentos sociais	Participação em espaços de deliberação pública	Pon-tuação
RMPA1	0 tipos, 0%	5 formas, 83%	1 movimento, 33%	2 espaços, 67%	2,3
RMPA4	1 tipo, 33%	5 formas, 83%	1 movimento, 33%	1 espaço, 33%	2,3
VRP4	2 tipos, 67%	3 formas, 50%	0 movimento, 0%	2 espaços, 67%	2,3
VRP5	2 tipos, 67%	2 formas, 33%	1 movimento, 33%	1 espaço, 33%	2,3

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

O terceiro grupo de empreendimentos, o grupo laranja, atingiu uma pontuação entre 2,0 e 1,5 e apresentou um grau médio-baixo de sustentabilidade em relação à participação externa (Tabela 17). Este grupo se caracteriza por uma participação mais reduzida na comunidade, no movimento de catadoras e catadores e em espaços públicos e a quase inexistência de relações com outros movimentos. No tocante à participação na comunidade, três empreendimentos mantêm relação com dois tipos de organizações comunitárias; um empreendimento, com um tipo de organização comunitária; e dois empreendimentos não têm relação com organizações comunitárias. Todos os empreendimentos desse grupo participam de atividades do MNCR, variando de uma forma de participação até cinco formas de participação. Quase todos os empreendimentos participam dos encontros estaduais de formação. Somente um empreendimento mantém relações com outro movimento social.

Tabela 17 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade

EES	Participação na comunidade	Participação no movimento de catadoras/es	Relação com outros movimentos sociais	Participação em espaços de deliberação pública	Pon-tuação
RMPA7	2 tipos, 67%	1 forma, 17%	1 movimento, 33%	1 espaço, 33%	2,0
VGVS3	2 tipos, 67%	2 formas, 33%	0 movimento, 0%	1 espaço, 33%	2,0
RMPA2	1 tipo, 33%	2 formas, 33%	0 movimento, 0%	1 espaço, 33%	1,8
RMPA6	2 tipos, 67%	1 forma, 17%	0 movimento, 0%	1 espaço, 33%	1,8
VGVS4	0 tipos, 0%	5 formas, 83%	0 movimento, 0%	1 espaço, 33%	1,8
VRP3	0 tipos, 0%	4 formas, 67%	0 movimento, 0%	1 espaço, 33%	1,8

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Todos participam de um espaço de deliberação pública. Dois empreendimentos participam de fóruns municipais de catadoras e catadores; dois empreendimentos

participam de fóruns regionais de recicladoras e recicladores; e dois empreendimentos participam do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Tabela 18 – Indicadores de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade

EES	Participação na comunidade	Participação no movimento de catadoras/es	Relação com outros movimentos sociais	Participação em espaços de deliberação pública	Pon-tuação
FRON3	1 tipo, 33%	2 formas, 33%	0 movimento, 0%	0 espaços, 0%	1,5
RMPA3	0 tipos, 0%	2 formas, 33%	0 movimento, 0%	1 espaço, 33%	1,5
RMPA8	0 tipos, 0%	3 formas, 50%	0 movimento, 0%	1 espaço, 33%	1,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

O último grupo de empreendimentos, o grupo vermelho, se caracteriza pela baixa participação na comunidade, no movimento de catadoras e catadores, em espaços públicos e pela inexistência de relações com outros movimentos sociais. Somente um empreendimento mantém uma relação com um tipo de organização comunitária (Tabela 18). A participação no movimento de catadoras e catadores varia de duas a três formas. Um empreendimento não participa em espaços de deliberação pública, e os outros dois empreendimentos participam no fórum municipal de catadoras e catadores. Esses empreendimentos apresentam um grau baixo de sustentabilidade em relação à participação externa.

4.3.3 Grau de controle da cadeia produtiva pelos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores

O estabelecimento de vínculos horizontais entre EES pode resultar em novos arranjos institucionais, como redes de empreendimentos, que atuam em torno de objetivos sociais, econômicos e ambientais. O avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem é um objetivo do MNCR e dos EES. Outro objetivo é a realização da CSS através de contratação pelo poder público, conforme previsto na PNRS.

4.3.3.1 Resultados do grau de controle da cadeia produtiva

Sete empreendimentos atingiram uma pontuação acima de 2,5 e podem ser considerados empreendimentos com alto grau de sustentabilidade no que diz respeito ao

grau de controle sobre a cadeia produtiva de reciclagem (Tabela 19). Os sete empreendimentos do grupo verde atuam em redes: seis empreendimentos atuam em redes consolidadas e um empreendimento atua numa rede em fase de organização. Os empreendimentos deste grupo se caracterizam pelo alto grau de integração à cadeia produtiva da reciclagem, pela comercialização em rede, pela existência de contratos com as prefeituras e com empresas e pelo estabelecimento de parcerias técnicas e financeiras.

Cinco empreendimentos apresentam um alto grau de integração da cadeia produtiva de reciclagem, realizando sete ou oito etapas do processo produtivo. Os outros dois empreendimentos realizam seis etapas, apresentando um grau médio de integração da cadeia produtiva. Todos os empreendimentos realizam as etapas de coleta porta a porta, triagem, armazenagem, prensagem e comercialização. Cinco empreendimentos recebem materiais da coleta seletiva realizada pelas prefeituras, recebem materiais através de doações de terceiros e realizam o controle de rejeitos. Nenhum empreendimento realiza o beneficiamento de materiais recicláveis, mas dois empreendimentos se encontram em fase de implantação do beneficiamento.

A atuação em rede dos empreendimentos de catadoras e catadores visa principalmente à comercialização em rede, que é realizada por seis dos sete empreendimentos. Outro objetivo da atuação em rede é o fortalecimento dos empreendimentos nos processo de negociação com o poder público para estabelecer contratos de prestação de serviços de limpeza urbana, especialmente para a coleta seletiva e a triagem. Dessa forma, observa-se que três empreendimentos da rede da região do VGVS têm contratos com a Prefeitura, dois empreendimentos têm contratos de coleta e de triagem, e o outro empreendimento tem um contrato para a realização da coleta. Os empreendimentos colaboram nas negociações com as prefeituras, colaboram com a experiência adquirida na prestação de serviços de coleta seletiva solidária e compartilham equipamentos e principalmente caminhões para a realização da coleta seletiva solidária.

Tabela 19 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade

EES	Integração das etapas da cadeia produtiva	Tipo de comercialização	Tipo de contrato com Prefeitura	Tipo de relação com empresas	Parcerias técnicas	Parcerias financeiras	Pontuação
VGVS1	8 etapas, 89%	Em rede	Contrato de coleta e triagem	Recolhe com contrato	3 tipos 60%	3 tipos 60%	3,0
VRP1	8 etapas, 89%	Em rede	Contrato de coleta e triagem	Recolhe com contrato	2 tipos 40%	3 tipos 60%	2,8
VGVS2	7 etapas, 78%	Em rede	Contrato de coleta	Recolhe sem contrato	1 tipo 20%	5 tipos 100%	2,7
VRP2	6 etapas, 67%	Em rede	Contrato de coleta e triagem	Recolhe com contrato	1 tipo 20%	3 tipos 60%	2,7
VRP4	7 etapas, 78%	Em rede	Contrato de coleta e triagem	Recolhe sem contrato	3 tipos 60%	1 tipo 20%	2,7
RMPA5	7 etapas, 78%	Atravessador	Contrato de coleta	Recolhe com contrato	1 tipo 20%	3 tipos 60%	2,5
VGVS3	7 etapas, 78%	Em rede	Contrato de coleta e triagem	Recolhe sem contrato	1 tipo 20%	1 tipo 20%	2,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Em relação à rede da região do VRP, também se observa a existência de contratos de coleta e de triagem com o poder público municipal para quatro dos cinco empreendimentos que integram a rede. O empreendimento da RMPA, que participa de uma rede em fase de organização, ainda não realiza a comercialização em rede, mas tem um contrato com o poder público referente à coleta seletiva solidária.

Sete empreendimentos estabelecem relações com empresas, quatro empreendimentos têm um contrato com as empresas para recolher os materiais recicláveis, outros três recolhem o material, porém, sem a existência de contrato.

O estabelecimento de parcerias técnicas varia de um tipo a três tipos de parcerias. Os sete empreendimentos estabelecem parcerias técnicas com organizações da sociedade civil. Dois empreendimentos mencionam parcerias técnicas com a prefeitura. Ainda são mencionadas parcerias técnicas com o Estado, com o setor privado e com igrejas, porém, apenas por um empreendimento. Portanto, observa-se a presença importante das organizações da sociedade civil em relação às parcerias técnicas. Em

relação às parcerias financeiras, o número de parcerias estabelecidas varia de um a cinco. Os sete empreendimentos estabelecem parcerias financeiras com a prefeitura. Cinco empreendimentos estabelecem parcerias financeiras com organizações da sociedade civil, quatro com o setor privado, dois com igrejas e um com o Estado. Percebe-se a importância da parceria financeira com a prefeitura. Na análise dos dados econômicos, discutem-se a importância dos contratos de prestação de serviços com as prefeituras e os resultados para as catadoras e os catadores, principalmente em termos de renda.

O segundo grupo de empreendimentos, o grupo amarelo, atingiu uma pontuação entre 2,5 e 2,0 e apresentou um grau médio-alto de sustentabilidade em relação à integração da cadeia produtiva de reciclagem (Tabela 20).

Tabela 20 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade

EES	Integração das etapas da cadeia produtiva	Tipo de comercialização	Tipo de contrato com Prefeitura	Tipo de relação com empresas	Parcerias técnicas	Parcerias financeiras	Pontuação
VRP3	6 etapas, 67%	Em rede	Contrato de coleta e triagem	Recolhe sem contrato	1 tipo 20%	2 tipos 40%	2,3
RMPA7	6 etapas, 67%	Atravessador	Contrato de coleta	Recolhe com contrato	1 tipo 20%	2 tipos 40%	2,2

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Este grupo é composto por dois empreendimentos e se caracteriza por um grau médio de integração da cadeia produtiva. Ambos os empreendimentos realizam 6 etapas, há contratos com a prefeitura e relações com empresas para recolher materiais – um com contrato e o outro sem contrato. Há também um tipo de parceria técnica e de dois tipos de parcerias financeiras. Em relação à comercialização, um empreendimento comercializa em rede e o outro, com atravessadores.

No grupo laranja, os empreendimentos atingiram uma pontuação entre 2,0 e 1,5 e apresentaram um grau médio-baixo de sustentabilidade (Tabela 21).

Tabela 21 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade

EES	Integração das etapas da cadeia produtiva	Tipo de comercialização	Tipo de contrato com Prefeitura	Tipo de relação com empresas	Parcerias técnicas	Parcerias financeiras	Pontuação
RMPA2	7 etapas, 78%	Atravessador	Contrato de coleta e triagem	Recolhe sem contrato	2 tipos 40%	1 tipo 20%	2,0
RMPA3	7 etapas, 78%	Atravessador	Contrato de triagem	Recolhe sem contrato	1 tipo 20%	1 tipo 20%	2,0
RMPA6	5 etapas, 56%	Atravessador	Contrato de coleta	Recolhe sem contrato	1 tipo 20%	1 tipo 20%	2,0
VRP5	6 etapas, 67%	Em rede	Não tem contrato	Recolhe sem contrato	2 tipos 40%	1 tipo 20%	2,0
RMPA1	5 etapas, 56%	Atravessador	Contrato de triagem	Recolhe sem contrato	1 tipo 20%	2 tipos 40%	1,8
FRON2	6 etapas, 67%	Indústria	Não tem contrato	Não tem relação	1 tipo 20%	1 tipo 20%	1,7
FRON3	6 etapas, 67%	Atravessador	Não tem contrato	Recolhe sem contrato	1 tipo 20%	1 tipo 20%	1,7
RMPA4	5 etapas, 56%	Atravessador	Não tem contrato	Não tem relação	1 tipo 20%	4 tipos 80%	1,7

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Este grupo é composto por oito empreendimentos e se caracteriza por um grau médio de integração da cadeia produtiva, pela comercialização com atravessadores, por poucos contratos com a prefeitura e pela inexistência de contratos com empresas. A realização das etapas do processo produtivo varia de cinco a sete etapas.

Somente um empreendimento deste grupo comercializa em rede, enquanto outro, com a indústria, e seis o fazem com atravessadores. A comercialização por meio de atravessadores, em geral, implica um valor menor para os materiais recicláveis. Contudo, observa-se que a comercialização em rede se constitui num desafio, principalmente, em regiões com grandes distâncias entre os empreendimentos, e que ao mesmo tempo estão longe das cidades onde os materiais recicláveis são comercializados. O custo de logística pode inviabilizar a comercialização em rede.

Apenas quatro empreendimentos têm contratos com as prefeituras, um para coleta, um para coleta e triagem, e dois para triagem. Seis empreendimentos recolhem

materiais recicláveis em empresas, porém, sem a existência de contratos, e dois empreendimentos não têm relação com empresas. As parcerias técnicas variam de um a dois tipos e as parcerias financeiras variam entre um e quatro tipos.

O último grupo de empreendimentos, o grupo vermelho, atingiu uma pontuação igual ou menor do que 1,5, apresentando um grau baixo de sustentabilidade (Tabela 22). Os empreendimentos desse grupo se caracterizam por um grau baixo de integração da cadeia produtiva. Os empreendimentos realizam cinco, quatro ou três etapas. O último empreendimento realiza o trabalho de coleta e triagem na rua e no lixão. Os três empreendimentos comercializam o material com atravessadores.

Tabela 22 – Indicadores de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade

EES	Integração das etapas da cadeia produtiva	Tipo de comercialização	Tipo de contrato com Prefeitura	Tipo de relação com empresas	Parcerias técnicas	Parcerias financeiras	Pontuação
FRONI	3 etapas, 33%	Atravessador	Não tem contrato	Não tem relação	2 tipos 40%	3 tipos 60%	1,5
RMPA8	4 etapas, 44%	Atravessador	Não tem contrato	Recolhe sem contrato	2 tipos 40%	1 tipo 20%	1,5
VGVS4	5 etapas, 56%	Atravessador	Não tem contrato	Recolhe sem contrato	1 tipo 20%	0 tipos 0%	1,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Outra característica desses empreendimentos é a inexistência de contratos com as prefeituras e a inexistência de contratos com empresas. Dois empreendimentos recolhem materiais de empresas, porém, sem contrato. As parcerias técnicas variam entre um e dois tipos e as parcerias financeiras variam entre nenhum até três tipos.

4.3.4 Condições econômicas dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores

Os empreendimentos econômicos solidários têm objetivos multidimensionais. Entre os principais objetivos, estão a melhoria das condições de trabalho e de vida das catadoras e dos catadores. No diagnóstico, 65% dos empreendimentos declararam que entre as motivações para organizar as catadoras e os catadores em EES estava a necessidade econômica e 55% dos empreendimentos declararam como motivação uma

alternativa ao desemprego. Em relação aos principais desafios para os empreendimentos, consta em primeiro lugar gerar uma renda adequada e, em quarto lugar, a viabilidade econômica. Portanto, a capacidade de gerar uma renda adequada está entre os principais motivos dos EES e, por isso, é fundamental analisar a situação econômica desses empreendimentos.

4.3.4.1 Resultados das condições econômicas relacionadas aos aspectos de infraestrutura, acesso ao crédito e renda

Nesta seção, analisam-se os resultados das condições econômicas relacionadas aos aspectos de infraestrutura, acesso ao crédito e renda, abordando fatores como a longevidade dos empreendimentos, a capacidade de pagar as despesas e gerar uma sobra, a renda média mensal das associadas e dos associados, a propriedade do local, a existência de equipamentos próprios e o acesso ao crédito.

Nenhum empreendimento atingiu uma pontuação igual ou maior que 2,5, o que significaria uma contribuição alta para a sustentabilidade. Oito empreendimentos atingiram uma pontuação menor que 2,5 e maior que 2,0 e podem ser considerados empreendimentos com grau médio-alto de sustentabilidade (Tabela 23). Estes empreendimentos, do grupo amarelo, se caracterizam por um tempo de existência acima de cinco anos, pelo resultado econômico, pela renda média entre um e dois salários mínimos e pela alta porcentagem de equipamentos próprios. Todos os empreendimentos existem há cinco anos ou mais, variando o tempo de existência entre 5 e 21 anos.

Tabela 23 – Indicadores econômicos – infraestrutura, crédito e renda – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade

EES	Tempo exis-tência	Resultado econômico	Renda média mensal	Propriedade do local	Equipamentos próprios	Acesso a crédito	Pon-tua-ção
RMPA1	19 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 925,00 1 a 2 sm	Cedido	91%	Sem acesso	2,3
RMPA5	10 anos	Pagar despesas sem sobra	R\$ 1185,00 1 a 2 sm	Próprio	78%	Sem acesso	2,3
RMPA7	5 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 900,00 1 a 2 sm	Cedido	78%	Sem acesso	2,3
VGVS1	19 anos	Não pagou as despesas	R\$ 1200,00 1 a 2 sm	Cedido	100%	Acesso e em dia	2,3
RMPA2	21 anos	Pagar despesas sem sobra	R\$ 900,00 1 a 2 sm	Cedido	100%	Sem acesso	2,2
VGVS3	6 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 788,00 ≤ 1 sm	Cedido	100%	Sem acesso	2,2

EES	Tempo exis-tência	Resultado econômico	Renda média mensal	Propriedade do local	Equipamentos próprios	Acesso a crédito	Pon-tua-ção
VRP1	5 anos	Pagar despesas sem sobra	R\$ 1325,00 1 a 2 sm	Cedido	100%	Sem acesso	2,2
VRP4	15 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 550,00 ≤ 1 sm	Cedido	83%	Sem acesso	2,2

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

No tocante ao resultado econômico, quatro empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter uma sobra; três empreendimentos conseguiram pagar as despesas, porém, sem ter sobra. Apenas um empreendimento declarou que não conseguiu pagar as despesas. A renda média mensal fica entre um e dois salários mínimos em seis empreendimentos. Em um empreendimento, a renda é igual a um salário mínimo e, em outro, está abaixo do salário mínimo. Dos 20 empreendimentos, nenhum empreendimento conseguiu uma renda média mensal acima de dois salários mínimos. Um empreendimento tem a propriedade do local, os demais estão em espaços cedidos pelo poder público. Em relação aos equipamentos, a porcentagem de equipamentos próprios varia de 78 a 100%.

Somente um empreendimento teve acesso ao crédito e está em dia com o pagamento das prestações. Dos 20 empreendimentos, nove buscaram crédito nos últimos dois anos, mas somente um conseguiu. Este dado evidencia a dificuldade que os EES têm e as barreiras que existem para obter crédito e financiamento. Não existem linhas de crédito específicas voltadas às demandas e às especificidades dos EES. Dessa forma, existe uma dificuldade muito grande para adquirir equipamentos e caminhões, bem como para realizar reformas e melhorias no espaço de trabalho. A maioria dos empreendimentos depende de parcerias com organizações da sociedade civil ou com o poder público para realizar investimentos. Poucos empreendimentos conseguem poupar os recursos para investimentos ou para realizar reformas no espaço de trabalho.

Onze empreendimentos atingiram uma pontuação igual ou menor do que 2,0 e maior do que 1,5 e podem ser considerados empreendimentos com grau médio-baixo de sustentabilidade (Tabela 24). A maioria desses empreendimentos, do grupo laranja, se caracteriza por uma renda média mensal igual ou inferior a um salário mínimo. Outros se caracterizam pela longevidade menor do que cinco anos e outros pela baixa porcentagem de equipamentos próprios. Quatro empreendimentos existem há menos

que cinco anos. Para os demais empreendimentos, o tempo de existência varia entre oito e vinte anos.

Tabela 24 – Indicadores econômicos – infraestrutura, crédito e renda – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade

EES	Tempo exis-tência	Resultado econômico	Renda média mensal	Propriedade do local	Equipamentos próprios	Acesso a crédito	Pon-tua-ção
RMPA3	20 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 750,00 ≤ 1 sm	Ocupado	100%	Sem acesso	2,0
VGVS2	1 ano	Pagar despesas com sobra	R\$ 1225,00 1 a 2 sm	Cedido	83%	Sem acesso	2,0
VGVS4	16 anos	Pagar despesas sem sobra	R\$ 700,00 ≤ 1 sm	Cedido	80%	Sem acesso	2,0
VRP2	13 anos	Pagar despesas sem sobra	R\$ 600,00 ≤ 1 sm	Cedido	100%	Sem acesso	2,0
VRP3	15 anos	Pagar despesas sem sobra	R\$ 375,00 ≤ 1 sm	Cedido	75%	Sem acesso	2,0
VRP5	8 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 800,00 1 a 2 sm	Cedido	50%	Sem acesso	2,0
FRON2	18 anos	Não pagou as despesas	R\$ 350,00 ≤ 1 sm	Cedido	86%	Sem acesso	2,0
RMPA4	4 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 365,00 ≤ 1 sm	Cedido	67%	Sem acesso	1,8
RMPA6	3 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 1000,00 1 a 2 sm	Cedido	50%	Sem acesso	1,8
FRON1	10 anos	Pagar despesas sem sobra	R\$ 445,00 ≤ 1 sm	Ocupado	100%	Sem acesso	1,8
FRON3	2 anos	Pagar despesas com sobra	R\$ 530,00 ≤ 1 sm	Cedido	40%	Sem acesso	1,7

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Dez empreendimentos declararam que conseguiram pagar as despesas, seis com sobra e quatro sem sobra. Um empreendimento declarou que não conseguiu pagar as despesas. Em oito empreendimentos, a renda média mensal ficou abaixo de um salário mínimo. Em somente três empreendimentos, a renda média mensal ficou entre um e dois salários mínimos. Dois empreendimentos se encontram em espaços ocupados, os demais estão em espaços cedidos pelo poder público.

No caso de ocupação, não há nenhuma garantia de que o empreendimento poderá continuar neste espaço. Isto tem implicações para a melhoria do espaço e dificulta os investimentos em reforma ou na construção do espaço. Também tem implicações para o acesso a crédito, levando em conta que os bancos pedem garantias.

Dessa forma, os empreendimentos que se encontram em espaços ocupados apresentam maior vulnerabilidade. Nenhum empreendimento teve acesso a crédito.

Tabela 25 – Indicadores econômicos – infraestrutura, crédito e renda – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade

EES	Tempo exis-tência	Resultado econômico	Renda média mensal	Propriedade do local	Equipamentos próprios	Acesso a crédito	Pon-tua-ção
RMPA8	13 anos	Pagar despesas sem sobra	R\$ 360,00 ≤ 1 sm	Cedido	50%	Sem acesso	1,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Um empreendimento atingiu uma pontuação igual a 1,5, caracterizando-se no grupo vermelho, considerada como baixa contribuição para a sustentabilidade (Tabela 25). A renda média mensal é menor do que um salário mínimo e somente 50% dos equipamentos são próprios.

4.3.4.2 Resultados das condições econômicas relacionadas aos aspectos de produtividade e eficiência econômica

Nesta seção, analisam-se os resultados das condições econômicas relacionadas aos aspectos de produtividade e de eficiência econômica: a produtividade média mensal por associada/o, a eficiência econômica de produção mensal por associada/o, a eficiência econômica de prestação de serviços e a eficiência econômica total.

Três empreendimentos atingiram uma pontuação acima de 2,5 e podem ser considerados empreendimentos com alto grau de sustentabilidade (Tabela 26). Estes empreendimentos, do grupo verde, apresentam uma contribuição alta ou média nos quatro indicadores. Dois empreendimentos têm uma produtividade maior que 2.000 kg por mês por associada/o. A produtividade do outro empreendimento é menor que 2.000 kg, e maior que 1.000 kg por mês. Dois empreendimentos apresentam um nível alto de eficiência econômica da produção, calculada como valor comercializado por associada/o, respectivamente acima de R\$ 800,00 por mês por associada/o. O valor comercializado tem relação com o volume de materiais triados e com os preços. O outro empreendimento apresenta um nível médio entre R\$ 400,00 e R\$ 800,00.

Tabela 26 – Indicadores econômicos – produtividade e eficiência econômica – dos empreendimentos com contribuição alta para a sustentabilidade

EES	Produtividade média mensal por associada/o	Eficiência econômica da produção mensal associada/o	Eficiência econômica da prestação de serviços por associada/o	Eficiência econômica mensal associada/o	Eficiência econômica total por	Pontuação
RMPA5	2.927 kg/mês	R\$ 1.038,21 /mês	R\$ 789,21 /mês	R\$ 1.888,14 /mês		2,8
VGVS2	1.694 kg/mês	R\$ 597,55 /mês	R\$ 2.927,73 /mês	R\$ 3.525,28 /mês		2,5
RMPA6	3.155 kg/mês	R\$ 1.011,60 /mês	R\$ 584,00 /mês	R\$ 1.595,60 /mês		2,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Os três empreendimentos têm contratos de prestação de serviços para CSS com as prefeituras. Um empreendimento apresenta uma eficiência econômica em relação ao contrato com nível alto, com um valor bem acima de R\$ 800,00 por associada/o por mês. Dois empreendimentos apresentam um nível médio, com valor entre R\$ 400,00 e R\$ 800,00 por associada/o por mês. A eficiência econômica total é calculada a partir do faturamento, que é composto pelo valor comercializado dos materiais recicláveis triados, pelo valor do contrato de prestação de serviços com o poder público e pelo valor de contratos com empresas. Dois empreendimentos apresentam um alto nível de eficiência econômica total, com valor maior que R\$ 1.600,00 por associada/o por mês. Um dos empreendimentos tem contratos com empresas. Outro tem um valor um pouco abaixo de R\$ 1.600,00 por associada/o por mês. Esses três empreendimentos mostram a importância da combinação da produtividade alta ou média com a existência de contratos de prestação de serviços com o poder público para a sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis, no que diz respeito à viabilidade econômica, a qual resulta na melhoria da renda das catadoras e dos catadores. Nestes empreendimentos, a renda média mensal fica entre um e dois salários mínimos.

Somente um empreendimento atingiu a pontuação entre 2,5 e 2,0, de grau médio-alto de sustentabilidade (Tabela 27). Esse empreendimento tem uma produtividade média e uma eficiência econômica da produção baixa, o que significa que os preços pagos para o material são baixos. Porém, o empreendimento apresenta uma eficiência alta em relação ao contrato com o poder público, o que resulta numa eficiência econômica total alta. Nesse empreendimento, a existência do contrato e o valor do contrato são fatores fundamentais para a viabilidade econômica. As catadoras e os catadores deste empreendimento recebem um salário mínimo.

Tabela 27 – Indicadores econômicos – produtividade e eficiência econômica – dos empreendimentos com contribuição médio-alta para a sustentabilidade

EES	Produtividade de média mensal por associada/o	Eficiência econômica da produção mensal por associada/o	Eficiência econômica de prestação de serviços mensal por associada/o	Eficiência econômica total mensal por associada/o	Pon-tua-ção
VGVS3	1.209 kg/mês	R\$ 384,77 /mês	R\$ 1.538,46 /mês	R\$ 1.923,23 /mês	2,3

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Cinco empreendimentos apresentam um grau médio-baixo de sustentabilidade (Tabela 28). Dois empreendimentos têm uma produtividade alta, dois empreendimentos possuem uma produtividade média e um empreendimento apresenta uma produtividade baixa. Três empreendimentos têm uma baixa eficiência econômica da produção, e dois, uma eficiência média.

Tabela 28 – Indicadores econômicos – produtividade e eficiência econômica – dos empreendimentos com contribuição médio-baixa para a sustentabilidade

EES	Produtividade de média mensal por associada/o	Eficiência econômica da produção mensal por associada/o	Eficiência econômica de prestação de serviços mensal por associada/o	Eficiência econômica total mensal por associada/o	Pon-tua-ção
RMPA7	1.321 kg/mês	R\$ 397,17 /mês	R\$ 1.166,67 /mês	R\$ 1.578,42 /mês	2,0
VGVS1	1.025 kg/mês	R\$ 382,41 /mês	R\$ 869,98 /mês	R\$ 1.259,12 /mês	2,0
RMPA1	2.110 kg/mês	R\$ 666,56 /mês	R\$ 265,52 /mês	R\$ 932,08 /mês	2,0
VRP1	985 kg/mês	R\$ 387,50 /mês	R\$ 1.196,19 /mês	R\$ 1.593,69 /mês	1,8
RMPA2	2.053 kg/mês	R\$ 631,58 /mês	R\$ 123,68 /mês	R\$ 755,26 /mês	1,8

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Todos os empreendimentos têm contratos com o poder público – três com valores que resultam numa eficiência econômica alta da prestação de serviços por associada/o por mês e dois com valores que resultam numa eficiência baixa. Os contratos com valores maiores são contratos de coleta ou de coleta e triagem. Os contratos com valores menores são contratos de triagem. A realização do serviço de coleta envolve custos maiores que os do serviço de triagem. Dessa forma, os contratos de coleta precisam ter valores maiores para cobrir os gastos. A eficiência econômica total dos três empreendimentos com contratos com valores maiores se encontra no nível médio, porém, próximo ao valor para o nível alto (R\$ 1.600,00). Esses três empreendimentos têm contratos com empresas, porém, com valores baixos, entre R\$ 330,00 e R\$ 760,00. Para os outros dois empreendimentos a eficiência econômica total

está mais próxima do valor para o nível baixo (R\$ 800,00). A renda média mensal nestes cinco empreendimentos está entre um e dois salários mínimos, variando de R\$ 900,00 até R\$ 1.325,00. Os maiores salários estão nos empreendimentos que têm contratos de CSS.

Nove empreendimentos apresentam um baixo grau de sustentabilidade e viabilidade econômica (Tabela 29). Destes, somente quatro têm contratos com as prefeituras, mas três com valores muito baixos. Cinco empreendimentos têm um nível médio de produtividade e quatro empreendimentos têm um nível baixo de produtividade.

Tabela 29 – Indicadores econômicos – produtividade e eficiência econômica – dos empreendimentos com contribuição baixa para a sustentabilidade

EES	Produtividade média mensal por associada/o	Eficiência econômica da produção mensal por associada/o	Eficiência econômica de prestação de serviços mensal por associada/o	Eficiência econômica total mensal por associada/o	Pontuação
VRP4	885 kg/mês	R\$ 393,89 /mês	R\$ 764,39 /mês	R\$ 1.158,28 /mês	1,5
RMPA3	1.912 kg/mês	R\$ 642,94 /mês	R\$ 123,53 /mês	R\$ 766,47 /mês	1,5
VGVS4	1.378 kg/mês	R\$ 703,75 /mês	R\$ 0,00 /mês	R\$ 703,75 /mês	1,5
VRP2	1.215 kg/mês	R\$ 647,05 /mês	R\$ 27,27 /mês	R\$ 674,32 /mês	1,5
VRP5	1.412 kg/mês	R\$ 647,06 /mês	R\$ 0,00 /mês	R\$ 647,06 /mês	1,5
FRON2	1.301 kg/mês	R\$ 637,96 /mês	R\$ 0,00 /mês	R\$ 637,96 /mês	1,5
VRP3	941 kg/mês	R\$ 386,67 /mês	R\$ 200,00 /mês	R\$ 586,67 /mês	1,0
FRON3	699 kg/mês	R\$ 337,00 /mês	R\$ 0,00 /mês	R\$ 337,00 /mês	1,0
RMPA8	333 kg/mês	R\$ 133,33 /mês	R\$ 0,00 /mês	R\$ 133,33 /mês	1,0

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Neste grupo, cinco empreendimentos têm um nível médio de eficiência por produção e quatro empreendimentos têm um nível baixo. Somente um empreendimento apresenta um nível médio de eficiência econômica total mensal por associada/o. Os demais apresentam um nível baixo.

A inexistência de contratos com as prefeituras ou o baixo valor pago pelo contrato é um dos motivos pelo baixo nível de viabilidade econômica. A renda média mensal nestes empreendimentos é menor do que um salário mínimo e, em três empreendimentos, é menor que meio salário mínimo. A melhoria na viabilidade econômica é necessária para que os EES consigam atingir o objetivo de gerar uma renda adequada para as catadoras e os catadores.

Na análise de viabilidade econômica, não consta o empreendimento denominado FRON1. O diagnóstico desse empreendimento foi realizado em 2014, quando o trabalho

era realizado no lixão e a coleta, a triagem e a comercialização eram realizadas de forma individual e sem registros coletivos.

4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORAS E CATADORES

Os EES têm objetivos multidimensionais. Dessa forma, a análise da sustentabilidade abordou vários aspectos, como os graus de democratização, de participação externa e de controle da cadeia produtiva e as condições econômicas dos empreendimentos. Nesta seção, apresenta-se a discussão dos resultados da sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis, considerando quatro categorias de indicadores: de gestão democrática e agência coletiva; de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública; de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva; e indicadores econômicos.

Na primeira parte, apresentam-se os resultados em relação à sustentabilidade dos empreendimentos, levando-se em conta os quatro aspectos mencionados. Em seguida, discutem-se os principais pontos a partir dos resultados apresentados. A Tabela 30 apresenta os EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis do Rio Grande do Sul de acordo com o nível de sustentabilidade. Cada indicador recebeu o mesmo peso. No caso de pontuação igual, os empreendimentos são classificados em ordem alfabética.

No grupo verde, quatro empreendimentos apresentam uma contribuição alta para a sustentabilidade. Dois deles são oriundos da região do VGVS, um empreendimento é da região do VRP e um empreendimento é da RMPA. Nesse grupo, não tem nenhum empreendimento da região da FRON. Os quatro empreendimentos apresentam contribuições altas para a sustentabilidade em três categorias. Todos se caracterizam por um alto grau de controle da cadeia produtiva de reciclagem e um alto grau de participação externa.

Três empreendimentos apresentam um alto grau de democratização. Destes, dois apresentam um grau médio-alto para as condições econômicas e um apresenta um grau médio-baixo essas condições. Somente um empreendimento apresenta um alto grau para as condições econômicas, o qual possui um grau médio-alto de democratização.

Tabela 30 – Sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores de materiais recicláveis

EES	Grau de democracia	Grau de participação externa	Grau de controle da cadeia produtiva	Condições socioeconômicas	Pontuação
VGVS1	2,6	3,0	3,0	2,2	2,7
VGVS2	2,8	2,5	2,7	2,2	2,6
VRP1	2,7	2,8	2,8	2,0	2,6
RMPA5	2,2	2,8	2,5	2,6	2,5
VRP2	2,3	2,8	2,7	1,8	2,4
VRP4	2,4	2,3	2,7	1,9	2,3
RMPA1	2,5	2,3	1,8	2,2	2,2
VGVS3	2,0	2,0	2,5	2,2	2,2
FRON2	2,2	2,5	1,7	1,8	2,1
RMPA7	1,9	2,0	2,2	2,2	2,1
VRP5	2,2	2,3	2,0	1,8	2,1
FRON1	1,9	3,0	1,5	1,7	2,0
RMPA6	2,2	1,8	2,0	2,1	2,0
VRP3	2,2	1,8	2,3	1,6	2,0
RMPA2	1,8	1,8	2,0	2,0	1,9
RMPA3	2,2	1,5	2,0	1,8	1,9
RMPA4	1,8	2,3	1,7	1,6	1,9
VGVS4	2,1	1,8	1,5	1,8	1,8
FRON3	2,1	1,5	1,7	1,4	1,7
RMPA8	1,7	1,5	1,5	1,3	1,5

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

Os quatro empreendimentos, do grupo verde, se caracterizam pela existência de contratos com a Prefeitura referentes a CSS ou a coleta e triagem. Os valores pagos pela Prefeitura atingem um valor por associada/o acima ou próximo do nível considerado como alta contribuição para a sustentabilidade. Nestes quatro empreendimentos, a renda média mensal é em torno de um salário mínimo e meio, variando de R\$ 1.185,00 a R\$ 1.325,00. Dessa forma, a existência de contratos de prestação de serviços com a Prefeitura, com um valor por associada/o considerado como média ou alta contribuição, é um condicionante importante para a sustentabilidade dos empreendimentos e para a garantia de uma renda média mensal acima de um salário mínimo. Esses empreendimentos também contribuem não apenas para a formação de capacitações coletivas, como ainda para a agência coletiva e a autonomia coordenada, demonstrado pela classificação alta das práticas de gestão democrática e pelo alto grau de participação na vida comunitária e em espaços de deliberação pública. Dessa forma, os empreendimentos contribuem para o desenvolvimento humano das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

Sete empreendimentos apresentam uma contribuição médio-alta para a sustentabilidade. Este grupo de empreendimentos, o grupo amarelo, apresenta uma maior diversidade em relação aos quatro indicadores. Em relação aos empreendimentos do primeiro grupo, observa-se que, neste grupo, a maioria dos empreendimentos apresenta um menor grau de democratização, de participação externa e de controle da cadeia produtiva. Nestes três elementos, a contribuição para a sustentabilidade varia de alta até médio-baixa. Nesse grupo, nenhum dos empreendimentos apresenta um nível baixo. As condições econômicas variam entre o nível médio-alto e médio-baixo. Cinco empreendimentos têm um contrato de prestação de serviços com as prefeituras. Em dois deles, os valores pagos pelas prefeituras atingem um valor por associada/o acima do nível considerado como alta contribuição para a sustentabilidade. Um empreendimento atinge um valor considerado médio, e dois empreendimentos alcançam um valor considerado baixo. No que se refere à renda, quatro empreendimentos têm uma renda média mensal de um salário mínimo ou um pouco mais, variando entre R\$ 788,00 e R\$ 925,00. Três dos quatro empreendimentos têm contratos com as prefeituras. Dois empreendimentos têm uma renda média mensal entre meio e um salário mínimo. Ambos têm um contrato com a Prefeitura – um com valor por associada/o considerado médio, o outro com valor por associada/o baixo. Um empreendimento, que não possui contrato com a Prefeitura, tem uma renda média mensal menor que meio salário mínimo.

Oito empreendimentos, do grupo laranja, são classificados com um nível médio-baixo de sustentabilidade. Somente um empreendimento se classificou com um nível baixo de sustentabilidade, e este empreendimento apresenta uma baixa contribuição no grau de participação externa, no grau de controle da cadeia produtiva e nas condições econômicas, e um grau médio-baixo de democratização.

Uma característica dos empreendimentos do grupo laranja, com um nível médio-baixo de sustentabilidade, é o baixo controle sobre a cadeia produtiva de reciclagem. Os limitantes que se destacam são um número baixo de etapas executadas pelos empreendimentos. A maioria não realiza a coleta seletiva solidária e/ou a venda para atravessadores. Cinco empreendimentos apresentam um grau médio-baixo de controle da cadeia produtiva, dois empreendimentos têm um grau baixo de controle e somente um empreendimento tem um grau médio-alto de controle sobre a cadeia produtiva.

Outra característica desse grupo são as condições econômicas limitadas. Seis empreendimentos têm um nível médio-baixo, um empreendimento um nível baixo e somente um empreendimento um nível médio-alto. Entre os limitantes, ressalta-se a

inexistência de contratos com as prefeituras ou, caso exista, com um valor muito baixo por associada/o. Somente um empreendimento tem um valor médio por associada/o. No que se refere à renda, na metade dos empreendimentos, a renda média mensal fica entre meio e um salário mínimo; em dois empreendimentos, ela é menor que meio salário mínimo; apenas em dois empreendimentos a renda média mensal é maior que um salário mínimo, mas menor que um salário mínimo e meio.

O grau de democratização interna varia entre médio-alta para cinco empreendimentos e médio-baixa para três empreendimentos. As condições econômicas limitadas e o baixo nível da renda média mensal, combinados com um grau médio de democratização interna, indicam que nem sempre a viabilidade econômica é fator determinante para a participação ou para a desistência das pessoas no empreendimento. As condições proporcionadas pela gestão democrática, como a agência individual e coletiva, a autonomia individual e coordenada, e as relações de solidariedade estabelecidas no empreendimento, e com outros grupos, podem contribuir para a permanência das pessoas no EES.

Em relação ao grau de participação externa, há uma grande diversidade entre os empreendimentos: dois deles têm um grau baixo de participação externa; quatro, um grau médio-baixo; um empreendimento possui um grau médio-alto e outro apresenta um grau alto de participação externa.

Finaliza-se esta discussão apresentando os resultados da participação externa por meio do caso de um dos empreendimentos. O empreendimento FRON1 se destaca com um grau alto, pela participação na comunidade e em espaços de deliberação pública. A ativa participação na comunidade, no movimento de catadoras e catadores, junto a outros movimentos sociais e em espaços de deliberação pública no município, resultou numa mudança significativa das condições de trabalho das catadoras e dos catadores e da sustentabilidade do empreendimento. No primeiro semestre de 2014, quando foi realizado o cadastro, as catadoras e os catadores realizavam o trabalho no vazadouro a céu aberto, no lixão, em condições extremamente precárias. O trabalho era realizado a céu aberto e não existia nenhum local fechado, tampouco banheiros. Através do processo de mobilização, de articulação com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, de ação coletiva e participação em espaços de deliberação pública, tais como audiências públicas, fóruns e conselhos, aconteceram transformações importantes. Entre os resultados, estão a saída das catadoras e dos catadores do lixão, a assinatura do contrato com a Prefeitura para a prestação de serviços na área de coleta seletiva, a

construção do galpão de triagem, com banheiros, cozinha e escritório, com recursos do Governo do Estado e a aquisição de equipamentos por intermédio da SENAES.

As mudanças maiores aconteceram em relação aos graus de controle da cadeia produtiva e de democratização e às condições econômicas. O grau de controle da cadeia produtiva mudou de baixo para médio-alto, principalmente por causa de um número maior de etapas executadas no empreendimento, que mudou de três etapas para sete etapas, tais como a CSS, a armazenagem e a prensagem dos materiais recicláveis e o controle de rejeitos. Em relação às condições econômicas, destaca-se o contrato com a Prefeitura, com um valor por associada/o considerado como média contribuição para a sustentabilidade. Porém, a descontinuidade no pagamento resulta num alto nível de rotatividade. Em relação à renda média mensal, houve uma melhora, de R\$ 445,00 para R\$ 565,00, mas continua menor que um salário mínimo. O grau de democratização mudou de médio-baixo para médio-alto, principalmente devido às melhores condições de trabalho. Houve uma melhora significativa das condições de trabalho das catadoras e dos catadores, em espaços com maior proteção e segurança no trabalho e com menor risco para a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores. Embora o uso dos EPI seja muito baixo, houve uma redução significativa nos acidentes de trabalho de três acidentes graves para nenhum acidente de trabalho no último ano. Este caso demonstra que a participação ativa na comunidade, as relações estabelecidas com movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a ação coletiva e a participação em espaços de deliberação pública pelos empreendimentos podem contribuir para a sustentabilidade dos EES, para transformar estruturas injustas e para o desenvolvimento humano.

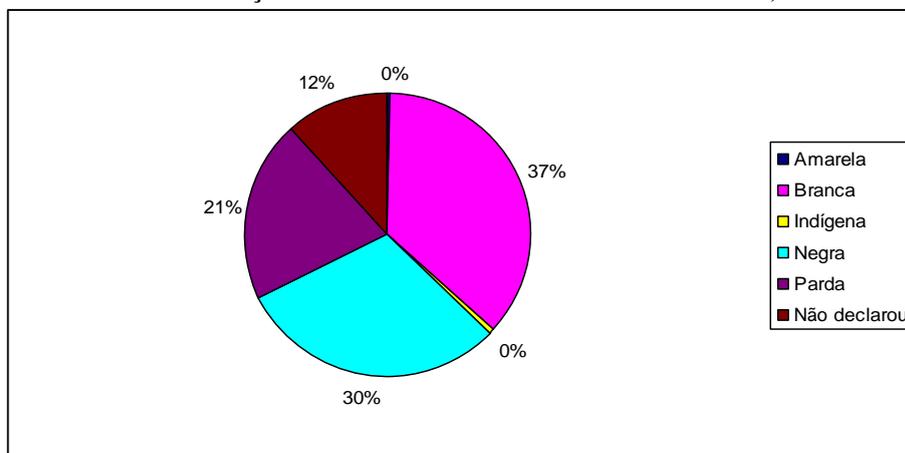
4.5 CARACTERÍSTICAS DAS CATADORAS E DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO RIO GRANDE DO SUL

Com base na sistematização dos dados dos questionários aplicados junto a 438 catadoras e catadores, oriundas/os de vinte EES, apresentam-se os dados demográficos e sociais de catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul.

No total de 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis, há uma maioria de mulheres (58%), havendo apenas 42% de homens. Em relação à cor/raça, há uma participação expressiva de pessoas negras e pardas nos empreendimentos de catadoras e catadores: em torno de um terço (30%) se declarou negra e 21%, parda. Portanto, em torno da metade (51%) se declarou negra ou parda (Gráfico 14). Das associadas e dos

associados, 37% se declararam brancas/os. Menos de 1% se declarou indígena ou amarela. Ainda há 12% das pessoas que não declararam sua cor/raça.

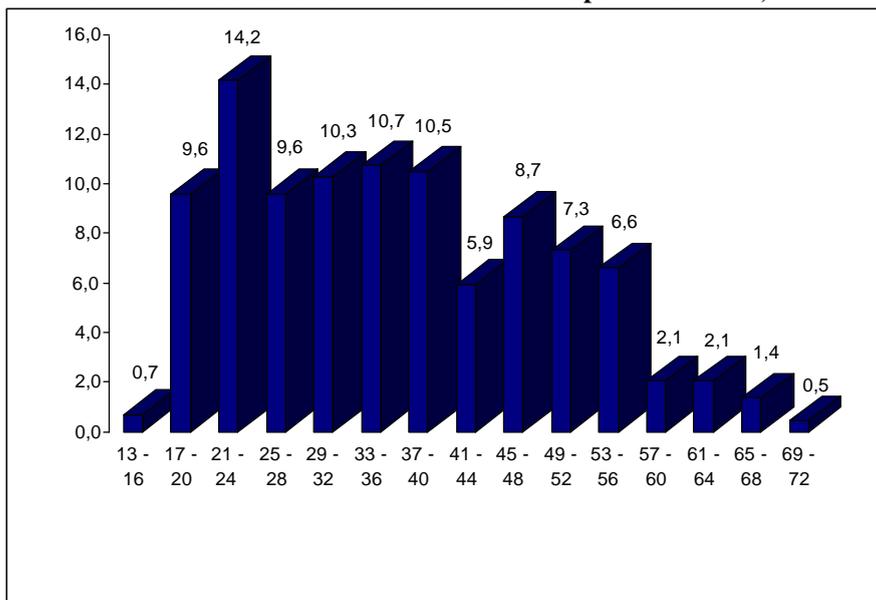
Gráfico 13 – Cor/raça das/os catadoras/es de materiais recicláveis, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

Em relação à idade, em média, as catadoras e os catadores têm 36 anos. A pessoa mais nova tinha 16 anos e a pessoa mais velha tinha 71 anos. O maior grupo tem entre 21 e 24 anos: 14,2%, do total das catadoras e dos catadores, e, cumulativamente, 65,5% têm até 40 anos. O Gráfico 15 mostra a distribuição das catadoras e dos catadores de acordo com a faixa etária.

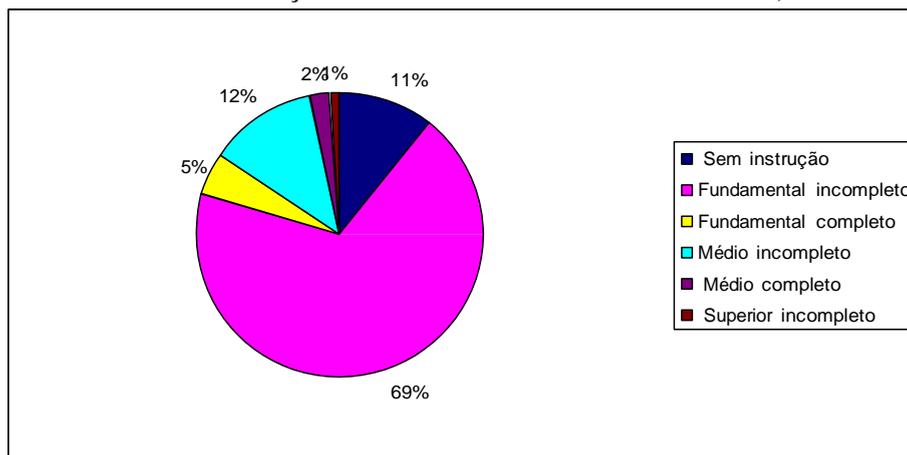
Gráfico 14 – Catadoras/es de materiais recicláveis por faixa etária, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

A escolaridade das catadoras e dos catadores chama a atenção, por se encontrar em um patamar muito baixo: 11% não possui nenhuma instrução e 68,5% têm o Ensino Fundamental incompleto (Gráfico 16). Do total das catadoras e dos catadores, 84,5% têm no máximo o Ensino Fundamental completo. Somente 2% têm o Ensino Médio completo e somente 1% ingressou na universidade, mas sem concluir.

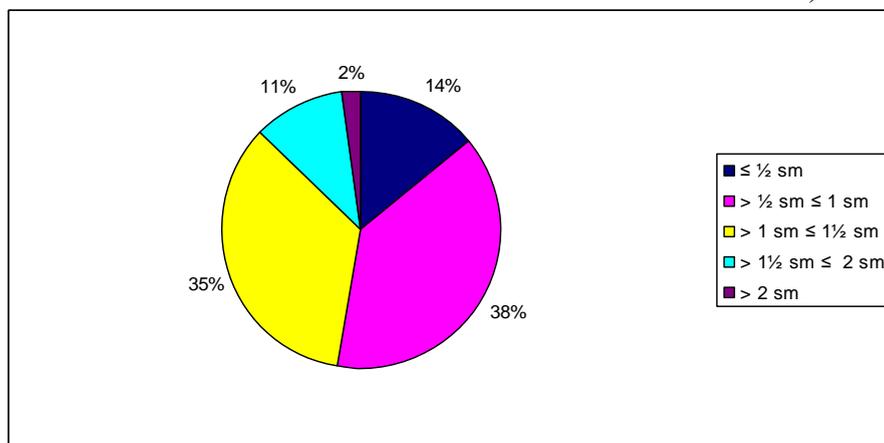
Gráfico 15 – Escolarização de catadoras/es de materiais recicláveis, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

No tocante à renda das catadoras e dos catadores, observa-se que a renda média mensal é baixa (Gráfico 17). A sistematização dos questionários mostra que 14% recebem uma renda média mensal igual ou menor que meio salário mínimo, e cumulativamente 52% recebem até um salário mínimo, e, cumulativamente, 98% das catadoras e dos catadores recebem até dois salários mínimos.

Gráfico 16 – Renda média mensal de catadoras/es de materiais recicláveis, 2014-2015



Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborado pela autora (2016).

A geração de uma renda adequada, assim como a dificuldade de gerá-la, é um elemento importante a ser considerado tanto na análise de sustentabilidade dos EES, quanto para o desenvolvimento humano.

4.6 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS CATADORAS E DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO RIO GRANDE DO SUL

A análise das condições de vida foi realizada com 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis, oriundos de vinte EES localizados em dezessete municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Foram analisados cinco aspectos das condições de vida: educação, saúde, renda, condições de trabalho e moradia e participação política. Foram analisadas as condições do grupo de catadoras e catadores que pertencem a cada empreendimento. Os empreendimentos receberam a pontuação de acordo com a classificação da maioria de suas associadas e dos seus associados.

4.6.1 Resultados das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis

Em nenhum EES, as condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis foram consideradas como tendo alta contribuição para o desenvolvimento humano. Em treze empreendimentos, as condições de vida das catadoras e dos catadores atingiram uma pontuação de nível médio-alto de desenvolvimento humano. Nos demais empreendimentos, consideram-se as condições de vida das catadoras e dos catadores como nível médio-baixo de desenvolvimento humano. Em nenhum empreendimento, as condições de vida foram consideradas de nível baixo de desenvolvimento humano. A Tabela 31 apresenta os resultados.

No que se refere aos aspectos analisados sobre saúde, a maioria das catadoras e dos catadores apresentou um nível médio ou alto. No tocante ao indicador “presença de boa saúde”, 60,7% das pessoas não têm problemas de saúde e não precisaram ficar afastadas do trabalho por um período superior a 15 dias; 31% das pessoas apresentaram problemas de saúde ou precisaram ficar afastadas do trabalho; 8,3% das pessoas têm problemas de saúde e precisaram ficar afastadas do trabalho por um período superior a 15 dias. Com relação ao indicador “ausência de acidentes de trabalho”, 66,1% das

catadoras e dos catadores usam EPI e não sofreram um acidente de trabalho; 29,2% das pessoas não usam EPI ou sofreram um acidente, e 4,7% das pessoas não usam EPI e sofreram um acidente. Embora a maioria das pessoas apresente boas condições de saúde, a prevenção de doenças e de acidentes merece atenção, tendo em vista que 39% das catadoras e dos catadores têm problemas de saúde e/ou precisaram ficar afastadas do trabalho por um período superior a 15 dias, bem como 34% das catadoras e dos catadores não usam EPI e/ou sofreram acidentes de trabalho.

Tabela 31 – Condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis

Catadoras e catadores por EES	Escolari- dade	Saúde	Renda	Condições trabalho e moradia	Partici- pação política	Pontuação
RMPA6	1	3,0	2	3,0	3	2,4
RMPA7	1	3,0	2	3,0	3	2,4
VRP1	1	2,5	2	3,0	3	2,3
RMPA5	1	3,0	2	3,0	2	2,2
VGVS2	1	3,0	2	3,0	2	2,2
VRP3	1	3,0	1	3,0	3	2,2
VRP5	1	3,0	2	3,0	2	2,2
VGVS1	1	2,5	2	3,0	2	2,1
FRON2	1	2,5	1	3,0	3	2,1
RMPA1	1	2,0	1	3,0	3	2,0
RMPA2	1	3,0	1	3,0	2	2,0
VGVS3	1	3,0	1	3,0	2	2,0
VGVS4	1	3,0	1	3,0	2	2,0
VRP4	1	2,0	1	3,0	3	2,0
RMPA3	1	2,5	1	3,0	2	1,9
RMPA8	1	2,5	0	3,0	3	1,9
VRP2	1	2,5	1	3,0	2	1,9
FRON3	1	3,0	0	2,5	3	1,9
RMPA4	2	3,0	0	3,0	1	1,8
FRON1	1	2,5	1	1,5	2	1,6

Fonte: FLD e MNCR, 2014-2015, elaborada pela autora (2016).

As condições de moradia e local de trabalho foram avaliadas e apresentaram boas condições para a maioria das catadoras e dos catadores dos empreendimentos. Somente um empreendimento apresentou um nível baixo. Do total de 438 catadoras e catadores, 81,1% trabalham no galpão, 4,4% na rua e 14,5% no lixão. No momento da aplicação do questionário, 74 catadoras e catadores do empreendimento da região da FRON trabalhavam no vazadouro a céu aberto, também chamado de lixão. As condições de trabalho eram extremamente precárias, consideradas desumanas, com grande risco para a ocorrência de acidentes e alto risco para a saúde. Não existia nenhum espaço fechado e nem banheiros. Somente 24% das catadoras e dos catadores usavam EPI e

não tinham sofridos acidentes. Em muitos casos, as filhas e os filhos ficavam junto com as catadoras e os catadores no lixão, em condições precárias e expostos a situações perigosas para a saúde. Estas pessoas e suas famílias se encontravam em situação de pobreza, principalmente nas dimensões de saúde e condições de trabalho e de vida. Conforme relatado anteriormente, através da ação coletiva, da participação em espaços de deliberação pública, principalmente em audiência pública, e de parcerias com organizações da sociedade civil e com o poder público, as catadoras e os catadores conseguiram transformar esta situação injusta. Atualmente, as catadoras e os catadores deste EES trabalham em um galpão, com banheiros, cozinha e escritório, em um espaço com maior proteção e segurança no trabalho e com um risco menor para a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores. As condições de vida destas pessoas e das suas famílias, principalmente suas filhas e seus filhos, melhoraram significativamente, principalmente nas dimensões de saúde e condições de trabalho. Este caso mostra que a agência coletiva formada no EES pode transformar estruturas injustas. Este caso também evidencia que os EES podem se constituir em espaços de formação de capacitações coletivas. Neste caso, houve avanços quando catadoras e catadores, juntos, perseguiram o mesmo objetivo de sair tanto do lixão quanto das condições desumanas de trabalho, a fim não só de alcançar melhores condições de trabalho, no galpão, mas também de superar a pobreza.

No que refere à moradia, do total de 438 catadoras e catadores, 75,4% têm acesso a três serviços em sua casa (água encanada, energia elétrica e esgoto encanado), 19,5% têm acesso a dois serviços e 5,1% têm acesso a somente um serviço. A maioria das catadoras e dos catadores que tem acesso a somente um ou dois serviços são oriundos do empreendimento da FRON, mencionado acima, e têm acesso à água encanada e à energia elétrica. Somente 15% das catadoras e dos catadores deste empreendimento têm acesso ao esgoto encanado na sua moradia.

No tocante à participação política, em nove empreendimentos, as catadoras e os catadores têm uma alta participação, em dez empreendimentos, há uma média participação e somente em um empreendimento existe uma baixa participação das catadoras e dos catadores. Do total de 438 catadoras e catadores, 8,5% não participam de reuniões internas e também não participam de reuniões externas. Quase metade, 48,8%, participa de um espaço, a maioria, nas reuniões internas do empreendimento. E 42,7% das catadoras e dos catadores participam em reuniões internas e em reuniões externas. Portanto, um número elevado de catadoras e catadores participa de espaços de

deliberação pública. A participação política é considerada uma capacitação central para o exercício dos EES (NUSSBAUM, 2011). Estes dados indicam que o exercício da gestão democrática no empreendimento se constitui num processo de aprendizagem que prepara para a participação em espaços de decisões, como fóruns e conselhos.

Em relação à dimensão da educação, o estudo mostra que a grande maioria das catadoras e dos catadores apresenta um nível de escolaridade muito baixo: 79,5% das catadoras e dos catadores têm escolaridade máxima de Ensino Fundamental incompleto, 17,1% têm Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto, e somente 3,4% têm Ensino Médio completo ou Ensino Superior incompleto. Observe-se que somente em um empreendimento a escolaridade da maioria das catadoras e dos catadores atinge o Ensino Fundamental completo e/ou Ensino Médio incompleto. Nos demais empreendimentos, a escolaridade máxima da maioria das catadoras e dos catadores atinge o Ensino Fundamental incompleto. A melhoria do nível de escolaridade é uma preocupação dos empreendimentos. Este aspecto merece maior atenção, tendo em vista que a maioria das catadoras e dos catadores é jovem: 37,1% têm menos de 30 anos, e 64,1% têm menos de 40 anos.

Outra preocupação é em relação à renda média mensal das catadoras e dos catadores. Em nenhum empreendimento, essa renda é igual ou maior do que dois salários mínimos. Em somente sete empreendimentos, a renda média mensal está entre um e dois salários mínimos. Em dez empreendimentos, as catadoras e os catadores ganham uma renda média mensal igual ou inferior a um salário mínimo, mas superior a meio salário mínimo. Em três empreendimentos, a maioria das catadoras e dos catadores ganha menos que meio salário mínimo. Em relação ao total de 438 catadoras e catadores, 14% ganham igual ou menos a meio salário mínimo, 38% ganham entre meio e um salário mínimo, 35% ganham entre um e um e meio salário mínimo, 11% ganham entre um e meio e dois salários mínimos e somente 2% ganham igual ou mais do que dois salários mínimos.

Dos nove empreendimentos que apresentam condições de vida de nível médio-alta, quatro têm um alto grau de sustentabilidade, dois apresentam um grau médio-alto e somente três possuem um grau médio-baixo. Dos onze empreendimentos que apresentam condições de vida de nível médio-baixa, sete também possuem grau médio-baixo de sustentabilidade e quatro têm um grau médio-alto. Portanto, os dados indicam que os empreendimentos com um grau maior de sustentabilidade também apresentam

melhores condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, contribuindo para o desenvolvimento humano.

4.6.1.1 Comparação das características sociais das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis com as trabalhadoras e os trabalhadores da economia solidária e do Brasil em geral

Nesta seção, apresenta-se uma comparação entre as características sociais de catadoras e catadores de materiais recicláveis, com trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária e do Brasil em geral.

No tocante à idade das catadoras e dos catadores, observa-se uma grande participação de pessoas jovens. Isto pode ser mostrado a partir da comparação da faixa etária entre catadoras e catadores de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul, com trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária no Brasil e com a população ocupada com 15 anos ou mais no Brasil.

Tabela 32 – Comparação da faixa de idade entre catadoras/es de materiais recicláveis no RS, trabalhadoras/es da economia solidária e trabalhadoras/es do Brasil

Categoria	População ocupada com 15 anos ou mais no Brasil* (N=95,9 milhões)	Trabalhadoras/es da economia solidária** (n=2895)*****	Catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul*** (n=438)
15 a 19 anos	6,0%	1,5%	6,8%
20 a 29 anos	23,2%	10,4%	28,5%
30 a 39 anos	26,1%	20,1%	26,5%
40 a 49 anos	22,0%	26,9%	19,2%
50 a 59 anos	15,3%	23,9%	14,6%
60 anos ou mais	7,5%	17,1%	4,3%

Fonte: Adaptado de Kuyven (2016).

Notas:

* IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência.

**SIES – Pesquisa amostral com sócios, 2013.

*** FLD e MNCR, 2014-2015.

**** Somente sócios de EES que declararam como principal atividade econômica no EES o trabalho remunerado e também afirmam que o EES garante a principal fonte de renda.

A Tabela 32 mostra que as proporções de pessoas de 15 a 19 e principalmente de 20 a 29 anos nos empreendimentos de catadoras e catadores são superiores àquelas entre trabalhadoras e trabalhadores na economia solidária, e entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiras/os: respectivamente, 35,3, 11,9 e 29,2%. De acordo com o SIES, a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia solidária tem uma

idade mais avançada (KUYVEN, 2016). Porém, entre as catadoras e catadores de materiais recicláveis, associados aos EES, constata-se que o maior grupo tem entre 20 e 29 anos.

De acordo com Kuyven (2016), entre as sócias e os sócios dos EES a idade média é de 46,2 anos, enquanto entre trabalhadoras e trabalhadores brasileiros em geral a idade média é de 38,4 anos. A idade média das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis dos EES no Rio Grande do Sul é de 36,1 anos. Portanto, bem mais jovem que nos demais EES e também mais jovem que entre a população ocupada no Brasil.

Outra característica que chama a atenção entre as catadoras e os catadores de materiais recicláveis é a escolarização. Constata-se uma escolarização significativamente menor entre as catadoras e os catadores de materiais recicláveis em comparação com as trabalhadoras e os trabalhadores da economia solidária e com a população ocupada no Brasil, conforme mostra a Tabela 33.

Tabela 33 – Comparação da escolarização entre catadoras/es de materiais recicláveis no RS, trabalhadoras/es da economia solidária e trabalhadoras/es do Brasil

Categoria	População ocupada com 15 anos ou mais no Brasil* (N=95,9 milhões)	Trabalhadoras/es da economia solidária** (n=2895)****	Catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul*** (n=438)
Sem instrução	7,1%	5,0%	11,0%
EF incompleto	26,4%	48,0%	68,5%
EF completo	10,5%	8,0%	5,0%
EM incompleto	6,8%	6,9%	12,1%
EM completo	30,3%	18,9%	2,3%
ES incompleto	5,3%	3,9%	1,1%
ES completo	13,3%	6,8%	0%
Não determinado	0,3%	2,3%	0%

Fonte: Adaptado de Kuyven (2016).

Legenda: EF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio; ES: Ensino Superior.

Notas:

* IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência.

**SIES – Pesquisa amostral com sócios, 2013.

*** FLD e MNCR, 2014-2015.

**** Somente sócios de EES que declararam como principal atividade econômica no EES o trabalho remunerado e também afirmam que o EES garante a principal fonte de renda.

Na economia solidária, em geral, também se observa um predomínio de pessoas que iniciaram, mas não completaram, o Ensino Fundamental (48%) – uma porcentagem bem maior do que na população ocupada no Brasil, para a qual este percentual atinge 26,4% (KUYVEN, 2016). Porém, entre catadoras e catadores de materiais recicláveis de EES, este percentual atinge 68,5%, isto é, a maioria das catadoras e dos catadores não

completou o Ensino Fundamental. Na comparação entre as pessoas que têm no máximo o Ensino Fundamental completo, ou seja, agrupando as categorias sem instrução, fundamental incompleto e fundamental completo, constata-se também que este grupo é bem maior entre as catadoras e os catadores de materiais recicláveis do que entre as trabalhadoras e os trabalhadores de economia solidária e da população ocupada no Brasil, respectivamente, 84,5, 61 e 44%. Dessa maneira, os EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis aparecem como um espaço de trabalho para pessoas com baixo nível de escolarização. Este elemento tem que ser considerado na análise de sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores, bem como para o desenvolvimento humano.

A baixa escolaridade pode ser um empecilho para o gerenciamento dos EES e para o processo de gestão democrática. Essa fragilidade no processo de gestão pode se demonstrar principalmente no momento em que os empreendimentos avançam no controle da cadeia produtiva de reciclagem e quando assumem contratos e compromissos de prestação de serviços com as prefeituras, que aumentam as exigências para a gestão dos empreendimentos.

Tendo em vista a baixa escolarização da maioria das catadoras e dos catadores, compara-se a renda média mensal das catadoras e dos catadores com escolarização máxima de Ensino Fundamental completo, com o rendimento médio da economia solidária e da população ocupada no Brasil, de trabalhadoras e trabalhadores com escolarização máxima de Ensino Fundamental completo (Tabela 34).

Do total de 438 catadoras e catadores, 370 têm até o Ensino Fundamental completo, porém, duas pessoas não declararam sua renda e, portanto, a comparação foi realizada com 368 catadoras e catadores. A comparação entre pessoas brancas e não brancas foi realizada somente com as pessoas que declararam sua cor e sua renda: 322 catadoras e catadores.

Observa-se que o rendimento médio se aproxima entre a população em geral e os trabalhadores e as trabalhadoras na economia solidária, todos com escolarização máxima de Ensino Fundamental completo: R\$ 903,75 e R\$ 881,01 (KUYVEN, 2016). As catadoras e os catadores, com escolarização máxima de Ensino Fundamental completo, têm uma renda média mensal um pouco mais baixa: R\$ 757,85.

Tabela 34 – Comparação do rendimento médio do trabalho entre catadoras/es no RS, trabalhadoras/es da economia solidária e trabalhadoras/es do Brasil, com escolaridade máxima do ensino fundamental, por sexo e cor

Categoria	População ocupada com 15 anos ou mais no Brasil* (N=40.975.924)	Trabalhadoras/es da economia solidária** (n=147)****	Catadoras/es de materiais recicláveis no Rio Grande do Sul*** (n=368)*****
Masculino	R\$ 1.074,99	R\$ 854,58	R\$ 780,52
Feminino	R\$ 591,95	R\$ 901,95	R\$ 741,34
Branco	R\$ 1.090,56	R\$ 914,21	R\$ 790,78
Não Branco	R\$ 789,36	R\$ 868,17	R\$ 699,37
Geral	R\$ 903,75	R\$ 881,01	R\$ 757,85

Fonte: Adaptado de Kuyven (2016).

Notas:

* IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência.

**SIES – Pesquisa amostral com sócios, 2013.

*** FLD e MNCR, 2014-2015.

**** Somente sócios de EES que declararam como principal atividade econômica no EES o trabalho remunerado e também afirmam que o EES garante a principal fonte de renda.

***** Somente catadoras e catadores que declararam a renda; na categoria branca e não branca n=322, somente catadoras e catadores que declararam sua cor e a renda.

Porém, quando comparada em relação à cor ou ao gênero, entre as trabalhadoras e os trabalhadores com escolarização máxima de Ensino Fundamental completo, constata-se que a distribuição de renda é muito mais igualitária na economia solidária e nos EES de catadoras e catadores do que na população ocupada no Brasil.

Na comparação entre pessoas brancas e não brancas, com escolarização máxima de Ensino Fundamental completo, observa-se maior igualdade na distribuição de renda na economia solidária e nos EES de catadoras e catadores do que na população ocupada no Brasil. Na população em geral, as pessoas não brancas ganham somente 72,4% do salário das pessoas brancas. Na economia solidária e nos EES de catadoras e catadores, as pessoas não brancas ganham respectivamente 95 e 88,4% do salário das pessoas brancas. Constata-se que, na economia solidária, as pessoas não brancas com baixa escolaridade ganham uma renda maior do que na população em geral, respectivamente, R\$ 868,17 e R\$ 789,36. Nos EES de catadoras e catadores, as pessoas não brancas ganham uma renda um pouco mais baixa do que na população em geral: R\$ 699,37.

Em relação ao gênero, entre pessoas com escolarização máxima de Ensino Fundamental completo, também se observa uma distribuição de renda mais igualitária na economia solidária e nos EES de catadoras e catadores do que na população ocupada no Brasil. Na população ocupada brasileira, as mulheres ganham 55% do salário dos homens. Na economia solidária, as mulheres ganham mais do que os homens: 105,5%

do salário dos homens. Entre as catadoras e os catadores de materiais recicláveis, as mulheres ganham 95% do salário dos homens. Ressalta-se que as mulheres com baixa escolaridade têm uma renda média maior na economia solidária e nos empreendimentos de catadoras e catadores do que na população em geral: R\$ 901,95 na economia solidária, R\$ 741,34 para as catadoras e somente R\$ 591,95 para a população em geral. Dessa maneira, constata-se que a economia solidária e os EES de catadoras e catadores oferecem uma possibilidade de gerar uma renda maior para as mulheres com baixa escolaridade do que na economia em geral.

4.7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS CATADORAS E DOS CATADORES

As catadoras e os catadores de materiais recicláveis dos vinte empreendimentos econômicos solidários pesquisados apresentaram condições de vida consideradas como tendo uma contribuição médio-alta e médio-baixa para o desenvolvimento humano. Em nenhum dos empreendimentos pesquisados, as condições de vida das catadoras e dos catadores podem ser consideradas como tendo uma alta contribuição para o desenvolvimento humano. Da mesma forma, não se constatou condições de vida das catadoras e dos catadores como tendo uma baixa contribuição para o desenvolvimento humano nesses empreendimentos.

No tocante às condições de saúde, a maioria das catadoras e dos catadores apresenta boas condições de saúde. Porém, um número significativo (39%) de catadoras e catadores precisaram ficar afastados do trabalho por um período superior a 15 dias e/ou têm problemas de saúde. Outro resultado da pesquisa mostra que em torno de um terço (34%) das catadoras e dos catadores sofreu acidentes de trabalho e/ou não usa EPI. Dessa maneira, o estudo recomenda a elaboração de estratégias a fim de aumentar o uso de equipamentos de proteção e de prevenção de doenças e acidentes de trabalho. A ocorrência de acidentes de trabalho afeta a qualidade de vida das catadoras e dos catadores. Estratégias de prevenção de doenças e de acidentes contribuem para as capacitações centrais das pessoas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento humano (NUSSBAUM, 2011).

Com relação às condições de moradia e do local de trabalho, os resultados do estudo mostram que a maioria das catadoras e dos catadores apresenta boas condições. Em dois empreendimentos, ambos na região da Fronteira Oeste, as condições de

moradia e de trabalho são consideradas, respectivamente, como tendo média e baixa contribuição para o desenvolvimento humano. No momento da aplicação dos questionários, as catadoras e os catadores trabalhavam em condições precárias, nenhum dos empreendimentos tinha uma estrutura ou galpão que ofereciam condições dignas de trabalho. Em um empreendimento, as pessoas trabalhavam na rua e, no outro, trabalhavam no lixão, em condições desumanas. Neste último empreendimento, as condições de trabalho apresentavam riscos graves para a saúde das catadoras e dos catadores e para as filhas e os filhos que ficavam juntos no lixão. Após a ação coletiva e a participação em espaços de deliberação pública, as condições de vida das catadoras e dos catadores e das suas famílias, melhoraram significativamente, especialmente nas dimensões de condições de trabalho e saúde. Dessa forma, afirma-se que as capacitações coletivas e a agência coletiva formadas no empreendimento econômico solidário podem transformar estruturas injustas, superar a pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Os resultados da pesquisa mostram que a participação em EES promove a agência individual e coletiva das catadoras e dos catadores, bem como a sua participação política. A participação política é considerada uma capacitação essencial para o desenvolvimento humano (NUSSBAUM, 2011; SEN, 1999a; 2009). Há um número elevado de catadoras e catadores que participam em reuniões internas (91,5%) e um pouco menos que a metade das catadoras e dos catadores (42,7%) participa também em reuniões externas como fóruns e conselhos. Dessa forma, constata-se que o exercício da gestão democrática nos empreendimentos, através de reuniões internas, assembleias, cursos de formação e outras formas de participação, se constituem num processo de aprendizagem e de formação de agência coletiva e prepara para a participação política em espaços de deliberação pública.

O estudo mostra o baixo nível educacional das catadoras e dos catadores. A maioria das catadoras e dos catadores (79,5%) tem escolaridade máxima de Ensino Fundamental incompleto. Este dado chama mais atenção levando em conta que em torno de dois terços (64,1%) das catadoras e dos catadores têm menos que 40 anos. O baixo nível educacional pode ser um entrave para a gestão democrática e afeta a qualidade de vida das pessoas. Recomenda-se, portanto, a elaboração de estratégias para aumentar a escolaridade das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

No que refere à renda média mensal, constata-se o baixo nível da renda das catadoras e dos catadores. Em torno da metade (52%) ganha até um salário mínimo e a

maioria das catadoras e dos catadores (98%) ganha até dois salários mínimos. Apenas 2% ganham igual ou mais do que dois salários mínimos. Ao mesmo tempo, os dados do estudo mostram que os empreendimentos econômicos solidários de catadoras e catadores têm uma predisposição à equidade. A maioria dos empreendimentos apresenta uma remuneração bastante equitativa. Dessa forma, os empreendimentos se constituem em espaços de redução das desigualdades. A comparação entre as catadoras e os catadores de materiais recicláveis com a população ocupada brasileira, ambos com escolaridade máxima de Ensino Fundamental completo, mostra que a renda média das catadoras e dos catadores é um pouco mais baixa, mas as mulheres catadoras recebem uma renda média mensal maior que as mulheres em geral com baixa escolaridade. Dessa maneira, o trabalho nos EES se constitui numa estratégia de superação da pobreza, principalmente para as mulheres catadoras. Ressalta-se que estratégias de aumento da escolaridade e da renda deverão ser trabalhadas em conjunto.

Os resultados deste estudo mostram que os empreendimentos com um grau maior de sustentabilidade promovem melhores condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis e contribuem para o desenvolvimento humano.

5 CONCLUSÕES

Esta tese teve como objetivo examinar os condicionantes e os elementos que determinam a sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis, bem como analisar a contribuição dos empreendimentos para as condições de vida das catadoras e dos catadores, isto é, para o desenvolvimento humano.

Definiu-se o termo sustentabilidade de EES como a competência de assegurar a existência do empreendimento ao longo do tempo, garantindo a capacidade de atingir seus objetivos sociais, econômicos, políticos e ambientais.

Na discussão teórica realizada, em relação ao desenvolvimento humano e à economia solidária, constatou-se a convergência entre ambas as abordagens em relação à definição do desenvolvimento como um processo multidimensional. Ambas as abordagens criticam a redução do conceito de desenvolvimento ao crescimento econômico. As duas abordagens têm como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas. Esta melhoria se expressa em muitas dimensões, como saúde, educação, condições de vida e participação comunitária e política. A melhoria nas condições de vida e a dignidade humana dependem das oportunidades que as pessoas afetadas pelas desigualdades têm para fazer suas escolhas.

Na discussão teórica, consideraram-se também os EES como espaços não apenas de formulação de valores compartilhados e meios para perseguir objetivos comuns, mas ainda de formação da agência coletiva, autonomia coordenada e capacitações coletivas.

A partir dessa discussão, concluiu-se que a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores nas decisões estratégicas e cotidianas nos empreendimentos resulta na agência individual e na autonomia das trabalhadoras e dos trabalhadores. Também se concluiu que o exercício da gestão democrática pode resultar na agência coletiva e na formação de capacitações coletivas.

A análise do contexto da economia solidária e da gestão de resíduos sólidos no Brasil, junto com a discussão teórica, resultou no levantamento de diversos elementos e condicionantes da sustentabilidade dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis. Em relação aos fatores limitantes, mencionam-se a dependência dos EES do mercado, o reduzido poder de negociação frente às indústrias, as limitações em relação ao acesso ao crédito e ao financiamento, a alta vulnerabilidade dos empreendimentos em situações de crise econômica e a falta de experiência anterior, pela maioria das pessoas que integram os empreendimentos, com práticas de gestão democrática. Em

relação aos condicionantes e aos elementos que favorecem a sustentabilidade dos EES, ressaltam-se o exercício da gestão democrática como um processo de aprendizagem, a ação coletiva e a participação política em fóruns, conselhos e audiências públicas que resultam da mobilização ou de processos de co-construção de políticas públicas e arranjos institucionais inovadores que atendam às demandas dos empreendimentos, a aprovação da PNRS, que prioriza a inclusão socioeconômica de catadoras e catadores e a contratação das associações e cooperativas para a prestação de serviços do poder público, a efetivação das políticas públicas pelas prefeituras, a experiência acumulada dos EES de catadoras e catadores que resultaram na tecnologia social da coleta seletiva solidária, a integração da cadeia produtiva de reciclagem e a atuação e a comercialização em rede.

A partir dessas discussões e análises, elaboraram-se indicadores de sustentabilidade dos EES: de gestão democrática e agência coletiva; de participação na comunidade e em espaços de deliberação pública; de parceria, atuação em rede e integração da cadeia produtiva; e indicadores econômicos. Também se elaboraram indicadores de condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, incorporando as dimensões de educação, saúde, condições de trabalho e moradia, e renda, além da dimensão da participação política.

Para atingir o objetivo da tese, realizou-se um estudo empírico junto a vinte EES e junto a 438 catadoras e catadores de materiais recicláveis, oriundos de dezessete municípios no Estado do Rio Grande do Sul. A análise considerou os graus de democratização, de participação externa e de controle da cadeia produtiva, bem como as condições econômicas dos empreendimentos e as condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

A partir dos resultados do estudo empírico, destacam-se os principais pontos.

Primeiramente, em relação à gestão democrática e à agência coletiva, constata-se que os empreendimentos com alto grau de sustentabilidade em relação ao controle da cadeia produtiva e às condições econômicas apresentam também um alto grau de gestão democrática e agência coletiva. Na literatura relacionada à economia solidária, encontram-se dois posicionamentos. Por um lado, existem autoras e autores que afirmam que a principal característica dos EES é a gestão democrática, ressaltando que esta contribui para a eficiência e a viabilidade econômica, bem como para a equidade e a melhoria das condições de vida das pessoas integrantes dos empreendimentos (GAIGER, 2007; 2014; GAIGER *et al.*, 2014; SINGER, 2000a; 2002). Por outro lado,

existem autoras e autores que afirmam que existe uma tensão entre os aspectos sociais e os econômicos, que as condições de trabalho dos empreendimentos são determinadas pelo mercado e que existe uma tendência não somente de os empreendimentos com alto grau de gestão democrática apresentarem resultados econômicos negativos, como ainda de empreendimentos com bons resultados econômicos apresentarem um baixo nível de gestão democrática (MCMURTRY, 2015; WELLEN, 2012). Dessa forma, este estudo aponta que existe uma convergência entre as práticas de gestão democrática e a integração da cadeia produtiva, de um lado, e os resultados econômicos, de outro.

Segundo, é importante aprimorar os indicadores de gestão democrática e de participação externa, a fim de que se incorporem mais elementos para analisar a qualidade da participação. Em relação à participação em espaços de deliberação pública, Agarwal (2010; 2015) ressalta a importância de elaborar indicadores para analisar a efetiva participação nesses espaços que vai além da mera presença. Ela também afirma que um maior número de participantes de um determinado grupo – por exemplo, o número de mulheres ou o número de catadoras e catadores – contribui para a efetiva participação nesses espaços.

Terceiro, em relação à gestão democrática, há um indicador para os quais um número importante de empreendimentos apresenta dificuldades: o alto nível de rotatividade. A rotatividade é influenciada pelos resultados econômicos dos empreendimentos, que, por sua vez, determinam a renda média mensal das associadas e dos associados. Os EES de catadoras e catadores são muito vulneráveis durante períodos de crise econômica, quando as indústrias reduzem os preços dos materiais recicláveis (IPEA, 2009). Dessa forma, é importante que os empreendimentos consigam avançar na integração da cadeia produtiva e consigam estabelecer contratos de prestação de serviços com a prefeitura para diversificar as fontes de renda.

Quarto, há uma preocupação em relação à ocorrência de acidentes de trabalho. Em um terço dos empreendimentos, aconteceram acidentes no último ano, entre os quais vários foram graves. A maioria dos acidentes graves aconteceu na coleta na rua ou na prensa. Dessa forma, existe um desafio para a gestão democrática de abordar esta questão e elaborar estratégias de prevenção. A ocorrência de acidentes de trabalho fragiliza a sustentabilidade dos empreendimentos, mas principalmente afeta as condições de trabalho e de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

Quinto, em relação às questões de integração da cadeia produtiva e condições econômicas, constata-se a importância dos contratos de prestação de serviços com as

prefeituras. Os empreendimentos com maior grau de sustentabilidade, nos quatro aspectos, se caracterizam pela existência de contratos com as prefeituras, com valores que atingem um valor por associada/o acima ou próximo do nível considerado como alta contribuição para a sustentabilidade. Estes empreendimentos também executam um número grande das etapas do processo produtivo. Desta maneira, há uma diversificação das fontes de receita destes empreendimentos, com a comercialização dos materiais recicláveis e os contratos com o poder público, o que resulta numa dependência menor de atravessadores. Os contratos com as prefeituras resultam numa renda média mensal maior para as associadas e os associados. Ressalta-se que a inexistência de contratos com as prefeituras ou com as empresas ou o baixo valor pago pelos contratos é um dos motivos pelo baixo nível de viabilidade econômica dos empreendimentos. O avanço no controle da cadeia produtiva e o estabelecimento de contratos de prestação de serviços com o poder público é uma das demandas do MNCR. A CSS realizada pelos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis tem se constituído em uma tecnologia social (RUTKOSWIKI; RUTKOWSKI, 2015) e tem na PNRS um importante instrumento de pressão junto às prefeituras para a contratação dos empreendimentos de catadoras e catadores. Dessa forma, os resultados do estudo empírico demonstram a importância da diversificação das fontes de receita dos empreendimentos, através dos contratos de prestação de serviços com as prefeituras, e seu impacto positivo tanto na viabilidade econômica dos empreendimentos quanto no aumento da renda média mensal das associadas e dos associados.

Sexto, constata-se que a atuação em rede dos EES de catadoras e catadores contribui para a sustentabilidade dos empreendimentos. Observa-se que a atuação em rede potencializa as negociações com o poder público para estabelecer contratos de prestação de serviços de coleta seletiva, principalmente por causa da experiência adquirida e do conhecimento compartilhado, bem como pelo compartilhamento de equipamentos e caminhões para realizar a CSS. Contudo, em relação à comercialização em rede, destaca-se a dependência dos empreendimentos do mercado. Ressalva-se que a comercialização em rede se constitui num desafio, em função dos custos da logística e das limitações no poder de negociação frente às indústrias.

Sétimo, os dados evidenciam a dificuldade dos EES em obter acesso a crédito e financiamento. Dessa maneira, os empreendimentos enfrentam dificuldades para realizar investimentos. A inexistência de linhas de crédito que atendam a demandas e especificidades dos EES e, conseqüentemente, a dificuldade de aquisição de

equipamentos e caminhões, se constitui num gargalo para avançar no controle da cadeia produtiva da reciclagem e dificulta a obtenção de contratos com o poder público para a realização da coleta seletiva. Dessa forma, o estudo aponta a necessidade de criação de linhas de crédito voltadas para as especificidades dos EES.

Oitavo, em relação à participação externa, constata-se o grande número de empreendimentos que participam de espaços de deliberação pública, principalmente em fóruns de catadoras e catadores e fóruns de apoio à coleta seletiva, bem como em Conselhos Municipais do Meio Ambiente. Portanto, a participação em espaços de democracia deliberativa é uma característica importante dos EES de catadoras e catadores de materiais recicláveis. O estudo aponta que existe uma relação entre a gestão democrática e a participação em espaços de deliberação pública. O exercício da gestão democrática se constitui num processo de aprendizagem e num processo em que são formadas a agência coletiva e as capacitações coletivas (DAL RI; VIEITEZ, 2013; DENUÉLIN, 2008; 2015; SARRIA ICAZA, 2004). Por sua vez, a agência coletiva e as capacitações coletivas, muitas vezes, resultam na participação de espaços de decisão como fóruns e conselhos (AGARWAL, 2010, 2015; EVANS, 2002; MUKHERJEE-REED, 2015).

Por meio da participação nestes espaços, são formadas as capacitações essenciais para o desenvolvimento humano (NUSSBAUM, 2011; SEN, 1999a; 2009). A participação nos espaços de incidência em políticas públicas e a ação coletiva podem resultar em arranjos institucionais inovadores (CORAGGIO, 2015; LAVILLE, 2009; 2015; MENDES; ALAIN, 2015; ZEELAND, 2014). Como exemplo, pode ser mencionada a participação dos empreendimentos de catadoras e catadores, do MNCR e de organizações da sociedade civil, em fóruns, conferências, conselhos e audiências, o que resultou na aprovação da PNRS, que prioriza a contratação de associações e cooperativas de catadoras e catadores. Os programas e as políticas públicas elaborados nos processos de incidência, por sua vez, podem resultar no fortalecimento da sustentabilidade dos EES (CRUZ, 2011; DAGNINO, 2012). Como exemplo, pode ser mencionada a diversificação das fontes de receita dos empreendimentos, mediante a contratação pelo poder público municipal. Dessa forma, o estudo aponta que a participação nos espaços de incidência em políticas públicas tem o potencial de transformar estruturas injustas e de criar arranjos institucionais inovadores que atendam às demandas específicas dos EES. A participação em espaços de deliberação pública resulta na formação de capacitações essenciais para o desenvolvimento humano.

Nono, o estudo mostra que os ESS de catadoras e catadores têm uma predisposição à equidade. As abordagens do desenvolvimento humano e da economia solidária destacam a importância de um modelo de desenvolvimento que vise à redução da desigualdade de renda e da riqueza e promova o aumento da qualidade de vida de todas as pessoas (BRASIL, 2015a; GAIGER, 2011; SEN, 1992; 1999a; 2009). Na maioria dos empreendimentos, constata-se uma remuneração bastante equitativa. Outra característica dos empreendimentos é a preservação dos postos de trabalho, em vez do aumento do lucro em detrimento do trabalho. Além da preservação dos postos de trabalho, metade dos empreendimentos prioriza a ampliação dos postos de trabalho, através de uma política ou de um programa de inclusão de catadoras e catadores de rua. Este aspecto demonstra a solidariedade nestes empreendimentos, que, em vez de optar por uma renda maior para as trabalhadoras e os trabalhadores já incluídos no empreendimento, optam para incluir as catadoras e os catadores de rua, que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade e pobreza multidimensional, enfrentando piores condições de trabalho. Os resultados apresentados mostram que entre pessoas com escolarização máxima de Ensino Fundamental completo, se observa uma distribuição de renda mais igualitária, em relação ao gênero e em relação à cor, nos EES de catadoras e catadores do que na população ocupada no Brasil. Dessa forma, afirma-se que os EES de catadoras e catadores se constituem em espaços que promovem a redução das desigualdades e favorecem a equidade em relação à remuneração das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis.

Décimo, o estudo aponta que um alto grau de sustentabilidade dos EES contribui para melhores condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, para a superação da pobreza multidimensional e para o desenvolvimento humano. Os dados deste estudo indicam que os empreendimentos com maior grau de sustentabilidade apresentam melhores condições de trabalho, oferecem espaços de participação e resultam numa renda maior.

Décimo primeiro, o trabalho nos EES se constitui numa estratégia de superação da pobreza, também no aspecto econômico, principalmente para as mulheres catadoras. Os resultados mostram que as mulheres catadoras com baixa escolaridade têm uma renda média maior nos empreendimentos de catadoras e catadores do que na população em geral.

Décimo segundo, os resultados do estudo mostram que a participação em EES resulta numa melhoria das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais

recicláveis. A maioria das catadoras e dos catadores apresenta um nível médio ou alto em relação aos aspectos de saúde analisados. Ser capaz de ter boa saúde é uma capacitação central (NUSSBAUM, 2011). A maioria das catadoras e dos catadores também apresenta um nível médio ou alto em relação às condições de moradia e de trabalho. No que refere à renda, em torno da metade ganha igual ou inferior a um salário mínimo. Também em torno da metade ganha entre um e dois salários mínimos. A maioria das catadoras e dos catadores tem um nível de renda muito baixo. Na comparação com a população ocupada brasileira com escolaridade máxima de Ensino Fundamental, a renda das catadoras é mais alta e a dos catadores é mais baixa. Na dimensão da educação, a grande maioria das catadoras e dos catadores apresenta um nível de escolaridade muito baixo, até no máximo com o Ensino Fundamental incompleto. O baixo nível de escolaridade pode se constituir num entrave para a gestão democrática, principalmente em situações mais complexas de gestão, como no caso de avanço no controle da cadeia produtiva e quando os empreendimentos assumem contratos de prestação de serviços com o poder público. Portanto, o aumento do nível de escolaridade é importante para garantir a sustentabilidade dos EES e principalmente para a melhoria da vida das catadoras e dos catadores. Em relação à participação, quase todas as catadoras e os catadores participam da gestão democrática, pelas reuniões internas no empreendimento, e um pouco menos que a metade participa também em espaços de deliberação pública. A participação política é uma dimensão importante do desenvolvimento humano.

O caso do EES da região da Fronteira Oeste, no qual as catadoras e os catadores saíram de condições desumanas de trabalho acima do lixão, mostra que os EES podem se constituir em espaços de formação de capacitações coletivas e contribuir para uma significativa melhoria das condições de vida das catadoras e dos catadores. Os EES se constituem em espaços de formação de agência coletiva e podem contribuir para a transformação de estruturas injustas, para a superação da pobreza e para o desenvolvimento humano.

Porém, o estudo também evidencia fragilidades e limitações. Em diversos empreendimentos, existe um alto grau de rotatividade, principalmente em momentos de crise econômica. Outra preocupação diz respeito à ocorrência de acidentes de trabalho, alguns dos quais acidentes graves, que comprometem a qualidade de vida das pessoas afetadas. Em relação à comercialização em rede, constatam-se limitações dos empreendimentos nas negociações com as indústrias e a dependência dos

empreendimentos do mercado. Outra fragilidade é o baixo nível de escolaridade das catadoras e dos catadores, que pode se constituir num entrave para a gestão democrática, principalmente em situações mais complexas de gestão, como no caso de avanço no controle da cadeia produtiva e quando os empreendimentos assumem contratos de prestação de serviços com o poder público.

Em relação ao estudo empírico, observa-se que a elaboração e a aplicação dos indicadores de sustentabilidade é um processo contínuo. Percebe-se a importância de aprimorar os indicadores de gestão democrática e de participação externa, para incorporar mais elementos que possibilitam analisar a qualidade da participação.

Este estudo aponta a necessidade de elaborar estratégias de aumento da escolaridade das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, a fim de contribuir com a sustentabilidade dos empreendimentos e com a melhoria das condições de vida das catadoras e dos catadores. Os resultados também chamam a atenção para elaborar estratégias de segurança no trabalho, de aumento do uso dos EPI e de prevenção de acidentes.

Finalmente, o estudo aponta para a importância da existência de programas e políticas públicas que apoiem e atendam às demandas dos EES, bem como para a efetivação destas políticas, por exemplo, com a contratação desses empreendimentos pelo poder público para a prestação de serviços na área de gestão de resíduos, conforme prevê a PNRS, assim como com o pagamento de um valor que cubra os custos e garanta uma remuneração justa para as catadoras e os catadores de materiais recicláveis.

Apesar dos limitantes, os condicionantes identificados mostram que os EES têm o potencial de se constituir em espaços de formação da agência coletiva e podem contribuir para a superação da pobreza, para a transformação de estruturas injustas, para a melhoria das condições de vida das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis e para o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ACT Alliance. **The changing development paradigm**: An ACT Alliance discussion paper. Geneva: ACT, 2013.

_____. **We all want a future**: addressing inequality in the post-2015 global development agenda. 2012. Disponível em: <http://www.actalliance.org/resources/publications/Inequalities_ACT_ALLIANCE.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

AGARWAL, Bina. Demonstrating the power of numbers: gender, solidarity and group dynamics in community forestry institutions. In: UTTING, Peter (Ed.). **Social and Solidarity Economy**: Beyond the fringe? London: Zed Books, 2015. p. 313-329.

_____. **Gender and green governance**: The political economy of women's presence within and beyond community forestry. Oxford: Oxford University Press, 2010.

AGUIAR, Katia. Economia dos setores populares: modos de gestão e estratégias de formação. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (Org.). **Economia dos setores populares**: Sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 106-121.

AMIN. Ash. Locating the social economy. In: AMIN, Ash. (Ed.). **The social economy**: international perspectives on economic solidarity. London: Zed Books, 2009. p. 3-21.

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Human development and economic sustainability. **World Development**, v. 28, n. 12, p. 2029-2049, 2000.

ANTUNES, Ricardo. A questão do emprego no contexto da reestruturação do trabalho no final do século XX. In: HORTA, Carlos R.; CARVALHO, Ricardo A. (Org.). **Globalização, trabalho e desemprego**: Um enfoque internacional. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p. 38-47.

BESEN, Gina. R. **Coleta seletiva com inclusão de catadores**: Construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**. Brasília: CNES/SENAES/MTE, 2015a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. **Manual de orientações sobre cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Brasília: SENAES/MTE, 2015b.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria Nº 1.780 de 19 de novembro de 2014**. Resolve instituir o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814B2784E5014B6F9B31C050C5/Portaria%20MTE%201.780-2014%20-%20CADSOL%20pg.1.pdf>> . Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. **Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES**. Brasília: SENAES/MTE, 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no Governo Federal 2003/2010**. Brasília: SENAES/MTE, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 06 ago. 2014.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 06 ago. 2014.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM. **Pesquisa Ciclossoft 2010**. São Paulo: Cempre, 2010. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/ciclossoft/id/4>>. Acesso em 5 de abril de 2016.

CHEN, Martha A. Rethinking the informal economy: linkages with the formal economy and the formal regulatory environment. In: GUHA-KHASNOBIS, Basudeb; KANBUR, Ravi; OSTROM, Elinor (Ed.). **Linking the formal and the informal economy: Concepts and policies**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 75-92.

CHOPRA, Kanchan; DURAIAPPAH, Anantha K. Operationalizing capabilities in a segmented society: the role of institutions. In: COMIM, Flavio; QUIZILBASH, Mozaffar; ALKIRE, Sabina (Ed.). **The capability approach: Concepts, measures and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 362-382.

COMIM, Flavio V. Assessing children's capabilities: operationalizing metrics for evaluating music programs with poor children in Brazilian primary schools. In: GOTOH, Reiko; DUMOUCHEL, Paul (Ed.). **Against injustice: The new economics of Amartya Sen**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 252-274.

_____. Measuring capabilities. In: COMIM, Flavio; QUIZILBASH, Mozaffar; ALKIRE, Sabina (Ed.). **The capability approach: Concepts, measures and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008a. p. 157-200.

_____. Social capital theory and capabilities. In: CASTIGLIONE, Dario.; van DETH, Jan W.; WOLLEB, G. (Ed.). **The handbook of social capital**. Oxford: Oxford University Press, 2008b, p. 624-651.

CORAGGIO, José Luis. Institutionalising the social and solidarity economy in Latin America. In: UTTING, Peter. (Ed.). **Social and Solidarity Economy: Beyond the fringe?** London: Zed Books, 2015. p.130-149.

_____. **Economia social, acción pública y política (Hay vida después del neoliberalismo)**. Buenos Aires: CICCUS, 2007

_____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: Entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 91-141.

CRUZ, Antônio. Autogestão e economia solidária: projetos societários, modos de regulamentação e modelos de administração. In: SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique T. (Org.). **Economia solidária e transformação social: Rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p.119-144.

_____. La acumulación solidaria. Los retos de la economía asociativa bajo la mundialización del capital. **Revista Estudios Cooperativos**. Montevideo, v. 16, n. 1. p. 12-37, Jul. 2011.

DAGNINO, Renato. Parâmetros para a construção de indicadores. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (Org.). **Economia popular solidária: Indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 55-72.

_____. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ Candido G. Protagonismos do trabalhador associado e educação. In: SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique T. (Org.). **Economia solidária e transformação social: Rumo a uma sociedade para além do capital?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p.145-175.

DAMÁSIO, João (Coord.). **Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis**: relatório técnico final. 2006. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/publicacoes/relatorios-e-pesquisas/analise-do-custo-do-postos-de-trabalhos-na-economia-urbana-para-o-segmento-dos-catadores-de-materiais-reciclaveis/at_download/file>. Acesso em 26 out. 2015.

DENEULIN, Séverine. Theological resources and the transformation of unjust structures: The case of Argentine informal economy workers. **Bath Papers in International Development and Wellbeing, Working Paper No. 39**. Bath: Centre for Development Studies, University of Bath, p. 1-17, 2015.

_____. Beyond individual freedom and agency: structures of living together in the capability approach. In: COMIM, Flavio; QUIZILBASH, Mozaffar; ALKIRE, Sabina (Ed.). **The capability approach: Concepts, measures and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 105-124.

DINERSTEIN, Ana C. The hidden side of social and solidarity economy: social movements and the “translation” of SSE into policy (Latin America). **Occasional Paper 9 Potential and Limits of Social and Solidarity Economy**. United Nations Research Institute for Social Development, 2014. Disponível em: <<http://www.unrisd.org/dinerstein>>. Acesso em: 10 set. 2015.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. 2. ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

EVANS, Peter. Collective capabilities, culture, and Amartya Sen's development as freedom. **Studies in Comparative International Development**, Washington, v. 37, n. 2, p. 54-60, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Indicadores para a sustentabilidade em economia solidária: uma questão de utilidade social. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (Org). **Economia popular solidária**: Indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 27-34.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. **Revista da ABET**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 7-24, 2014.

_____. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova**, São Paulo, v. 83, p. 79-109, 2011.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 79, p. 57-77, 2007.

_____. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 371-402.

_____. Eficiência sistêmica. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 125-129.

GAIGER, Luiz Inácio, *et al.* **A economia solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GÓMEZ, Georgina, M. Balancing growth and solidarity in community currency systems: The case of the *Truque* in Argentina. In UTTING, Peter. (Ed.). **Social and Solidarity Economy: Beyond the fringe?** London: Zed Books, 2015. p. 221-235.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara, L. F. **Catadores**: Uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria de reciclagem. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUERRA, Pablo. Tipología, identidad y debate conceptual. El caso de las legislaciones latinoamericanas en economía social y solidaria. In: CONGRESSO INTERNACIONAL RULESCOOP ECONOMÍA SOCIAL: IDENTIDAD, DESAFIOS Y ESTRATEGIAS, 7., Valencia, 2012. **Anais...** Valencia: Universidad de Valencia, 2012. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/1_guerra_legislaciones_latinoamericanas.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

IBRAHIM, Solava; ALKIRE, Sabine. Agency and empowerment: A proposal for internationally comparable indicators. **OPHI Working Paper 4**. Oxford: University of Oxford, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013**, Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Situação social das catadoras e dos catadores de materiais reciclável e reutilizável: Região Sul**. Brasília: IPEA, 2013

_____. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos: Diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores**. Brasília: IPEA, 2012. (Comunicados do IPEA, n. 145).

_____. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. **Mercado de trabalho**, v. 41, p.55-58, nov. 2009. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4014/1/BMT_completo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

INTERCHURCH ORGANIZATION FOR DEVELOPMENT COOPERATION – ICCO. **Building bridges in PME: guidelines for good practice in the planning, monitoring and evaluation of community-based development projects, implemented by southern NGOs with support from European ecumenical agencies**. Zeist: ICCO, 2000.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: Indicadores para qual sustentabilidade? In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (Org.). **Economia popular solidária: Indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 15-24.

_____. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, Gabriel; AGUIAR, Katia (Org.). **Economia dos setores populares: Sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 32-60.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto. **Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antonio. **II Mapeamento da Economia Solidária Região Sul: Resultados do segundo Mapeamento Nacional**. São Leopoldo: UNISINOS, 2013.

LAVILLE, Jean Louis. Social and solidarity economy in historical perspective. In: UTTING, Peter. (Ed.). **Social and Solidarity Economy: Beyond the fringe?** London: Zed Books, 2015. p.41-56.

_____. The Social and solidarity economy. A theoretical and plural framework. In: CONFERENCE POTENTIAL AND LIMITS OF SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY, 1., 2013. **Anais...** Geneva: UNRISD, 2013. Disponível em: <<http://www.unrisd.org/sse-draft-laville>>. Acesso em: 14 ago. 2014

_____. Supporting the social and solidarity economy in the European Union. In: AMIN, Ash. (Ed.). **The social economy**: International perspectives on economic solidarity. London: Zed Books, 2009. p. 232-252.

LEMAÎTRE, A., HELMSING, A. H. J. Solidarity economy in Brazil: Movement, discourse and practice, Analysis through a Polanyian understanding of the economy. **Working Paper** No. 524. The Hague: ISS, Jun. 2011.

LIMA, F. P. A. *et. al.* **Análise comparada de custos da coleta seletiva realizada pelos catadores, pela Prefeitura e por empresas contratadas**. Belo Horizonte: INSEA, 2010.

MCMURTY, John-Justin. Prometheus, trojan horse or Frankenstein? Appraising the social and solidarity economy. In: UTTING, Peter. (Ed.). **Social and Solidarity Economy**: Beyond the fringe? London: Zed Books, 2015. p. 57-71.

MENDELL, Marguerite; ALAIN, Béatrice. Enabling the social and solidarity economy through the co-construction of public policy. In UTTING, Peter. (Ed.). **Social and Solidarity Economy**: Beyond the fringe? London: Zed Books, 2015. p.166-182.

MENDELL, Marguerite. The three pillars of the social economy: The Quebec experience. In: AMIN, Ash. (Ed.). **The social economy**: International perspectives on economic solidarity. London: Zed Books, 2009. p. 176-207.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS - MNCR. **Reciclagem Popular**. 2014a. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/o-que-e-a-reciclagem-popular>>. Acesso em: 26 out. 2015.

_____. **Catadores entregam proposta do PRONAREP ao Governo Federal**. MNCR, 2014b. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/catadores-entregam-proposta-do-pronarep-ao-governo-federal>>. Acesso em 26 out. 2015.

MUKHERJEE-REED, Ananya. Taking solidarity seriously: analyzing Kerala's *Kudumbashree* as a women's SSE experiment. In: UTTING, Peter (Ed.). **Social and Solidarity Economy**: Beyond the fringe? London: Zed Books, 2015. p. 300-312.

MUÑIZ CASTILLO, Mirtha R.; GASPER, Des. Looking for long-run development effectiveness: An autonomy-centred framework for project evaluation. **Working Paper MGSOG**, Maastricht, n. WP005, p. 1-26, May 2009.

NUSSBAUM, Martha C. **Creating capabilities**: The Human Development approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

_____. **Not for profit**: why democracy needs the humanities. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

_____. **Women and Human Development**: The capabilities approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OSTROM, Elinor. Beyond markets and states: Polycentric governance of complex economic systems. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 100, n. 3, p. 641-72, Jun. 2010.

PEARCE, John. Social economy: engaging as a third system? In: AMIN, Ash. (Ed.) **The social economy: International perspectives on economic solidarity**. London: Zed Books, 2009. p. 22-33.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Trabalho original publicado em 2013. Título original: *Le capital au XXI^e siècle*.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. Trabalho original publicado em 1944. Título original: *The great transformation*.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e economia de solidariedade. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 75, p. 91-99, dez./fev. 1997/98.

_____. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

RIBEIRO, Helena *et al.* Programas municipais de coleta seletiva de lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de saneamento ambiental na região metropolitana de São Paulo - Coselix. In: Brasil. Fundação Nacional de Saúde. **4º Caderno de pesquisa em engenharia de saúde pública**. Brasília: FUNASA, 2010, p.7-34.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Decreto nº 50.285, de 30 de abril de 2013**. Institui a Política Estadual de Certificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, nos termos inciso II e parágrafo único do art. 17 da Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011. 2013. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2050.285.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, Departamento de Planejamento Governamental (SEPLAG/DEPLAN). **Conselhos Regionais de Desenvolvimento COREDEs**. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 09/11/2010. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=793&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1340>. Acesso em: 29 ago. 2016.

ROBEYNS, Ingrid. Sen's capability approach and feminist concerns. In: Comim, Quizilbash, Alkire (Ed.). **The capability approach: Concepts, measures and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.82-104

RUTKOWSKI, J. E.; RUTKOWSKI, W. Expanding worldwide urban solid waste recycling: The Brazilian social technology in waste pickers inclusion. **Waste Management & Research**, London, v. 33, n. 12, 2015. p. 1084-1093.

RUTKOWSKI, J. E. **Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários** – Uma abordagem na engenharia de produção. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. Trabalho original publicado em 1975. Título original: L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés.

SARRIA ICAZA, Ana Mercedes. Economia solidária, participação e políticas públicas. In: ZEELAND, Angelique J. W. M. van (Org.). **Economia solidária, diaconia e desenvolvimento transformador**: Por mudanças significativas e duradouras. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 88-96.

_____. Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 55-89.

SCHIOCHET, Valmor. Da democracia à autogestão: Economia solidária no Brasil. In: Benini, Édi *et al.* (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 17-44.

SCHMIDT, Carlos. A economia solidária: panacéia do capitalismo pós-moderno ou um caminho para o socialismo. In: SCHMIDT, Carlos; NOVAES, Henrique T. (Org.). **Economia solidária e transformação social**: Rumo a uma sociedade para além do capital? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 15-28.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL ROTAS TECNOLÓGICAS DA RECICLAGEM: CONSTRUINDO SOLUÇÕES PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS A PARTIR DA RECICLAGEM POPULAR, 3.. Belo Horizonte, 2015. **Relatório ...** Belo Horizonte: INSEA, 2015.

SEN, Amartya. What is it like to be a human being? In United Nations Development Programme, **Human Development Report 2013**. 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/14/hdr2013_en_complete.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

_____. **The idea of justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

_____. Response to Commentaries. **Studies in Comparative International Development**, Washington, v. 37, n. 2, p. 78-86, 2002.

_____. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 1999a.

_____. The Possibility of Social Choice. **American Economic Review**, Pittsburg, v. 89, n. 3, p. 349-378, Jun. 1999b.

_____. **Inequality reexamined**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

_____. **On ethics and economics**. Oxford: Blackwell Publishers, 1987

_____. Well-being, agency and freedom: The Dewey lectures 1984. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 82, n. 4, p. 169-221, Apr. 1985.

_____. A critique of the behavioral foundations of economic theory. **Philosophy & Public Affairs**, Princeton, v. 6, n. 4, p. 317-344, Summer, 1977.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução: Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários: desafios da construção de indicadores. In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia (Org.). **Economia popular solidária**: Indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 111-116.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000a. p. 11-28

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares**: Entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Editora Vozes, 2000b. p. 143-165.

TOKMAN, Victor E. An exploration into the nature of informal – formal sector relationshipsp. **World Development**. Oxford, v. 6, n. 9/10, p. 1065-1075, Sept./Oct. 1978.

TURCOTTE, Isabelle; GÓMEZ, Georgina M. Linking the poor to new modalities in service delivery: Partnership innovations in solid waste management in Bogotá, Colombia. **Working Paper** No. 548. The Hague: ISS, p. 1-33, Sept. 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Human Development Report 2014**: Sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience. New York: UNDP, 2014. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

_____. **Human Development Report 2011**: Sustainability and equity: A better future for all. New York: UNDP, 2011. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/report/271/hdr_2011_en_complete.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

_____. **Human Development Report 2009**: Overcoming barriers: Human mobility and development. New York: UNDP, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/269/hdr_2009_en_complete.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

_____. **Human Development Report 2002**: Deepening democracy in a fragmented world. New York: UNDP, 2002. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/report/263/hdr_2002_en_complete.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

_____. **Human Development Report 2000: Human rights and human development.** New York: UNDP, 2000. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/report/261/hdr_2000_en.pdf> Acesso em: 5 ago. 2014.

_____. **Human Development Report 1990: Concept and measurement of human development.** New York: UNDP, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/report/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2014.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. **Towards a green economy: Pathways to sustainable development and poverty eradication - A synthesis for policy makers.** 2011. Disponível em: <http://web.unep.org/greeneconomy/sites/unep.org/greeneconomy/files/field/image/green_economyreport_final_dec2011.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

UNITED NATIONS INTER-AGENCY TASK FORCE ON SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY - UN TFSSE. **Social and Solidarity Economy and the challenge of Sustainable Development.** Position Paper. 2014. Disponível em: <<http://www.unrisd.org/ssetaskforce-positionpaper>>. Acesso em 14 ago. 2014.

UTTING, Peter. Introduction: The challenge of scaling up social and solidarity economy. In UTTING, Peter. (Ed.). **Social and Solidarity Economy: Beyond the fringe?** London: Zed Books, 2015. p.1-37.

VIEITEZ, Candido G.; DAL RI, Neusa M. **Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

WIRTH, Ioli G.; OLIVEIRA, Cristiano B. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e os modelos de gestão. In: PEREIRA, Bruna, C. J.; GOES, Fernanda L. (Org.) **Catadores de materiais recicláveis: Um encontro nacional.** Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

ZEELAND, Angelique J. W. M. van. The Interaction between popular economy, social movements and public policies: A case study of the waste pickers' movement. **UNRISD Occasional Paper 11 Potential and Limits of Social and Solidarity Economy.** United Nations Research Institute for Social Development, 2014. Disponível em: <<http://www.unrisd.org/vanzeeland>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Gestão comunitária de resíduos sólidos: Coleta seletiva solidária com inclusão de catadores de materiais recicláveis. In: ZEELAND, Angelique J. W. M. van (Org.). **CATAFORTE/RS: Fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis.** São Leopoldo: OIKOS, 2013. p 23-43.

4. TRABALHO E RENDA		
EM QUE LOCAL TRABALHA COMO CATADOR(A): <input type="checkbox"/> LIXÃO <input type="checkbox"/> RUA <input type="checkbox"/> ENTREPOSTO <input type="checkbox"/> GALPÃO/UNIDADE DE TRIAGEM <input type="checkbox"/> CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO <input type="checkbox"/> UNIDADE DE BENEFICIAMENTO		
EM QUE FUNÇÃO TRABALHA COMO CATADOR(A): <input type="checkbox"/> COLETA DE MATERIAIS <input type="checkbox"/> TRIAGEM DE MATERIAIS <input type="checkbox"/> PRENSAGEM DE MATERIAIS <input type="checkbox"/> LIMPEZA <input type="checkbox"/> COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS <input type="checkbox"/> BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS <input type="checkbox"/> ADMINISTRAÇÃO		
RENDA MÉDIA MENSAL(R\$)	É A PRINCIPAL RENDA DA FAMÍLIA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA COMO CATADOR(A):
NO ÚLTIMO ANO VOCÊ PASSOU POR DIFICULDADES FINANCEIRAS QUE IMPLICASSEM NA MANUTENÇÃO DE SUA SUBSISTÊNCIA E/OU DE SUA FAMÍLIA? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
EM ALGUM MOMENTO NO ÚLTIMO ANO SEUS FILHOS E/OU SUAS FILHAS COM MENOS DE 18 ANOS TIVERAM QUE AJUDAR NO TRABALHO DE COLETA OU TRIAGEM DE MATERIAIS? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
O QUE VOCÊ FAZIA ANTES DE TRABALHAR COM A COLETA DE MATERIAIS:		
JÁ TRABALHOU COM CARTEIRA ASSINADA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO QUAIS ATIVIDADES:		
ATUALMENTE VOCÊ REALIZA OUTRAS ATIVIDADES: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO QUAIS:		
COM QUE FREQUÊNCIA?	DIAS DA SEMANA:	HORÁRIOS:
ÉPOCA DO ANO:		
POSSUI CNH: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO QUAL CATEGORIA: _____		
5. ASSOCIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO		
É ASSOCIADO(A) À ALGUMA ORGANIZAÇÃO DE CATADORES(AS): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		QUAL:
HÁ QUANTO TEMPO:	QUAL É A FORMA DE ORGANIZAÇÃO: <input type="checkbox"/> GRUPO INFORMAL <input type="checkbox"/> ASSOCIAÇÃO <input type="checkbox"/> COOPERATIVA <input type="checkbox"/> OUTRO _____	
POR QUAL O MOTIVO SE ASSOCIOU: <input type="checkbox"/> NECESSIDADE ECONÔMICA, POSSIBILIDADE DE RENDA MAIOR <input type="checkbox"/> DESENVOLVIMENTO DE UMA ATIVIDADE ONDE TODAS AS PESSOAS SÃO DONAS, AUTOGESTÃO, GESTÃO DEMOCRÁTICA <input type="checkbox"/> MOTIVAÇÃO SOCIAL <input type="checkbox"/> DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E POTENCIALIDADES <input type="checkbox"/> ACESSO À FORMAÇÃO <input type="checkbox"/> ACESSO A PROGRAMAS SOCIAIS <input type="checkbox"/> OUTRO: QUAL _____		
ATUA NA COORDENAÇÃO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	PARTICIPA EM REUNIÕES (REUNIÕES DE TRABALHO, ASSEMBLÉIAS DA ORGANIZAÇÃO): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	PARTICIPA EM REUNIÕES EXTERNAS: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
EM QUAIS REUNIÕES EXTERNAS PARTICIPA: (Mais de uma resposta possível) <input type="checkbox"/> ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS (ONGs, PASTORAIS, UNIVERSIDADES) <input type="checkbox"/> REDES E FÓRUMS <input type="checkbox"/> CONSELHOS <input type="checkbox"/> PODER PÚBLICO <input type="checkbox"/> COMITÊ <input type="checkbox"/> OUTROS: QUAIS _____		
VOCÊ TEM INTERESSE EM PARTICIPAR EM REUNIÕES EXTERNAS? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO QUAIS _____		
EM QUE ATIVIDADES RELACIONADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE CATADORES(AS) JÁ PARTICIPOU? (Mais de uma resposta possível) <input type="checkbox"/> CURSOS DE FORMAÇÃO <input type="checkbox"/> ENCONTROS ESTADUAIS DE FORMAÇÃO <input type="checkbox"/> ENCONTROS NACIONAIS DE FORMAÇÃO <input type="checkbox"/> REUNIÕES DO COMITÊ REGIONAL <input type="checkbox"/> ENCONTROS DO COMITÊ ESTADUAL <input type="checkbox"/> OUTROS: QUAIS: _____		
VOCÊ TEM INTERESSE EM PARTICIPAR EM ATIVIDADES RELACIONADAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE CATADORES(AS)? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO QUAIS _____		

6. MORADIA			
O LOCAL ONDE ESTÁ SITUADO O SEU DOMICÍLIO TEM, NA MAIORIA, CARACTERÍSTICAS: <input type="checkbox"/> URBANAS <input type="checkbox"/> RURAIS		QUAL É A CONDIÇÃO DO SEU DOMICÍLIO: <input type="checkbox"/> PRÓPRIA <input type="checkbox"/> ALUGADA <input type="checkbox"/> CEDIDA	
QUAL É A ESPÉCIE DO SEU DOMICÍLIO: <input type="checkbox"/> ALVENARIA <input type="checkbox"/> MADEIRA <input type="checkbox"/> MISTO <input type="checkbox"/> BARRACO <input type="checkbox"/> RUA		TEM BANHEIRO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO OBS:	
EXISTE ESGOTO ENCANADO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO OBS:		TEM ÁGUA ENCANADA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO OBS:	
TEM ENERGIA ELÉTRICA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO OBS:			
SUA CASA JÁ FOI ATINGIDA POR: <input type="checkbox"/> INUNDAÇÕES <input type="checkbox"/> VENDAVAIS <input type="checkbox"/> GRANIZO <input type="checkbox"/> OUTROS _____			
7. SAÚDE			
NO TRABALHO VOCÊ USA EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		QUAIS EPIs: <input type="checkbox"/> JALECO/AVENTAL <input type="checkbox"/> LUVAS <input type="checkbox"/> BOTAS <input type="checkbox"/> PROTETOR AURICULAR <input type="checkbox"/> MÁSCARA <input type="checkbox"/> OUTRO QUAIS:	
SOFREU ALGUM ACIDENTE DE TRABALHO: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	CONSIDERA O LOCAL DE TRABALHO PERIGOSO E COM RISCO PARA A SUA SAÚDE: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	POSSUI CADASTRO E CARTEIRA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
TEM ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE FÍSICA E/OU MENTAL/EMOCIONAL: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	QUAL: FAZ TRATAMENTO REGULAR E USO DE MEDICAÇÃO CONTÍNUA? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	JÁ PRECISOU FICAR AFASTADA DO TRABALHO POR UM PERÍODO SUPERIOR A 15 DIAS? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
	QUANDO ESTÁ DOENTE VAI AO MÉDICO/POSTO DE SAÚDE: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
8. PROGRAMAS SOCIAIS			
DURANTE O PERÍODO EM QUE ESTÁ TRABALHANDO, QUEM FICA RESPONSÁVEL PELO CUIDADO DO(S) FILHO(S) E FILHA(S) COM MENOS DE 18 ANOS: <input type="checkbox"/> PESSOAS CONTRATADAS (BABÁS, ACOMPANHANTES, ECT) <input type="checkbox"/> MARIDOS/ESPOSAS; <input type="checkbox"/> VIZINHOS(AS), PARENTES OU AMIGOS(AS) <input type="checkbox"/> OS/AS FILHOS/AS COM MENOS DE 18 ANOS FICAM SOZINHOS(AS) <input type="checkbox"/> OS/AS FILHOS/AS MENORES SÃO LEVADOS PARA O LOCAL DE TRABALHO			
OS(AS) FILHOS(AS) PARTICIPAM EM PROGRAMAS SOCIAIS NO HORÁRIO INVERSO À ESCOLA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	QUAIS:		
PARTICIPA E RECEBE BOLSA FAMÍLIA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO VALOR EM R\$: _____	QUAL É O NÚMERO DE NIS:		
PARTICIPA EM OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	EM QUAIS PROGRAMAS SOCIAIS:		
PAGA INSS: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	RECEBE APOSENTADORIA: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO VALOR EM R\$: _____	RECEBE PENSÃO DE OUTRO(A) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO VALOR EM R\$: _____	RECEBE BPC (BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO VALOR EM R\$: _____
9. COLETA - Somente para catadores(as) de rua que vendem seus materiais individualmente			
QUAIS AS REGIÕES DA CIDADE EM QUE VOCÊ COSTUMA COLETAR:			
EM QUE CONDIÇÕES ARMAZENA: <input type="checkbox"/> EM CASA <input type="checkbox"/> TERRENO <input type="checkbox"/> ENSACADO <input type="checkbox"/> AR-LIVRE <input type="checkbox"/> OUTRO: QUAL			
QUAL A PERIODICIDADE DA VENDA: <input type="checkbox"/> DIÁRIA <input type="checkbox"/> SEMANAL <input type="checkbox"/> QUINZENAL <input type="checkbox"/> MENSAL			
OBSERVAÇÕES			
DATA DA ENTREVISTA: / /		RESPONSÁVEL PELO CADASTRO:	

APÊNDICE B – DIAGNÓSTICO PARA EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DE CATADORAS E CATADORES

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome da organização ou do grupo local _____	
_____ Sigla _____	1.2. CNPJ _____
1.3. Endereço para correspondência: _____	
_____ Cep _____	Cidade: _____
1.4. Nome da pessoa responsável para contato: _____	
1.5. Telefone 1: _____	Telefone 2: _____
Fax _____	Telefone de recados _____
1.6. E-mail: _____	
1.7. Coordenação do grupo	
Cargo Nome completo CPF/RG Emissor Sexo	

2. BREVE HISTÓRICO

2.1. Data de fundação do empreendimento ____	2.2 Data de formalização do empreendimento ____
2.3 Área de atuação: () urbana () rural () rural e urbana	
2.4 Como começou a organização das catadoras e dos catadores?	

2.5. Qual a motivação que levou à organização das catadoras e dos catadores?	
() uma alternativa ao desemprego	
() necessidade econômica, possibilidade de uma renda maior para as pessoas em uma organização associativa	
() uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	
() desenvolvimento de uma atividade em que todas as pessoas são donas, com autogestão e gestão democrática	
() condição exigida para ter acesso a financiamento e outros apoios	
() alternativa organizativa e de qualificação	
() desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	
() motivação social	
() outro, qual: _____	

3. ORGANIZAÇÃO

<p>3.1. De que maneira o coletivo de catadores(as) está organizado atualmente?</p> <p>() Cantão, situado no lixão</p> <p>() Cantão, situado na comunidade</p> <p>() Entreposto de coleta seletiva</p> <p>() Galpão/Unidade de Triagem</p> <p>() Mini-Central de comercialização</p> <p>() Unidade de Beneficiamento/Transformação</p> <p>() Outra _____.</p> <p>3.2. A organização está legalizada?</p> <p>() sim () não</p> <p>3.3. Qual é a personalidade jurídica?</p> <p>() Grupo Informal () Associação</p> <p>() Cooperativa () Outra figura jurídica: _____</p> <p>3.4. Quais atividades são realizadas coletivamente?</p> <p>() coleta () triagem () comercialização</p> <p>() beneficiamento/transformação () outras: _____</p> <p>3.5. Número de catadores(as) organizados(as) na base: homens: __ mulheres: __ Total: _____</p> <p>3.6. O grupo possui regras?</p> <p>() sim () não</p> <p>3.7. Quem as estabelece?</p> <p>() a coordenação;</p> <p>() o regimento interno/base de acordo;</p> <p>() outros _____</p> <p>3.8. O grupo realiza assembleias regularmente?</p> <p>() sim () não</p> <p>3.9. As assembleias ocorrem de quanto em</p>	<p>3.17. As ocupações funcionais são preenchidas de forma fixa, ou há revezamento de atividades? _____</p> <p>3.18. Qual é a renda do(a) associado(a) que ganha mais. Qual função? _____</p> <p>3.19. Qual é a renda do(a) associado(a) que ganha menos. Qual função? _____</p> <p>3.20. Qual é a renda média dos(as) trabalhadores(as)? _____</p> <p>3.21. Como é feita a remuneração dos(as) trabalhadores(as)?</p> <p>() por produção () por hora de trabalho</p> <p>() por função () remuneração fixa</p> <p>() uma combinação entre as formas de pagamento anteriores. Qual? _____</p> <p>3.22. De quanto em quanto tempo eles(as) recebem? () diariamente () por semana</p> <p>() por quinzena () por mês</p> <p>3.23. Há rotatividade de associados(as) e cooperados(as)? () sim () não</p> <p>3.24. Quantas pessoas saíram nos últimos 3 meses _____</p> <p>3.25. Quais os motivos que levam a essa rotatividade? _____</p> <p>3.26. O grupo tem algum programa ou política de inclusão de catadores(as) de rua que trabalham individualmente? () não () sim</p> <p>Programa ou Política Meta/mês Resultado/mês</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
--	--

<p>quanto tempo?</p> <p>() semanalmente () quinzenalmente () mensalmente () de dois em dois meses; () outra periodicidade: _____</p> <p>3.10. Quantas pessoas compõem a coordenação do grupo? homens: ___mulheres: ___Total: _____ Quais as funções da coordenação? _____</p> <p>3.11. Todos(as) os(as) coordenadores(as) conseguem exercer sua função? () sim () não. Caso negativo, o que os impede de exercer sua função? _____</p> <p>3.12. Todos os coordenadores participam em reuniões externas? () sim () não. Caso negativo, o que os impede de participar? _____</p> <p>3.13 As coordenadoras participam em reuniões externas? () sim () não. Caso negativo, o que as impede de participar? _____</p> <p>3.14. Em que atividades os(as) catadores(as) do grupo participam com regularidade? () apenas do trabalho () formações de base () assembleias e reuniões de base () mobilizações por direitos</p> <p>3.15. Como ocorre o ingresso de novos(as) catadores(as)? () entra todo aquele que precisar, é só abrir uma vaga () aprovação por assembléia () indicação de conhecidos () lista de espera () através de formação e interesse do grupo</p>	<p>3.27. Quais os resultados da atividade econômica? () pagar as despesas e ter uma sobra () pagar as despesas sem ter sobra () não deu para pagar as despesas</p> <p>3.28. O grupo/a organização utiliza um software de gestão? () não () sim, qual _____</p> <p>3.29. Quem faz formação e capacitação básica do grupo? () a coordenação () a universidade, qual projeto de qual universidade _____ () a ONG, qual projeto de qual ONG: _____ () a prefeitura, qual projeto de qual secretaria _____</p> <p>3.30. Como é a relação do grupo com a comunidade local? () não tem relação com nenhuma organização da comunidade; () mantém relação com algumas entidades. Quais são essas entidades _____ Que tipo de relação o grupo estabelece _____</p> <p>3.31. O grupo participa em redes, fóruns e/ou conselhos? () não () sim Em caso afirmativo, em quais espaços? Redes, quais: _____ Fóruns, quais: _____ Conselhos, quais: _____ Outros, quais: _____</p>
---	--

<p>3.16. Quais ocupações funcionais são realizadas no empreendimento?</p> <p>Mulheres Homens</p> <p>() catador(a) no lixão [] []</p> <p>() catador(a) de rua com carrinho [] []</p> <p>() catador(a) no caminhão [] []</p> <p>() motorista de caminhão [] []</p> <p>() Triador(a) / separa material [] []</p> <p>() Trabalhador(a) de balança [] []</p> <p>() Preseiro(a) [] []</p> <p>() administrador(a) [] []</p> <p>() outras, quais: [] []</p> <p>_____</p>	<p>3.32. O grupo participa em atividades do MNCR?</p> <p>() não () sim</p> <p>Em caso afirmativo, em quais espaços?</p> <p>() cursos de formação</p> <p>() encontros estaduais de formação</p> <p>() encontros nacionais de formação</p> <p>() comitê regional</p> <p>() comitê estadual</p> <p>() outros, quais _____</p> <p>3.33. O grupo se relaciona com outros movimentos sociais ou organizações populares?</p> <p>() não () sim, quais _____</p>
---	---

4. PARCERIA

<p>4.1. O grupo já buscou acesso a crédito?</p> <p>() sim () não;</p> <p>4.2. O grupo já teve acesso a crédito ou financiamento, nos últimos 2 anos?</p> <p>() sim () não;</p> <p>4.3. Em caso positivo: qual banco ou instituição? _____</p> <p>4.4. Qual o valor? _____</p>	<p>4.5. Qual a situação atual do pagamento do crédito?</p> <p>() pagamento em dia () prazo de carência</p> <p>() pagamento em atraso () concluído</p>		
<p>Tipo de parceria</p>			
Parceiros	Financeira	Técnica	Outra qual?
Prefeitura			
Estado (gov estadual)			
Setor Privado qual?			
Igrejas qual?			
Ongs qual?			
Outros qual?			

5. INFRAESTRUTURA LOCAL

<p>5.1. Tipo de local de trabalho:</p> <p>() lixão;</p> <p>() galpão, quanto mede_____, que tipo material ele é construído _____</p> <p>() outro, qual _____</p> <p>5.2. Tamanho do terreno _____m²</p> <p>5.3. O grupo possui?</p> <p>() Cozinha; () Refeitório;</p>	<p>5.4. O espaço é: () próprio () ocupado</p> <p>() alugado, por quanto R\$ _____</p> <p>() cedido, por quem _____</p> <p>5.5 O local onde está situado tem, na maioria, características:</p> <p>() rurais () urbanas</p> <p>5.6 O espaço já foi atingido por:</p> <p>() inundações () vendavais () granizo</p>
---	--

() Banheiro;() Vestiário; () Creche; () outro qual_____	() outros 5.7 A comunidade aonde se localiza o espaço já foi atingida por: () inundações () vendavais () granizo () outros
--	---

6. EQUIPAMENTOS que o grupo de base possui

Equipamento	Quantos	(1) próprio (2) alugado (3) emprestado	Equipamento	Quantos	(1) próprio (2) alugado (3) emprestado
Balança (a)mecânica (b)eletrônica			Carroças tração animal		
Prensa			Bombonas ou tonéis		
Caminhão			Equipamentos de proteção coletiva (EPCs)		
Caminhonete			Computador		
Moinho			Impressora		
Carros de carga/fardos			Fax		
Elevador de fardos			Telefone		
Picador de papel			Outro qual:		

7. SEGURANÇA NO TRABALHO

<p>7.1. Os(as) catadores(as) usam equipamentos de proteção individual? () sim () não</p> <p>7.2 Em quais funções? () catador(a) no lixão () catador(a) de rua () triador(a) () preneiro(a) () administrador(a) () outras, quais: _____</p> <p>7.3 Quais EPIs? () Jaleco () luvas () botas () protetor auricular () máscara () outras, quais:_____</p>	<p>7.4. No último ano houve algum acidente de trabalho? () não () sim: em caso afirmativo, em qual local, quantos que tipo: (Gravidade: leve: ferimentos leves, grave: ferimentos graves, muito graves: morte; Local: coleta, triagem, prensa beneficiamento, outros) Gravidade Local Número Tipo</p> <p>7.5. Considere o tipo de trabalho que é realizado perigoso e com risco para a saúde dos(as) catadores(as): () sim () não</p> <p>7.6 Considere o local de trabalho perigoso e com risco para a saúde dos(as) catadores(as): () não () sim, porque_____</p>
---	--

8. COLETA

<p>8.1. Os(as) catadores(as) trabalham com a coleta em: () lixões ou aterros sanitários () domicílios porta a porta () empresas, indústrias e comércio () domicílios pela prefeitura () outras formas de coleta _____.</p> <p>8.2. O grupo trabalha com coleta em grandes geradores:</p>	<p>8.3. Para coleta os(as) catadores(as) utilizam: () carrinhos de tração humana () carrinhos elétricos () carroças () outro tipo de transporte _____ () nenhum tipo de transporte.</p> <p>8.4. Em seu município existe campanha de coleta seletiva solidária com inclusão dos(as) catadores(as) () feita pelos(as) catadores(as) () feita pela prefeitura</p>
---	---

<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim, quais _____	<input type="checkbox"/> feita por outras organizações, quais: _____ <input type="checkbox"/> não existe nenhum tipo de campanha. 8.5. De quanto em quanto tempo é feito esse tipo de campanha: <input type="checkbox"/> sempre que há condições; <input type="checkbox"/> regularmente, qual o intervalo de tempo _____
---	--

9. PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAIS

Nome do material triado conforme definição do empreendimento	Produção mensal (ton)	Preço de venda	Periodicidade de venda	Para quem vende? (1) indústria (2)intermediário(a)	Nome e cidade do(a) comprador(a)
PAPÉIS					
Papel Branco					
Papel Misto					
Jornal					
Revista					
Cimento/Carvão					
Papelão I					
Papelão II					
Papelão III					
Tetra Pak					
PLÁSTICOS de alta – DUROS					
Pet Cristal					
Pet Verde					
Pet Resina					
Pet Colorido					
Pead Colorido					
Pead Branco/Leitoso					
PP Margarina					
PP Mineral					
PP Cadeira					
PVC					
Nome do material triado (conforme definição do empreendimento)	Produção mensal (ton)	Preço de venda	Periodicidade de venda	Para quem vende? (1) indústria (2)intermediário(a)	Nome e cidade do(a) comprador(a)
PLÁSTICOS de baixa/filmes – MOLES					
Pebd Colorido/mole					

Pebd Cristal/mole					
VIDROS					
Caco/vidro					
METAIS					
Sucata Lata					
Alumínio Lata					
Alumínio Dura					
Alumínio Perfil					
Alumínio Chapa					
Cobre 1 ^a					
Cobre 2 ^a					
Fio com Capa					
Raio X					
Metal					
Motor Geladeira					
Inox ferroso					
Inox não ferroso					

10. COMERCIALIZAÇÃO

<p>10.1 Quem faz a comercialização?</p> <p>() responsável da cooperativa</p> <p>() parceiro(a) () outro, qual _____</p> <p>10.2 O grupo comercializa em conjunto com outros grupos ou associações?</p> <p>() não () sim, quais _____</p> <p>_____</p>	<p>10.3 No caso de venda para indústria</p> <p>Qual: _____</p> <p>Onde fica:</p> <p>Município _____ Estado _____</p>
--	--

11. ACESSO A POLITICAS PUBLICAS

<p>11.1 A organização possui um contrato de prestação de serviços com a prefeitura?</p> <p>() não () sim</p> <p>11.2 Em caso afirmativo, que tipo de contrato e para qual finalidade?</p>	<p>11.4 Qual e a duração do contrato? _____</p> <p>11.5 Qual o valor do contrato? _____</p> <p>11.6 A organização possui um contrato de serviços sociais ou educacionais com a prefeitura?</p>
---	--

<input type="checkbox"/> realizar a coleta seletiva <input type="checkbox"/> triagem do material recebido <input type="checkbox"/> outro qual _____ 11.3 Qual a secretaria municipal que firmou o contrato? <input type="checkbox"/> Secretaria da Indústria e Comercio <input type="checkbox"/> Secretaria do Meio Ambiente <input type="checkbox"/> Secretaria de Limpeza Urbana <input type="checkbox"/> Secretaria de Assistência Social <input type="checkbox"/> Outro, qual _____	<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Em caso afirmativo, que tipo de contrato, para qual finalidade, com qual secretaria, qual a duração do contrato, quantas pessoas são atendidas? _____ 11.7 A organização possui um contrato ou convênio com o governo estadual ou federal? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim, estadual <input type="checkbox"/> sim, federal Em caso afirmativo, que tipo de contrato, para qual finalidade, com qual órgão, qual a duração do contrato? _____
---	---

12. LOGISTICA REVERSA

12.1 A organização possui contrato(s) com geradores? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Em caso afirmativo: 12.2 Nome da empresa Tipo de Contrato e Finalidade Duração Valor _____ _____

13. PROGRAMA AMBIENTAL

13.1 A organização realiza campanhas de educação ambiental? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Em caso afirmativo: 13.2 Onde? <input type="checkbox"/> comunidade <input type="checkbox"/> bairro <input type="checkbox"/> vários bairros <input type="checkbox"/> cidade <input type="checkbox"/> outro, qual _____ 13.3 Com qual frequência? <input type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> outro, _____ 13.4 Tem alguma parceria para a realização das campanhas? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Em caso afirmativo: 13.5 Com quem: <input type="checkbox"/> associação de moradores ou de bairro <input type="checkbox"/> ONGs, pastoral social <input type="checkbox"/> escolas, universidade <input type="checkbox"/> poder público municipal <input type="checkbox"/> outro, qual _____ 13.6 Qual é a taxa de recuperação de materiais recicláveis? Qual é a relação entre a quantidade de material coletada e a quantidade reciclada? _____ 13.7 Qual é a taxa de rejeito? Qual é a relação entre a quantidade de material coletada e o rejeito? _____

14. SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO

14.1 Na comunidade ou bairro existe um posto de saúde pública? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim 14.2 Os(as) associados(as) e seus familiares são atendidos no posto de saúde, quando precisam?	14.6 Em caso afirmativo, quantos(as) e que tipo? Tipo de trabalho infantil Número de crianças _____ 14.7 Na comunidade ou bairro existe um centro
--	--

<p>() sim () não () às vezes</p> <p>14.3 Na comunidade ou bairro existem aparelhos públicos de educação? Quais?</p> <p>() creche () escola de educação infantil</p> <p>() escola de ensino fundamental</p> <p>() escola de ensino médio</p> <p>() instituição de ensino técnico profissionalizante</p> <p>() instituição de ensino superior</p> <p>() outro, qual _____</p> <p>14.4 Os(as) filhos(as) menores de 18 anos dos(as) associados(as) frequentam a escola? () sim () não</p> <p>Porque não? _____</p> <p>14.5 Existem filhos e filhas menores de 18 anos dos(as) associados(as) que realizam trabalho infantil? () não () sim</p>	<p>regional de assistência social? () não () sim</p> <p>Em caso afirmativo, quais serviços e programas são oferecidos? _____</p> <p>14.8 Em caso afirmativo, os(as) associados(as) e seus familiares são atendidos(as) quando precisam?</p> <p>() sim () não () às vezes</p> <p>14.9 Em caso afirmativo, quantas pessoas associadas ou familiares participam nos programas ou serviços sociais? Programa / Número de pessoas _____</p> <p>14.10. Quantas(os) associadas(os) recebem Bolsa Família? _____</p> <p>14.11. Quantas(os) associadas(os) recebem algum outro benefício de um programa ou política social? ____</p> <p>14.12 Existem pessoas ou familiares no grupo que sofrem de violência doméstica? () não () sim, quantas _____ Em caso afirmativo, () mulheres () crianças () homens</p> <p>Existe algum atendimento/ encaminhamento?</p> <p>() não () sim, que tipo _____</p>
---	---

15. SITUAÇÃO DAS MULHERES CATADORAS

15.1 Para a maioria das mulheres no grupo / organização, durante o período em que estão realizando as atividades no grupo, quem fica responsável pelo cuidado com filhos(as) com menos de 18 anos e demais dependentes da família (pessoas idosas, doentes e/ou com necessidades especiais)? (reposta única)

- () pessoas contratadas (babás, acompanhantes, etc.)
- () maridos ou companheiros das mulheres
- () vizinhos(as), parentes ou amigos(as)

- creche, educação infantil, escola
- os(as) filhos(as) com menos de 18 anos e/ou demais dependentes ficam sozinhos(as) em casa
- os(as) filhos(as) com menos de 18 anos e/ou demais dependentes são levados(as) para o grupo, organização

15.2 Caso existam mulheres do grupo que levam os(as) filhos(as) com menos de 18 anos e/ou dependentes para o grupo no período de trabalho, qual a situação predominante? (reposta única)

- o grupo dispõe de pessoa(s) contratada(s) para cuidar dos(as) filhos(as) e/ou dependentes
- o grupo dispõe de pessoa(s) voluntária(s) para cuidar dos(as) filhos(as) e/ou dependentes
- as próprias mães se revezam para cuidar dos(as) filhos(as) com menos de 18 anos e/ou dependentes
- cada mãe cuida de seus(suas) filhos(as) com menos de 18 anos e/ou dependentes

15.3 O grupo dispõe de local apropriado para receber os(as) filhos(as) com menos de 18 anos e/ou dependentes no período de trabalho das mulheres? sim não

15.4 Para a maioria das mulheres do grupo, a renda obtida com a atividade econômica como catadora:

- É a única fonte de renda da família É a maior parte da renda da família
- Compõe de forma igualitária com outras pessoas a renda da família
- É a menor parte da renda da família

15.5 Existem atividades no grupo que só as mulheres realizam? não sim, quais? _____

15.6 Existem atividades no grupo que só os homens realizam? não sim, quais? _____

15.7 Em relação à remuneração das atividades realizadas pelas mulheres, é menor, igual ou maior que a remuneração das atividades dos homens? menor igual maior

15.8 As mulheres participam em atividades de coordenação do grupo?

- não sim, quantas mulheres: ____ quantos homens: _____

15.9 As mulheres participam em reuniões externas? não sim, quais

15.10 O grupo oferece o direito à licença-maternidade remunerada? não sim

16. SUSTENTABILIDADE

16.1 Quais as principais conquistas obtidas pelo grupo? (respostas múltiplas)

- A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para as associadas e os associados
- A autogestão e o exercício da democracia
- A integração do grupo-coletivo
- O comprometimento social das associadas e dos associados
- Conquistas para a comunidade local (moradia, escola, implantação da coleta seletiva, etc.)

- A conscientização e compromisso político (emancipação das(os) trabalhadoras(es) e outras lutas)
- Outro. Qual? _____

16.2 Quais os principais desafios do grupo? (respostas múltiplas)

- Viabilizar economicamente o empreendimento
- Gerar renda adequada aos associados e as associadas
- Garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os associados e as associadas
- Alcançar a participação e a autogestão
- Alcançar a conscientização e a politização dos associados e das associadas
- Alcançar maior conscientização ambiental dos associados e das associadas
- Promover a articulação com outros empreendimentos econômicos solidários e com movimentos sociais
- Manter a união do grupo
- Outro. Qual? _____

16.3 Quais são elementos/indicadores importantes para a sustentabilidade do grupo? (respostas múltiplas, numerar em ordem de importância)

- Aumento da renda média dos(as) associados(as)
- Inclusão de catadores(as) informais (catadores(as) de rua não organizados(as)) no empreendimento
- Avanço na cadeia produtiva de reciclagem, através de beneficiamento e transformação
- Realização de e pagamento para prestação de serviços para prefeituras na área de gestão de resíduos sólidos urbanos
- Autogestão e participação das associadas e dos associados
- Atuação em rede com outras organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis
- Aumento na quantidade de material coletada e reciclada, aumento da taxa de recuperação de materiais recicláveis
- Realização de campanhas de educação ambiental
- Participação em fóruns, conselhos e espaços de discussão de políticas públicas
- Participação de mulheres em instâncias de decisão
- Adesão da população
- Outros, quais _____

17. ETAPAS QUE A ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA EXECUTA

Marque na tabela abaixo as etapas que a associação/cooperativa executa.

Recebimento de materiais provenientes de coleta feita pela Prefeitura ou por empresa contratada pela Prefeitura	Recebimento de materiais provenientes de coleta porta a porta ou na rua feita por catadores e catadoras	Recebimento de materiais de doação (decreto de coleta solidária ou outro tipo)	Triagem	Armazenagem de materiais triados antes de prensagem	Prensagem e estoque de fardos	Transformação e beneficiamento de plástico	Comercialização de recicláveis	Controle/pesagem de rejeito

18. OBSERVAÇÕES

(Informações importantes que não constam das perguntas)

NOME **E** **FUNÇÃO** **DO(S)/** **DA(S)** **ENTREVISTADO(S)** / **DA(S)**

ENTREVISTADOR(A) _____

DATA _____/_____/_____